



JERÓNIMO MARTINS

RELATÓRIO & CONTAS

2016

Mensagem do Presidente	3
I. O Grupo Jerónimo Martins	6
1. Perfil e Estrutura	8
2. Posicionamento Estratégico	15
3. Prémios e Reconhecimentos	17
II. Relatório de Gestão - Criação de Valor e Crescimento	20
1. Factos-Chave do Ano	22
2. Enquadramento de 2016	23
3. Desempenho do Grupo	29
4. Desempenho das Áreas de Negócio	43
5. Perspectivas para 2017	55
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	57
7. Política de Distribuição de Dividendos	58
8. Proposta de Aplicação de Resultados	59
9. Anexo ao Relatório de Gestão	60
III. Demonstrações Financeiras Consolidadas	62
1. Demonstrações Financeiras Consolidadas	63
2. Declaração do Conselho de Administração	108
3. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	109
4. Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria	116
IV. Governo da Sociedade	119
Parte I – Informação Obrigatória Sobre Estrutura Accionista, Organização e Governo da Sociedade	121
Secção A – Estrutura Accionista	121
Secção B – Órgãos Sociais e Comissões	126
Secção C – Organização Interna	158
Secção D – Remunerações	170
Secção E – Transacções com Partes Relacionadas	179
Parte II – Avaliação do Governo Societário	181
V. Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor	188
1. A Nossa Abordagem	190
2. Envolvimento com os <i>Stakeholders</i>	193
3. <i>Highlights</i> 2016	196
4. Promover a Saúde pela Alimentação	198
5. Respeitar o Ambiente	208
6. Comprar com Responsabilidade	220
7. Apoiar as Comunidades Envolventes	229
8. Ser um Empregador de Referência	236
9. Compromissos para 2015-2017	248
10. Os Princípios <i>Global Compact</i>	253
VI. Demonstrações Financeiras Individuais	254
1. Demonstrações Financeiras Individuais	255
2. Certificação Legal de Contas e Relatório de Auditoria	293

Mensagem do Presidente

2016 foi um ano de transformações e mudança ao nível mundial, marcado por crescente incerteza e conflitualidade e também por grande turbulência na União Europeia, onde o nosso Grupo tem os seus dois principais destinos de investimento.

A crise dos refugiados, que ensombrara já o ano de 2015, continuou em 2016, com a União Europeia e a Turquia a acordarem, em Março, uma política para desencorajar os migrantes e refugiados de viajarem para a Europa, que reforçou a protecção das suas fronteiras externas.

Em Abril, a Holanda rejeitava, em referendo, o acordo de associação da União Europeia com a Ucrânia, quebrando a unanimidade necessária à sua aplicação. Em Maio, o partido de direita austríaco FPÖ, de Norbert Hofer, perdeu a eleição presidencial por uma pequena margem e, em Junho, num movimento surpreendente que marca um ponto de viragem decisivo, o Reino Unido decide, em referendo, deixar a União Europeia.

A meio do ano, Martin Schulz, Presidente do Parlamento Europeu, classificava o estado da União como "lamentável", e referia forças extremistas e centrífugas que estão a ganhar eleições e referendos.

2016 foi também um ano em que os ataques terroristas no coração da Europa contribuíram para acentuar a tensão e o sentimento de incerteza: em Março, no aeroporto de Bruxelas e numa estação de metro; em Julho, em Nice, no Sul de França, onde a Frente Nacional tem uma forte base de apoiantes que exigem mais segurança; e, antes de o ano terminar, em Berlim, simbolicamente destruindo um mercado de Natal. Estes factores, a somar aos conflitos espalhados um pouco por todo o mundo, e com particular descontrolo na Síria, onde a União Europeia reconhece a sua impotência, geram uma paisagem política e socioeconómica complexa e instável, na qual é determinante saber ler precocemente os sinais e fazer os ajustamentos necessários.

A incerteza poderá ser ainda reforçada pelos desenlaces dos momentos eleitorais de 2017 na Alemanha, na Holanda e em França, assim como pelas eventuais consequências da adopção de novas políticas – a nível nacional e internacional - nos E.U.A., na sequência da eleição do seu novo Presidente em Novembro de 2016.

No Grupo Jerónimo Martins, 2016 foi também um ano de mudanças, desde logo nas lideranças da Biedronka, do Pingo Doce e da Ara, e de fortes investimentos nos negócios, que totalizaram 482 milhões de euros.

Em contextos concorrenciais muito intensos, todas as Companhias mantiveram o crescimento das vendas – suportado por uma forte dinâmica promocional - como prioridade estratégica e reforçaram a centralidade do consumidor nos processos de tomada de decisão. Em resultado deste foco, o *like-for-like* do Grupo aumentou 7,2% e todas as nossas insígnias ganharam quota de mercado no ano.

A taxas de câmbio constantes, as vendas consolidadas em 2016 teriam ultrapassado, pela primeira vez, o limiar dos 15 mil milhões de euros, traduzindo um crescimento de 9,8%.

A capacidade de geração de caixa das Companhias do Grupo manteve-se muito forte, atingindo os 718 milhões de euros no ano. Este valor incorpora também o encaixe com a alienação à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. da sub-holding Monterroio, escriturada no final de Setembro, e que implicou o recebimento de 310 milhões de euros.

Numa base comparável, os resultados líquidos atribuíveis a Jerónimo Martins cifraram-se em 361 milhões de euros, traduzindo um crescimento de 14,5% face a 2015 e confirmando a solidez e rentabilidade do Grupo.

Na Polónia, onde temos o nosso principal negócio, 2016 foi, enquanto primeiro ano completo de governo do PiS (partido Lei e Justiça), sobretudo marcado por alguma desaceleração do crescimento económico e por um espírito reformista, que se consubstanciou em medidas muito diversas, como o Programa 500+ (subsídio mensal por criança, a partir do segundo filho), o aumento do ordenado mínimo nacional e das pensões mínimas, a diminuição da idade da reforma, entre outras.

Mantendo um olhar cauteloso e uma forte disciplina relativamente à pressão adicional sobre os custos com pessoal, a Biedronka soube tirar partido do ambiente de consumo mais favorável e aumentou em 10,8% as suas vendas totais em moeda local.

A determinação da Companhia em criar oportunidades de diferenciação da oferta ditou um crescimento do *like-for-like* de 9,5%, um desempenho notável num ano marcado por amplas mudanças organizacionais para alavancar a evolução pretendida do cabaz médio. Esta dinâmica, a par de uma rigorosa gestão dos custos, permitiu à Biedronka apresentar um EBITDA de 707 milhões de euros, mais 10,3% do que em 2015 (+15,1% a taxa de câmbio constante).

Tendo somado 55 novas localizações à sua rede e remodelado 221 lojas, a Biedronka terminou o ano com 2.722 lojas, preparando-se para continuar a reforçar a sua proximidade aos consumidores polacos com a adição de, pelo menos, 90 novas lojas em 2017.

Em Portugal, 2016 foi também o primeiro ano completo de um novo Governo, neste caso de esquerda, que se tem traduzido na introdução de medidas anti-austeridade, por enquanto com efeito tímido ao nível do crescimento económico, em geral, e do consumo privado, em particular.

Num ano em que a inflação alimentar em Portugal foi de 0,5%, o contexto concorrencial continuou muito forte e caracterizado por uma lógica promocional muito assertiva na disputa pela preferência dos consumidores.

Em linha com os anos anteriores, o Pingo Doce não desacelerou a sua aposta na competitividade dos preços e na atratividade da oferta e da experiência de compra, tendo as vendas totais aumentado 4,4% para os 3.558 milhões de euros, com um crescimento do *like-for-like* de 1,2% (excluindo combustível) sobre uma exigente base de comparação em 2015.

A Companhia investiu em todas as frentes para estimular o cabaz, reforçando a eficiência ao nível das operações e da logística e executando 21 remodelações profundas e um ambicioso plano de lançamentos de produtos nas várias gamas da Marca Própria, que celebrou o seu 25.º aniversário com muitas iniciativas.

Mesmo com a pressão acrescida resultante do aumento dos custos com pessoal, a somar à exigência imposta pela intensidade promocional que domina o mercado e pela forte aposta na melhoria contínua da experiência de compra, o EBITDA gerado pelo Pingo Doce aumentou 2% face a 2015, cifrando-se em 192 milhões de euros.

No total do ano, a Companhia investiu 137 milhões de euros e somou 14 novas localizações à sua cadeia.

Ainda em Portugal, o Recheio reforçou a sua presença nacional e a sua quota de mercado com a inauguração de uma loja no Sul do país, em Sines, elevando para 42 unidades a sua rede. Para a nossa Companhia grossista foi um ano de grande investimento na consolidação da relação com os clientes, nomeadamente na área de

Food-Service, que continua a ganhar relevância, contando já com cerca de três mil pontos de entrega.

Reflectindo uma melhoria do contexto no segmento HoReCa, as vendas aumentaram 5,9% para 878 milhões de euros, com um *like-for-like* de 5%. O sólido crescimento das vendas e a força da posição de mercado do Recheio permitiram uma melhoria da margem EBITDA para os 5,4% (de 5,3% em 2015). O EBITDA gerado foi de 47 milhões de euros, 7,4% acima do ano anterior.

Ao nível dos nossos negócios mais jovens, a Ara e a Hebe registaram, em conjunto, perdas de 62 milhões de euros ao nível do EBITDA do Grupo - que foi de 862 milhões de euros no ano - respondendo a Ara por 76% do total.

Em linha com o esperado, a Hebe tem vindo a reduzir as perdas geradas e somou 19 novas lojas ao seu parque, em 2016.

O ano foi especialmente importante para a nossa operação na Colômbia, e também para o país, que registou avanços decisivos no seu processo de paz. A Ara conquistou a liderança de mercado na sua primeira região - o Eixo Cafeeiro - ao fim de três anos de actividade no país, e entrou na terceira região de operações, a da capital do país, Bogotá, onde abriu 22 das 79 novas lojas inauguradas no ano.

A confiança com que encaramos o mercado colombiano - e a região sul-americana na área de influência da Aliança do Pacífico - levou-nos a decidir fortalecer a estrutura organizacional e a rede de infraestruturas para preparar a aceleração do crescimento, que começará a acontecer já em 2017.

O Grupo terminou 2016 com uma posição líquida de excesso de caixa de 335 milhões de euros. Num ano em que o pagamento de dividendos aos Accionistas foi de 167 milhões de euros e o investimento ascendeu a 482 milhões de euros, mantivemos intacta a solidez do balanço, tendo os encargos financeiros diminuído para os 17 milhões de euros.

Para um Grupo que, como o nosso, assume uma vocação de crescimento, esta liquidez representa uma liberdade de escolha e de acção que muito valorizamos, sobretudo num mundo cada vez mais incerto e inseguro e onde já empregamos directamente mais de 90 mil pessoas.

Continuamos comprometidos com o desígnio de, através do modo responsável como conduzimos e fazemos crescer os nossos negócios, sermos uma força de transformação positiva das realidades onde marcamos presença.

Em 2016, vimos o nosso trabalho reconhecido com a inclusão, pela primeira vez, nos índices de sustentabilidade *FTSE4Good Global Index* e *FTSE4Good Europe Index*, e também no *Ethibel Excellence Investment Registers*, no *Ethibel Sustainability Index Excellence Europe* e no *Euronext Vigeo Index: Eurozone 120*.

Estes são, para nós, sinais valiosos de que o nosso foco no crescimento rentável e sustentável merece crédito a quem acompanha as nossas actividades e nos distingue com o seu investimento.

Por essa confiança, e também pela renovação do apoio por parte do accionista de referência de Jerónimo Martins, assim como pelo apoio com que pude contar por parte dos meus colegas do Conselho de Administração, aqui deixo o meu agradecimento, em nome das equipas que me orgulho de liderar e a quem pertence o mérito dos resultados que neste relatório apresentamos.

Pedro Soares dos Santos
Presidente e Administrador-Delegado



O Grupo Jerónimo Martins

1. Perfil e Estrutura	8
1.1. Identidade e Competências	8
1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais	10
1.3. Órgãos Sociais e Estrutura	12
2. Posicionamento Estratégico	15
2.1. Missão	15
2.2. Visão Estratégica	15
2.3. Perfil Operacional	16
3. Prémios e Reconhecimentos	17

O presente Relatório Anual do Grupo Jerónimo Martins abrange o período de 1 de Janeiro a 31 de Dezembro de 2016 e inclui as áreas de Distribuição e Agro-Alimentar em Portugal e a área de Distribuição na Polónia e na Colômbia, referindo os resultados das entidades detidas directamente pelo Grupo.

1. Perfil e Estrutura

1.1. Identidade e Competências

Carteira de Activos

Jerónimo Martins é um Grupo que detém activos na área Alimentar, maioritariamente na Distribuição, com posições de liderança de mercado na Polónia e em Portugal. Alcançou, em 2016, vendas de 14,6 mil milhões de euros (67% na Polónia) e um EBITDA de 862 milhões de euros (82% na Polónia). O Grupo emprega um total de 96.233 colaboradores e terminou o ano com 9,3 mil milhões de euros de capitalização bolsista na Euronext Lisboa.



Na Polónia, a **Biedronka**, cadeia de lojas alimentares com um posicionamento que alia qualidade de sortido, ambiente de loja e localizações de proximidade com os preços mais competitivos do mercado, é líder de vendas no Retalho Alimentar, operando 2.722 lojas dispersas por todo o país. No final de 2016, a Companhia atingiu 9,8 mil milhões de euros de vendas, com cerca de 1,4 mil milhões de actos de compra registados.



Ainda na Polónia, e desde Maio de 2011, o Grupo detém, com a insígnia **Hebe**, uma cadeia no sector das *drugstores*, que conta com 153 lojas. Na base deste conceito de negócio está a oferta de um sortido de Saúde e Beleza, com aconselhamento de qualidade, a preços muito competitivos.



Na Colômbia, a **Ara** opera actualmente em três regiões do país: Eixo Cafeeiro, Costa do Caribe e, desde Setembro de 2016, Bogotá. Trata-se de uma cadeia de lojas alimentares de proximidade, com forte implantação nos bairros residenciais, e um posicionamento de qualidade ao melhor preço, conjugando competitividade com oportunidades promocionais em categorias-chave para o consumidor colombiano. No final do ano, a Ara operava em 221 localizações.



Em Portugal, o Grupo Jerónimo Martins ocupa uma posição de liderança na Distribuição Alimentar, tendo, em 2016, atingido uma facturação agregada de 4,4 mil milhões de euros. Opera com as insígnias **Pingo Doce** (413 supermercados, incluindo quatro Pingo Doce & Go) e **Recheio** (38 *Cash & Carry* e quatro plataformas, das quais três dedicadas ao *Food Service*), que lideram os segmentos de Supermercados e *Cash & Carry*, respectivamente.



Ainda em Portugal, Jerónimo Martins tem investido, através do Pingo Doce, no desenvolvimento de projectos complementares ao negócio de Retalho Alimentar, nomeadamente nas áreas de Restauração **Refeições no Sítio do Costume**, Lojas **Bem-Estar**, Postos de Abastecimento de Combustível e também Vestuário (para adulto e criança) e Sapatos e Acessórios, através, respectivamente, das insígnias **New Code** e **Spot**. Estas duas últimas desenvolvem-se no âmbito de parcerias com operadores especializados.



A **Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)** tem como principal objectivo salvaguardar a capacidade das Companhias do Grupo se abastecerem de alguns produtos estratégicos. Actualmente opera nas áreas de Lacticínios, Pecuária (carne de bovino da raça *angus*) e Aquacultura (robalo e dourada).



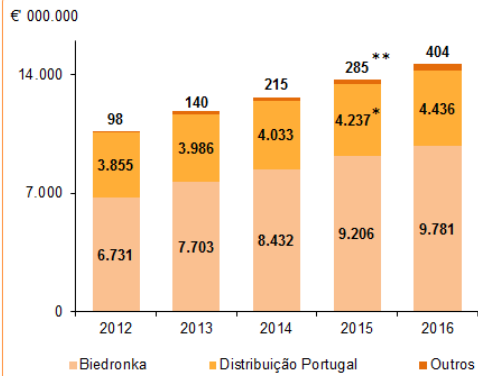
Jerónimo Martins Restauração e Serviços, que se dedica ao desenvolvimento de projectos no sector da Restauração e que, no final de 2016, operava a cadeia de quiosques e cafetarias Jeronymo, com 19 pontos de venda.



HusseL, cadeia de Retalho Especializado para comercialização de chocolates e confeitaria, contava com 24 lojas no final de 2016.

1.2. Indicadores Financeiros e Operacionais

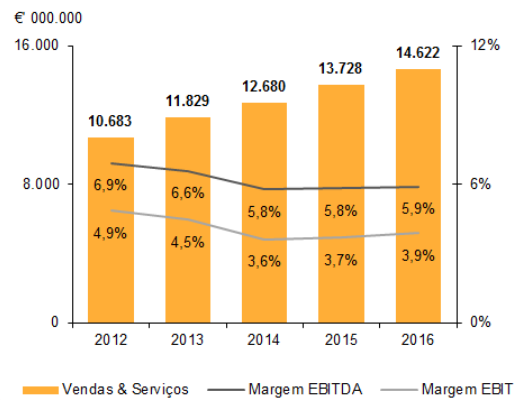
Vendas & Serviços



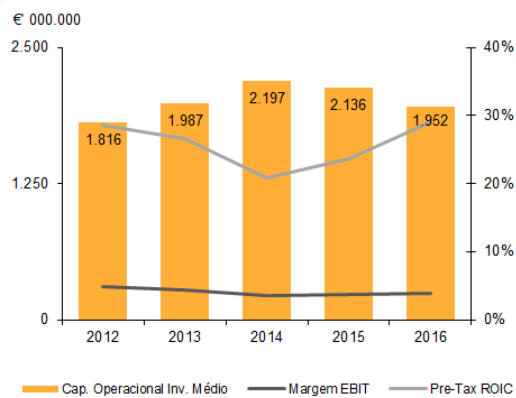
* Reclassificação do valor publicado em 2015, 4.240

** Reclassificação do valor publicado em 2015, 283

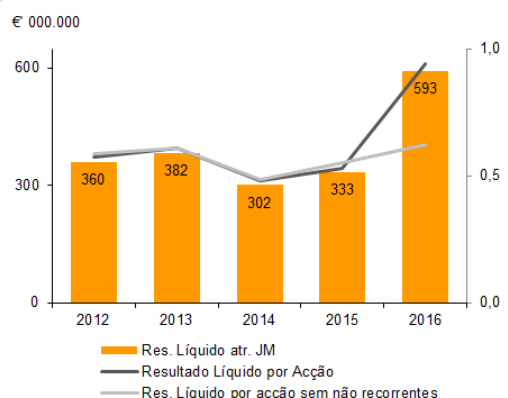
Vendas, Margem EBITDA e Margem EBIT



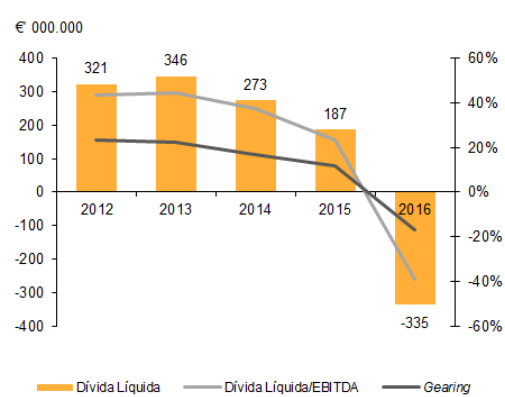
Pre-Tax ROIC



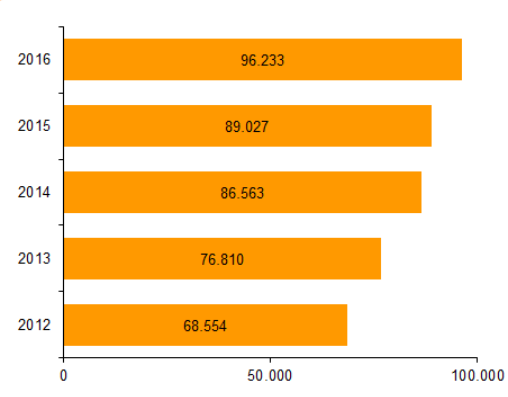
Resultado Líquido e Resultado Líquido por Ação

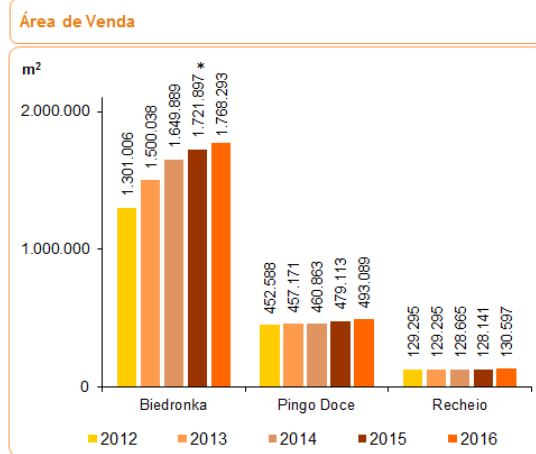
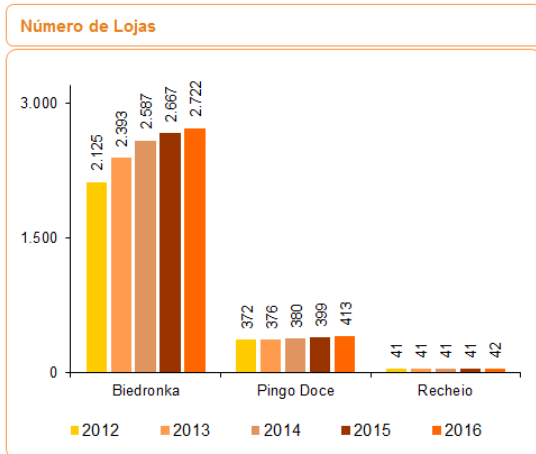


Dívida Líquida

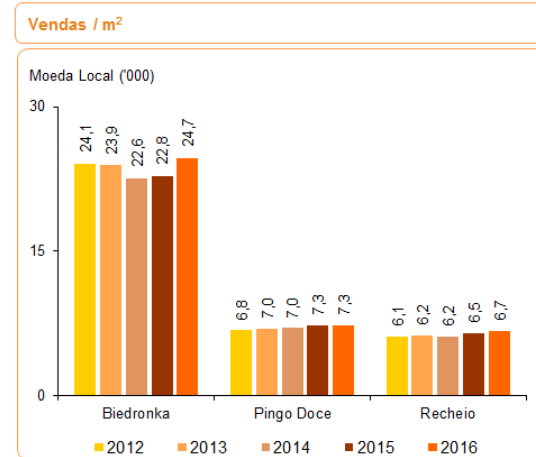
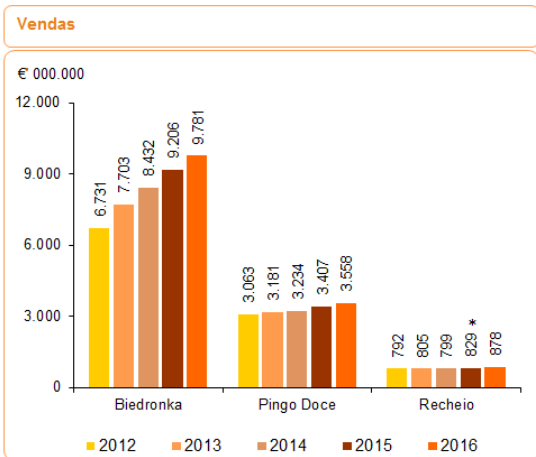


Colaboradores

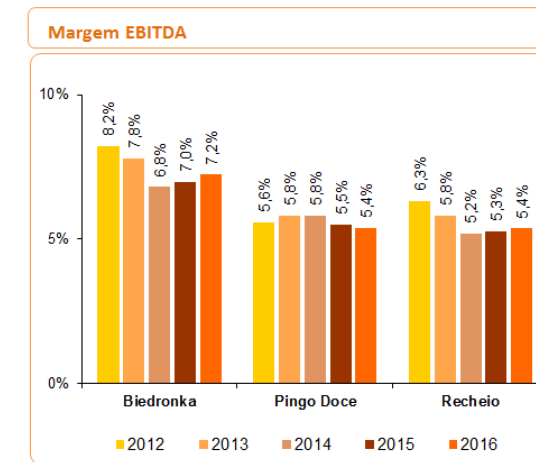
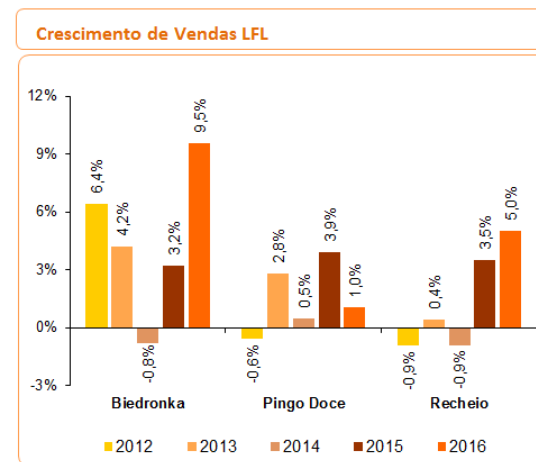




* Reclasseção do valor publicado em 2015, 1.717.944.



* Reclasseção do valor publicado em 2015, 832.



1.3. Órgãos Sociais e Estrutura

1.3.1. Órgãos Sociais

Data de eleição: 14 de Abril de 2016

Composição do Conselho de Administração eleito para o triénio 2016-2018

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado
- Nascido em 7 de Março de 1960
- **Presidente do Conselho de Administração, desde Dezembro de 2013**
- **Administrador-Delegado do Grupo, desde Abril de 2010**
- **Membro do Conselho de Administração, desde Março de 1995**

Andrzej Szlezak

- Nascido em 7 de Julho de 1954
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2013**

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Nascido em 19 de Dezembro de 1957
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2010**

Artur Stefan Kirsten

- Nascido em 22 de Fevereiro de 1961
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2015**

Clara Christina Streit

- Nascida em 18 de Dezembro de 1968
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2015**
- **Membro da Comissão de Auditoria, desde Abril de 2016**

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Nascido em 28 de Janeiro de 1948
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2013**

Hans Eggerstedt

- Nascido em 12 de Março de 1938
- **Membro do Conselho de Administração, desde Junho de 2001**
- **Membro da Comissão de Auditoria, desde Março de 2007**

Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Nascido em 7 de Novembro de 1968
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2015**

Sérgio Tavares Rebelo

- Nascido em 29 de Outubro de 1959
- **Membro do Conselho de Administração, desde Abril de 2013**
- **Presidente da Comissão de Auditoria, desde Abril de 2016**

Revisor Oficial de Contas e Auditor Externo

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 – 3.º, 1050-217 Lisboa

Representada por:

João Rui Fernandes Ramos (R.O.C n.º 1.333) ou António Joaquim Brochado Correia (R.O.C. n.º 1.076)

Suplente:

José Manuel Henriques Bernardo (R.O.C. n.º 958)

Secretário da Sociedade

Ana Luísa Abreu Coelho Virgínia

Suplente:

Carlos Miguel Martins Ferreira

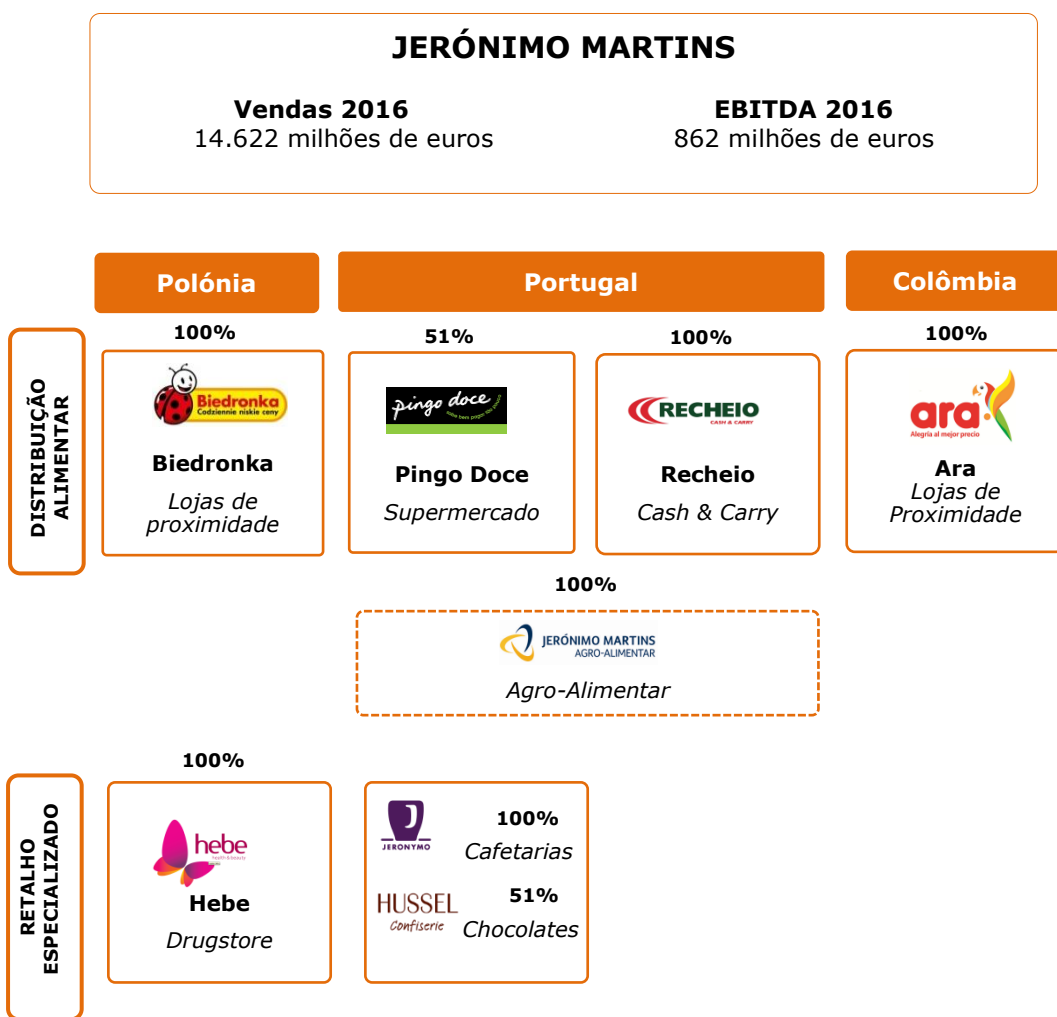
Presidente da Mesa da Assembleia Geral

Abel Bernardino Teixeira Mesquita

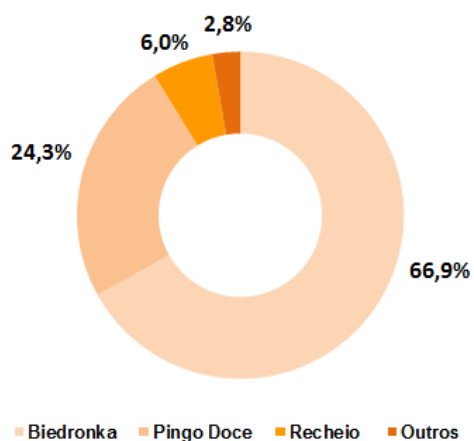
Secretário da Mesa da Assembleia Geral

Nuno de Deus Pinheiro

1.3.2. Estrutura de Negócios



Vendas por Área de Negócio 2016



EBITDA por Área de Negócio 2016

Milhões de euros	EBITDA	% Total
Biedronka	707	82,1%
Pingo Doce	192	22,2%
Recheio	47	5,5%
Outros	-84	-9,8%
JM	862	100%

2. Posicionamento Estratégico

2.1. Missão

Jerónimo Martins é um Grupo internacional com sede em Portugal, que actua no ramo alimentar, essencialmente no sector da Distribuição, visando satisfazer as necessidades e expectativas dos seus *stakeholders* e os legítimos interesses dos seus accionistas a curto, médio e longo prazos, ao mesmo tempo que contribui para o desenvolvimento sustentável das regiões onde opera.

Jerónimo Martins assume como pilares centrais da sua missão o crescimento e a criação de valor, de uma forma contínua e sustentável, no âmbito da sua abordagem à Responsabilidade Corporativa.

A Responsabilidade Corporativa de Jerónimo Martins é pautada pela contribuição para a melhoria da qualidade de vida das comunidades onde o Grupo desenvolve as suas actividades, através da disponibilização de produtos e soluções alimentares saudáveis, do exercício activo da responsabilidade na compra e na venda, da defesa dos Direitos Humanos e das condições de trabalho, do estímulo ao reforço de um tecido social mais equilibrado e coeso, bem como pelo respeito pela preservação do ambiente e dos recursos naturais.

2.2. Visão Estratégica

Crescimento e Criação de Valor

As orientações estratégicas do Grupo para a criação de valor assentam em quatro vertentes:

1. promoção contínua do crescimento sustentável;
2. gestão cuidada do risco na preservação de valor dos activos e no reforço da solidez do balanço;
3. maximização do efeito de escala e das sinergias;
4. fomento de propostas de diferenciação como garantia de vantagens competitivas.

Estes quatro vectores visam atingir os seguintes objectivos estratégicos:

- conquistar e consolidar uma posição de liderança nos mercados onde actua;
- construir e desenvolver insígnias e marcas fortes e responsáveis;
- assegurar o crescimento equilibrado das suas unidades de negócio em vendas e rentabilidade.

Na prossecução destes objectivos, as Companhias do Grupo desenvolvem a sua actividade orientadas pelas seguintes linhas de actuação:

- reforço da competitividade do preço e da proposta de valor;
- melhoria da eficiência operacional;
- incorporação dos desenvolvimentos tecnológicos;
- identificação de oportunidades de crescimento rentável.

2.3. Perfil Operacional

O nosso posicionamento operacional reflecte uma abordagem clara de *value food retail*, com foco no valor e numa orientação estratégica *mass-market*.

O Grupo oferece, de forma conveniente e próxima, soluções alimentares para todos os consumidores, a preços muito competitivos, o que exige operar com a máxima eficiência e com estruturas de custo lineares. Todas as nossas propostas de valor são marcadas por forte diferenciação em três vectores fundamentais: variedade e qualidade de produtos alimentares frescos, marcas próprias fortes e qualidade do ambiente de loja.

O sucesso dos nossos formatos é alavancado na liderança de mercado, que, numa abordagem *mass-market*, é associada a uma dimensão relevante, fundamental para criar economias de escala que nos permitam aumentar a eficiência logística e das operações. Só assim é possível oferecer os melhores preços e potenciar a notoriedade e a confiança essenciais à construção de relações duradouras com os parceiros de negócio estratégicos e com os nossos consumidores.

3. Prémios e Reconhecimentos

Corporativo

- O Grupo Jerónimo Martins é o 64.º maior retalhista do mundo no *ranking* **Global Powers of Retailing 2017**, um estudo realizado pela consultora Deloitte em parceria com a revista norte-americana "Stores";
- Pela primeira vez, o Grupo Jerónimo Martins foi incluído nos índices de sustentabilidade da London Stock Exchange: **FTSE4Good Global Index** e **FTSE4Good Europe Index**;
- O Grupo Jerónimo Martins foi distinguido com uma menção honrosa na categoria **Most Effective Domestic Community Investment** atribuído pelo Ethical Corporation Responsible Business Awards, pelo seu projecto "Fighting Food Waste on All Fronts";
- Jerónimo Martins obteve uma pontuação de "A-" no **CDP Climate 2016** – a segunda mais elevada –, posicionando o Grupo no patamar "Liderança", reconhecendo o desempenho ao nível da estratégia climática, incluindo a transparência no reporte de informação e gestão de risco;
- Jerónimo Martins obteve no **CDP Forests 2016** uma pontuação global de "A-" para o óleo de palma, posicionando o Grupo no patamar "Liderança". As *commodities* soja, papel, madeira e carne bovina obtiveram uma classificação de "B", correspondendo ao nível de "Gestão".

Biedronka

- A Jeronimo Martins Polska conquistou o 1.º lugar no *ranking* **The Great Modernizers of Europe 2015**, atribuído pelo Institute of European Business;
- A Jeronimo Martins Polska conquistou o 1.º lugar no *ranking* **The Powers of Business 2015**, atribuído pelo Institute of Modern Business;
- A Jeronimo Martins Polska foi reconhecida como **The Most Socially Responsible Chain** e como **The Most Reliable Player** no prémio "Market of the Year – Retail Chains 2016", organizado pela editora "Wydawnictwo Gospodarcze";
- A Jeronimo Martins Polska foi reconhecida como uma das **Empresas Mais Patrióticas da Polónia**, tendo conquistado a:
 - 1.ª posição no *ranking* em termos de volume de negócios em 2015 para empresas estrangeiras;
 - 1.ª posição no *ranking* dos Maiores Empregadores em 2015;
 - 7.ª posição no *ranking* das Maiores Empresas Pagadoras de Impostos em 2015;
 - 8.ª posição no *ranking* das Empresas Que Mais Investem em 2015;
- A Jeronimo Martins Polska foi reconhecida com um **Golden Laurel of Super Biznes** na categoria de "Corporate Social Responsibility", pela organização do Prémio de Literatura Infantil da Biedronka;

- A Jeronimo Martins Polska conquistou o 1.º lugar na lista dos **Maiores Empregadores da Polónia**, elaborado pela "Gazeta Finansowa";
- A Jeronimo Martins Polska foi reconhecida pela publicação "Polityka Weekly" com a **White Leaf** de "Corporate Social Responsibility", pelo seu trabalho realizado na área da certificação ambiental;
- A gama de produtos Dada, da Biedronka, foi reconhecida como **Super Product of the Year 2015** pela revista "Mam dziwiecko";
- As marcas BeBeauty, Dada e Puffi e Kitty, da Biedronka, ganharam o prémio **Brand 2016 – Quality, Trust, Reputation** na categoria de sais de banho, fraldas e *pet food*, respectivamente;
- A Biedronka recebeu o prémio **The Consumers' Choice 2016**, atribuído pelo Center for Consumer Satisfaction Evaluation, na categoria de "Retailista";
- A Biedronka foi reconhecida como **Retailer of the Year 2015 – Selected by Suppliers**, atribuído pela AC Nielsen Polska;
- A Biedronka recebeu o título **The Star of Service Quality 2016**, atribuído no âmbito do Programa Polaco de Qualidade e Serviço;
- A Biedronka conquistou o prémio **Superbrand** na categoria de "Shopping - Convenience Store", tendo ainda sido reconhecida pelo título "Created In Poland Superbrands 2015/2016" atribuído às marcas criadas na Polónia;
- O prémio de Literatura Infantil da Biedronka recebeu o prémio de **Social Campaign of the Year 2015**.

Pingo Doce

- Os vinhos da Marca Própria Pingo Doce ganharam três **Medalhas de Ouro**, quatro **Medalhas de Prata**, quatro **Medalhas de Bronze** e seis **Medalhas de Recomendação** nos concursos International Wine Challenge, Concours Mondial de Bruxelles e Decanter World Wines;
- Os **Pearl Awards** distinguiram a revista "Sabe Bem" com bronze na categoria de "Best Retail".

Recheio

- Foi certificado com o selo **Escolha dos Profissionais**, atribuído pela Consumer Choice – Centro de Avaliação da Satisfação do Consumidor, na categoria de "Distribuição Grossista";
- Vencedor de um **Master da Distribuição**, na categoria de "Melhor Grossista", atribuído pela revista "Distribuição Hoje".

Hebe

- A Hebe conquistou o galardão de **Drugstore of the Year 2016**, na categoria de "Estratégia de definição de sortido", atribuído pela editora "Wydawnictwo Gospodarcze";
- Foi considerada uma **Customer Friendly Company** pela Fundacja Obserwatorium Zarządzania;
- Foi reconhecida como uma marca **Created in Poland** pela Superbrands.



Relatório de Gestão

Criação de Valor
e Crescimento

1. Factos-Chave do Ano	22
2. Enquadramento de 2016	23
2.1. Polónia	23
2.2. Portugal	25
2.3. Colômbia	27
3. Desempenho do Grupo	29
3.1. Principais Projectos de 2016	29
3.2. Execução do Programa de Investimento	30
3.3. Actividade Consolidada de 2016	33
4. Desempenho das Áreas de Negócio	43
4.1. Distribuição Alimentar	43
4.2. Agro-Alimentar	52
4.3. Retalho Especializado	53
5. Perspectivas para 2017	55
6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço	57
7. Política de Distribuição de Dividendos	58
8. Proposta de Aplicação de Resultados	59
9. Anexo ao Relatório de Gestão	60

1. Factos-Chave do Ano

Biedronka

- Abertura de 83 lojas, terminando o ano com 2.722 localizações
- Remodelação de 221 lojas
- Lançamento do cartão de fidelização *Moja Biedronka*, reforçado com várias campanhas
- Entrada em funcionamento da fábrica de sopas, com produção de nove variedades e distribuição para todas as lojas

Pingo Doce

- Abertura de 14 lojas, cinco das quais em regime de gestão por terceiros, e duas lojas de conveniência Pingo Doce & Go, encerrando o ano com 413 localizações
- Celebração dos 25 anos da Marca Própria, contando, em 2016, com mais de 1.800 referências em catálogo

Recheio

- Abertura de uma loja em Sines, a juntar às 37 já existentes e quatro plataformas, das quais três dedicadas ao *Food Service*
- Adesão de 36 lojas ao conceito Amanhecer, terminando o ano de 2016 com um total de 285 lojas na rede
- Renovação do sítio institucional, o qual permitiu a abertura da loja *online*, sendo o primeiro *Cash & Carry* a disponibilizar este serviço em Portugal

Ara

- Início das operações na região de Bogotá
- Abertura de 79 lojas, terminando o ano com 221 localizações a operar em três regiões da Colômbia

Hebe

- Abertura de 26 lojas, terminando o ano com um total de 153 localizações
- Implementação do novo conceito de loja, com cinco lojas totalmente remodeladas

JMA (Jerónimo Martins Agro-Alimentar)

- Início da construção da nova fábrica de Lacticínios em Portalegre
- Arranque da primeira instalação de Aquacultura em Sines para produção de robalo
- Parceria com operador local na Madeira, com vista à produção de dourada

Jeronymo e Hussel

- Abertura de duas lojas Jeronymo no Porto
- Remodelação de duas lojas Hussel para adaptação ao novo conceito, mais moderno

Corporativo

- Alienação de 100% da subsidiária Monterroio – Industry & Investments B.V., que inclui as participações na área da Indústria (Unilever JM e Gallo) e Serviços (JMD), à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.

2. Enquadramento de 2016

2.1. Polónia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2016, a economia polaca manteve um desempenho positivo, mas o crescimento do PIB desacelerou face ao ano anterior, tendo-se cifrado em 2,8% de acordo com o Instituto Estatístico Polaco (GUS) (+3,9% em 2015). A procura interna continuou a ser o principal motor de crescimento do PIB, suportada pela melhoria gradual do mercado de trabalho, da confiança das famílias e da distribuição de subsídios no âmbito do programa “*Family 500 plus*”. Em sentido oposto e, devido principalmente à redução dos fluxos da União Europeia, o crescimento do PIB foi condicionado pela queda do investimento.

O emprego manteve a tendência de crescimento, tendo o número relativo à população activa permanecido estável, o que resultou em novas quedas na taxa de desemprego, que registou uma redução de 1,5 p.p. face a 2015, cifrando-se em 9,0% o nível mais baixo dos últimos 25 anos. A diminuição do desemprego, por sua vez, suportou o crescimento dos salários (o salário médio aumentou 4,1% em 2016).

Em 2016, o zloty face ao euro registou uma desvalorização de 4,1%. A posição cambial de final de ano apresentou também uma deterioração face ao euro (-3,3%), com uma taxa de 4,4103 e 4,2639 para 2016 e 2015, respectivamente.

A evolução dos preços na economia ficou em -0,6%, ligeiramente acima dos -0,9% registados em 2015, e a inflação nos produtos alimentares foi de 0,8% (-1,7% em 2015).

Embora tenha dado sinais claros de aumento nos últimos meses, a inflação permaneceu baixa ao longo do ano, num contexto de menor crescimento económico e de queda dos preços das *commodities*, em particular da energia.

Retalho Alimentar Moderno

De acordo com a PMR Research, o mercado de Retalho Alimentar Moderno cresceu 4,2% em 2016 (+2,6% em 2015), superando os 254 mil milhões de zlotys, tendo beneficiado de um conjunto de medidas económicas de incentivo ao consumo, em particular do programa “*Family 500 plus*”, que atribui às famílias um montante de 500 zlotys mensais por cada criança (excluindo o primeiro filho).

Outro tema que mereceu atenção durante o ano foi o imposto sobre o retalho que acabou por merecer a oposição da União Europeia, tendo a sua entrada em vigor sido adiada. De referir também que, em 2016, foi várias vezes feita referência à criação de uma lei para proibir a abertura do Retalho Moderno ao domingo, não tendo sido a mesma tornada pública/concluída no período.

À semelhança do registado em 2015, o rendimento disponível das famílias continuou a aumentar de forma sólida. Não obstante, o consumidor polaco manteve-se muito sensível ao factor preço e com um comportamento muito racional no momento da compra. O preço, a par do reforço da importância da conveniência, foram os elementos-chave no processo de decisão de compra.

Neste contexto verificou-se, em 2016, um aumento da importância da actividade promocional, que se intensificou, focada sobretudo em aumentar os volumes vendidos e não tanto em produtos específicos, com os principais operadores de mercado a lançarem várias campanhas, oferecendo aos consumidores melhores benefícios, nomeadamente descontos de preços e prémios especiais a quem efectuasse compras de valor superior, por forma a incrementar a compra média. A actividade promocional foi também assumida como uma verdadeira ferramenta de marketing, com os meios de comunicação a darem ampla cobertura às acções promocionais.

No sector de Retalho Alimentar, continuou-se a observar um movimento de consolidação, com o número de lojas independentes a reduzir, em linha com a tendência dos anos anteriores. O mercado manteve-se altamente competitivo, com as principais cadeias de retalho organizado a liderar o crescimento, e também cadeias de pequenas lojas e supermercados locais a terem bastante representatividade.

Para 2017, é expectável que o aumento do rendimento continue a beneficiar o sector do Retalho Alimentar, embora penalizado por alguma deslocação desse consumo para o canal HoReCa. Por outro lado, haverá um maior número de consumidores a valorizar a conveniência. O *e-commerce* também deverá apresentar crescimentos, com muitos dos principais operadores a considerarem lançar lojas *online*. No geral, as perspectivas para o mercado são positivas, o que está directamente relacionado com as projecções para a economia como um todo, embora ainda com incertezas quanto à introdução do imposto sobre o retalho e a proibição da abertura aos domingos.

Retalho de Saúde e Beleza

De acordo com as projecções da PMR Research, o mercado polaco de Saúde e Beleza cresceu 4,2% em 2016, para 22,1 mil milhões de zlotys, reflectindo o crescimento significativo de consumo observado durante o ano, em particular no segundo semestre, para o qual contribuiu de forma decisiva o programa "*Family 500 plus*", que gerou um estímulo adicional ao consumo com impacto positivo também neste segmento de mercado.

O maior estímulo de vendas foram as promoções, com os retalhistas a intensificarem as acções promocionais para atrair os consumidores.

Por outro lado, os consumidores estão cada vez mais exigentes em relação à oferta disponível nas lojas, procurando produtos que apresentem resultados eficazes, como sejam produtos de gama profissional que possam ser utilizados em casa.

Os produtos de cosmética natural representam uma tendência com força crescente e observou-se igualmente o aumento da popularidade das marcas locais e artesanais. É também cada vez mais valorizada a conveniência no momento da compra, como seja o poder-se realizar as compras em lojas com produtos de beleza e cosmética e que tenham simultaneamente produtos farmacêuticos.

Os programas de fidelização continuaram a ser fulcrais na actividade do retalho de saúde e beleza: cerca de 41% da população polaca são membros de um programa de fidelização, apesar do decréscimo de 6 p.p. face a 2015.

Verificou-se um aumento significativo da abertura de novas lojas, particularmente relevante nas cadeias de maior dimensão. Os centros comerciais e as galerias continuam a ser os locais mais atractivos, apesar de começar a verificar-se o aumento de aberturas em cidades de menor dimensão.

As lojas de *Discount*, que nos últimos anos têm expandido a oferta de cosméticos, tanto de marca do fabricante como de Marca Própria, subiram um lugar, para terceiro, entre os locais mais populares para a compra destes produtos, cuja liderança pertence às drogeries, seguida pelos hipermercados.

No mercado de cosméticos, a quota das lojas de *Discount* teve um acréscimo significativo nos últimos anos, impulsionada sobretudo pelo crescimento da Biedronka, seguida do Lidl.

Para o futuro, o mercado de Saúde e Beleza deverá continuar a registar crescimentos significativos, beneficiando da melhoria da situação económica dos consumidores polacos e do crescimento orgânico dos grandes retalhistas.

A atenção dos consumidores ao preço do produto continuará a ser um elemento crítico no momento da compra. No entanto, prevê-se também uma maior valorização das dimensões da qualidade e da eficácia do produto.

2.2. Portugal

Conjuntura Macroeconómica

Em 2016, Portugal manteve a trajectória de recuperação moderada da actividade económica, registada nos dois últimos anos.

O crescimento económico de 2016 fixou-se em 1,4%, inferior ao registado no ano anterior (+1,6%), reflectindo o crescimento irregular verificado ao longo do ano. O crescimento moderado verificado na primeira metade do ano 2016 reflectiu o perfil de desaceleração iniciado na segunda metade de 2015, em resultado de um menor contributo da procura interna e das exportações.

O segundo semestre foi caracterizado por uma aceleração da actividade económica, suportada no aumento das exportações e no crescimento, embora ligeiro, da procura interna, traduzido na aceleração do consumo privado e na menor queda no investimento.

De acordo com o Relatório de Inverno da Comissão Europeia (Fevereiro de 2017), 2016 fechou com uma desaceleração do crescimento da procura interna de 1,3% (+2,5% em 2015), traduzindo o menor contributo do investimento, condicionado pela forte queda do investimento público. O principal contributo para a evolução positiva da procura interna veio do consumo privado de 2,1% (+2,6% em 2015), com particular relevância do consumo de bens duradouros decorrente do aumento do rendimento disponível, da diminuição da taxa de desemprego e da manutenção da confiança dos consumidores.

As exportações registaram um crescimento mais moderado de 3,9% (+6,1% em 2015). Esta evolução traduz a contribuição negativa das exportações de combustíveis, cujo conteúdo importado é bastante significativo e também, ainda que em menor escala, da redução das exportações de serviços, excluindo o turismo. Em contrapartida, registou-se uma desaceleração do crescimento das importações de 3,9%, após um crescimento muito significativo em 2015 (+8,2%).

No que diz respeito ao mercado de trabalho observou-se uma redução da taxa de desemprego (+11,1%, bastante abaixo dos +12,6% verificados em 2015) e um aumento do emprego total.

No que respeita à inflação, esta fixou-se em 0,6%, ligeiramente acima dos 0,5% de 2015, reflectindo uma menor queda dos preços dos bens industriais energéticos e não energéticos e uma ligeira aceleração dos preços dos serviços, particularmente em sectores mais dinâmicos como o do turismo. Os preços dos bens alimentares cresceram apenas 0,5%, quando em 2015 o aumento verificado foi de 1,0%, devendo-se este abrandamento essencialmente aos preços dos bens transformados.

Em 2016, o défice situou-se em cerca de 2,0% do PIB (+4,4% em 2015), cumprindo a meta fixada pela Comissão Europeia. Ainda assim, e apesar desta redução, Portugal continuará a enfrentar, no médio prazo, riscos de sustentabilidade orçamental.

Retalho Alimentar Moderno

Em 2016, assistiu-se a uma evolução positiva da economia portuguesa, em particular no que se refere ao consumo privado, traduzindo um conjunto de factores favoráveis.

A par do aumento do rendimento real disponível verificou-se uma diminuição da taxa de desemprego (que ajuda a explicar o aumento da confiança dos consumidores), que manteve a tendência de recuperação verificada em 2015, registando valores mais elevados quando comparados com os últimos anos. Estes factores contribuíram, naturalmente, para um aumento do consumo das famílias portuguesas, que se estendeu à área alimentar.

Após um passado recente de decréscimo ou crescimento moderado de vendas, o Retalho Alimentar apresentou-se mais dinâmico, com uma evolução de vendas mais favorável do que a registada em 2015, tendo crescido 4,2% em 2016, de acordo com o Instituto Nacional de Estatística.

O ambiente competitivo manteve-se, contudo, muito intenso ao longo de todo o ano. Para além da forte componente promocional, verificou-se também uma aceleração do ritmo de aberturas de novas lojas de retalho alimentar, bem como de remodelações de lojas já existentes.

No que respeita à compra nas categorias de alimentação, higiene e limpeza, verificou-se simultaneamente um aumento da frequência de compra e do cabaz médio.

Os factores como a proximidade, preço e promoção continuaram a ser críticos na escolha do local de compra por parte dos consumidores ao longo do ano. Tal como já aconteceu em 2016, espera-se em 2017 que estes aspectos continuem a ser determinantes, aliados a uma maior consciencialização do consumidor sobre a importância de uma alimentação saudável e a crescente relevância da conveniência nas decisões de compra.

Mercado Grossista

Em 2016, o volume de facturação dos operadores de *Cash & Carry* registou uma evolução positiva (+3,7% de acordo com a TSR Nielsen - Mercado *Cash & Carry*), resultante sobretudo da dinâmica verificada no canal HoReCa.

Em termos de abertura de lojas *Cash & Carry* destacam-se a abertura da loja do Recheio de Sines e da loja Poupança em Setúbal.

No Retalho Tradicional, é de salientar a abertura de 54 novas lojas Amanhecer e cerca de 80 por outros operadores de mercado (principalmente lojas Meu Super), reforçando

o posicionamento das cadeias de retalho de proximidade com elevada dispersão geográfica.

Para 2017, perspectiva-se a continuação do bom desempenho dos sectores do turismo, hotelaria e restauração, assim como a revitalização do Retalho Tradicional.

2.3 Colômbia

Conjuntura Macroeconómica

Em 2016, o crescimento da economia colombiana desacelerou mais do que o estimado, em resultado de uma conjuntura externa desfavorável e de alguns condicionalismos internos que afectaram de forma relevante a actividade económica, com destaque para o menor crescimento mundial, a redução da produção e do preço do petróleo e a execução mais lenta do plano de infra-estruturas rodoviárias do país. Adicionalmente, verificou-se um aumento da incerteza nos agentes económicos, causado por questões em torno da reforma tributária, do processo de paz e das eleições nos Estados Unidos.

O crescimento mais modesto do PIB (+2,0%) foi igualmente reflexo do baixo dinamismo da actividade agrícola e do sector mineiro e, também, dos impactos relevantes das greves ocorridas no sector dos transportes.

Este foi o crescimento do PIB mais baixo desde 2009, quando a economia registou um crescimento anual de 1,7%, com o consumo privado e o investimento público e privado a diminuírem expressivamente. O abrandamento da procura interna reflectiu-se também na redução das importações.

A redução dos preços do petróleo e do carvão agravou a balança comercial, impactando de forma significativa o défice público, o qual ultrapassou os padrões económicos internacionais (cerca de 5,0% em 2016).

A inflação média de 2016 foi de 7,5% face aos 5,0% registados em 2015, mantendo-se muito acima do objectivo do Banco Central da Colômbia (+3,0% com uma variação de $\pm 1,0$ p.p.). As maiores pressões inflacionistas foram registadas nas categorias de alimentos, bens e serviços transaccionáveis, em resultado do fenómeno meteorológico *El Niño*, das greves no sector dos transportes e da desvalorização do peso Colombiano.

A aceleração da inflação levou o Banco Central a aumentar a taxa de juro de referência em 175 pontos base durante o ano (de 5,75% para 7,5%).

Por outro lado, o peso Colombiano registou uma desvalorização expressiva durante o ano, que foi em média 11,2% face ao euro.

A taxa de desemprego reflectiu também o crescimento modesto da economia, contrariando a tendência de descida dos últimos seis anos e atingiu em média 9,2% em 2016, mais 0,3 p.p. face a 2015.

Neste contexto, o índice de confiança do consumidor deteriorou-se significativamente, tendo-se mantido negativo ao longo do ano e, consideravelmente, abaixo dos anos anteriores, embora tenha iniciado uma trajectória de recuperação a partir de Abril de 2016.

Retalho Alimentar Moderno

Estima-se que o Retalho Alimentar na Colômbia tenha um valor de 65,5 mil milhões de dólares, com o retalho organizado a deter uma quota de aproximadamente 20%. Segundo dados da Nielsen, as vendas de Retalho Alimentar aumentaram 7,4% em 2016. O Retalho Tradicional cresceu 7,3%, o Retalho Moderno 7,1% e os supermercados independentes cresceram 10,9%. Durante o ano, verificou-se um maior número de aberturas de lojas no Retalho Moderno, com um total de 547 novas lojas abertas, face a 233 aberturas em 2015. O formato que registou o maior número de aberturas no retalho organizado foi o dos *Discounts*, com 337 novas lojas, o que representa 62% do total de lojas abertas.

A rápida expansão do formato *Discount* na Colômbia conduziu a um dinamismo acrescido no mercado de Retalho Moderno, aumentando a sua penetração em 2016.

A conjuntura económica no país apresentada neste capítulo levou à mudança de hábitos de consumo dos consumidores Colombianos, que transferiram as suas compras para marcas mais baratas.

Em relação às categorias, são de destacar as vendas de bebidas alcoólicas e produtos de beleza, que não sofreram perdas de vendas em resultado de um menor crescimento económico. Já a alimentação e as bebidas não alcoólicas foram as categorias mais afectadas.

As tendências mais recentes, e que devem continuar a verificar-se no mercado de retalho, estão relacionadas com a cada vez maior importância atribuída ao factor preço e à inovação de produto, enquanto estímulos para o crescimento das vendas. Ao nível do produto, destaca-se a necessidade de alinhar os desenvolvimentos com os novos hábitos do consumidor, mais focados em preços baixos e maior conveniência.

Em termos de formato, é expectável que o *Cash & Carry*, o *Discount* e as Lojas de Conveniência continuem a aumentar a sua penetração.

Fontes Consultadas:

Eurostat; Boletins Económicos do Banco de Portugal; Ministério das Finanças de Portugal; Instituto Nacional de Estatística (INE); Boletins Económicos do Banco Nacional da Polónia; *Central Statistical Office* (GUS); Banco de la República (Banco Central Colombiano); Departamento Administrativo Nacional de Estatística da Colômbia (DANE); *Business Monitor International* (BMI); BBVA; *Planet Retail*; Deloitte; TNS; Nielsen e PMR Research.

3. Desempenho do Grupo

3.1. Principais Projectos de 2016

As principais insígnias do Grupo – Biedronka, Pingo Doce e Recheio – iniciaram o ano de 2016 com enfoque reforçado na competitividade e crescimento *like-for-like*. Esta determinação conduziu a um forte desempenho ao longo de todo o ano com crescimentos das vendas *like-for-like*, das vendas totais e das quotas de mercado.

No geral, todas as estratégias e objectivos traçados foram executados e atingidos pelas Equipas de Gestão com o devido acompanhamento do Conselho de Administração, que desenvolveu, sem qualquer constrangimento, a sua supervisão das actividades de gestão.

Para 2016 foram estabelecidos objectivos claros de consolidação das vantagens competitivas na Polónia e em Portugal e de ambição de crescimento na Colômbia, o que resultou:

- i. na Polónia, na **consolidação da revisão da oferta iniciada pela Biedronka** em 2015, promovendo uma abordagem mais integrada e, por isso, mais ágil na adequação às necessidades e aspirações do consumidor;
- ii. em Portugal, tanto no Pingo Doce como no Recheio, na manutenção de uma actividade promocional intensa, garantindo, em simultâneo, **qualidade e inovação na sua proposta de valor global**;
- iii. na Colômbia, na **entrada da Ara na grande região de Bogotá**, continuando a investir na melhoria contínua da proposta de valor.

3.1.1. Biedronka – consolidação da revisão da oferta

Em 2015, a Biedronka iniciou uma revisão total do seu sortido, que levou ao aumento do mesmo, mas, principalmente, a um desenho renovado das várias categorias e sua composição. Este projecto estratégico surgiu no seguimento de uma realidade de consumo mais dinâmica e com novas aspirações a nível alimentar em muito impulsionada pelo aumento do rendimento disponível na Polónia.

O reforço do sortido foi o ponto de partida para uma renovada forma de abordar a proposta de valor, agora, mais do que nunca, focada no consumidor e atenta à rapidez que este tem vindo a demonstrar na evolução efectiva e aspiracional do seu cabaz alimentar.

Em 2016, a nova equipa de gestão da Biedronka focou-se em consolidar as mudanças organizacionais necessárias a um enfoque reforçado no desempenho *like-for-like* das vendas via um cabaz que se pretende mais dinâmico, tanto no sortido base, como nas campanhas promocionais e de *in & outs*.

Perante um ambiente de consumo mais positivo do que o antecipado para 2016, a Companhia criou, desde logo, uma dinâmica de acções mais assertivas que surpreenderam os consumidores com produtos e campanhas ao longo do ano que lhes permitiram complementar o seu cabaz alimentar.

3.1.2. Pingo Doce e Recheio – qualidade e inovação na sua proposta de valor global

Mantendo-se os consumidores portugueses muito orientados para as oportunidades promocionais, o Pingo Doce e o Recheio persistiram na sua estratégia comercial assente em preços competitivos conjugados com promoções intensas.

Em simultâneo, as insígnias investiram na consolidação das suas vantagens competitivas no mercado.

O Pingo Doce manteve um plano de remodelações ambicioso que abrangeu 21 lojas e que é fundamental para manter a sua diferenciação relativamente à experiência de compra.

Também a Marca Própria foi uma prioridade do ano com 221 lançamentos e com a realização de uma campanha alusiva ao seu 25º aniversário.

O Recheio manteve um grande enfoque na proximidade com os clientes, para o qual os gerentes de loja têm um papel fundamental, e investiu numa nova loja e na remodelação total de outra, dando uma maior expressão à área de Frescos, sendo esta uma vantagem competitiva reconhecida da insígnia.

3.1.3. Ara – entrada na grande região de Bogotá

A Ara, tendo apenas três anos de operação na Colômbia, validou a sua proposta de valor nas duas regiões iniciais (Eixo Cafeeiro e Costa do Caribe) e entrou em 2016 com a ambição de inaugurar operações na capital da Colômbia.

Estando permanentemente a melhorar a sua oferta e a adaptar a mesma à realidade de cada região, a Ara teve como prioridade do ano preparar e executar a entrada na região de Bogotá.

Este projecto envolveu todas as áreas da Companhia, nomeadamente no que respeita: i. à área de expansão, na prospecção e negociação de localizações, ii. à área comercial e marketing no que respeita ao desenvolvimento da componente regional do sortido, e iii. a área de recursos humanos na criação e formação das equipas para esta nova região que abre portas a um dos maiores mercados da Colômbia.

3.2. Execução do Programa de Investimento

O plano de investimento do Grupo em 2016 cifrou-se em 482 milhões de euros, dos quais 44% investidos em expansão (lojas novas e Centros de Distribuição).

O investimento de expansão mantém um relevante papel na estratégia de crescimento do Grupo.

(milhões de euros)

Área de Negócio	2016			2015		
	Expansão ¹	Outros ²	Total	Expansão ¹	Outros ²	Total
Biedronka	53	180	233	90	114	204
Lojas	51	170	221	84	110	193
Logística e Estrutura Central	2	10	12	6	5	11
Pingo Doce	75	62	137	75	59	133
Lojas	33	59	92	54	57	111
Logística e Estrutura Central	42	3	45	21	2	23
Recheio	8	13	21	5	14	18
Ara	64	0	64	49	0	49
Lojas	59	0	59	31	0	31
Logística e Estrutura Central	5	0	5	17	0	17
Total Distribuição Alimentar	199	255	455	218	187	404
Hebe	5	2	6	3	1	4
Serviços e Outros	10	11	21	3	1	4
Total JM	214	268	482	224	189	412
% do EBITDA	24,9%	31,1%	56,0%	28,0%	23,6%	51,6%

¹ Novas Lojas e Centros de Distribuição.

² Remodelação, Manutenção e Outros.

A Biedronka, que investiu um total de 233 milhões de euros (48% do total do *capex* do Grupo), abriu um total de 83 novas localizações.

Ainda na Polónia, a Hebe juntou 26 novas localizações ao seu parque de lojas.

No Pingo Doce, o plano de investimento atingiu um total de 137 milhões de euros, incluindo o investimento em 14 novas localizações, das quais cinco lojas geridas através de contrato de agência e duas sob o inovador conceito de conveniência Pingo Doce & Go.

O Recheio abriu uma loja em Sines, garantindo presença num mercado onde a oportunidade de vendas é relevante e a insígnia ainda não estava presente.

Na Colômbia, a Ara abriu um total de 79 lojas, acelerando das 56 aberturas realizadas em 2015 e continuou a investir na preparação da expansão, pretendendo aumentar o ritmo de abertura de novas lojas no futuro. Do total de aberturas, 22 foram na nova região – Bogotá.

	Lojas Novas		Remodelações ¹		Lojas Fechadas	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Biedronka	83	102	221	155	28	22
Pingo Doce	14	21	21	29	0	2
Recheio	1	0	1	2	0	0
Ara	79	56	0	0	0	0
Hebe	26	15	5	10	7	0
Outros Negócios²	5	13	2	1	4	11

¹ Exceptuando o Recheio, consideram-se apenas as lojas cuja remodelação implicou o encerramento da área de venda alimentar.

² Inclui as lojas NewCode, Spot, Bem Estar, Refeições no Sítio do Costume, Postos de Combustível, Jeronymo, Kropka Relaks, Olá, Hussel e Jeronymo Food with Friends.

Dentro do plano de investimento, a logística mantém-se como uma área importante, reflectindo a relevância estratégica desta área para cada modelo de negócio do Grupo.

O Pingo Doce, avançando com o plano de reestruturação logística para melhor responder às necessidades da rede de lojas, investiu na instalação de um novo Centro de Distribuição, encontrando-se em fase final de construção, prevendo-se que seja inaugurado no primeiro semestre de 2017.

As remodelações têm vindo a ganhar maior peso no plano de despesas de capital, sendo este investimento fundamental para garantir a qualidade da experiência de loja, a eficiência da operação e a inovação das propostas de valor, tendo um papel relevante no potencial de crescimento *like-for-like* das vendas de cada insígnia.

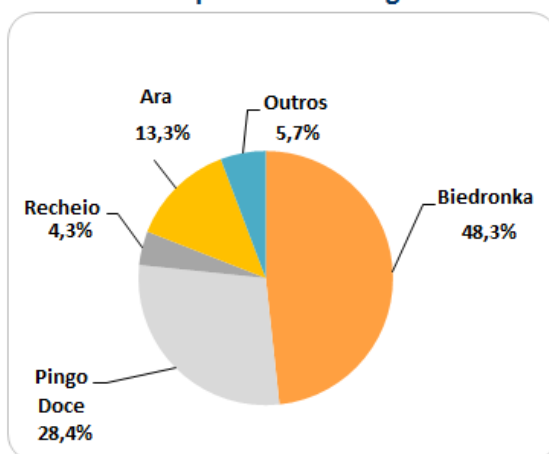
A Biedronka acelerou, em 2016, o número de remodelações para 221 lojas (de 155 em 2015), imprimindo um ritmo mais normalizado a este programa, já que em 2015 o foco na actualização do sortido conduziu a um abrandamento do mesmo.

O Pingo Doce mantém o plano de remodelações como um pilar importante no reforço da sua posição competitiva, tendo, em 2016, abrangido de forma profunda 21 lojas.

O Recheio remodelou totalmente a loja de Torres Vedras, preparando-a para uma operação melhorada de Frescos.

Para além das grandes áreas de investimento acima apresentadas, a inovação para diferenciação, fora do programa de remodelações, também recebeu a atenção do Grupo, nomeadamente através da abertura de uma fábrica de sopas da Biedronka e, no âmbito da área Agro-Alimentar em Portugal, do início da construção de uma nova fábrica de leite e arranque da primeira instalação de Aquacultura. No final do ano, foi ainda adquirido o Santa Maria Manuela, navio emblemático que fez parte da antiga *frota branca* de bacalhoeiros portugueses.

Investimento por Área de Negócio



3.3 Actividade Consolidada de 2016

3.3.1. Vendas Consolidadas

O Grupo atingiu, em 2016, vendas de 14.622 milhões de euros, 6,5% acima do ano anterior (+9,8% a taxa de câmbio constante).

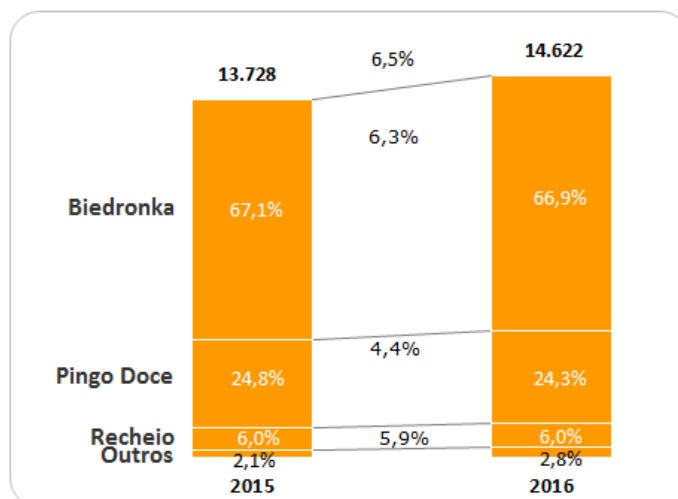
(milhões de euros)	2016		2015		Δ %		LFL
		% total		% total	s/ F/X	Euro	
Vendas e Serviços							
Biedronka	9.781	66,9%	9.206	67,1%	10,8%	6,3%	9,5%
Pingo Doce	3.558	24,3%	3.407	24,8%		4,4%	1,0%
Recheio	878	6,0%	829*	6,0%		5,9%	5,0%
Ara	236	1,6%	122	0,9%	110,2%	92,5%	n.a.
Hebe	122	0,8%	100	0,7%	27,5%	22,2%	n.a.
Outros & Ajustes de Consolidação	46	0,3%	63	0,5%		n.a.	n.a.
Total JM	14.622	100%	13.728	100%	9,8%	6,5%	7,2%

* Reclassificação do valor publicado em 2015, 832

2016 foi um ano de sólido crescimento das vendas, que beneficiou de uma extraordinária progressão no volume de negócios da Biedronka que levou o Grupo a atingir uma progressão de 7,2% das suas vendas *like-for-like*.

Os crescimentos registados em todas as insígnias são a confirmação da adequação da nossa estratégia de enfoque no consumidor, que se traduz na competitividade dos preços e no reforço da atractividade do cabaz e da experiência de compra. Este posicionamento estratégico provou potenciar a captação das oportunidades de crescimento que identificamos em cada mercado onde operamos.

Vendas Consolidadas (milhões de euros)



Na Polónia, a envolvente competitiva manteve-se intensamente promocional, com o ambiente de consumo a revelar-se mais positivo do que o antecipado, em virtude, nomeadamente, do aumento do salário mínimo no país e da atribuição de um subsídio para famílias com mais do que um filho.

Este aumento de rendimento disponível conjugado com o facto de os consumidores polacos terem uma abordagem inovadora, no que respeita ao consumo alimentar, geraram oportunidades interessantes para o desenvolvimento do cabaz alimentar no mercado.

A Biedronka, com uma oferta reforçada e com uma abordagem mais intensa e inovadora às campanhas comerciais, beneficiou totalmente desta envolvente favorável e registou um crescimento de 9,5% das suas vendas *like-for-like*, apesar de ter mantido uma inflação ligeiramente negativa no cabaz.

A insígnia atingiu um aumento líquido de 55 localizações, tendo terminado o ano de 2016 com um total de 2.722 lojas.

As vendas da Biedronka aumentaram 6,3% no ano (+10,8% em moeda local) para 9.781 milhões de euros, levando ao aumento da sua quota de mercado.

A Hebe, com uma proposta de valor mais focada nas áreas do sortido onde a insígnia se pretende diferenciar, e com um plano de comunicação alinhado com este posicionamento, apresentou, ao longo do ano, uma boa evolução de vendas, que atingiram 122 milhões de euros, 22,2% acima de 2015. A rede total de lojas totalizou 153 localizações, mais 19 do que em 2015.

Em Portugal, onde a inflação alimentar foi de 0,5%, o sector de retalho alimentar manteve-se extremamente competitivo, com as promoções a desempenhar um papel determinante.

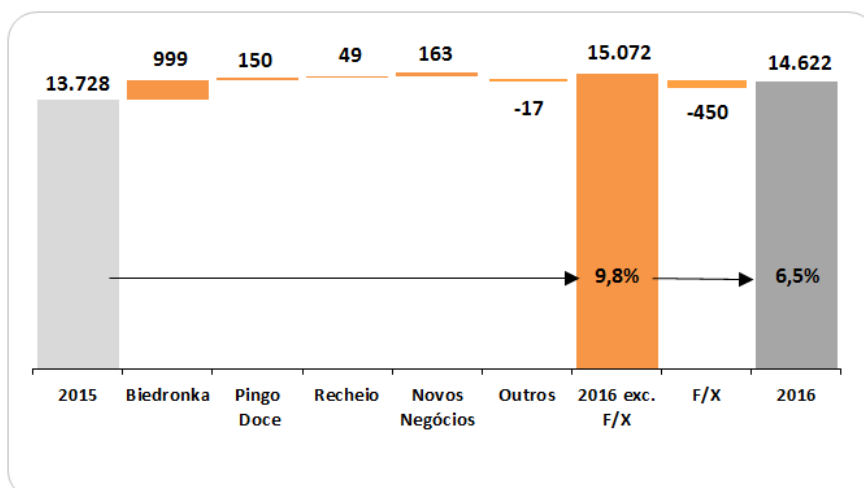
O Pingo Doce manteve uma forte dinâmica promocional, garantindo, em simultâneo, qualidade e inovação na sua oferta de Marca Própria. A Companhia prosseguiu a execução do seu programa de remodelações de loja, com vista à melhoria contínua da experiência global de compra.

Com uma exigente base de comparação em 2015, o crescimento *like-for-like* (excluindo combustível) foi de 1,2% em 2016 e as vendas totais atingiram 3.558 milhões de euros, um aumento de 4,4% em relação ao ano anterior.

As vendas do Recheio subiram 5,9% para 878 milhões de euros. A Companhia, suportada pela sua sólida posição competitiva, beneficiou da melhoria registada no segmento HoReCa em resultado da forte actividade turística em Portugal. O crescimento *like-for-like* no ano foi de 5,0%.

A Ara encerrou o ano com 221 lojas em três regiões da Colômbia. O desempenho de vendas continuou a confirmar a boa aceitação da proposta de valor por parte dos consumidores Colombianos em todas as regiões. A insígnia atingiu vendas de 236 milhões de euros em 2016, tendo mais do que duplicado as vendas em moeda local em relação ao ano de 2015.

Contribuição para o crescimento de Vendas (milhões de euros)



3.3.2. Resultado Operacional Consolidado

(milhões de euros)	2016		2015		Δ%
		%		%	
Vendas Consolidadas	14.622		13.728		6,5%
Margem Total	3.113	21,3%	2.937	21,4%	6,0%
Custos Operacionais	-2.251	-15,4%	-2.138	-15,6%	5,3%
Cash Flow Operacional (EBITDA)	862	5,9%	800	5,8%	7,8%
Depreciação	-294	-2,0%	-294	-2,1%	-0,1%
Resultado Operacional (EBIT)	568	3,9%	505	3,7%	12,4%

O foco prioritário no crescimento *like-for-like* das vendas, mantendo uma rigorosa gestão de custos, levou as principais áreas de negócio a registarem crescimento do EBITDA gerado no ano.

O EBITDA consolidado atingiu 862 milhões de euros, um crescimento de 7,8% em relação a 2015 (+11,0% a taxa de câmbio constante).

(milhões de euros)	2016		2015		Δ %
		% total		% total	
Biedronka	707	82,1%	641	80,2%	10,3%
Pingo Doce	192	22,2%	188	23,5%	2,0%
Recheio	47	5,5%	44	5,5%	7,4%
Outros & Ajustes de Consolidação	-84	-9,8%	-73	-9,2%	15,1%
EBITDA Consolidado	862	100%	800	100%	7,8%

Embora a inflação do cabaz se tenha mantido ligeiramente negativa tanto na Biedronka como no Pingo Doce, ambas as insígnias registaram sólidos crescimentos das vendas *like-for-like* que permitiram mitigar a evolução dos custos operacionais, em especial ao nível dos custos com pessoal que registaram um aumento relevante na Polónia e em Portugal. Assim, a margem EBITDA do Grupo aumentou para 5,9%, de 5,8% em 2015.

A Biedronka registou um EBITDA de 707 milhões de euros, um aumento de 10,3% em relação a 2015 (+15,1% a taxa de câmbio constante). Este desempenho foi resultado do forte crescimento *like-for-like* e do grande rigor na gestão de custos, tendo sido obtido apesar da intensa actividade promocional impressa pela insígnia em 2016.

A margem EBITDA da Biedronka foi de 7,2% (vs. +7,0% em 2015).

O Pingo Doce gerou um EBITDA de 192 milhões de euros, 2,0% acima do ano anterior. A margem EBITDA foi de 5,4%, uma redução dos 5,5% registados em 2015 em resultado da manutenção da intensa actividade promocional e do investimento na experiência de compra, nomeadamente através das remodelações de loja.

No Recheio, o EBITDA atingiu os 47 milhões de euros, um crescimento de 7,4% em relação ao ano de 2015, com a respectiva margem a registar-se em 5,4%, subindo dos 5,3% registados em 2015, impulsionado pelo sólido crescimento *like-for-like*.

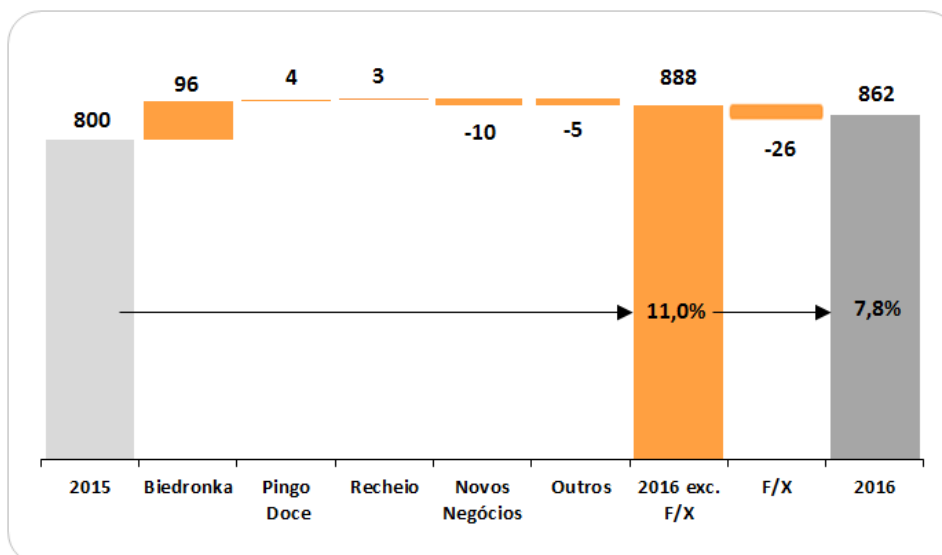
A Ara e a Hebe registaram, em conjunto, perdas de 62 milhões de euros ao nível do EBITDA, tendo a Ara sido responsável por cerca de 76% do total das mesmas.

O crescimento das perdas geradas na Colômbia em relação ao ano anterior foi, essencialmente, consequência da decisão tomada, no terceiro trimestre, pela equipa de gestão da Ara de fortalecer a sua estrutura ao nível das várias equipas como forma de preparar, de forma sustentável, a sua capacidade futura de crescimento.

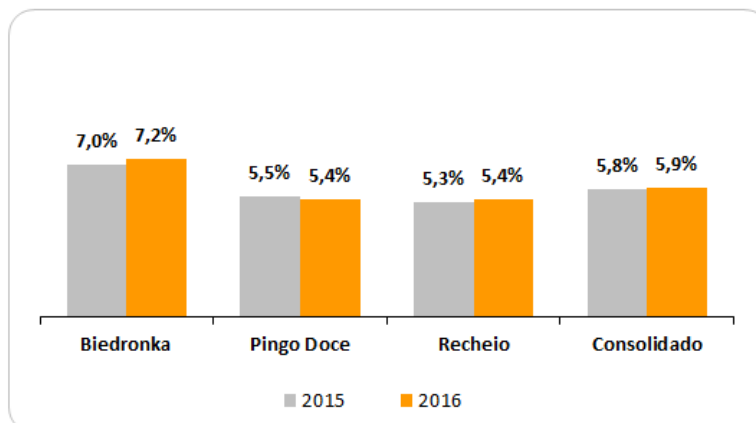
Relativamente à Hebe, as perdas geradas mantiveram uma tendência de redução, tal como esperado.

O investimento sustentado no crescimento de vendas levou a uma sólida geração de EBITDA, em simultâneo com o reforço das posições competitivas em todos os mercados.

Contribuição para o crescimento do EBITDA (milhões de euros)



Margem EBITDA



3.3.3. Resultado Líquido Consolidado

(milhões de euros)	2016		2015		Δ%
		%		%	
Resultado Operacional (EBIT)	568	3,9%	505	3,7%	12,4%
Resultados Financeiros	-17	-0,1%	-26	-0,2%	-34,5%
Ganhos em Empresas Associadas	10	0,1%	17	0,1%	-38,2%
Itens não Recorrentes	184	1,3%	-20	-0,1%	n.a.
Resultado antes de Imposto (EBT)	744	5,1%	475	3,5%	56,7%
Impostos	-130	-0,9%	-117	-0,8%	11,5%
Resultado Líquido	614	4,2%	358	2,6%	71,5%
Interesses que não Controlam	-21	-0,1%	-25	-0,2%	-15,5%
Res. Líquido atrib. a JM	593	4,1%	333	2,4%	78,0%
Res. Líquido / acção (€)	0,94		0,53		78,0%
Res. Líquido / acção sem não recorrentes (€)	0,62		0,55		12,8%

O resultado líquido do Grupo atingiu 593 milhões de euros.

Excluindo a contribuição da Monterroio, numa base comparável¹, os resultados líquidos foram de 361 milhões de euros, representando um crescimento de 14,5% relativamente ao mesmo período do ano anterior.

Os itens não recorrentes, para além da mais-valia de 221 milhões de euros relativa à venda da Monterroio, incorporam custos de reestruturação em Portugal e na Polónia, *impairments* de activos em Portugal e a extensão à Polónia do plano de prémios de antiguidade do Grupo.

Os encargos financeiros foram de 17 milhões de euros, 9 milhões de euros abaixo do ano anterior devido à redução do nível médio de dívida ao longo do ano, bem como à diminuição do custo médio da dívida.

O sólido crescimento do resultado líquido foi consequência do crescimento de vendas, controlo de custos e solidez do balanço.

3.3.4. Cash Flow

(milhões de euros)	2016	2015
EBITDA	862	800
Pagamento de Juros	-14	-29
Outros Itens Financeiros	3	14
Imposto sobre o Resultado	-177	-108
Fundos gerados pelas Operações	673	677
Pagamento de <i>Capex</i>	-433	-394
Δ Capital Circulante	193	212
Outros	285	-12
Cash Flow Libertado	718	482

O *cash flow* gerado no ano atingiu 718 milhões de euros, mais 236 milhões de euros do que no ano anterior.

O bom desempenho do *cash flow* deveu-se essencialmente i. ao crescimento do EBITDA gerado, fruto da combinação do forte desempenho de vendas com manutenção da eficiência operacional; ii. à rigorosa gestão de capital circulante e iii. à venda da Monterroio.

¹ Excluindo, em ambos os anos, o impacto da Monterroio como apresentado na nota de reconciliação número 7, no Capítulo III deste relatório.

O bom desempenho do *cash flow* deveu-se essencialmente i. ao crescimento do EBITDA gerado, fruto da combinação do forte desempenho de vendas com manutenção da eficiência operacional; ii. à rigorosa gestão de capital circulante e iii. à venda da Monterroio.

3.3.5. Balanço Consolidado

(milhões de euros)	2016	2015
<i>Goodwill</i> Líquido	630	640
Activo Fixo Líquido	3.180	3.060
Capital Circulante Total	-2.201	-2.001
Outros	46	82
Capital Investido	1.656	1.780
Total de Empréstimos	335	658
<i>Leasings</i>	4	0
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-674	-471
Dívida Líquida	-335	187
Interesses que não Controlam	253	252
Capital Social	629	629
Resultados Transitados	1.109	712
Fundos de Accionistas	1.991	1.593
<i>Gearing</i>	-16,8%	11,7%

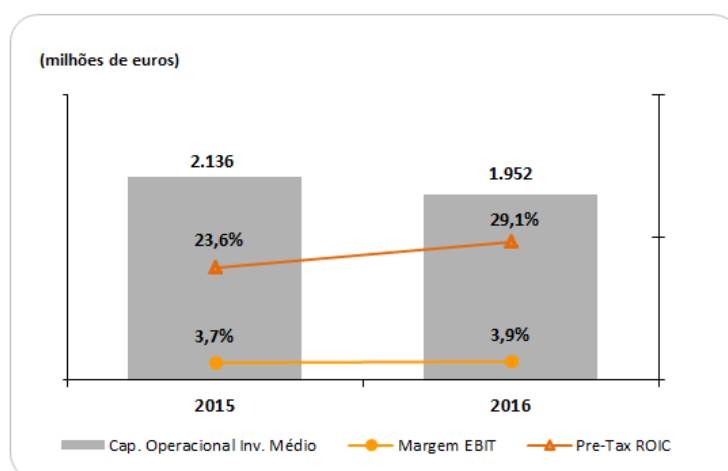
No final do ano, o Grupo registava uma posição líquida de excesso de caixa de 335 milhões de euros beneficiando da venda da Monterroio, mas também da manutenção de uma rigorosa gestão de capital circulante.

A solidez do balanço sai reforçada num ano em que o pagamento de dividendos aos Accionistas do Grupo foi de 167 milhões de euros e o investimento foi de 482 milhões de euros.

3.3.6. Rentabilidade do Capital Investido

A rentabilidade do capital investido, calculado sob a forma de *Pre-Tax ROIC*, cifrou-se em 29,1%, uma subida face aos 23,6% registados em 2015.

Pre-Tax ROIC



O crescimento das vendas verificado ao nível do *like-for-like* do Grupo (+7,2%) e a disciplinada gestão de investimento e capital circulante justificaram a melhoria ao

nível da rotação de capital e permitiram a evolução positiva da rentabilidade do capital investido.

O aumento da rotação do capital investido nas três principais áreas de negócio – Biedronka, Pingo Doce e Recheio –, conjugado com o aumento da margem EBIT da Biedronka, foram os impulsionadores deste desempenho que reflecte melhoria do *Pre-Tax ROIC* das três áreas de negócio referidas.

3.3.7. Detalhe da Dívida

No final do ano, a Companhia apresentava um excesso de liquidez que se traduz numa dívida líquida negativa de 335 milhões de euros que compara com uma dívida líquida de 187 milhões de euros em 2015.

A nova dívida emitida durante o ano de 2016 situou-se ao nível da Colômbia, para fazer face às necessidades de investimento naquele país, mitigando, assim, a exposição do investimento em termos cambiais.

(milhões de euros)	2016	2015
Dívida de Médio Longo Prazo	112	534
% do Total de Empréstimos	33,3%	81,2%
Maturidade Média (anos)	3,5	2,4
Empréstimos Obrigacionistas	0	150
Papel Comercial	0	100
Outros Empréstimos MLP	112	284
Dívida de Curto Prazo	224	123
% do Total de Empréstimos	66,7%	18,8%
Total de Empréstimos	335	658
Maturidade Média (anos)	1,6	1,9
<i>Leasings</i>	4	0
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-674	-471
Dívida Líquida	-335	187
% Dívida em Euros (Dívida Financeira + <i>Leasings</i>)	44,2%	47,4%
% Dívida em Zlotys (Dívida Financeira + <i>Leasings</i>)	27,8%	40,4%
% Dívida em Pesos (Dívida Financeira + <i>Leasings</i>)	27,9%	12,2%

3.3.8. Jerónimo Martins no Mercado de Capitais

Caracterização do Título

Bolsa em que está Cotada	Euronext Lisboa	
Data de Entrada em Bolsa	Novembro de 1989	
Capital Social (€)	629.293.220	
Valor Nominal	1,00 €	
N.º Acções Emitidas	629.293.220	
Símbolo	JMT	
Códigos	ISIN	PTJMT0AE0001
	Reuters	JMT.LS
	Bloomberg	JMT PL
	Sedol	B1Y1SQ7
	WKN	878605

As acções de Jerónimo Martins integram 66 índices, sendo os mais relevantes o PSI20 (índice de referência do Euronext Lisboa), o Euronext100 e o EuroStoxx index, entre

outros, e são negociadas em 37 plataformas distintas, maioritariamente nas principais praças europeias.

Estrutura de Capital

Para informação sobre a estrutura de capital de Jerónimo Martins, consultar o ponto 9. Anexo ao Relatório de Gestão, neste capítulo.

Desempenho do PSI20

O PSI20, o índice de referência no mercado português, depois de ter valorizado 10,7% em 2015, fechou o ano de 2016 a desvalorizar 11,9%, para 4.679,20 pontos, tendo registado a queda mais expressiva entre os índices europeus.

O índice arrancou o ano com 17 títulos, passando a contar com 18 na revisão anual de Março de 2016: a Teixeira Duarte e a Impresa foram excluídas do índice e o Montepio, a Sonae Capital e a Corticeira Amorim foram incluídos.

O PSI20 destacou-se nas perdas desde o início do ano, com os investidores a revelarem receios motivados pelo fraco crescimento económico, que penalizou sobretudo a periferia do euro, pelos problemas na banca e por uma eventual retirada de estímulos a partir de 2017, com impacto negativo na dívida nacional. Das 18 empresas cotadas no PSI20, 12 registaram um comportamento negativo. Com desempenhos positivos, estiveram a Sonae Capital (+46,7%), a Corticeira Amorim (+42,9%), a Galp Energia (+32,4%), a Jerónimo Martins (+22,9%), a Semapa (+5,6%) e o Banco BPI (+3,7%).

O mês de Junho registou a maior queda do ano (-10,2%) do PSI20. No dia 23 de Junho, o Reino Unido votou a favor da saída britânica da União Europeia (*Brexit*). As bolsas reagiram negativamente à notícia, mas Julho trouxe a recuperação e o PSI20 seguiu a tendência positiva dos restantes mercados accionistas, valorizando +6,6%, naquele que foi o melhor mês do índice.

O Stoxx600, o índice de referência que agrega as 600 maiores cotadas europeias, terminou o ano com o primeiro saldo global negativo em cinco anos, registando uma perda acumulada de 1,2%. Os sectores que mais apoiaram o desempenho do índice foram o minério (+62,0%) e o petróleo e gás (+22,9%). A impedir uma maior valorização do Stoxx600 esteve o sector das telecomunicações (-15,9%).

O índice bolsista português ficou abaixo dos principais índices europeus, sendo que o FTSE100, o DAX30 e o AEX foram os índices com melhor desempenho no ano, com valorizações de 14,4%, 11,6% e 9,4%, respectivamente.

Desempenho da Acção Jerónimo Martins

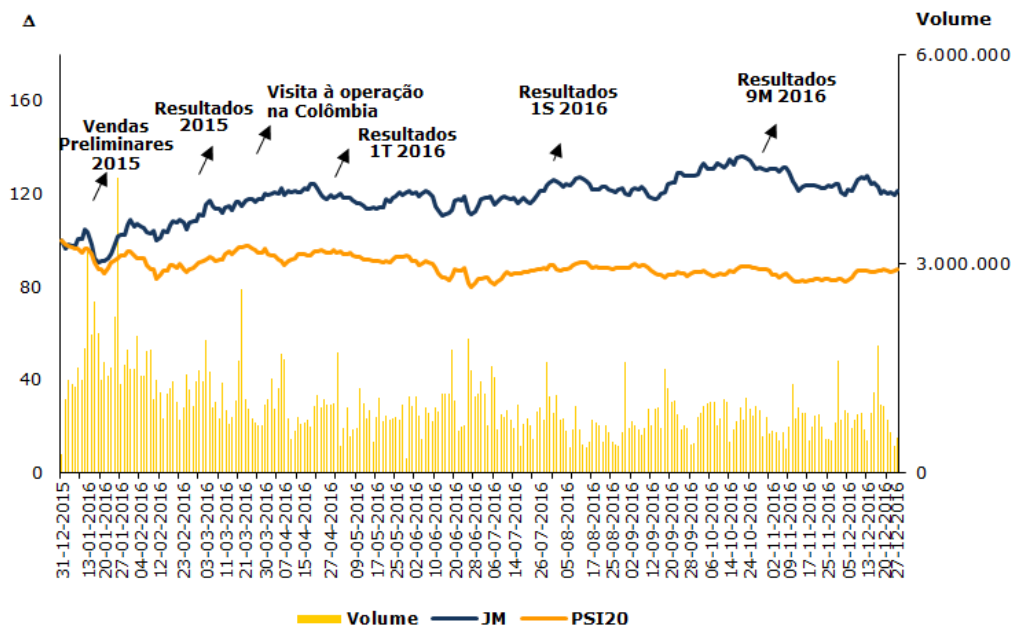
A acção de Jerónimo Martins, depois de ter apresentado uma valorização de 43,9% em 2015, registou, em 2016, uma valorização de 22,9%.

Segundo a Euronext Lisboa, em 2016 Jerónimo Martins foi a empresa portuguesa com a terceira maior capitalização bolsista, tendo encerrado o ano com um peso relativo no PSI20 de 13,7%. O Grupo fechou 2016 com 9,3 mil milhões de euros de capitalização bolsista *versus* 7,5 mil milhões de euros no final de 2015. Jerónimo Martins é uma das três empresas portuguesas que integram o índice Euronext100, com um peso de 0,4% (0,3% em 2015).

Jerónimo Martins foi uma das acções mais transaccionadas na Euronext Lisboa, com cerca de 250 milhões de acções, o que correspondeu a uma média diária de um

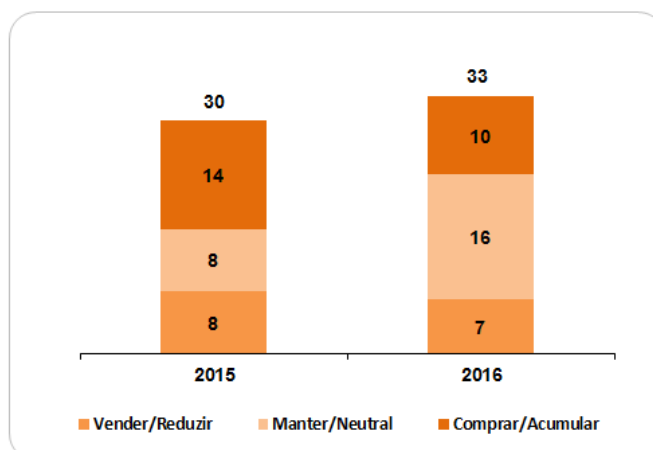
milhão de acções, a um preço médio de 14,239 euros (20,3% superior ao registado em 2015). Em termos de volume de negócios, estas acções representaram o equivalente a 16% (3,5 mil milhões de euros) do volume global de acções transaccionadas no índice PSI20 em 2016 (21,7 mil milhões de euros).

A acção Jerónimo Martins apresentou uma tendência positiva durante grande parte do ano, tendo registado a cotação mínima de 10,92 euros no dia 18 de Janeiro e a cotação máxima de 16,35 euros no dia 19 de Outubro. Ao longo do ano, com excepção do mês de Janeiro, a acção Jerónimo Martins manteve-se com um desempenho acima do PSI20, terminando 2016 com uma cotação de 14,74 euros, o que representa uma valorização de 22,9% face ao final de 2015.



Analistas

Em 2016, cinco casas de investimento iniciaram a cobertura de Jerónimo Martins (BiG, Deutsche Bank, Intermoney Valores, Invest Securities e Millennium Dom Maklerski) e outras quatro deixaram de cobrir o título (Macquarie, MainFirst Bank, Natixis e Nomura). No final do ano, 33 analistas acompanhavam Jerónimo Martins: 10 analistas apresentavam uma recomendação positiva sobre o título, 16 uma recomendação neutral e sete uma recomendação negativa. No final de 2016, o preço-alvo médio dos analistas era de 15,41 euros, o que corresponde a um potencial de subida, face à cotação de fecho do dia 31 de Dezembro, de 4,5%.



Desempenho Financeiro Jerónimo Martins 2012-2016

(milhões de euros)

	2016	2015	2014	2013	2012
Balanco					
Goodwill Líquido	630	640	640	648	655
Activo Fixo Líquido	3.180	3.060	2.940	2.810	2.557
Capital Circulante Total	-2.201	-2.001	-1.778	-1.686	-1.615
Outros	46	82	111	112	99
Capital Investido	1.656	1.780	1.912	1.885	1.695
Dívida Líquida	-335	187	273	346	321
Total de Empréstimos	335	658	714	688	660
Leasings	4	0	1	6	18
Juros em Dívida	0	0	4	20	15
Títulos Negociáveis e Depósitos Bancários	-674	-471	-446	-368	-372
Interesses que não Controlam	-335	187	243	236	251
Capital Próprio	1.738	1.342	1.396	1.304	1.122
Demonstração de Resultados					
Vendas Líquidas e Serviços	14.622	13.728	12.680	11.829	10.683
Cash flow Operacional (EBITDA)	862	800	733	777	740
em % vendas	5,9%	5,8%	5,8%	6,6%	6,9%
Depreciação	-294	-294	-277	-249	-221
Resultado Operacional (EBIT)	568	505	457	528	518
em % vendas	3,9%	3,7%	3,6%	4,5%	4,9%
Resultados Financeiros	-17	-26	-34	-39	-30
Ganhos em Empresas Associadas	10	17	15	19	13
Itens não Recorrentes ¹	184	-20	-9	-4	-19
Resultado antes de Imposto (EBT)	744	475	429	503	483
Impostos	-130	-117	-104	-111	-116
Resultado Líquido	614	358	325	393	366
Interesses que Não Controlam	-21	-25	-23	-10	-6
Resultado Líquido atribuído a JM	593	333	302	382	360

¹ Os Itens não Recorrentes incluem os Resultados Operacionais não usuais e os Ganhos em Outros Investimentos tal como aparecem na Demonstração de Resultados por Funções e detalhados nas notas às contas consolidadas.

Indicadores Bolsistas					
Capital Social (€)	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
N.º Total de Acções	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220	629.293.220
Acções Próprias	859.000	859.000	859.000	859.000	859.000
Capital Disperso	29,7%	31,7%	26,9%	32,0%	27,2%
EPS (€)	0,94	0,53	0,48	0,61	0,57
Dividendo por Acção (€)	0,27	0,62 *	0,31	0,30	0,51 **
Desempenho em Bolsa					
Máxima (€)	16,35	13,81	14,25	18,47	15,62
Mínima (€)	10,92	7,70	6,98	13,61	11,87
Média (€)	14,24	11,84	10,94	15,51	13,71
Final Ano (Fecho) (€)	14,74	12,00	8,34	14,22	14,60
Capitalização Bolsista (31 Dez) (€000.000)	9.276	7.548	5.245	8.945	9.188
Transacções (em volume) (1.000 acções)	251.292	344.797	274.146	202.709	157.916
Variação Anual	22,9%	43,9%	-41,4%	-2,6%	14,2%
Variação Anual - PSI20	-11,9%	10,7%	-26,8%	16,0%	2,9%

* O valor refere-se ao pagamento do dividendo bruto de 0,245 euros por acção, realizado no dia 07 de Maio de 2015, relativo à distribuição de resultados de 2014 e à distribuição de reservas no valor bruto de 0,375 euros por acção, cujo pagamento foi realizado no dia 22 de Dezembro de 2015.

** O valor refere-se ao pagamento do dividendo bruto de 0,275 euros por acção, realizado no dia 30 de Abril de 2012, relativo à distribuição de resultados de 2011 e à distribuição de reservas no valor bruto de 0,239 euros por acção, cujo pagamento foi realizado no dia 31 de Dezembro de 2012.

4. Desempenho das Áreas de Negócio

4.1. Distribuição Alimentar

4.1.1. Biedronka



Mensagem do Director-Geral

2016 foi um ano de conquistas importantes. Ao nível da equipa, trabalhamos o alinhamento e a confiança e desenvolvemos um forte espírito de grupo, que nos permitiu transformar a organização, particularmente ao nível das operações, com vista a preparar a Biedronka para novos desafios.

Imprimimos uma nova dinâmica comercial, mais competitiva, com todas as equipas a mostrarem grande flexibilidade, ambição e criatividade. As metas foram claramente definidas e conseguimos servir melhor os nossos consumidores, cada vez mais exigentes, e ganhar quota de mercado.

Desenvolvemos o nosso sortido e trouxemos inovação ao mercado e, acima de tudo, surpreendemos os nossos consumidores com novas acções promocionais e com uma grande acção de fidelização, permitindo uma comunicação sistemática entre a Companhia e os consumidores.

A Biedronka demonstrou que é capaz de se adaptar de uma forma rápida e continuar o percurso de sucesso que tem desenvolvido. Estamos orgulhosos dos nossos colaboradores, que provaram ser capazes de se adaptar e enfrentar novos desafios, através de uma organização metódica e de uma grande resiliência, para continuarmos a ser a primeira escolha do consumidor, no mercado de Retalho Alimentar na Polónia.

Desempenho em 2016

Na Polónia, o aumento do salário mínimo e a atribuição de um subsídio a famílias com mais de um filho proporcionaram um ambiente de consumo mais favorável, que se reflectiu também ao nível do desempenho positivo do Retalho Alimentar mantendo-se, no entanto, a forte intensidade concorrencial focada em promoções.

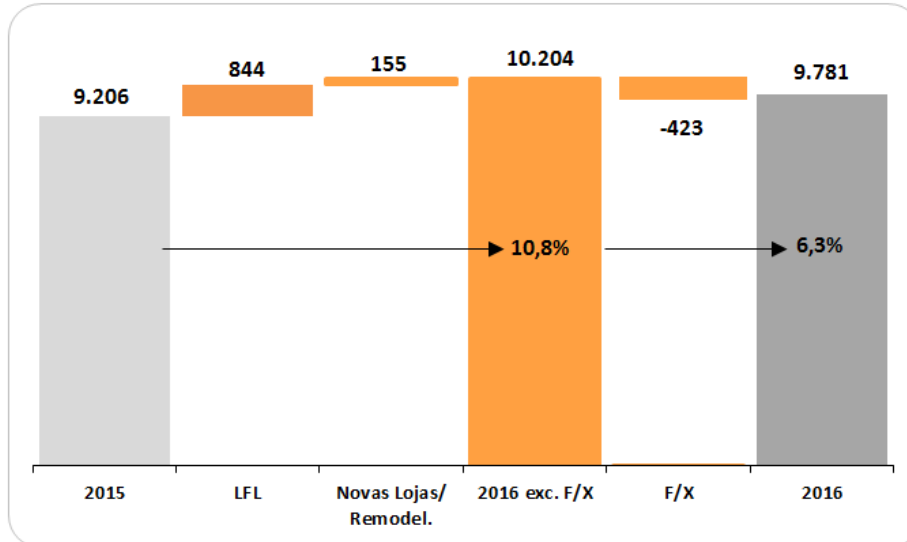
Na Biedronka o ano de 2016 iniciou-se sob uma nova liderança com o objectivo de consolidar as alterações iniciadas em 2015, com um foco reforçado no consumidor. Tendo as vendas como principal prioridade, a Companhia pretendeu captar o potencial que identifica no valor do cabaz, de forma a crescer no *like-for-like* e reforçar a sua posição no mercado polaco.

Tendo em consideração estes objectivos, a primeira medida implementada consistiu na reorganização das operações, permitindo simplificar a respectiva estrutura e aumentar a eficiência, nomeadamente ao nível do *Supply Chain* e das áreas Técnica e de Expansão.

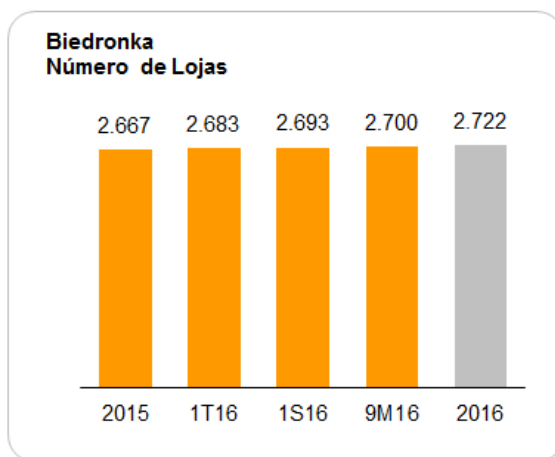
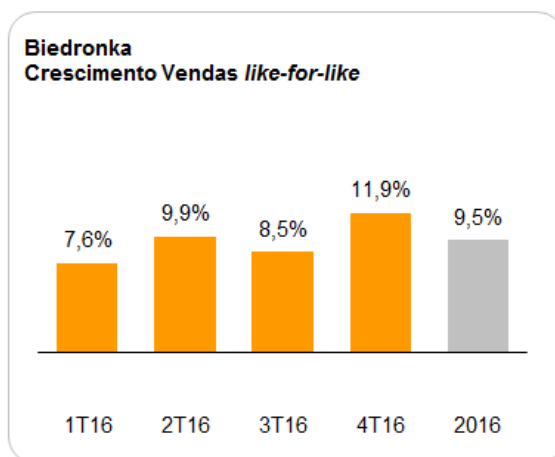
A Biedronka continuou a consolidar a revisão de sortido, iniciada em 2015, promovendo uma abordagem mais integrada e, por isso, mais ágil na adequação às necessidades e aspirações de um consumidor cada vez mais exigente.

Em 2016, as vendas aumentaram 6,3% para 9.781 milhões de euros (+10,8% em moeda local), com um *like-for-like* de 9,5% no ano, impulsionadas principalmente pela evolução do cabaz médio, com maior relevância nas categorias de Perecíveis

Especializados, tendo em conta o forte investimento que a Companhia tem vindo a realizar e fruto, também, da forte dinâmica comercial implementada ao longo do ano.

Biedronka - Vendas Líquidas (milhões de euros)


A Biedronka abriu 83 lojas em 2016, resultando num aumento líquido de 55 localizações, terminando o ano com 2.722 lojas. Entre as 28 lojas encerradas, 15 foram em substituição de lojas antigas, por lojas que vêm servir melhor o público-alvo.



De forma a melhorar a experiência de compra do consumidor e a manter elevados *standards* de qualidade das lojas, a Companhia remodelou ao longo do ano 221 lojas, tendo, sempre que possível, aumentado a área de venda para dar maior visibilidade a algumas categorias-chave, nomeadamente Fruta e Legumes, Vinhos e Cosmética.

As campanhas de *in & outs* alimentares tiveram um papel importante na valorização da proposta de valor oferecida ao consumidor, contribuindo para a evolução positiva do cabaz e para o reforço da relevância da Biedronka no mercado.

A salientar ainda, em 2016, o lançamento, em Setembro, do cartão de fidelização *Moja Biedronka*. Este permitirá à Companhia uma comunicação mais próxima com os

consumidores e, ao mesmo tempo, direccionar promoções de forma a aprofundar a fidelização com a insígnia. No último trimestre do ano, uma forte acção comercial ligada ao uso do cartão permitiu aumentar fortemente a penetração do mesmo.

No quadro de uma estratégia orientada para servir o consumidor com inovação e eficiência, é de referir a inauguração da fábrica de sopas frescas que permitiu o lançamento de nove variedades de sopa de elevada qualidade, comercializadas exclusivamente em todas as lojas Biedronka, a preços muito competitivos.

A Biedronka manteve um forte enfoque no controlo de custos e na permanente procura de ganhos de eficiência ao nível operacional, por forma a contrariar a pressão verificada ao nível do aumento dos custos com pessoal, tendo a margem EBITDA da Companhia atingido os 7,2%, acima dos 7,0% registados em 2015.

4.1.2. Pingo Doce



Mensagem do Director-Geral

Num 2016 em que o preço continuou a ser o factor principal a ter em conta pelas famílias portuguesas no momento de escolherem a sua loja para fazer compras, o Pingo Doce cresceu acima da média do mercado pelo quinto ano consecutivo, reforçando a sua quota, bem como a posição de liderança na preferência dos consumidores.

Este é o resultado de uma intensa dinâmica promocional, da melhoria da experiência de compra – com a remodelação de 21 lojas – e de um investimento no reforço dos pilares estratégicos do Pingo Doce.

Na celebração dos seus 25 anos, a Marca Própria manteve a sua dinâmica de inovação, com o lançamento de 221 novas referências, sendo a insígnia que os consumidores consideram ter a melhor qualidade dos produtos.

Na área de Meal Solutions, o Pingo Doce registou um crescimento assinalável enquanto parceiro das famílias portuguesas em soluções alimentares de conveniência, especialmente na época de Natal, período durante o qual mais do que duplicou as suas encomendas.

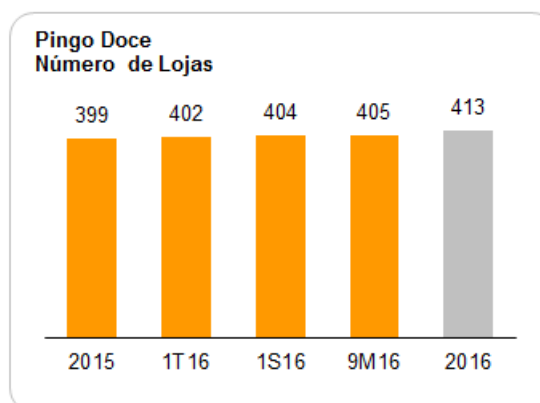
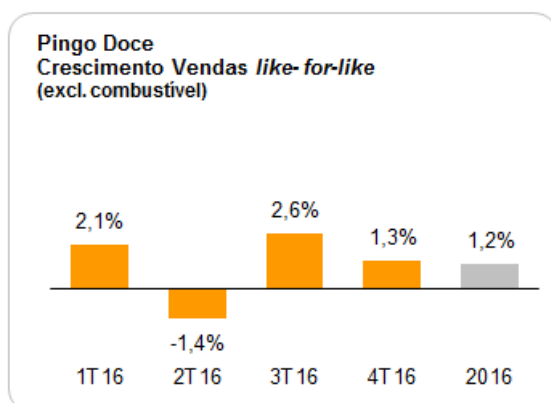
Em 2016, o Pingo Doce consolidou o seu posicionamento enquanto especialista em Frescos, com os Perecíveis a reforçarem o seu peso no total das vendas.

O Pingo Doce mostrou, assim, estar bem preparado para continuar a fazer face às necessidades dos consumidores portugueses, num mercado competitivo e cada vez mais exigente.

Desempenho em 2016

Em 2016, o Pingo Doce enfrentou com sucesso o desafio de crescer as suas vendas, mesmo em comparação com o notável desempenho verificado em 2015.

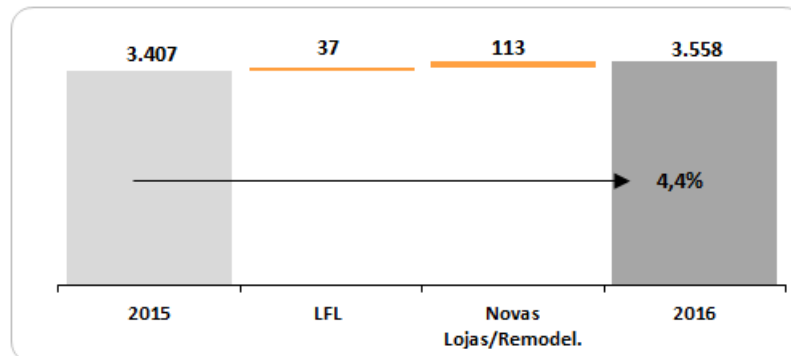
Por outro lado, ao longo do ano, houve um forte aumento da capacidade instalada ao nível do retalho moderno de proximidade, com vários operadores a concentrarem esforços na abertura de lojas.



A própria Companhia abriu, no ano, 14 lojas, sendo cinco em regime de gestão por terceiros e duas lojas no novo conceito Pingo Doce & Go, instaladas em postos de combustíveis da BP.

As vendas aumentaram 4,4%, 1,0% (incluindo combustível) no mesmo parque de lojas, mesmo apesar da deflação registada no cabaz, o que permitiu ao Pingo Doce reforçar a sua quota de mercado.

Pingo Doce - Vendas Líquidas (milhões de euros)



2016 assinalou o 25.º aniversário da Marca Própria Pingo Doce. Este foi celebrado com uma campanha televisiva e promoções exclusivas, de forma a alavancar a sua notoriedade dos produtos e a associação da sua qualidade a preços baixos. Foram lançados 221 produtos de Marca Própria no ano.

Em termos de comunicação a Companhia apostou em folhetos semanais em simultâneo com folhetos dedicados exclusivamente aos produtos Frescos. Os folhetos semanais foram uma das mais preponderantes ferramentas de comunicação, com uma importância crescente para os consumidores nos últimos anos, quer em formato físico, quer no formato digital. O seu papel activo na jornada do consumidor, influenciando tanto a escolha do local de compra como o que comprar, impõe a necessidade de renovação e melhoria constantes.

Mantendo o foco nos Frescos, foram efectuadas várias acções, com especial destaque para a oferta diferenciadora, a preços mais acessíveis, de carne bovina da raça *angus* e para o desenvolvimento de novos produtos de pastelaria que recuperam receitas tradicionais portuguesas.

A margem EBITDA do Pingo Doce cifrou-se em 5,4%, que compara com os 5,5% registados em 2015, num ano marcado por um contexto socioeconómico que trouxe maior pressão ao nível dos custos e que obrigou a Companhia a reforçar a sua eficiência, de modo a mitigar essa pressão, bem como o impacto do contínuo investimento em preço.

4.1.3. Recheio

Mensagem do Director-Geral



2016 foi um ano histórico para o Recheio. Continuando o trabalho dos anos anteriores, bateu recordes de vendas, mantendo um crescimento sustentado e acima do mercado, com progressos em todas as suas áreas estratégicas. A aposta contínua na melhoria de processos e no serviço ao cliente levou ao desenvolvimento de uma operação logística na região de Leiria. O compromisso com a renovação fez o Recheio tornar-se no primeiro Cash & Carry com uma loja online em Portugal. Foi ainda aberta uma nova loja em Sines, que veio reforçar a presença do Recheio no território nacional. Os negócios de Exportação e Food Service registaram crescimentos significativos e o projecto Amanhecer totalizava, no final do ano, 285 lojas, sendo já uma referência no panorama do Retalho em Portugal.

Desempenho em 2016

As vendas do Recheio aumentaram 5,9%, em 2016, impulsionadas pelo crescimento de todos os segmentos em que opera: canal HoReCa, Retalho Tradicional e Exportação.

O canal HoReCa foi aquele que registou um maior crescimento, principalmente motivado pelo aumento da actividade turística no país. Também em relação ao Retalho Tradicional, o Recheio registou um incremento de vendas, apesar deste segmento ter registado um decréscimo em Portugal. No que respeita à Exportação, o Recheio cresceu em vendas, quer por via do aumento do número de países para os quais exporta, quer pelo crescimento do número de clientes.

Em 2016, a Companhia inaugurou uma nova loja em Sines, introduzindo um conceito mais eficiente e inovador em termos de utilização de recursos energéticos. Reforçou ainda o seu foco no canal HoReCa com a remodelação de uma loja, à qual foi adicionado o Talho e a Peixaria, de forma a reforçar o posicionamento do Recheio enquanto especialista em Frescos.

Relativamente ao projecto Amanhecer, foram adicionadas 36 lojas no ano, contando a Companhia com uma rede de 285 lojas parceiras deste negócio.

De forma a responder à maior procura dos clientes por serviços de distribuição, foi desenvolvido, em Leiria, uma operação logística e implementado um sistema de gestão de transportes (*Transport Management System*) em 11 lojas Recheio. Estes desenvolvimentos têm permitido o aumento da eficiência das operações e a melhoria do nível de serviço aos clientes.

Em 2016, avançou-se também com a presença no *online*, através de uma proposta inovadora na área do *Cash & Carry* em Portugal, porquanto não existia qualquer operador a trabalhar este canal. Os primeiros meses desta operação revelaram-se interessantes, permitindo a conquista de novos clientes, o aumento da notoriedade da marca e o desenvolvimento de um meio adicional de divulgação do sortido e de comunicação com clientes internacionais.

Ao longo do ano, o Recheio manteve o investimento na Marca Própria, tendo lançado 160 produtos e crescendo 6,1% as suas vendas.

O compromisso com o crescimento contínuo, também por via do desenvolvimento e valorização dos colaboradores, levou o Recheio a lançar a 2.ª edição do seu Programa

Geral de Gestão de Loja, assim como a 1.^a edição do Programa Executivo de Gestão para Gerentes e a Academia de Vendas.

Ao nível da rentabilidade, o Recheio conseguiu, em 2016, aumentar 10 pontos base a sua margem EBITDA, para 5,4%, mesmo considerando o forte investimento em preço e as iniciativas promocionais que tem vindo a realizar.

4.1.4. Ara

Mensagem do Director-Geral



Na nossa operação da Colômbia, o ano de 2016 foi positivamente marcado pelo cumprimento de dois importantes objectivos:

1. liderança de mercado no Eixo Cafeeiro – após três anos de operação, somos líderes de mercado nesta região, atingindo uma quota superior a 22%. É, sem dúvida, um forte sinal de que o consumidor Colombiano valoriza o nosso modelo de negócio de proximidade, assente em preços competitivos, com uma oferta de qualidade e variedade na Marca Própria e um serviço de atendimento caloroso.

2. início da operação em Bogotá – depois do Eixo Cafeeiro e da Costa do Caribe, entrámos, em Setembro, na terceira região - Bogotá. Esta região tem uma população superior a 14 milhões de habitantes, representando cerca de 40% do PIB do país. Tal como nas primeiras duas regiões, também aqui contamos com um sortido adaptado às características e preferências do consumidor local, nomeadamente uma oferta mais abrangente.

Tudo isto só foi possível quer por sermos capazes de escutar e compreender o consumidor de cada região e, assim, realizar os ajustes necessários ao nosso projecto e sortido, quer por contarmos com uma equipa com elevada determinação e dedicação, que todos os dias dá o seu melhor, para servir e satisfazer os nossos clientes.

Acreditamos que estamos a construir um projecto sólido que, num futuro próximo, será relevante para o Grupo Jerónimo Martins e reconhecido e apreciado pelos Colombianos.

Desempenho em 2016

Após três anos de operação, a Ara atingiu uma posição de liderança no Eixo Cafeeiro, sendo um dos principais retalhistas modernos nesta região e confirmando, assim, o reconhecimento e notoriedade da marca Ara junto dos consumidores Colombianos.

O ano 2016 foi, novamente, um marco histórico para a operação na Colômbia, com a entrada em Bogotá, a terceira região operacional da Companhia. A expansão continua a ser uma prioridade e a cadeia de lojas Ara terminou o ano com 221 lojas.

Actualmente, a Ara conta com 102 lojas no Eixo Cafeeiro, 97 lojas na Costa do Caribe e 22 lojas na região de Bogotá.

O sortido da Marca Própria, que conta já mais de 500 referências, é um importante pilar de crescimento e de diferenciação, atingindo mais de 37% das vendas. Por forma a assegurar os níveis de serviço e a sustentabilidade da cadeia de abastecimento, a Ara alargou o seu leque de fornecedores de Marca Própria, que aumentou mais de 50% no último ano, conseguindo melhorar a qualidade dos seus produtos e reforçar a capacidade de abastecer as suas lojas de forma mais eficiente.

A Ara manteve o seu foco na eficiência da operação, tendo como prioridade o desenvolvimento de projectos, ao nível operacional e logístico, sendo de salientar a implementação do *Transport Management System*. Esta medida permitirá otimizar toda a operação e gestão de transportes, diminuindo custos e permitindo um melhor

planeamento de processos ao nível logístico. A eficiência de custos mantém-se como fundamental para a evolução da rentabilidade da Companhia, bem como para a sua liderança em preço.

Durante o ano, a Ara lançou campanhas temáticas semanais – o “El Rebajón” – e melhorou a comunicação ao nível da loja, através de folhetos e dinâmicas de prémios na loja, mantendo um diálogo contínuo com os consumidores.

No segundo semestre do ano, a Companhia iniciou um processo de reforço das suas equipas, com a vista a tornar a sua presença no mercado Colombiano mais sólida e com mais capacidade de resposta ao desafio de crescimento que a insígnia traçou para si nos próximos anos.

4.2. Agro-Alimentar

4.2.1. Jerónimo Martins Agro-Alimentar (JMA)

Mensagem do Director-Geral



2016 foi o segundo ano de actividade da JMA, cujo principal desígnio é assegurar a protecção das fontes de abastecimento do Grupo, garantindo uma oferta diferenciadora, em categorias consideradas cruciais para as cadeias de distribuição alimentar. No ano transacto, a JMA alargou a sua actividade à Aquacultura com a criação da Sociedade Seaculture, dedicada à produção de robalo em Sines, e a constituição da Sociedade Marismar, em parceria com um operador local, com vista à produção de dourada na Madeira. Em Junho de 2016, iniciámos a construção da nova fábrica de Lacticínios em Portalegre, após um processo longo de obtenção de licenciamentos. Na actual fábrica, optimizámos a eficiência em mais de 20% de forma a dar resposta às necessidades da Marca Própria de Leite UHT do Pingo Doce. A exploração de angus no Norte do país garantiu já 20% das vendas do Pingo Doce neste produto, estando a JMA a preparar-se para estender a produção a outras localizações.

Desempenho em 2016

A JMA terminou o ano de 2016 com uma presença sólida em três áreas de operação: Lacticínios, Produção de carne bovina da raça *angus* e Aquacultura.

Na área dos Lacticínios, 2016 foi um ano dedicado a melhorias operacionais, optimização da actual fábrica, reorganização das equipas, formação dos colaboradores e adaptação dos sistemas de informação. A actual fábrica de Lacticínios melhorou significativamente a sua eficiência e a produção de leite processado, com aumento significativo do respectivo volume de produção.

Também em 2016 arrancou a construção da nova fábrica de Lacticínios, que irá substituir a actual, permitindo triplicar a capacidade de produção.

Na área de produção de *angus*, foram implementadas várias medidas por forma a maximizar a capacidade de produção da unidade de Manhente (Barcelos). A introdução de novas tecnologias permitiu melhorias significativas ao nível das condições ambientais e de bem-estar animal, aumentando ainda os níveis gerais de eficiência. A JMA estabeleceu também um acordo com produtores locais, com o objectivo de fornecerem alimento para os animais, assegurando, desta forma, os desejados padrões de qualidade e reforçando a relação com as comunidades locais.

No cumprimento da sua missão de proteger as fontes de abastecimento de produtos diferenciadores, por forma a garantir a satisfação das necessidades internas do Grupo em condições de custo, eficiência e qualidade competitivas, em Julho, a JMA iniciou o seu projecto de Aquacultura, concretizando um dos grandes objectivos traçados para 2016. O projecto engloba, actualmente, uma parceria na Ilha da Madeira, para produção de dourada, e uma concessão no Porto de Sines, onde, com a constituição da Sociedade Seaculture, se iniciou a produção de robalo.

4.3. Retalho Especializado

4.3.1. Hebe



Mensagem do Director-Geral

Para a Hebe, 2016 foi um ano de forte desempenho através da consolidação do nosso modelo de negócio, marcado por aberturas e remodelações. A Hebe terminou o ano com 153 localizações em todo o país.

Ao longo do ano, concentrámo-nos na execução das principais linhas estratégicas: i. garantir um sortido relevante para o consumidor, com forte foco em marcas vendidas exclusivamente na Hebe, por forma a reforçar a diferenciação, ii. manter a competitividade dos preços num ambiente de mercado altamente concorrencial para os exigentes consumidores polacos; iii. aumentar o foco no digital através de fortes campanhas nas redes sociais e cartão de fidelização, iv. expandir a capacidade interna por forma a acelerar e ganhar escala nos próximos anos.

Desempenho em 2016

Os principais indicadores de desempenho da Hebe continuaram a registar uma evolução positiva, com a equipa focada nos objectivos definidos. Em 2016, a Hebe abriu 26 novas lojas e registou um volume de vendas de 534 milhões de zlotys, maioritariamente em resultado de um aumento do número de clientes.

Este dinamismo de vendas reflectiu-se na evolução da quota de mercado, com a Hebe a ser a cadeia com maior crescimento no mercado polaco da Saúde e Beleza e Cuidados Pessoais.

Com o objectivo de melhorar o desempenho de vendas e a notoriedade da marca foram realizadas campanhas sazonais ao longo do ano, relacionadas com o Dia dos Namorados, Dia da Mulher, Páscoa, Natal e Ano Novo.

Uma nova abordagem de gestão de categoria foi desenvolvida por forma a alavancar as oportunidades de consumo, optimizando vendas e margens.

Para aumentar a eficiência da operação e os níveis de serviço às lojas, foram introduzidas medidas ao nível das lojas e dos armazéns, tendo sido implementadas novas soluções para a recepção e reposição de mercadoria. O lançamento de uma plataforma de *e-learning* contribuiu também para reforçar a qualidade do serviço prestado aos clientes.

O programa de fidelização da Hebe atingiu cerca de dois milhões de membros, dos quais 90% são mulheres. Cerca de 60% das vendas totais da Companhia são feitas a clientes titulares do cartão de fidelização, o que demonstra a relevância deste programa, que tem ainda espaço para desenvolvimento.

O novo conceito de loja tem sido bem aceite pelo consumidor e isso reflectiu-se ao nível dos indicadores financeiros, com a Companhia a conseguir, pelo segundo ano consecutivo, reduzir as suas perdas operacionais.

4.3.2. Jeronymo e Hussel



Mensagem do Director-Geral

Em 2016, e apesar da situação macroeconómica do país, o desempenho da JMRS voltou a superar as nossas expectativas, nomeadamente em termos de resultados.

A Jeronymo demonstrou a resiliência da sua proposta de valor tendo atingido, no segundo semestre, crescimentos em like-for-like a dois dígitos.

A Hussel lançou a sua 5.ª geração de conceito de loja, que mereceu grande receptividade por parte dos seus clientes.

Desempenho em 2016

Em 2016, as vendas da Companhia aumentaram face ao ano anterior, com crescimentos *like-for-like* em ambas as insígnias, Hussel (1,2%) e Jeronymo (8,7%).

A Jeronymo inaugurou duas novas lojas no centro do Porto, na Estação de S. Bento, classificada como monumento nacional, e na recém-reabilitada Rua das Flores, reforçando assim a sua presença em localizações de grande notoriedade.

A Companhia realizou também diversas acções de divulgação, sendo de salientar a loja *Pop-Up* em Lisboa, no Museu da Cidade, bem como a acção do dia da criança em parceria com o Museu da Misericórdia do Porto.

Em 2016, as cafetarias Jeronymo consolidaram o seu portefólio com um sortido de receitas exclusivas e produtos mais adaptados ao gosto português. Durante o ano, realizaram-se diversas campanhas temáticas, com comunicação no ponto de venda e no *Facebook*, destacando-se a acção do Dia dos Namorados e a campanha de Natal.

No ano de 2016, a Hussel apresentou ao mercado a sua 5.ª geração de loja nos Centros Comerciais Amoreiras e Alegro. Demonstrando a sua capacidade de se renovar, desenvolveu um conceito mais moderno no seu sector de negócio.

Em termos de *marketing*, a Hussel continuou a apostar na inovação do seu *portefólio* ao nível das campanhas regulares (Dia dos Namorados, Páscoa e Natal), e criou também novas campanhas, como O Regresso às Aulas e o Outono, como forma de dinamizar as épocas menos fortes de vendas.

Foi também lançada uma linha institucional de novas embalagens e a decoração e comunicação em loja foram melhoradas, com foco na informação sobre alergénios.

5. Perspectivas para 2017

Perspectivas para os Negócios de Jerónimo Martins

Jerónimo Martins continuará a adoptar uma atitude de prudência financeira que lhe permita manter a robustez do balanço e maximizar a rentabilidade dos seus activos. O Grupo acredita que os seus negócios têm as propostas de valor adequadas, focadas em preço, qualidade e serviço ao consumidor e na eficiência de custos de operação e que estão bem preparados para continuar a ter desempenhos acima dos respectivos mercados.

Biedronka

Em 2017 a Biedronka irá manter como principal prioridade o crescimento de vendas no mesmo parque de lojas, e continuará a investir na abertura de lojas em localizações que considera importantes, para reforçar a sua posição no mercado polaco. A Companhia pretende abrir também um novo Centro de Distribuição e manterá o seu plano de remodelações de forma a modernizar e adaptar as lojas aos padrões mais elevados de operação.

Em simultâneo, a Biedronka pretende dar continuidade ao alargamento da sua base de clientes portadores de cartão e vai continuar a investir no reforço da presença da Marca Própria como factor diferenciador, através de revisão de sortido e de *packaging*.

A Companhia pretende adoptar soluções tecnológicas que lhe permitam maiores níveis de eficiência e suporte na gestão de produtos nas lojas.

Apesar de se antecipar que, no actual contexto socioeconómico, se mantenha a pressão na estrutura de custos do sector, a Biedronka permanecerá focada em obter ganhos de eficiência que lhe permitam uma gestão equilibrada da sua rentabilidade operacional.

Hebe

Em 2017, a Hebe pretende consolidar o investimento numa proposta de valor única, através de um sortido diferenciador com preços muito competitivos, mantendo sempre o foco no serviço e na experiência de compra, marcando presença em localizações de maior afluência de consumidores.

A Companhia estará focada na consolidação do seu *mix* de margem, no aumento da produtividade e na eficiência de custos. O plano de expansão será fundamental para ganhar escala e também para aumentar a notoriedade da marca.

Pingo Doce

Em 2017, o foco do Pingo Doce manter-se-á na continuidade da expansão, apostando em localizações de proximidade, e na remodelação de lojas por forma a garantir a qualidade da experiência de compra e do ambiente de loja.

Durante o primeiro semestre do ano, irá abrir o novo Centro de Distribuição no Norte do país, o que permitirá dar continuidade à reestruturação da logística do Pingo Doce que, no médio prazo, potenciará ganhos de eficiência.

Tendo em conta que se prevê que as promoções mantenham grande relevância junto dos consumidores, o Pingo Doce investirá desde o início do ano numa nova linha de

comunicação, que irá associar televisão e folhetos. Isto sem esquecer a ênfase colocada nos colaboradores das diferentes secções, que, com a sua competência e dedicação, fazem a diferença no dia-a-dia das nossas lojas. Os novos folhetos serão pensados para dar resposta às preferências e necessidades dos nossos clientes, ao mesmo tempo que realçam a qualidade dos nossos produtos.

Recheio

Em 2017, o Recheio pretende inaugurar uma nova loja no Norte do país, investindo na proximidade com os seus clientes. Irá também remodelar mais uma loja, de forma a melhorar a experiência de compra e o serviço aos seus clientes e desenvolver a área de Frescos, em que a Companhia é especialista. Serão também objecto de foco a expansão da parceria com o Retalho Tradicional e a continuação do desenvolvimento da cadeia Amanhecer.

Identificados como os principais vectores de dinamização e crescimento das vendas do Recheio, as áreas de *Food Service* e de Exportação prosseguirão, em 2017, a sua trajectória de evolução e consolidação.

Simultaneamente, o Recheio continuará a desenvolver os seus sistemas de informação para simplificar processos e estreitar as relações com os seus clientes.

Ara

Em 2017, a Ara prevê acelerar a sua expansão. Neste contexto de rápido crescimento, o recrutamento, selecção e formação de futuros colaboradores serão uma prioridade de forma a reforçar a estrutura para responder às necessidades do negócio.

Ao nível da expansão, a região de Bogotá será a principal prioridade de 2017, planeando-se a abertura de novas sub-regiões nessa região. Do ponto de vista logístico, esta expansão implicará a implementação de novos Centros de Distribuição.

No que respeita à Marca Própria, a Ara pretende continuar a apostar no lançamento de novos produtos, inovadores e diferenciadores, angariando mais fornecedores para acompanhar o seu ritmo de crescimento, e fomentando o aumento do seu peso nas vendas da Companhia.

Jeronymo e Hussel

Em 2017, ambas as insígnias continuarão focadas na operação de loja e no dinamismo comercial como formas de garantir a eficácia do diálogo permanente com os seus consumidores.

A Jeronymo avançará com a identificação de potenciais localizações de interesse para a abertura de novas lojas e a Hussel irá apostar na remodelação de algumas das suas lojas, adaptando-as ao novo conceito.

Agro-Alimentar

Prevê-se que em 2017 se concretize a expansão de todas as áreas de actuação da JMA: i. edificação da nova fábrica de Lacticínios, reforçando a eficiência e inovação nesta área; ii. expansão da actividade de Aquacultura, na Ilha da Madeira e noutras localizações, para a produção de dourada e robalo e, potencialmente, outras espécies-chave para o Grupo; e iii. aumento da produção de *angus* nacional em novas explorações.

6. Eventos Subsequentes à Data do Balanço

Até à data de conclusão deste relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

7. Política de Distribuição de Dividendos

O Conselho de Administração da Sociedade tem mantido uma política de distribuição de dividendos baseada nas seguintes regras:

- valor do dividendo entre 40 a 50% dos resultados consolidados ordinários;
- se da aplicação do critério acima resultar uma diminuição do dividendo de determinado ano, face ao atribuído no ano precedente, o Conselho de Administração, se considerar que tal diminuição decorre de situações anormais e meramente conjunturais, poderá propor que o anterior valor seja mantido e até mesmo utilizar para o efeito reservas livres existentes, quando tal utilização não ponha em causa os princípios adoptados em matéria de gestão de balanço.

De acordo com as directrizes acima referidas, relativamente ao exercício de 2015, o dividendo bruto entregue aos accionistas foi de 0,265 euros por acção, pago em Maio de 2016.

8. Proposta de Aplicação de Resultados

No exercício de 2016, Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresentou um lucro consolidado de 593.218.203,38 euros e um lucro nas contas individuais de 350.645.129,42 euros.

O Conselho de Administração propõe aos Senhores Accionistas que os resultados líquidos do exercício sejam aplicados da seguinte forma:

- Reserva Legal 4.837.263,38 euros;
- Reservas Livres 169.045,04 euros;
- Dividendos 345.638.821,00 euros.

O Conselho de Administração propõe ainda que os Accionistas deliberem proceder à distribuição de reservas livres no montante de 34.563.882,10 euros, a acrescer à referida distribuição de lucros do exercício.

A distribuição de lucros do exercício e de reservas livres ora proposta implicará o pagamento de um **dividendo bruto de 0,605 euros** por acção, excluindo-se as acções próprias em carteira, com o correspondente *dividend yield* a atingir 4,1% face à cotação de fecho de 2016, que foi de 14,74 euros.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2017

O Conselho de Administração

9. Anexo ao Relatório de Gestão

Informação sobre a Participação dos Membros dos Órgãos de Administração e de Fiscalização no Capital da Empresa

(De acordo com o disposto no n.º 5 do artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.15		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.16	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Alan Johnson ¹	30.075	-	-	-	-	-	n.a.	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ²	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt	19.700	-	-	-	-	-	19.700	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	26.455 ³	-	-	-	-	-	26.455 ³	-
Nicolaas Pronk ¹	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ⁴	31.464.750	-	-	-	-	-	n.a.	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Cessou funções enquanto Administrador a 14 de Abril de 2016.

² Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

³ Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

⁴ Asteck, S.A.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., não detinha quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2016, não tendo realizado, durante este ano, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

Lista de Transacções de Dirigentes e de Pessoas com estes Estreitamente Relacionadas

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. vem, no cumprimento do número 7 do artigo 14.º do Regulamento da CMVM 5/2008, informar que não houve transacções efectuadas pelos Dirigentes da Sociedade durante o ano de 2016.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2016

(De acordo com o disposto no número 4 do artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do número 1 do artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008.)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,136%	353.260.814	56,136%
Aberdeen Asset Managers Limited Directamente	31.482.477	5,003%	31.482.477	5,003%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,000%	31.464.750	5,000%
BNP Paribas Investment Partners, Limited Company Através de Fundos de Investimento por si geridos	13.536.757	2,151%	12.604.860	2,006%
Genesis Asset Managers, LLP Directamente	12.659.067	2,012%	12.659.067	2,012%

Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

* Calculado com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários.



Demonstrações Financeiras Consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Notas	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Valores expressos em milhares de euros	
				4.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2015
Vendas e prestação de serviços	3	14.621.738	13.727.960	3.883.514	3.553.372
Custo das vendas	4	(11.508.992)	(10.790.486)	(3.045.356)	(2.784.611)
Margem		3.112.746	2.937.474	838.158	768.761
Custos de distribuição	4	(2.307.621)	(2.209.519)	(614.834)	(572.892)
Custos administrativos	4	(237.555)	(222.795)	(63.105)	(57.529)
Resultados operacionais não usuais	4	(31.994)	(19.053)	(12.102)	(11.605)
Resultados operacionais		535.576	486.107	148.117	126.735
Custos financeiros líquidos	6	(17.356)	(26.497)	(4.964)	(6.790)
Ganhos (perdas) em <i>joint ventures</i> e associadas	13	10.271	16.608	(1)	1.998
Ganhos na alienação de negócios	7	220.678	-	(3.318)	-
Ganhos/Perdas em outros investimentos		(4.974)	(1.423)	(1.392)	(1.423)
Resultados antes de impostos		744.195	474.795	138.442	120.520
Imposto sobre o rendimento do exercício	8	(129.969)	(116.587)	(44.392)	(34.064)
Resultados líquidos (antes de interesses que não controlam)		614.226	358.208	94.050	86.456
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		21.008	24.866	2.414	5.338
Aos Accionistas de Jerónimo Martins		593.218	333.342	91.636	81.118
Resultado básico e diluído por acção - Euros	19	0,9440	0,5304	0,1458	0,1291

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

	Notas	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Valores expressos em milhares de euros	
				4.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2015
Resultados líquidos		614.226	358.208	94.050	86.456
Outros rendimentos integrais:					
Itens que não serão reclassificados para resultados					
Remensuração de responsabilidades com benefícios de empregado	5.2	(643)	(817)	(643)	(817)
Imposto relacionado	8.3	145	184	145	184
		(498)	(633)	(498)	(633)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados					
Diferenças de conversão cambial		(32.267)	15.234	(20.591)	(4.154)
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de fluxos de caixa	12	(411)	4.101	(186)	1.568
Variação do justo valor dos instrumentos de cobertura de operações estrangeiras	12	(390)	(14.645)	942	(30)
Variação do justo valor de Investimentos financeiros disponíveis para venda	12	297	(94)	-	30
Ganhos/perdas em <i>joint ventures</i> e associadas		-	(96)	-	(96)
Imposto relacionado	8.3	298	(1.106)	133	(314)
		(32.473)	3.394	(19.702)	(2.996)
Outros rendimentos integrais líquidos de imposto		(32.971)	2.761	(20.200)	(3.629)
Total de rendimentos integrais		581.255	360.969	73.850	82.827
Atribuível a:					
Interesses que não controlam		21.007	25.463	2.413	5.467
Accionistas de Jerónimo Martins		560.248	335.506	71.437	77.360
Total de rendimentos integrais		581.255	360.969	73.850	82.827

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

BALANÇO CONSOLIDADO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 31 DE DEZEMBRO DE 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2016	2015
Activo			
Activos fixos tangíveis	9	3.023.360	2.890.113
Activos intangíveis	10	786.983	809.796
Propriedades de investimento	11	13.952	20.387
Partes de capital em <i>joint ventures</i> e associadas	13	-	76.478
Activos financeiros disponíveis para venda		1.000	1.758
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	112.836	118.604
Instrumentos financeiros derivados	12	-	122
Impostos diferidos activos	8.3	69.756	56.245
Total de activos não correntes		4.007.887	3.973.503
Existências	14	718.618	638.339
Activos biológicos		1.181	409
Imposto sobre o rendimento a receber		2.037	1.373
Devedores, acréscimos e diferimentos	15	311.130	277.275
Instrumentos financeiros derivados	12	1.277	128
Caixa e equivalentes de caixa	16	643.512	441.688
Total de activos correntes		1.677.755	1.359.212
Total do activo		5.685.642	5.332.715
Capital próprio e passivo			
Capital		629.293	629.293
Prémios de emissão		22.452	22.452
Acções próprias		(6.060)	(6.060)
Outras reservas		(96.865)	(64.392)
Resultados retidos	18	1.189.191	760.400
		1.738.011	1.341.693
Interesses que não controlam		252.500	251.526
Total do capital próprio		1.990.511	1.593.219
Empréstimos obtidos	20	114.829	534.422
Credores, acréscimos e diferimentos	22	793	813
Instrumentos financeiros derivados	12	293	-
Benefícios concedidos a empregados	5.2	61.823	42.908
Provisões para riscos e encargos	21	21.582	83.947
Impostos diferidos passivos	8.3	59.742	54.527
Total de passivos não correntes		259.062	716.617
Empréstimos obtidos	20	224.581	123.510
Credores, acréscimos e diferimentos	22	3.166.527	2.871.717
Instrumentos financeiros derivados	12	317	93
Imposto sobre o rendimento a pagar		44.644	27.559
Total de passivos correntes		3.436.069	3.022.879
Total do capital próprio e passivo		5.685.642	5.332.715

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADO
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Capital próprio atribuível aos Accionistas de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.							Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital	Prémios de emissão de ações	Ações próprias	Outras Reservas			Resultados retidos			Total
				Cobertura fluxos de caixa	Activos financeiros disponíveis para venda	Reservas cambiais				
Balanco em 1 de Janeiro de 2015	629.293	22.452	(6.060)	(2.548)	(157)	(64.562)	817.398	1.395.816	242.875	1.638.691
Variações no Capital Próprio em 2015										
Diferença de conversão cambial				(3)		14.946		14.943		14.943
Alterações partes capital em <i>joint ventures</i> e associadas							(96)	(96)		(96)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				2.650				2.650	615	3.265
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras							(14.645)	(14.645)		(14.645)
Varição do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda					(73)			(73)		(73)
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado							(615)	(615)	(18)	(633)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	2.647	(73)	301	(711)	2.164	597	2.761
Resultado do exercício							333.342	333.342	24.866	358.208
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	2.647	(73)	301	332.631	335.506	25.463	360.969
Dividendos							(389.629)	(389.629)	(16.812)	(406.441)
Balanco em 31 Dezembro de 2015	629.293	22.452	(6.060)	99	(230)	(64.261)	760.400	1.341.693	251.526	1.593.219
Variações no Capital Próprio em 2016										
Diferença de conversão cambial				(3)		(31.977)		(31.980)		(31.980)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de fluxos de caixa				(333)				(333)		(333)
Varição do justo valor de instrumentos de cobertura de operações estrangeiras							(390)	(390)		(390)
Varição do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda					230			230		230
Remensuração de responsabilidade com benefícios de empregado							(497)	(497)	(1)	(498)
Outros rendimentos integrais	-	-	-	(336)	230	(32.367)	(497)	(32.970)	(1)	(32.971)
Resultado do exercício							593.218	593.218	21.008	614.226
Total de outros rendimentos integrais	-	-	-	(336)	230	(32.367)	592.721	560.248	21.007	581.255
Dividendos (nota 18.3)							(166.535)	(166.535)	(17.428)	(183.963)
Aquisição/Alienação de interesses que não controlam							2.605	2.605	(2.605)	-
Balanco em 31 Dezembro de 2016	629.293	22.452	(6.060)	(237)	-	(96.628)	1.189.191	1.738.011	252.500	1.990.511

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2016	2015
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes		16.487.933	15.476.390
Pagamentos aos fornecedores		(14.351.132)	(13.437.431)
Pagamentos ao pessoal		(1.100.375)	(1.039.174)
Caixa gerada pelas operações	17	1.036.426	999.785
Juros pagos		(15.756)	(31.043)
Imposto sobre o rendimento pago		(177.388)	(108.356)
Fluxos de caixa de actividades operacionais		843.282	860.386
Actividades de investimento			
Alienação de activos fixos tangíveis		2.704	2.889
Alienação de activos fixos intangíveis		1	1
Alienação de activos financeiros disponíveis para venda e de propriedades de investimentos		2.887	-
Alienação de negócios, líquido do caixa e equivalentes de caixa	7	302.135	-
Juros recebidos		1.915	2.240
Dividendos recebidos		2.774	14.375
Aquisição de activos fixos tangíveis		(432.319)	(379.061)
Aquisição de activos intangíveis		(5.825)	(17.447)
Aquisição de investimentos financeiros e de propriedades de investimento		(358)	(602)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira		-	(15.000)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		(126.086)	(392.605)
Actividades de financiamento			
Variação líquida de empréstimos obtidos	20	(320.078)	(46.175)
Pagamento de dividendos	18.3	(183.963)	(406.441)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(504.041)	(452.616)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		213.155	15.165
Movimentos de caixa e equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do ano		441.688	430.660
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa		213.155	15.165
Efeito das variações cambiais		(11.331)	(4.137)
Caixa e equivalentes de caixa no final dos Dezembro	16	643.512	441.688

Para ser lido em conjunto com as notas às demonstrações financeiras consolidadas em anexo

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA PARA O PERÍODO INTERCALAR

	Dezembro 2016	Dezembro 2015	Valores expressos em milhares de euros 4.º Trimestre 2016	4.º Trimestre 2015
Fluxos de caixa de actividades operacionais	843.282	860.386	306.888	332.368
Fluxos de caixa de actividades de investimento	(126.086)	(392.605)	(143.967)	(107.628)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento	(504.041)	(452.616)	10.099	(268.696)
Variação líquida de caixa e equivalentes de caixa	213.155	15.165	173.020	(43.956)

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas

	Página
1 Actividade	68
2 Políticas contabilísticas.....	68
3 Reporte por segmentos de actividade	78
4 Custos operacionais por natureza	80
5 Empregados	80
6 Custos financeiros líquidos.....	83
7 Ganhos na alienação de negócios	83
8 Impostos.....	83
9 Activos fixos tangíveis.....	85
10 Activos intangíveis.....	87
11 Propriedades de investimento	89
12 Instrumentos financeiros derivados	90
13 Partes de capital em <i>joint ventures</i> e associadas	92
14 Existências	92
15 Devedores, acréscimos e diferimentos	92
16 Caixa e equivalentes de caixa	93
17 Caixa gerada pelas operações	94
18 Capital e reservas	94
19 Resultado por acção	95
20 Empréstimos obtidos	95
21 Provisões	96
22 Credores, acréscimos e diferimentos.....	97
23 Garantias	98
24 Locação operacional	98
25 Compromissos de capital.....	98
26 Contingências	99
27 Partes relacionadas	100
28 Companhias subsidiárias	102
29 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam	103
30 Interesses em <i>joint ventures</i> e associadas.....	103
31 Riscos financeiros.....	103
32 Informações adicionais exigidas por diplomas legais	107
33 Eventos subsequentes à data do balanço.....	107

1 Actividade

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JMH) é a empresa-mãe de Jerónimo Martins (Grupo), que inclui as Companhias detalhadas nas notas 28 e 30. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2016 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144

A JMH está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 21 de Fevereiro de 2017.

2 Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Consolidadas. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

Os montantes relativos aos trimestres, bem como as correspondentes variações, não se encontram auditados.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas da JMH foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2016.

As Demonstrações Financeiras Consolidadas de JMH foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita a propriedades de investimento, instrumentos financeiros derivados, activos biológicos, activos financeiros ao justo valor através de resultados e activos financeiros disponíveis para venda, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e suposições adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.6).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação:

2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pelo Grupo

Em 2015 e 2016 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados pelo Grupo desde 1 de Janeiro de 2016:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 28/2015	Ciclo 2010-2012 de melhorias às normas IFRS: IFRS 2 Pagamento com Base em Acções, IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 8 Segmentos Operacionais, IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor, IAS 16 Activos Fixos Tangíveis, IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas e IAS 38 Activos Intangíveis (alterações)	Dezembro 2013	1 Fevereiro 2015
Regulamento n.º 29/2015	IAS 19 – Benefícios dos Empregados: Planos de Benefícios Definidos - Contribuições dos Empregados (alterações)	Novembro 2013	1 Fevereiro 2015
Regulamento n.º 2113/2015	IAS 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 41 Agricultura: Plantas que produzem activos biológicos consumíveis (alterações)	Junho 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2173/2015	IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de aquisição de interesses nas operações conjuntas (alterações)	Mai 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2231/2015	IAS 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 Activos Intangíveis: Clarificação sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização (alterações)	Mai 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2343/2015	Ciclo 2012-2014 de melhorias às normas IFRS: IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios dos Empregados e IAS 34 Relato Financeiro Intercalar (alterações)	Setembro 2014	1 Janeiro 2016

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 2406/2015	IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Iniciativa "Divulgações" (alterações)	Dezembro 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2441/2015	IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais: Método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (alterações)	Agosto 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 1703/2016	IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Entidades de investimento - Aplicação da isenção de consolidação (alterações)	Dezembro 2014	1 Janeiro 2016

O Grupo adoptou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Consolidadas.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados em 1 de Janeiro de 2016 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou em 2016 um conjunto de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rébito de Contratos com Clientes (nova)	Maio 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018

Estas normas são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Consolidadas. Não se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014 e 2016 as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	Janeiro 2014	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou <i>joint venture</i> (alterações)	Setembro 2014	Data a determinar ²
IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
IFRS 15 Rébito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	Abril 2016	1 Janeiro 2018
IFRS 2 Pagamento com Base em Acções: Classificação e mensuração das transacções (alterações)	Junho 2016	1 Janeiro 2018
IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	Setembro 2016	1 Janeiro 2018
Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2017
Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, excepto no que respeita a nova norma IFRS 16 Locações.

A nova norma IFRS 16 elimina a classificação das locações entre locações operacionais ou financeiras para as entidades locatárias, conforme previsto na IAS 17 e, em vez disso, introduz um modelo único de contabilização, muito semelhante ao tratamento actual que é dado às locações financeiras nas contas dos locatários.

Este modelo único prevê, para o locatário, o reconhecimento de: i. activos e passivos no Balanço para todas as locações com termo superior a 12 meses (sendo que os activos de reduzido valor são excluídos, independentemente do termo da locação); e ii. depreciação e juros na Demonstração dos Resultados de forma separada.

A Gestão está a avaliar os impactos que resultarão da adopção desta nova norma, sendo desde já esperado que a sua adopção tenha um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo, em resultado da incorporação dos activos que se encontram em locação operacional e das respectivas responsabilidades.

A informação constante da nota 24, apesar de não responder aos critérios estipulados para a capitalização de locações operacionais, conforme estabelecido na nova IFRS 16, permite obter uma ordem de grandeza dos impactos resultantes da sua aplicação.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, o Grupo não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2016, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Bases de consolidação

Datas de referência

As Demonstrações Financeiras Consolidadas, com referência a 31 de Dezembro de 2016, incluem os activos, os passivos e os resultados das Companhias do Grupo, entendido como o conjunto da JMH e das suas subsidiárias, empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e associadas, as quais são apresentadas nas notas 28 e 30, respectivamente.

Concentração de actividades empresariais

No registo de transacções de concentração que envolvam entidades que se encontram sob controlo do Grupo, os activos e passivos são valorizados ao seu valor contabilístico, não havendo lugar ao apuramento de impactos em resultados.

Participações financeiras em subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. O Grupo controla uma entidade quando está exposto a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos através do seu poder sobre a entidade. As subsidiárias são consolidadas integralmente a partir da data em que o controlo é transferido para o Grupo. A consolidação é interrompida a partir da data em que o controlo cessa.

O Grupo aplica o método da compra na contabilização das suas aquisições de negócios. A quantia transferida na aquisição da subsidiária é o justo valor dos activos entregues, passivos assumidos para com os anteriores donos e dos capitais próprios emitidos pelo Grupo. A quantia transferida inclui o justo valor de qualquer activo e passivo que resulte de quaisquer acordos contingentes. Os activos e passivos identificáveis adquiridos e os passivos contingentes assumidos numa aquisição de negócios são mensurados inicialmente pelo seu justo valor à data da aquisição. Os custos directamente imputáveis à aquisição são reconhecidos em resultados quando incorridos.

Nos casos em que não é detido 100% do capital das subsidiárias, é reconhecido um interesse que não controla relativo à parcela dos resultados e do valor líquido de activos atribuível a terceiros.

Quando o Grupo perde o controlo sobre uma subsidiária, são desreconhecidos os activos e os passivos da subsidiária, e quaisquer interesses que não controlam e outras componentes do capital próprio. Qualquer ganho ou perda resultante é reconhecido na demonstração dos resultados. Qualquer interesse retido na entidade é mensurado pelo valor justo quando o controlo é perdido.

As políticas contabilísticas seguidas pelas subsidiárias no cumprimento das suas obrigações legais e estatutárias, sempre que necessário, foram corrigidas no processo de consolidação por forma a assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em associadas

Associadas são todas as entidades sobre as quais o Grupo tem uma influência significativa mas não o controlo, geralmente associadas a uma participação entre 20% e 50% dos direitos de voto.

Os investimentos em associadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com o método da equivalência patrimonial, o investimento é inicialmente reconhecido pelo custo e a quantia escriturada é aumentada ou diminuída para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou prejuízos da associada depois da data da aquisição. A parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição é reconhecida na demonstração dos resultados e a parte nos movimentos pós-aquisição ocorridos em outros rendimentos

integrais da associada é reconhecida também em outros rendimentos integrais com o correspondente ajustamento de contrapartida reconhecido na quantia registada do investimento. O investimento do Grupo em associadas inclui o *Goodwill* identificado na aquisição.

Quando a parte do Grupo nas perdas da associada iguala ou ultrapassa o investimento na associada, o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou tenha efectuado pagamentos em nome da associada.

As políticas contabilísticas das associadas são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Participações financeiras em acordos conjuntos

Acordos conjuntos são classificados como operações conjuntas ou empreendimentos conjuntos (*joint ventures*), dependendo dos direitos e obrigações contratuais que cada investidor possui. O Grupo avaliou a natureza dos seus acordos conjuntos (ver nota 2.6) e para aqueles que determinou como sendo *joint ventures*, os mesmos foram contabilizados utilizando o método de equivalência patrimonial.

De acordo com o método de equivalência patrimonial, os interesses em *joint ventures* são reconhecidos inicialmente pelo custo e ajustados depois para reconhecer a parte do Grupo nos lucros ou perdas pós-aquisição e outras variações em outros rendimentos integrais. Numa *joint-venture*, quando a parte do Grupo nas perdas é igual ou excede os seus interesses no empreendimento conjunto (que inclui todos os interesses de longo prazo que, em substância, façam parte do investimento líquido do Grupo na *joint venture*), o Grupo não reconhece perdas adicionais, a menos que tenha incorrido em obrigações legais ou construtivas ou efectuado pagamentos em nome da *joint venture*.

As políticas contabilísticas das *joint ventures* são alteradas quando necessário para assegurar a consistência com as políticas adoptadas pelo Grupo.

Goodwill

Goodwill representa o excesso do custo de aquisição sobre o justo valor dos activos e passivos identificáveis atribuíveis ao Grupo à data da aquisição ou da primeira consolidação. Se o custo de aquisição for inferior ao justo valor dos activos líquidos da subsidiária adquirida, a diferença é reconhecida directamente em resultados do exercício.

O Grupo realiza testes de imparidade ao *Goodwill* numa base anual ou mais frequentemente, se eventos ou mudanças nas circunstâncias indicam uma potencial imparidade. O valor reconhecido de *Goodwill* é comparado com o valor recuperável, que é o valor mais elevado entre o valor de uso e o justo valor menos os custos de vender. Sempre que o valor contabilístico do *Goodwill* exceder o seu valor recuperável, a imparidade é reconhecida imediatamente como um gasto e não é posteriormente revertida (nota 2.5.1).

O ganho ou perda na alienação de uma entidade inclui o valor contabilístico do *Goodwill* relativo a essa entidade, excepto quando o negócio a que esse *Goodwill* está associado continue a gerar benefícios para o Grupo.

Interesses que não controlam

Interesses que não controlam correspondem à proporção do justo valor dos activos, passivos e passivos contingentes das subsidiárias adquiridas que não são directa, ou indirectamente, atribuíveis a JMH.

Transacções com interesses que não controlam que não resultem na perda do controle são contabilizadas como transacções de capital - isto é, como transacções com os proprietários na sua qualidade de proprietários. A diferença entre o justo valor de qualquer montante pago e a parcela relevante adquirida do valor contabilístico dos activos líquidos da subsidiária é registada nos capitais próprios. Os ganhos ou perdas nas alienações para interesses que não controlam também são registados nos capitais próprios.

Perda de controlo ou influência significativa

Quando o Grupo deixa de ter controlo ou influência significativa, qualquer participação residual nos capitais próprios é remensurada para o seu valor de mercado, com as alterações a serem reconhecidas na demonstração dos resultados. O justo valor é o valor contabilístico inicial para efeitos de subsequente tratamento contabilístico dessa participação como activo financeiro.

Conversão das Demonstrações Financeiras em moeda estrangeira

As Demonstrações Financeiras das entidades estrangeiras são convertidas para euros utilizando o câmbio de fecho para os activos e passivos e os câmbios históricos para o capital próprio. Os custos e proveitos são convertidos ao câmbio médio mensal que é aproximadamente o câmbio da data das respectivas transacções.

A diferença cambial decorrente da conversão é registada directamente nos capitais próprios, líquida do efeito gerado pelo instrumento de cobertura (ver política contabilística descrita na nota 12).

Sempre que uma entidade estrangeira é alienada, a diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração dos resultados como parte do ganho ou perda na venda.

O *Goodwill* e os ajustamentos ao justo valor, originados na aquisição de uma entidade estrangeira, são tratados como activos e passivos da entidade estrangeira e convertidos ao câmbio de fecho. As correspondentes diferenças cambiais são reconhecidas em outros rendimentos integrais.

Saldos e transacções entre Empresas do Grupo

As transacções inter-companhias, os saldos e os ganhos não realizados entre subsidiárias e entre estas e a Empresa-Mãe são anulados no processo de consolidação. As perdas não realizadas são também eliminadas, salvo se o custo não puder ser recuperado.


Ganhos não realizados decorrentes de transacções com empresas associadas ou *joint ventures* são eliminados de acordo com a parcela de interesse do Grupo nas associadas ou *joint ventures*. As perdas não realizadas são da mesma forma eliminadas, salvo se proporcionarem prova de imparidade do activo transferido.

2.3 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa ou cobertura de investimentos em entidades estrangeiras, para os quais as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com activos financeiros disponíveis para venda, que sejam instrumentos de capital próprio.

As principais taxas de câmbio consideradas a esta data foram as indicadas abaixo:

Taxas de câmbio de referência do euro (x de moeda estrangeira por 1 euro)	Taxa em 31 de Dezembro de 2016	Taxa média do ano
 Zloty polaco (PLN)	4,4103	4,3627
 Franco suíço (CHF)	1,0739	-
 Peso colombiano (COP)	3.128,3800	3.355,5700

2.4 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de negociação ou contratação, que é a data em que o Grupo se compromete a adquirir o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos financeiros ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando: i. expiram os direitos contratuais do Grupo ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ii. o Grupo tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou iii. mesmo retendo parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando e só quando, o Grupo tenha o direito a compensar os montantes reconhecidos e tenha a intenção de os liquidar pelo valor líquido.

O Grupo classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é reconhecido nesta categoria se foi classificado como detido para negociação ou se foi designado como tal no reconhecimento inicial. Os activos financeiros são detidos para negociação se forem adquiridos com a principal intenção de serem vendidos no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura. Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem, na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais do Grupo, no fornecimento de mercadorias ou serviços, e sobre os quais o Grupo não tem intenção de negociar. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

São incluídos no activo corrente, excepto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato, os quais são classificados como activos não correntes.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: i. o Grupo tem intenção de manter por tempo indeterminado; ii. são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou iii. não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

As partes de capital detidas que não sejam subsidiárias, *joint ventures* ou associadas, são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda e reconhecidas no balanço como activos não correntes.

Estes activos financeiros são contabilizados inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. As variações de justo valor subsequentes são registadas directamente em outras reservas até que o activo financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido no capital próprio é incluído no resultado líquido do período. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de ganhos em outros investimentos, quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os activos financeiros disponíveis para venda relativos a investimentos em instrumentos de capital são registados ao custo quando o seu justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 11), existências (nota 14) e impostos diferidos activos (nota 8), os activos do Grupo são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Independentemente de existirem indicadores de imparidade ou não, para o *Goodwill*, para activos intangíveis em curso e para outros activos intangíveis com vida útil indefinida, o valor recuperável é avaliado anualmente à data do balanço.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos do Grupo para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo, ou da unidade geradora de caixa onde o mesmo se encontra inserido, excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Para as unidades geradoras de caixa com actividade iniciada há menos de dois ou três anos (dependendo do segmento de negócio) o Grupo efectua um acompanhamento do seu desempenho. No entanto, na medida em que os respectivos negócios não terão atingido ainda maturidade suficiente, são reconhecidas perdas por imparidade quando existam indicadores inequívocos de que a sua recuperabilidade é considerada remota.

Encontram-se na situação acima descrita um conjunto de activos, cujo montante actual de investimento corresponde a m EUR 434.697 (2015: m EUR 541.873), os quais incluem imóveis, equipamentos afectos à actividade operacional das lojas e benfeitorias em propriedade alheia.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de vender e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos que por si só não geram fluxos de caixa independentes é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

Uma perda por imparidade reconhecida relativa a *Goodwill* não é revertida.

As perdas por imparidade relativas a outros activos são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

O Grupo analisa a cada data de balanço se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

A quantia recuperável de contas a receber corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original.

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

No caso de partes de capital classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os activos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade do activo financeiro anteriormente reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração dos resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que o Grupo não irá receber todos os montantes a que tem direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- I. Análise de incumprimento;
- II. Incumprimento há mais de três meses;
- III. Dificuldades financeiras do devedor;
- IV. Probabilidade de falência do devedor.

Os ajustamentos para perdas por imparidade são determinados pela diferença entre a quantia recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para a quantia recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas por imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registadas em resultados.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontram vencidos são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor de propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos (incluindo *Goodwill*) é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Caso os pressupostos de fluxos de caixa se reduzam em 10%, face ao estimado, ou sendo considerada uma taxa de desconto superior em 100 p.b., de acordo com as projecções actuais das diferentes áreas de negócio, ainda assim todo o *Goodwill* é recuperável, não existindo qualquer risco de imparidade (ver nota 10.4).

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado (ver nota 12).

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor para as Empresas do Grupo, ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas do Grupo seria o seguinte:

	Impacto nas contas do Grupo	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Portugal	563	54
Polónia	(254)	3

Um montante positivo significa um ganho nas contas do Grupo.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente. Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva *yield* para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva *yield* requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, o Grupo definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [1,20% - 1,60%]
- Intervalo alargado [1,00% - 1,80%]

Face a estes resultados o Grupo decidiu reduzir a taxa de desconto de 1,75% para 1,40%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido do Grupo, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Impacto nas responsabilidades com benefício definido				
	Pressuposto utilizado		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
	PT	PL			
Taxa de desconto	1,40%	2,90%	0,50%	(2.313)	2.467
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	4% - 6%	0,50%	1.597	(1.517)
Taxa de crescimento das pensões	2,50%		0,50%	836	(780)
Esperança média de vida	TV 88/90	GUS 2013	1 ano	1.266	(1.214)

Um montante positivo significa um aumento de responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

O Grupo exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável, ou obrigar ao registo de um passivo. As provisões são reconhecidas quando o Grupo espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar significativamente os resultados futuros.

Investimento em associadas

A Gestão avaliou o nível de influência que o Grupo tinha na Perfumes e Cosméticos Puig Portugal Distribuidora, S.A. e determinou que existia uma influência significativa, apesar da participação de 27,55% devido à representação no Conselho de Administração e dos termos contratuais. Consequentemente, este investimento foi classificado como sendo uma associada, até à data da sua alienação em 30 de Setembro de 2016 (nota 30).

A Gestão avaliou ainda o nível de influência que o Grupo tem na Novo Verde – Sociedade Gestora de Resíduos de Embalagens, S.A., com uma percentagem de controlo de 30% e uma percentagem de interesse de 15,3%. Atendendo ao regime jurídico aplicável às sociedades gestoras de resíduos, que impossibilita a distribuição de reservas e de resultados retidos por este tipo de sociedades aos seus accionistas, não poderá este investimento ser classificado nas contas do Grupo enquanto uma associada, sendo por isso classificado como activos financeiros disponíveis para venda.

Investimento em acordos conjuntos

O Grupo detém 51% dos direitos de voto no acordo conjunto da JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR). Com base nos acordos contratuais com o outro Investidor, o Grupo tem o poder de nomear e destituir a maioria dos membros do Conselho de Administração. Adicionalmente todos os quadros superiores com poderes para dirigir as actividades relevantes da JMR são colaboradores de uma outra sociedade detida a 100% por Jerónimo Martins. Por essas razões, a Gestão concluiu que o Grupo tem capacidade prática para dirigir as actividades relevantes da JMR e, portanto, detém o controlo sobre a Companhia. Nestes termos, JMR é classificada como uma subsidiária, assim como as entidades que a JMR controla directamente.

O Grupo detinha 45% dos direitos de voto no acordo conjunto da Unilever Jerónimo Martins, Lda. e da Gallo Worldwide, Lda.. O Grupo tinha o controlo conjunto sobre estes acordos no âmbito dos termos contratuais, sendo exigida a unanimidade das partes para todas as decisões e actividades relevantes. Os empreendimentos conjuntos estavam estruturados como sociedades de responsabilidade limitada e garantiam, ao Grupo e às partes dos acordos, nos termos dos mesmos, direitos sobre os activos líquidos das sociedades de responsabilidade limitada. Desta forma, estes acordos estavam classificados como *joint ventures*, até à data da sua alienação a 30 de Setembro de 2016 (nota 30).

2.7 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e se esses preços representarem transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência (nível 1). No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites no mercado, baseadas em pressupostos de mercado.

O Grupo aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como derivados, instrumentos financeiros detidos para venda e activos biológicos ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam por exemplo curvas de juro e volatilidade de mercado (nível 2). No caso dos instrumentos financeiros derivados, o Grupo utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Caixa e equivalentes de caixa, devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor. Os restantes activos financeiros disponíveis para venda estão mensurados ao custo deduzidos de imparidade uma vez que não é possível determinar o justo valor com fiabilidade.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa esperados a serem pagos. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Credores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.8 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos do Grupo mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- **Nível 1:** o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os instrumentos de capital cotados na Euronext Lisboa;
- **Nível 2:** o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os activos biológicos, activos financeiros disponíveis para venda e os derivados *over-the-counter* contratados pelo Grupo, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- **Nível 3:** o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes.

2016	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	13.952	-	-	13.952
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	80	80	-	-
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	1.181	-	1.181	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	1.277	-	1.277	-
Total de activos	16.490	80	2.458	13.952
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	610	-	610	-
Total de passivos	610	-	610	-

2015	Total	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Propriedades de investimento	20.387	-	-	20.387
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	274	274	-	-
Activos biológicos				
Activos biológicos consumíveis	409	-	409	-
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	250	-	250	-
Total de activos	21.320	274	659	20.387
Passivos mensurados ao justo valor				
Instrumentos financeiros derivados				
Derivados de cobertura	93	-	93	-
Total de passivos	93	-	93	-

2.9 Instrumentos financeiros por categoria

	Derivados designados como instrumentos de cobertura	Empréstimos e contas a receber	Activos financeiros disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2016							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	643.512	-	-	643.512	-	643.512
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.000	-	1.000	-	1.000
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	322.025	-	-	322.025	101.941	423.966
Instrumentos financeiros derivados	1.277	-	-	-	1.277	-	1.277
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	4.615.887	4.615.887
Total de activos	1.277	965.537	1.000	-	967.814	4.717.828	5.685.642
Passivos							
Empréstimos obtidos	-	-	-	339.410	339.410	-	339.410
Instrumentos financeiros derivados	610	-	-	-	610	-	610
Cretores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	2.945.327	2.945.327	221.993	3.167.320
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	187.791	187.791
Total de passivos	610	-	-	3.284.737	3.285.347	409.784	3.695.131
2015							
Activos							
Caixa e equivalentes de caixa	-	441.688	-	-	441.688	-	441.688
Activos financeiros disponíveis para venda	-	-	1.758	-	1.758	-	1.758
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	288.212	-	-	288.212	107.667	395.879
Instrumentos financeiros derivados	250	-	-	-	250	-	250
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	-	4.493.140	4.493.140
Total de activos	250	729.900	1.758	-	731.908	4.600.807	5.332.715
Passivos							
Empréstimos obtidos	-	-	-	657.932	657.932	-	657.932
Instrumentos financeiros derivados	93	-	-	-	93	-	93
Cretores, acréscimos e diferimentos	-	-	-	2.682.665	2.682.665	189.865	2.872.530
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	-	208.941	208.941
Total de passivos	93	-	-	3.340.597	3.340.690	398.806	3.739.496

3 Reporte por segmentos de actividade

Os segmentos operacionais são reportados consistentemente com o *reporting* interno que é produzido e disponibilizado aos Órgãos de Gestão, nomeadamente a Direcção Executiva e o Conselho de Administração. Com base nesse reporte, os Órgãos de Gestão avaliam o desempenho de cada segmento e procedem à alocação dos recursos disponíveis.

A Gestão efectua o acompanhamento do desempenho das suas operações numa perspectiva geográfica e de acordo com a natureza do negócio. De acordo com esta última perspectiva, foram identificados os segmentos de Retalho Portugal, *Cash & Carry* Portugal e Retalho Polónia. Para além destes, existem ainda outros negócios, que no entanto, pela sua reduzida materialidade, não são reportados isoladamente.

A Gestão avalia o desempenho dos segmentos com base na informação sobre resultados antes de juros e impostos (EBIT). Esta mensuração exclui os efeitos de resultados operacionais não usuais.

Reconhecimento de proveitos

Os proveitos decorrentes das vendas são reconhecidos na demonstração dos resultados quando os riscos e vantagens significativos, inerentes à posse dos activos vendidos, são transferidos para o comprador.

No segmento de Retalho as vendas são reconhecidas com a venda directa ao cliente em loja, a pronto pagamento. Relativamente aos custos a suportar com devoluções devido à falta de qualidade do produto estes são estimados à data da venda com base na informação histórica.

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço. Os proveitos relativos a descontos comerciais obtidos nas compras de mercadorias são reconhecidos à medida que as mesmas são vendidas, como dedução ao custo das mercadorias vendidas.

Os segmentos operacionais identificados foram:

- **Retailho Portugal:** inclui a unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce);
- **Cash & Carry Portugal:** inclui a unidade de negócio por grosso do Recheio;
- **Retailho Polónia:** contém a unidade de negócio da insígnia Biedronka;
- **Outros, eliminações e ajustamentos:** inclui i. as unidades de negócio de menor materialidade (Serviços de Marketing e Representações – até Julho -, Restauração, negócio Agro-Alimentar em Portugal, Retailho de Saúde e Beleza na Polónia e o negócio do Retailho na Colômbia); ii. as Empresas que compõem a Holding do Grupo; e iii. os ajustamentos de consolidação do Grupo.

Informação detalhada referente aos segmentos operacionais em Dezembro de 2016 e 2015

	Retailho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retailho Polónia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Vendas e prestação de serviços	3.914.632	3.729.140	880.826	832.208	9.781.348	9.205.708	44.932	(39.096)	14.621.738	13.727.960
Inter-segmentos	351.085	315.834	3.906	4.007	1.487	1.617	(356.478)	(321.458)	-	-
Clientes Externos	3.563.547	3.413.306	876.920	828.201	9.779.861	9.204.091	401.410	282.362	14.621.738	13.727.960
Cash flow operacional (EBITDA)	191.626	187.880	47.140	43.908	707.421	641.143	(84.368)	(73.287)	861.819	799.644
Depreciações e amortizações	(95.095)	(95.299)	(12.908)	(12.090)	(169.922)	(172.990)	(16.324)	(14.105)	(294.249)	(294.484)
Resultado operacional (EBIT)	96.531	92.581	34.232	31.818	537.499	468.153	(100.692)	(87.392)	567.570	505.160
Resultados operacionais não usuais									(31.994)	(19.053)
Resultados financeiros									208.619	(11.312)
Imposto do exercício									(129.969)	(116.587)
Resultado líquido atribuível a JM									593.218	333.342
Total de activos	1.733.533	1.699.610	351.026	335.979	3.063.023	2.920.437	538.060	376.689	5.685.642	5.332.715
Total de passivos	1.226.101	1.186.485	305.006	284.181	2.210.170	2.126.974	(46.146)	141.856	3.695.131	3.739.496
Investimento em activos fixos	136.839	133.152	30.420	18.332	232.895	204.132	82.292	56.678	482.446	412.294

Reconciliação entre EBIT e resultados operacionais

	2016	2015
EBIT	567.570	505.160
Resultados operacionais não usuais	(31.994)	(19.053)
Resultados operacionais	535.576	486.107

Activos financeiros com risco de crédito por segmento

O quadro abaixo apresenta a exposição do Grupo de acordo com os valores de balanço dos activos financeiros, caracterizados por segmentos operacionais.

	Retailho Portugal		Cash & Carry Portugal		Retailho Polónia		Outros, eliminações e ajustamentos		Total JM Consolidado	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Caixa e equivalentes de caixa	43.950	51.264	16.449	9.386	268.119	211.084	314.994	169.954	643.512	441.688
Investimentos financeiros disponíveis para venda	219	183	696	1.296	-	-	85	279	1.000	1.758
Devedores, acréscimos e diferimentos	90.943	85.690	43.428	39.287	215.376	169.040	(27.722)	(5.805)	322.025	288.212
Instrumentos financeiros derivados	-	-	-	-	-	122	1.277	128	1.277	250
Total	135.112	137.137	60.573	49.969	483.495	380.246	288.634	164.556	967.814	731.908

4 Custos operacionais por natureza

Custos operacionais por natureza

Os custos operacionais por natureza incluem:

- custo das mercadorias vendidas, deduzido de rappel de fornecedores e descontos relacionados com a actividade comercial e com publicidade em loja. Inclui ainda as matérias-primas consumidas no fabrico de produtos pelas companhias;
- custos de distribuição relacionados com a actividade principal de retalho em loja, logística e armazenagem;
- custos administrativos, relativos às actividades de suporte nos escritórios.

Resultados operacionais não usuais

Os resultados operacionais não usuais (não recorrentes) que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro do Grupo, bem como a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da Demonstração Consolidada dos Resultados por Funções. Estes resultados são excluídos dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

	2016	2015
Custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas	11.491.109	10.748.646
Variação de produção	(930)	(478)
Descontos pronto pagamento líquidos e juros pagos a fornecedores	(24.240)	2.542
Comissões sobre meios de pagamento electrónicos	24.543	20.413
Outros custos suplementares	5.274	8.492
Fornecimentos e serviços externos	546.416	516.433
Publicidade	88.300	76.237
Rendas & alugueres	331.922	330.767
Custos com pessoal	1.153.063	1.073.053
Depreciações e amortizações	294.327	294.599
Ganhos/perdas com activos tangíveis e intangíveis	15.133	6.636
Custos de transporte	150.824	147.558
Outros ganhos e perdas operacionais	10.421	16.955
Total	14.086.162	13.241.853

4.1 Resultados operacionais não usuais

Os custos operacionais por natureza incluem os seguintes resultados operacionais não usuais:

	2016	2015
Processos de contencioso legal	(77)	(291)
Custos com programas de reestruturação organizacional	(5.763)	(11.515)
Write-off de activos e ganhos/perdas na alienação de activos fixos	(9.041)	(2.910)
Alterações aos planos de benefícios de empregados e pressupostos actuariais	(15.362)	(4.545)
Outros	(1.751)	208
Resultados operacionais não usuais	(31.994)	(19.053)

5 Empregados

5.1 Custos com pessoal

	2016	2015
Ordenados e salários	893.853	839.004
Segurança Social	172.576	162.966
Benefícios de empregados (nota 5.2)	23.289	3.046
Outros custos com pessoal	63.345	68.037
	1.153.063	1.073.053

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações.

O número médio de empregados do Grupo ao longo do ano foi de 91.943 (2015: 87.494).

O número de empregados no final do ano foi de 96.233 (2015: 89.027).

5.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais o Grupo efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

O Grupo incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas pelo Grupo sobre as mesmas.

As contribuições do Grupo para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais o Grupo garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente pelo Grupo.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método das rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em algumas empresas do Grupo engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

No ano de 2016 a componente de benefício do programa de prémios de antiguidade foi estendida às subsidiárias da Polónia, tendo-se reforçado o montante das provisões para benefícios de empregados – Prémios de Antiguidade, em resultado do reconhecimento dos serviços passados.

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2016	2015
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	19.636	21.843
Prémios de antiguidade	42.187	21.065
Total	61.823	42.908

Valores reflectidos na demonstração dos resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2016	2015	2016	2015
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	585	489	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	359	429	643	817
Prémios de antiguidade	22.345	2.128	-	-
	23.289	3.046	643	817

Apresenta-se de seguida uma breve descrição das alterações ocorridas em cada um deles:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	21.843	22.307	21.065	20.153
Aquisições/Alienções de negócios	-	-	(1.585)	-	(155)	-
Custos com juros	-	-	359	429	393	429
Custos dos serviços passados	-	-	-	-	19.679	-
Custos dos serviços correntes	585	489	-	-	1.999	1.936
(Ganhos)/perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	552	458	570	421
Alterações de experiência	-	-	91	359	(296)	(658)
Contribuições ou reformas pagas	(585)	(489)	(1.624)	(1.710)	(857)	(1.216)
Diferenças de conversão cambial	-	-	-	-	(211)	-
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	19.636	21.843	42.187	21.065

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	Portugal		Polónia	
	2016	2015	2016	2015
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90	GUS 2013	-
Taxa de desconto	1,40%	1,75%	2,90%	-
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	2,50%	2,50%	4% - 6%	-

Os pressupostos de mortalidade utilizados correspondem aos usualmente adoptados em Portugal e na Polónia, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas e a experiência de cada geografia. A análise de sensibilidade aos pressupostos está descrita na nota 2.6.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos 10 anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.477	5.222	4.835
Prémios de antiguidade	2.274	16.154	36.786
Total	3.751	21.376	41.621

6 Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, dividendos, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

Dividendos a receber

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

	2016	2015
Juros suportados	(12.833)	(24.727)
Juros obtidos	1.909	2.277
Dividendos	63	68
Diferenças de câmbio	(3.090)	(125)
Outros custos e proveitos financeiros	(3.405)	(3.990)
	(17.356)	(26.497)

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado, bem como os juros de derivados de cobertura de justo valor e de cobertura de fluxos de caixa (nota 12).

Os outros custos e proveitos financeiros incluem, entre outros, custos com a emissão de dívida do Grupo, reconhecida em resultados através do método da taxa de juro efectiva.

7 Ganhos na alienação de negócios

Conforme descrito na nota 28, em 30 de Setembro de 2016, o Grupo alienou a sua subsidiária Monterroio – Industry & Services Investments B.V., tendo procedido posteriormente à recompra da participação em duas subsidiárias desta última: Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. (100%) e Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A. (51%).

O Grupo reconheceu com estas transacções um ganho de m EUR 220.678, conforme apresentado abaixo:

	2016
Valor recebido líquido de custos incorridos com a alienação	303.464
Activos líquidos dos negócios alienados	(81.457)
Caixa e equivalentes de caixa dos negócios alienados	(1.329)
Ganhos na alienação de negócios	220.678

Do total de activos líquidos dos negócios alienados, m EUR 83.367 são relativos às *joint ventures* Unilever Jerónimo Martins e Gallo Worldwide (nota 13).

8 Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevados em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação. Não é calculado imposto diferido sobre o *Goodwill* e as diferenças de reconhecimento inicial de um activo e passivo quando não são afectados, nem o resultado contabilístico, nem o fiscal.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a Companhia estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos.

Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

8.1 Imposto sobre rendimento do exercício

	2016	2015
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	(129.693)	(123.787)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	1.879	1.218
	(127.814)	(122.569)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas e revertidas no exercício	9.195	10.937
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(625)	(756)
	8.570	10.181
Outros ganhos/perdas relativos a impostos		
Impacto da revisão de estimativas relativas ao contencioso fiscal	(10.725)	(4.199)
	(10.725)	(4.199)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	(129.969)	(116.587)

8.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2016		2015	
Resultados antes de imposto		744.195		474.795
Imposto calculado à taxa aplicável em Portugal	22,5%	(167.444)	22,5%	(106.829)
Efeito fiscal gerado por:				
Diferença de taxa de imposto aplicável noutros países	(3,7%)	27.173	(4,8%)	22.812
Resultados não tributados ou não recuperáveis	(1,6%)	12.062	5,9%	(27.902)
Custos não dedutíveis e benefícios fiscais	0,2%	(1.526)	0,6%	(2.836)
Correcção da estimativa de anos anteriores	(0,3%)	1.879	(0,3%)	1.218
Equivalência patrimonial	(0,2%)	1.600	(0,5%)	2.483
Alteração da base recuperável de prejuízos e diferenças temporárias de exercícios anteriores	(0,0%)	198	(0,1%)	245
Resultados sujeitos a tributação autónoma e outras formas de tributação	0,5%	(3.911)	1,2%	(5.778)
Imposto do exercício	17,5%	(129.969)	24,6%	(116.587)

Em 2016 a taxa efectiva de imposto está influenciada de forma significativa pelo ganho com a alienação da Monterroio - Industry & Services Investments B.V. (nota 7). Excluindo o efeito desta alienação, a taxa efectiva de imposto em 2016 seria de 24,8%.

Em 2016 e 2015, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21%. Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente, mantendo-se os patamares de derrama estadual de 2015.

Na Polónia, para 2016 e 2015, a taxa de imposto sobre o rendimento aplicada aos lucros fiscais foi de 19%.

Na Colômbia, a taxa de imposto sobre o rendimento foi de 34% em 2016 e 2015. Não havendo resultados fiscais positivos, é aplicada uma taxa de imposto de 3% sobre o valor do património líquido.

8.3 Impostos diferidos activos e passivos

	2016	2015
Saldo inicial	1.718	(7.541)
Diferenças de conversão cambial	287	(291)
Reavaliações e reservas	156	(631)
Aquisição/alienação de negócios	(717)	-
Resultado do exercício (nota 8.1)	8.570	10.181
Saldo final	10.014	1.718

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2016	2015
Impostos diferidos activos	69.756	56.245
Impostos diferidos passivos	(59.742)	(54.527)
	10.014	1.718

2016	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Aquisição/ alienação de negócios	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos passivos						
Reavaliações de activos	665	(2)	-	-	-	663
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	38.315	7.394	-	-	(1.191)	44.518
Diferenças de políticas contabilísticas em outros países	12.423	-	-	-	(412)	12.011
Instrumentos de cobertura	23	-	(78)	-	(1)	(56)
Outras diferenças temporárias	3.101	(494)	-	-	(1)	2.606
	54.527	6.898	(78)	-	(1.605)	59.742
Impostos diferidos activos						
Provisões além dos limites legais	34.251	15.119	-	(132)	(1.155)	48.083
Reavaliações de activos	2.936	1.998	-	-	-	4.934
Benefícios concedidos a empregados	9.234	516	145	(391)	-	9.504
Outras diferenças temporárias	9.824	(2.165)	(67)	(194)	(163)	7.235
	56.245	15.468	78	(717)	(1.318)	69.756
Variação líquida de imposto diferido	1.718	8.570	156	(717)	287	10.014

2015	Saldo inicial	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	Diferenças cambiais	Saldo final
Impostos diferidos passivos					
Reavaliações de activos	1.074	(409)	-	-	665
Proveitos diferidos para efeitos fiscais	42.746	(4.610)	-	179	38.315
Diferenças de políticas contabilísticas em outros países	12.394	2	-	27	12.423
Instrumentos de cobertura	-	-	23	-	23
Outras diferenças temporárias	2.676	425	-	-	3.101
	58.890	(4.592)	23	206	54.527
Impostos diferidos activos					
Provisões além dos limites legais	27.157	7.186	-	(92)	34.251
Reavaliações de activos	3.821	(885)	-	-	2.936
Benefícios concedidos a empregados	9.102	(52)	184	-	9.234
Instrumentos de cobertura	812	-	(813)	1	-
Outras diferenças temporárias	10.457	(660)	21	6	9.824
	51.349	5.589	(608)	(85)	56.245
Variação líquida de imposto diferido	(7.541)	10.181	(631)	(291)	1.718

8.4 Impostos diferidos não reconhecidos sobre prejuízos fiscais

O Grupo não reconheceu impostos diferidos activos sobre prejuízos fiscais de sociedades nas quais não se estima, com razoável segurança, a ocorrência de lucros tributáveis futuros suficientes para assegurar a recuperabilidade do referido imposto no curto e/ou médio prazo. O montante de imposto diferido activo que não foi reconhecido é apresentado no quadro seguinte:

Limite de reporte de prejuízos fiscais	Imposto	
	2016	2015
2017	748	844
2018	3.387	2.898
2019	4.742	6.003
2020	6.618	4.793
2021 ou posterior	61.814	40.001
	77.308	54.538

9 Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem. O custo com grandes reparações e remodelações de lojas é

incluído no valor contabilístico do activo sempre que se perspetive que este origine benefícios económicos adicionais. Aquando da sua capitalização, a vida útil estimada do activo tem em consideração as características da remodelação. Se a loja estiver arrendada, a vida útil não irá exceder o período do contrato de arrendamento.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Terrenos	Não depreciados
Edifícios e outras construções	2-4
Equipamento básico	10-20
Equipamento de transporte	12,5-25
Equipamento administrativo	10-25

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção do Grupo utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

9.1 Movimentos ocorridos no exercício

2016	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	447.317	2.649.510	1.524.879	219.960	224.452	5.066.118
Diferenças cambiais	(7.296)	(41.799)	(20.758)	(2.729)	(981)	(73.563)
Aumentos	3.220	175.799	111.621	23.603	162.338	476.581
Alienações e abates	(101)	(11.661)	(58.403)	(13.293)	(1.981)	(85.439)
Transferências e reclassificações	11.629	62.219	14.464	5.527	(94.675)	(836)
Aquisições/Alienações de negócios	-	(715)	(5)	(397)	-	(1.117)
Saldo final	454.769	2.833.353	1.571.798	232.671	289.153	5.381.744
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	980.185	1.018.510	177.310	-	2.176.005
Diferenças cambiais	-	(14.852)	(11.648)	(2.344)	-	(28.844)
Aumentos	-	136.482	128.400	15.534	-	280.416
Alienações e abates	-	(8.908)	(53.499)	(13.184)	-	(75.591)
Transferências e reclassificações	-	(371)	(293)	(2)	-	(666)
Aquisições/Alienações de negócios	-	(602)	(5)	(344)	-	(951)
Perdas por imparidade	8.015	-	-	-	-	8.015
Saldo final	8.015	1.091.934	1.081.465	176.970	-	2.358.384
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2016	447.317	1.669.325	506.369	42.650	224.452	2.890.113
Em 31 de Dezembro de 2016	446.754	1.741.419	490.333	55.701	289.153	3.023.360

2015	Terrenos e recursos naturais	Edifícios e outras construções	Equipamento básico e ferramentas	Equipamento de transporte e outros	Activos em curso e adiantamentos	Total
Custo						
Saldo Inicial	407.978	2.477.980	1.427.135	209.560	203.771	4.726.424
Diferenças cambiais	(19)	(6.664)	(2.246)	(960)	(2.736)	(12.625)
Aumentos	8.165	152.554	122.542	11.967	99.618	394.846
Alienações e abates	(370)	(24.234)	(32.045)	(5.740)	(1.396)	(63.785)
Transferências e reclassificações	12.363	47.316	9.493	5.133	(74.805)	(500)
Transferências de/para propriedade de investimento	19.200	2.558	-	-	-	21.758
Saldo final	447.317	2.649.510	1.524.879	219.960	224.452	5.066.118
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	865.206	919.415	168.479	-	1.953.100
Diferenças cambiais	-	(1.391)	(1.215)	(254)	-	(2.860)
Aumentos	-	133.237	131.689	14.788	-	279.714
Alienações e abates	-	(17.522)	(31.317)	(5.640)	-	(54.479)
Transferências e reclassificações	-	(27)	(62)	(63)	-	(152)
Transferências de/para propriedade de investimento	-	682	-	-	-	682
Saldo final	-	980.185	1.018.510	177.310	-	2.176.005
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2015	407.978	1.612.774	507.720	41.081	203.771	2.773.324
Em 31 de Dezembro de 2015	447.317	1.669.325	506.369	42.650	224.452	2.890.113

Não existem encargos financeiros capitalizados no valor dos activos fixos tangíveis.

9.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos tangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

9.3 Activos fixos tangíveis em curso

Estão considerados em activos tangíveis em curso essencialmente valores referentes à construção e remodelação de lojas e de centros de distribuição.

10 Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade (nota 2.5).

Os custos associados a *Goodwill* e Marcas Próprias gerados internamente são registados na conta de resultados à medida que são incorridos.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do produto ou processo em desenvolvimento e o Grupo tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua comercialização ou o seu uso.

As despesas de desenvolvimento capitalizadas incluem custos de materiais utilizados e de mão-de-obra directa.

As licenças de *software* de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *software* são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Outros activos intangíveis

Despesas na aquisição de *trespasses*, marcas, patentes e licenças são capitalizadas sempre que se estime a obtenção de benefícios económicos futuros e seja expectável a sua utilização pelo Grupo.

Activos intangíveis de vida útil indefinida

A marca Pingo Doce, para além do *Goodwill*, é o único activo intangível de vida útil indefinida, para o qual não existe um limite temporal a partir do qual se espere que deixe de gerar benefícios económicos para o Grupo. O *Goodwill* e os activos intangíveis com vida útil indefinida são testados para efeitos de imparidade à data do balanço e sempre que um determinado evento ou circunstância indique que o seu valor contabilístico possa não ser recuperável.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
<i>Software</i> de computador	33,33
<i>Trespasses</i>	5-6,66

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço.

10.1 Movimentos ocorridos no exercício

2016	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	640.187	31.229	114.644	136.326	9.571	931.957
Diferenças cambiais	(10.285)	(759)	(3.162)	(3.048)	(256)	(17.510)
Aumentos	-	1.586	2.278	357	1.644	5.865
Alienações e abates	-	(128)	(133)	(1.228)	(5)	(1.494)
Transferências e reclassificações	-	488	5.551	382	(6.270)	151
Aquisições/Alienações de negócios	-	-	(76)	-	-	(76)
Saldo final	629.902	32.416	119.102	132.789	4.684	918.893
Amortizações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	28.545	14.692	78.924	-	122.161
Diferenças cambiais	-	(716)	(210)	(1.666)	-	(2.592)
Aumentos	-	1.570	3.217	9.124	-	13.911
Alienações e abates	-	(114)	(133)	(1.228)	-	(1.475)
Transferências e reclassificações	-	-	(2)	(17)	-	(19)
Aquisições/Alienações de negócios	-	-	(76)	-	-	(76)
Saldo final	-	29.285	17.488	85.137	-	131.910
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2016	640.187	2.684	99.952	57.402	9.571	809.796
Em 31 de Dezembro de 2016	629.902	3.131	101.614	47.652	4.684	786.983

2015	Goodwill	Despesas de desenvolv.	Software e prop. industrial e out. direitos	Trespases	Activos em curso	Total
Custo						
Saldo Inicial	639.512	29.972	109.930	129.603	5.604	914.621
Diferenças cambiais	675	39	35	128	(72)	805
Aumentos	-	771	2.385	7.164	7.128	17.448
Alienações e abates	-	(80)	(256)	(857)	(91)	(1.284)
Transferências e reclassificações	-	527	2.550	288	(2.998)	367
Saldo final	640.187	31.229	114.644	136.326	9.571	931.957
Depreciações e perdas por imparidade						
Saldo Inicial	-	26.949	11.715	69.763	-	108.427
Diferenças cambiais	-	36	(66)	(77)	-	(107)
Aumentos	-	1.630	3.289	9.964	-	14.883
Alienações e abates	-	(80)	(255)	(726)	-	(1.061)
Transferências e reclassificações	-	10	9	-	-	19
Saldo final	-	28.545	14.692	78.924	-	122.161
Valor líquido						
Em 1 de Janeiro de 2015	639.512	3.023	98.215	59.840	5.604	806.194
Em 31 de Dezembro de 2015	640.187	2.684	99.952	57.402	9.571	809.796

O Grupo identificou como activos intangíveis de vida útil indefinida, para além do *Goodwill*, a marca Pingo Doce, com valor líquido de m EUR 9.228.

As despesas de desenvolvimento são relativas à implementação de sistemas de informação.

10.2 Garantias

Não foram dados quaisquer activos intangíveis em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

10.3 Activos intangíveis em curso

Estão considerados em activos intangíveis em curso valores referentes à implementação de projectos de simplificação de processos, direitos de usufruto e trespases.

10.4 Testes de imparidade do *Goodwill* e outros intangíveis

O Grupo tem o *Goodwill* alocado por cada área de negócio, sendo este composto da seguinte forma:

Áreas de Negócio	2016	2015
Retalho Portugal	246.519	246.519
Cash & Carry Portugal	83.836	83.836
Retalho de Saúde e Beleza Polónia	8.797	9.099
Retalho Polónia	290.750	300.733
	629.902	640.187

Como consequência da conversão cambial dos activos dos negócios da Polónia:

- o *Goodwill* afecto ao negócio da Polónia (Biedronka), no montante de m PLN 1.282.278, sofreu uma actualização no valor de m EUR 9.983 negativos;
- o *Goodwill* afecto ao negócio do Retalho de Saúde e Beleza na Polónia (Hebe), no montante de m PLN 38.796, sofreu uma actualização no valor de m EUR 302 negativos.

Em 2016 foram efectuadas avaliações com base no valor de uso calculado de acordo com o método de *Discounted Cash Flow* (DCF), que sustentam a recuperabilidade do valor de *Goodwill*.

Os valores das avaliações são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado, tendo sido elaboradas projecções, a cinco anos, de *cash flows* futuros para cada um dos negócios, baseados em planos de médio/longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Estas estimativas foram elaboradas considerando uma taxa de desconto entre 7% e 8,3% para Portugal (2015: 7% e 8,3%), e entre 8,5% e 10,1% na Polónia (2015: 8,5% e 10,1%), e uma taxa de crescimento na perpetuidade entre 0% e 1,5% para os vários negócios (2015: 0% e 1,5%).

A marca Pingo Doce não está a ser amortizada sendo sujeita anualmente a testes de imparidade, com os mesmos pressupostos que são utilizados para o *Goodwill*. O mesmo se aplica para os activos intangíveis em curso.

11 Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma *yield* que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma *yield* entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos/perdas em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Sempre que, por alteração do uso esperado dos activos fixos tangíveis, estes sejam transferidos para a rubrica propriedades de investimento, os activos são mensurados ao justo valor e qualquer excesso apurado face ao valor contabilístico é registado como excedente de revalorização. Os ganhos e perdas subsequentes de revalorização (justo valor) são registados em resultados, de acordo com a IAS 40.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais do Grupo, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

	2016	2015
Saldo Inicial	20.387	42.947
Aumentos por aquisições	-	2
Transferências	-	(21.075)
Variações de justo valor	(3.562)	(1.487)
Alienações	(2.873)	-
Saldo Final	13.952	20.387

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios inicialmente adquiridos para uso nas operações do Grupo e outros que foram efectivamente utilizados nessas operações durante um certo período de tempo, mas que se tornaram redundantes por não ser possível neles construir unidades geradoras de caixa, ou por se tornarem desnecessários para as operações devido a reestruturações das mesmas.

Encontram-se ainda nesta categoria terrenos adquiridos recentemente cujo destino ainda não foi definido, sendo que nestes termos se encontram para valorização.

Estão considerados como activos não correntes todos os activos para os quais não é expectável a sua alienação no período inferior a 12 meses.

Em 2016, o montante de rendimentos obtidos com propriedades de investimento ascendeu a m EUR 73 (m EUR 103 em 2015), tendo sido reconhecidos custos no montante de m EUR 33 (m EUR 57 em 2015).

12 Instrumentos financeiros derivados

O Grupo utiliza derivados com o único objectivo de gerir os riscos financeiros a que se encontra exposto. De acordo com as suas políticas financeiras, o Grupo não utiliza derivados para especulação.

Sempre que disponível, o justo valor dos derivados é estimado com base em instrumentos cotados. Na ausência de preços de mercado, o justo valor dos derivados é estimado através do método de fluxos de caixa descontados e modelos de valorização de opções, de acordo com pressupostos geralmente utilizados no mercado.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos na data da sua negociação (*trade date*), pelo seu justo valor. Subsequentemente, o justo valor é avaliado numa base regular, sendo os ganhos ou perdas resultantes dessa avaliação registados directamente na demonstração dos resultados, excepto no que se refere aos derivados de cobertura de fluxo de caixa, cuja variação do justo valor é registada em capitais próprios, em reserva de cobertura de fluxo de caixa. O reconhecimento das variações de justo valor dos derivados de cobertura depende da natureza do risco coberto e do modelo de cobertura utilizado.

Derivados de negociação

Apesar de os derivados contratados pelo Grupo corresponderem a instrumentos eficazes na cobertura económica de riscos, nem todos qualificam como instrumentos de cobertura contabilística de acordo com as regras e requisitos do IAS 39. Os instrumentos que não qualifiquem como instrumentos de cobertura contabilística são registados no balanço pelo seu justo valor e as variações no mesmo são reconhecidas em resultados.

Contabilidade de cobertura

Os instrumentos financeiros derivados utilizados para fins de cobertura podem ser classificados contabilisticamente como de cobertura desde que cumpram, cumulativamente, com as seguintes condições:

- (i) À data de início da transacção a relação de cobertura encontra-se identificada e formalmente documentada, incluindo a identificação do item coberto, do instrumento de cobertura e a avaliação da efectividade da cobertura;
- (ii) Existe a expectativa de que a relação de cobertura seja altamente efectiva, à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iii) A eficácia da cobertura possa ser mensurada com fiabilidade à data de início da transacção e ao longo da vida da operação;
- (iv) Para operações de cobertura de fluxos de caixa, os mesmos devem ser altamente prováveis de virem a ocorrer.

Risco de taxa de juro (cobertura de fluxos de caixa)

Sempre que as expectativas de evolução de taxas de juro o justifiquem, o Grupo procura contratar operações de protecção contra movimentos adversos, através de instrumentos derivados. Na selecção de instrumentos são essencialmente valorizados os aspectos económicos dos mesmos. São igualmente tidas em conta as implicações da inclusão de cada instrumento adicional na carteira existente de derivados, nomeadamente os efeitos em termos de volatilidade nos resultados.

As operações que qualifiquem como instrumentos de cobertura em relação de cobertura de fluxo de caixa são registadas no balanço pelo seu justo valor e, na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos instrumentos são registadas em outros rendimentos integrais. As quantias acumuladas em capitais próprios são reclassificadas para resultados nos períodos em que os itens cobertos também afectam os resultados (por exemplo, quando uma transacção ou evento previsto que foi coberto se realiza). No entanto, tratando-se de uma cobertura de uma transacção futura que resulta no reconhecimento de um activo não financeiro (por exemplo: Existências), os ganhos ou perdas previamente diferidos em capital próprio são transferidos e incluídos na valorização inicial do activo.

Os ganhos ou perdas relacionados com a parte ineficaz são reconhecidos de imediato em resultados. Desta forma e em termos líquidos, os custos associados aos financiamentos cobertos são reconhecidos à taxa inerente à operação de cobertura contratada.

Quando um instrumento de cobertura expira ou é vendido, ou quando a cobertura deixa de cumprir os critérios exigidos para a contabilidade de cobertura, as variações de justo valor do derivado acumuladas em outros rendimentos integrais são reconhecidas em resultados quando a operação coberta também afectar resultados.

Risco de taxa de câmbio (cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras)

No que respeita ao risco cambial, o Grupo prossegue uma política de cobertura natural recorrendo a financiamento em moeda local sempre que as condições de mercado (nomeadamente o nível das taxas de juro) o aconselhem.

A flutuação cambial associada a empréstimos em moeda estrangeira contraídos com o objectivo de cobertura de um investimento numa operação estrangeira é reconhecida directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais em outros rendimentos integrais (nota 2.2).

Os *swaps* cambiais contratados com vista à cobertura de investimentos em operações estrangeiras que qualifiquem como instrumentos de cobertura são registados no balanço pelo seu justo valor. Na medida em que sejam consideradas coberturas eficazes, as variações no justo valor dos *swaps* cambiais são reconhecidas directamente em reservas na rubrica de diferenças cambiais (nota 2.2). Os ganhos e perdas acumulados em outros rendimentos integrais são transferidos para resultados do exercício quando as entidades estrangeiras são alienadas.

	Notional	2016				Notional	2015			
		Activo		Passivo			Activo		Passivo	
		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente		Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Derivados designados como cobertura de fluxos de caixa										
<i>Swap</i> taxa de juro (PLN)	200 milhões PLN	-	-	-	293	212 milhões PLN	-	122	-	-
Derivados designados como cobertura de investimentos em operações estrangeiras										
<i>Forwards</i> cambiais (PLN)	538 milhões PLN	1.277	-	317	-	338 milhões PLN	128	-	93	-
Total de derivados designados como cobertura		1.277	-	317	293		128	122	93	-
Total de derivados activos/passivos		1.277	-	317	293		128	122	93	-

Em Dezembro de 2016, estão incluídos nos valores apresentados os juros a receber ou a pagar vencidos até à data relativos a estes instrumentos financeiros no montante líquido a pagar de m EUR 1 (2015: m EUR 1).

Cobertura de fluxos de caixa

Swaps de taxa de juro

O Grupo procede à fixação de uma parte dos pagamentos futuros de juros de empréstimos, através da contratação de *swaps* de taxa de juro. O risco coberto é o indexante da taxa variável associada aos empréstimos. O objectivo desta cobertura é transformar os empréstimos de taxa de juro variável em taxa de juro fixa. O risco de crédito do empréstimo não se encontra coberto. No entanto, a avaliação efectuada ao risco de crédito da JMH e a sua incorporação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados registados em balanço resultaria num impacto imaterial a 31 de Dezembro de 2016 e 2015. Estão contratados *swaps* de taxa de juro em zlotys.

Em resumo:

	Moeda	Montante financiamento	Montante coberto	Indexante coberto	Revisão de taxa	Maturidade financiamento e cobertura
JMNK/2020	PLN	400.658	200.329	Wibor 3 meses	Março	Junho 2020

Cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras

Forwards cambiais

O Grupo procede à cobertura económica do risco cambial da sua exposição ao zloty. Para esse efeito, o Grupo contratou *forwards* cambiais, com vencimento em Abril de 2017.

Reflexos nas Demonstrações Financeiras

	2016	2015
Justo valor dos instrumentos financeiros em 1 de Janeiro	157	(1.769)
(Recebimentos) /pagamentos efectuados no exercício	1.377	16.755
Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (outras reservas)	(411)	4.101
Varição do justo valor de derivados de cobertura de fluxos de caixa (diferenças cambiais)	(4)	(6)
Varição do justo valor de derivados de cobertura de investimentos líquidos em entidades estrangeiras (reservas cambiais)	(390)	(14.645)
Custo com juros de derivados de cobertura (resultados)	(62)	(4.279)
Justo valor dos instrumentos financeiros em 31 de Dezembro	667	157

13 Partes de capital em *joint ventures* e associadas

As *joint ventures* e associadas encontram-se listadas na nota 30 e as alterações a estes investimentos foram as seguintes:

	<i>Joint ventures</i>		Associadas		Total	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo inicial	75.789	73.537	689	735	76.478	74.272
Aplicação do método de equivalência patrimonial:						
Resultado do exercício	10.288	16.450	(17)	158	10.271	16.608
Dividendos e outros rendimentos recebidos	(2.711)	(14.102)	-	(204)	(2.711)	(14.306)
Outros rendimentos integrais	-	(96)	-	-	-	(96)
Alienações de negócios (nota 30)	(83.367)	-	(672)	-	(84.039)	-
Aquisição de negócios	1	-	-	-	1	-
Saldo final	-	75.789	-	689	-	76.478

14 Existências

As existências são valorizadas ao menor, entre o custo e o valor realizável líquido. O valor realizável líquido corresponde ao preço de venda no curso normal das actividades, deduzido dos custos directamente associados à venda.

A sua valorização segue em geral o último preço de aquisição, o qual, atendendo à elevada rotação das existências, corresponde aproximadamente ao custo real que seria determinado com base no método FIFO.

Os produtos acabados e em vias de fabrico incluem na sua valorização as matérias-primas, mão-de-obra e gastos gerais de fabrico.

	2016	2015
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	3.928	3.657
Mercadorias	749.951	663.095
Produtos acabados e intermédios	906	987
	754.785	667.739
Ajustamento para o valor de realização	(36.167)	(29.400)
Existências líquidas	718.618	638.339

Não foram consignadas existências como garantia no cumprimento de obrigações contratuais.

15 Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber pela venda de mercadorias ou de serviços prestados pelo Grupo no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade (nota 2.5).

	2016	2015
Não Correntes		
Outros devedores	75.987	80.849
Depósitos colaterais associados a dívida financeira	34.367	34.367
Custos diferidos	2.482	3.388
	112.836	118.604
Correntes		
Clientes comerciais	45.928	53.501
Outros devedores	93.117	87.770
Outros impostos a recuperar	11.364	11.754
Acréscimos de proveitos e custos diferidos	160.721	124.250
	311.130	277.275

Do total da rubrica de outros devedores não correntes, m EUR 75.282 respeitam a liquidações adicionais de imposto bem como adiantamentos por conta de imposto, cujo reembolso foi já solicitado (nota 26).

O Grupo detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 34.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas, estando a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros.

Os acréscimos de proveitos correspondem essencialmente ao reconhecimento de proveitos suplementares contratados com fornecedores, no montante de m EUR 148.502 (m EUR 111.581 em 2015).

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 6.434 de rendas pagas antecipadamente, m EUR 2.329 de custos com seguros e m EUR 5.827 de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2016, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

A rubrica de outros devedores inclui um montante de m EUR 17.713 (2015: m EUR 18.186), que respeita a cauções essencialmente de arrendamentos de espaços comerciais.

Devedores correntes com valores vencidos há menos de três meses não são considerados em imparidade. A análise de antiguidade de saldos devedores que já se encontram vencidos é a seguinte:

	2016	2015
Saldos devedores não considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	23.516	28.411
Vencidos há mais de 3 meses	21.912	17.258
	45.428	45.669
Saldos devedores considerados em imparidade		
Vencidos há menos de 3 meses	284	549
Vencidos há mais de 3 meses	8.513	17.035
	8.797	17.584

Dos valores vencidos a receber sem imparidade acima mencionados, m EUR 18.919 (2015: m EUR 6.595) encontram-se cobertos por garantias e seguros de crédito.

Os movimentos na imparidade registada para saldos devedores foram os seguintes:

	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	23.863	24.122
Constituição, reforço e transferências	2.562	5.143
Redução e reversões	(1.189)	(4.506)
Diferença cambial	(232)	31
Utilização	(1.111)	(927)
Aquisições e reestruturação de negócios	(179)	-
Saldo em 31 de Dezembro	23.714	23.863

16 Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior e descobertos bancários. No balanço do Grupo, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2016	2015
Depósitos à ordem	524.941	129.946
Aplicações de tesouraria	114.974	306.932
Caixa e equivalentes de caixa	3.597	4.810
	643.512	441.688

Os depósitos à ordem correspondem a valores em bancos para fazer face a necessidades correntes de tesouraria bem como a recebimentos de clientes em trânsito.

As aplicações de tesouraria correspondem a depósitos de curto prazo aplicados em instituições financeiras.

Os *ratings* associados aos depósitos à ordem e aplicações de tesouraria encontram-se detalhados na nota 31.2.1.

17 Caixa gerada pelas operações

	2016	2015
Resultado líquido	593.218	333.342
Ajustamentos para:		
Interesses que não controlam	21.008	24.866
Impostos	129.969	116.587
Depreciações e amortizações	294.327	294.599
Provisões e outros custos e proveitos operacionais	31.619	10.767
Custos financeiros líquidos	17.356	26.497
Ganhos/perdas na alienação de negócios	(220.678)	-
Ganhos/perdas em empresas associadas	(10.271)	(16.608)
Ganhos/perdas em outros investimentos	4.974	1.423
Ganhos/perdas em activos fixos tangíveis e intangíveis	15.133	6.636
	876.655	798.109
Variações de capital circulante:		
Existências	(99.646)	(77.220)
Devedores, acréscimos e diferimentos	(2.160)	(3.936)
Credores, acréscimos e diferimentos	261.577	282.832
	1.036.426	999.785

18 Capital e reservas
Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras do Grupo no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

18.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2015: 629.293.220).

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida, não existindo acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pelo Grupo encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor de m EUR 22.452.

18.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2016 o Grupo detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2016.

18.3 Dividendos

Os montantes distribuídos em 2016, de m EUR 183.963, correspondem a dividendos pagos aos accionistas da JMH no valor de m EUR 166.535 e aos interesses que não controlam que participam em Companhias do Grupo, no montante de m EUR 17.428.

18.4 Outras reservas e resultados retidos

Nas contas individuais da sociedade JMH é dada devida nota de todos os condicionalismos na utilização das reservas a distribuir e que compõem a situação patrimonial da Companhia, pelo que se recomenda a leitura expressa dessa informação.

19 Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

19.1 Resultado básico e diluído por acção

	2016	2015
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
N.º médio ponderado de acções ordinárias	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias	593.218	333.342
Resultado básico e diluído por acção – Euros	0,9440	0,5304

20 Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que o Grupo tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Os custos financeiros de empréstimos genéricos ou específicos directamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de activos qualificáveis, que levam necessariamente um período substancial de tempo para ficar disponíveis para o uso pretendido, são adicionados ao custo de tais activos, até ao momento em que os activos ficam substancialmente prontos para o uso pretendido.

Os rendimentos obtidos com o investimento temporário de empréstimos específicos ainda não utilizados nos activos qualificáveis são deduzidos aos custos de empréstimos elegíveis para capitalização. Todos os outros custos com empréstimos são reconhecidos nos resultados do período em que são incorridos.

Nos primeiros nove meses do ano as necessidades de financiamento do Grupo para as empresas portuguesas foram suportadas por instrumentos de curto prazo, maioritariamente por emissões de papel comercial que foram totalmente pagas no final de Setembro com o recebimento decorrente da venda da subsidiária Monterroio.

Para as Companhias Portuguesas, o Grupo utiliza linhas de crédito grupadas o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma Companhia. Assim sendo, os *plafonds* não utilizados acessíveis ascendem ao montante de m EUR 137.000 (2015: m EUR 147.000).

Na Polónia, a Jeronimo Martins Polska reembolsou antecipadamente três empréstimos num total de m PLN 700.000, que tinham maturidade em 2017. As necessidades de financiamento da empresa foram maioritariamente satisfeitas por empréstimos de outras companhias do Grupo e por financiamento bancário de curto prazo, cujos limites foram aumentados em mais de m PLN 500.000.

A Jeronimo Martins Colombia renegociou os prazos e condições das linhas de crédito já existentes, assim como o aumento dos limites das linhas de curto prazo em m COP 117.500.000.

20.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2016	2015
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários	111.823	384.291
Empréstimos por obrigações	-	150.000
Responsabilidades com locação financeira	3.006	131
	114.829	534.422
Empréstimos correntes		
Descobertos bancários	-	8.831
Empréstimos bancários	73.622	114.491
Empréstimos por obrigações	150.000	-
Responsabilidades com locação financeira	959	188
	224.581	123.510

20.2 Termos e prazo de reembolso dos empréstimos

2016	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Empréstimos em PLN	2,35%	90.846	5.191	85.655	-
Empréstimos em COP	8,60%	94.599	68.431	25.166	1.002
Empréstimos por obrigações					
Empréstimos	0,56%	150.000	150.000	-	-
Responsabilidades com locações financeiras	2,70%	3.965	959	2.360	646
		339.410	224.581	113.181	1.648

2015	Taxa média	Total	Menos de 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos bancários					
Papel Comercial em EUR	2,31%	155.000	55.000	100.000	-
Empréstimos em PLN	2,75%	263.503	5.369	258.134	-
Empréstimos em COP	6,68%	80.279	54.122	15.250	10.907
Empréstimos por obrigações					
Empréstimos	3,45%	150.000	-	150.000	-
Descobertos bancários	3,02%	8.831	8.831	-	-
Responsabilidades com locações financeiras	3,23%	319	188	131	-
		657.932	123.510	523.515	10.907

Como resultado do refinanciamento efectuado em Dezembro do empréstimo obrigacionista de JMR, bem como da renegociação das emissões de Papel Comercial, as taxas médias destes financiamentos reduziram de forma significativa em 2016, de 3,45% para 0,56% e de 2,22% para 0,60%, respectivamente.

20.3 Empréstimos obrigacionistas

	2016	2015
Obrigações não convertíveis	150.000	150.000

Em Dezembro de 2015, a JMR emitiu um empréstimo obrigacionista no montante de m EUR 150.000, a ser reembolsado em Dezembro de 2017. A taxa de juro é variável e indexada à Euribor a seis meses, sendo revista no momento de pagamento dos juros com vencimento semestral, em Dezembro e Junho de cada ano.

20.4 Dívida financeira

Tendo o Grupo contratado diversas operações de cobertura cambial e de taxa de juro, bem como efectuado algumas aplicações financeiras de curto prazo, o montante líquido da dívida financeira consolidada à data do balanço é o seguinte:

	2016	2015
Empréstimos não correntes (nota 20.1)	114.829	534.422
Empréstimos correntes (nota 20.1)	224.581	123.510
Instrumentos financeiros derivados (nota 12)	(667)	(157)
Acréscimos e diferimentos de juros	1.035	473
Depósitos à ordem (nota 16)	(524.941)	(129.946)
Aplicações de tesouraria (nota 16)	(114.974)	(306.932)
Depósitos colaterais associados a dívida financeira (nota 15)	(34.367)	(34.367)
	(334.504)	187.003

21 Provisões

São constituídas provisões no balanço sempre que o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado pelo Grupo e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para processos em contencioso

Provisões relacionadas com processos em contencioso opondo Empresas do Grupo são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas pelo Grupo, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

	2016	2015
Saldo a 1 de Janeiro	83.947	81.828
Constituição, reforço e transferências	14.805	8.872
Redução e reversões	(9.410)	(3.495)
Diferença cambial	(77)	(14)
Utilização	(67.474)	(3.244)
Aquisições/Alienções de negócios	(209)	-
Saldo a 31 de Dezembro	21.582	83.947

A rubrica de provisões para riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pelo Grupo no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos, por provisões para planos de reestruturação e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

No ano de 2016, com o lançamento, pelo Governo Português, do Programa Especial de Redução do Endividamento ao Estado (Plano PERES), o Grupo decidiu substituir parte das garantias bancárias emitidas a favor da Autoridade Tributária com a adesão ao referido programa, na medida em que, desta forma, limita, em definitivo, o valor das contingências associadas aos processos em causa, assim como vê reduzido o montante de juros e coimas, caso as disputas em tribunal não tenham um desfecho que lhe seja favorável.

Em resultado desta adesão foram utilizadas as provisões associadas às matérias abrangidas por este pagamento. A Administração mantém a convicção nos seus argumentos pelo que os processos seguem o seu rumo em tribunal.

22 Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de mercadorias ou serviços adquiridos no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2016	2015
Não Correntes		
Outros credores comerciais	5	1
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	788	812
	793	813
Correntes		
Outros credores comerciais	2.560.840	2.359.812
Outros credores não comerciais	228.713	182.184
Outros impostos a pagar	79.272	76.024
Acréscimos de custos e proveitos diferidos	297.702	253.697
	3.166.527	2.871.717

A rubrica de acréscimos de custos, num total de m EUR 284.049, é composta essencialmente por remunerações a liquidar ao pessoal de m EUR 132.961, juros a pagar no valor de m EUR 34.891 e custos suplementares com a distribuição e promoção de produtos de consumo no valor de m EUR 12.441. Os restantes m EUR 103.757 correspondem a diversos custos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2016, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

A rubrica de proveitos diferidos num total de m EUR 14.441, é composta maioritariamente por proveitos suplementares de m EUR 8.876 recebidos antecipadamente e imputáveis a exercícios futuros.

23 Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2016	2015
Garantias prestadas a fornecedores	18.779	17.900
Garantias a favor da Autoridade Tributária	156.422	138.467
Garantias bancárias sobre financiamentos	32.919	31.873
Outras garantias a favor do Estado	12.277	6.487
Outras garantias prestadas	4.599	3.551
Total garantias	224.996	198.278

Em virtude da adesão ao PERES (nota 21), foram já iniciados os procedimentos administrativos junto da Autoridade Tributária tendentes ao cancelamento das garantias bancárias correspondentes, as quais ascendem a m EUR 85.242.

24 Locação operacional

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

O Grupo mantém como responsabilidades de médio e longo prazo alguns contratos, com cláusula de penalização em caso de cancelamento.

Os pagamentos futuros associados à totalidade dos contratos são os seguintes:

	2016	2015
Pagamentos até 1 ano	97.007	85.228
Pagamentos entre 1 e 5 anos	501.934	410.864
Pagamentos a mais de 5 anos	2.029.321	1.895.389
	2.628.262	2.391.481

Estes valores, na sua grande maioria, respeitam a contratos de arrendamento de lojas e armazéns, sendo a durabilidade inicial desses contratos entre os cinco e os 20 anos, com opção de os renegociar após esse período. Os pagamentos são actualizados anualmente, reflectindo valores da inflação e/ou de mercado.

Conforme referido, todos estes contratos são canceláveis, a maioria dos quais mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações correspondem maioritariamente às rendas vincendas até ao término dos contratos, as quais ascendiam no final de 2016 a m EUR 1.885.549 (2015: m EUR 1.913.435).

As rendas e alugueres reconhecidos como custo, encontram-se discriminados da seguinte forma:

	2016	2015
Imóveis	301.326	299.639
Equipamento básico	10.823	10.599
Equipamento de transporte	15.833	15.596
Equipamento informático	664	626
Outros	3.149	4.056
	331.795	330.516

A diferença para os custos com rendas e alugueres apresentados na nota 4 respeitam a custos ocasionais com alugueres no montante de m EUR 127 (2015: m EUR 140) e custos com rendas e alugueres não usuais no valor de m EUR 0 (2015: m EUR 111).

25 Compromissos de capital

Os compromissos relativos a investimentos a realizar, à data do balanço, são de m EUR 60.103 e respeitam a obras não concluídas, contratos de empreitada e a contratos-promessa de aquisição de terrenos, edifícios e equipamentos celebrados e cujas escrituras irão ocorrer oportunamente.

Não existem quaisquer compromissos de capital assumidos pelo Grupo em relação às *joint ventures* e associadas.

26 Contingências

- Do montante em devedores não correntes (nota 15), encontram-se m EUR 74.343 relativos a liquidações adicionais de imposto apresentadas pela Administração Tributária.

A Administração do Grupo, com o apoio dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende que lhe assiste razão e mantém as reclamações e impugnações judiciais que apresentou contra essas liquidações, mantendo a expectativa quanto à recuperação integral desse montante.

Neste contexto, o Grupo solicitou de imediato o reembolso da totalidade das importâncias pagas, bem como dos juros indemnizatórios à taxa legal, pelo período decorrido entre a data do seu pagamento e da sua efectiva restituição.

Em 2012, foi proferido um Acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul (TCAS), relativo a uma das impugnações judiciais apresentadas no âmbito deste processo, o qual julgou totalmente procedente, ordenando a anulação das referidas liquidações e o pagamento de juros indemnizatórios e indemnização pelas garantias prestadas. O Grupo procedeu ao reconhecimento do valor dos juros indemnizatórios sobre este crédito.

- A Lei do Orçamento de Estado Português de 2016 incluía uma norma transitória que poderá vir a ter um impacto significativo para o Grupo e, em particular, para as suas subsidiárias JMR e Recheio.

A referida norma previa que 1/4 (um quarto) de todas as mais-valias geradas em operações internas (i.e. transacções efectuadas entre empresas pertencentes ao mesmo grupo fiscal) - que, de acordo com o quadro legal anterior não eram tributadas a menos que i. se realizasse uma transacção com terceiros ou ii. o grupo fiscal fosse dissolvido - sejam adicionadas à matéria colectável em 2016 e sujeitas a IRC, prevendo-se um pagamento por conta que teria lugar no mês de Julho.

No final dos anos noventa a JMR e o Recheio e as suas respectivas subsidiárias passaram por um importante processo de reestruturação, na sequência de várias operações de aquisição e da decisão de organizar os activos do Grupo. As operações entre as várias empresas dentro dos grupos JMR e Recheio foram realizadas de acordo com o quadro jurídico existente e, em linha, com as melhores práticas de mercado (a valores de mercado), tendo gerado mais-valias internas suspensas.

Considerando que todas as transacções foram internas, as mais-valias resultantes foram, obviamente, eliminadas no processo de consolidação, estando, no entanto, reflectidas nas contas individuais.

Com base na avaliação dos nossos consultores jurídicos e fiscais, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste a referida norma. Assim, não se incorporou o montante em causa, que resulta da aplicação desta norma transitória de 2016 - c. m EUR 50.000 em impostos -, nos resultados do Grupo Jerónimo Martins.

A Lei do Orçamento de Estado Português de 2017 veio, novamente, incluir uma norma de cariz idêntico, a qual pode vir a ter um impacto similar para o Grupo. De igual modo, acreditamos, firmemente, que há motivos suficientes para que o Grupo conteste a referida norma.

- Para além de diversas situações de litígio, próprias dos negócios em que o Grupo opera, estão pendentes de resolução as seguintes questões com maior relevância, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros, ou, procedendo ao seu pagamento (ver nota 21), sempre que entenda que essa é a melhor forma de proteger os interesses do Grupo:

- a) A Autoridade Tributária reclamava do Recheio, SGPS, S.A. (Recheio SGPS) o montante de m EUR 2.503 relativo a liquidações oficiosas de Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA), que têm como fundamento a utilização do método de dedução do IVA de afectação real. Entretanto, transitou em julgado a sentença do Tribunal Tributário de Lisboa favorável à Recheio SGPS, no montante de m EUR 1.753, permanecendo em disputa o montante de m EUR 750;
- b) A Autoridade Tributária informou o Recheio SGPS que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 81.952, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2000 a 2003. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (IRC), ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Na sequência daquela informação, veio a Autoridade Tributária liquidar o correspondente valor de imposto de m EUR 20.888, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 19.581. Tendo entretanto sido julgada improcedente uma das impugnações judiciais, a Administração recorreu da mesma;
- c) A Autoridade Tributária procedeu a algumas correcções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A. (JMR SGPS), as quais originaram liquidações adicionais de imposto, relativamente aos anos de

2002 a 2013, no montante total de m EUR 71.957, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 65.163. Entretanto, o Tribunal Tributário, no que concerne a 2002, 2004, 2005 e 2007, veio emitir sentenças parcialmente favoráveis ao Grupo;

- d) A Autoridade Tributária liquidou, relativamente aos anos de 2002 a 2004, ao Feira Nova – Hipermercados, S.A. (Feira Nova) e ao Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A. (Pingo Doce), o montante de m EUR 4.845. Estas liquidações são respeitantes a valores registados por estas Companhias como quebras (perdas em existências resultantes de deterioração ou roubo), que não foram aceites como custos fiscais em IRC, assim como ao IVA em falta, decorrente da inexistência de evidência que os bens não foram vendidos. Entretanto, o Tribunal Tributário de Lisboa deu razão a Feira Nova relativamente a todas as liquidações de IVA, as quais ascendiam a cerca de m EUR 2.813. Os restantes processos correm os seus trâmites em sede judicial;
- e) A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (Jerónimo Martins), de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- f) A Autoridade Tributária procedeu à correcção de taxas de IVA aplicadas a determinados bens vendidos por algumas Companhias do Grupo. Com estas correcções o montante total de liquidações, relativamente aos anos de 2005 a 2013 no Pingo Doce, Feira Nova e Recheio ascende a m EUR 1.820, m EUR 1.300 e m EUR 551, respectivamente;
- g) A Autoridade Tributária procedeu a algumas correcções em sede de IRC, em Companhias pertencentes ao Grupo Fiscal liderado pela sociedade Recheio, SGPS, S.A., as quais originaram liquidação adicional de imposto, relativamente aos anos de 2007 a 2013, no montante total de m EUR 14.936, do qual se mantém em disputa o montante de m EUR 14.186. O Tribunal Tributário de Lisboa pronunciou-se entretanto relativamente ao exercício de 2008, dando total vencimento às pretensões da Recheio SGPS, tendo, no entanto, tal decisão sido recorrida pela Autoridade Tributária;
- h) A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade, no montante de imposto estimado de m EUR 6.800;
- i) A Sociedade Ponto Verde (SPV) reclamou em acção intentada contra o Pingo Doce, em Setembro de 2014, o pagamento da quantia de m EUR 3.397 (juros incluídos) pela gestão de embalagens secundárias e terciárias. O Pingo Doce contesta no sentido de que a SPV não gere essas embalagens e que, por isso, o dinheiro não lhe é devido. Pingo Doce ganhou a causa em 1.ª Instância, no entanto a SPV apresentou recurso;
- j) A Direcção-Geral de Alimentação e Veterinária reclamou de Pingo Doce, Recheio e Hussen as quantias de m EUR 11.207, m EUR 868 e m EUR 25, respectivamente, correspondente a liquidações da Taxa de Segurança Alimentar (TSAM) relativas aos anos de 2012 a 2016. As referidas liquidações foram impugnadas judicialmente, por entender-se que as mesmas são indevidas, uma vez que, para além do mais, o diploma legal que criou a TSAM se encontra ferido de inconstitucionalidade. Os processos de impugnação continuam a correr. Apesar de, em dois deles, terem sido já proferidas decisões que não consideram a taxa inconstitucional, as sociedades do Grupo mantêm o seu entendimento, tendo já apresentado recurso para tribunais superiores.

27 Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com o Grupo, incluindo as que possuem ou estão sujeitas a influência ou controlo do Grupo.

27.1 Saldos e transacções com partes relacionadas

O Grupo é participado em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V., com a qual foram realizadas as transacções descritas na nota 28. Para além desta, não ocorreram outras transacções entre esta e qualquer outra companhia do Grupo no exercício de 2016, não se encontrando, à data de 31 de Dezembro de 2016, qualquer valor a pagar ou a receber entre elas.

Os saldos e transacções de Companhias do Grupo com partes relacionadas são as seguintes:

	Joint ventures (nota 30)		Outras entidades relacionadas (*)	
	2016	2015	2016	2015
Vendas e prestação serviços	7	47	167	89
Compras de mercadorias e fornecimentos de serviços	58.673	97.907	49.028	257

	Joint ventures (nota 30)		Outras entidades relacionadas (*)	
	2016	2015	2016	2015
Devedores, acréscimos e diferimentos	-	232	456	54
Credores, acréscimos e diferimentos	-	5.556	8.329	9

(*) As outras entidades relacionadas dizem respeito a sociedades controladas pelo accionista maioritário de Jerónimo Martins, e sociedades detidas ou controladas por membros do Conselho de Administração do Grupo.

Inclui saldos e transacções com a sociedade Monterroio e as suas participadas, a partir de 1 de Agosto de 2016.

Todas as transacções com partes relacionadas foram realizadas em condições normais de mercado, ou seja, os valores das transacções correspondem aos que seriam praticados com Empresas não relacionadas.

Os saldos que se encontram por liquidar entre as Companhias do Grupo e as partes relacionadas, por resultarem de acordos comerciais, são liquidados em dinheiro e estão sujeitos aos mesmos prazos de pagamento que são aplicados aos demais acordos celebrados pelas Companhias do Grupo com os seus fornecedores.

Não existem provisões para créditos duvidosos e não foram reconhecidos custos, durante o exercício, relacionados com dívidas incobráveis ou de cobrança duvidosa, com essas partes relacionadas.

27.2 Remunerações dos Administradores e Quadros Superiores

Os custos incorridos com remunerações fixas e variáveis e contribuições para planos de pensões atribuídas aos Administradores e Quadros Superiores foram:

	2016	2015
Salários e outros benefícios de curto prazo	20.069	16.647
Plano de benefícios pós-emprego	447	379
Outros benefícios	1.559	1.391
	22.075	18.417

O Conselho de Administração é composto por nove elementos no final do ano de 2016, sendo o número médio de Quadros Superiores do Grupo de 78 (2015: 76).

Consideram-se como Quadros Superiores os Membros das Direcções Executivas e equipas dirigentes das unidades de negócio do Grupo e os Directores do Centro Corporativo.

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Capítulo do Governo da Sociedade.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores e Quadros Superiores, fazendo parte do plano de contribuições definidas descrito na nota 5.2.

Os custos incorridos com outros benefícios correspondem a benefícios de longo prazo, os quais se encontram descritos na nota 5.2.

28 Companhias subsidiárias

O controlo do Grupo é assegurado pela Empresa-mãe, Jerónimo Martins, SGPS, S.A..

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as subsidiárias do Grupo, consolidadas pelo método integral.

Comp_Subsidiárias	Actividade	Sede	% Capital detido
Jerónimo Martins, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais	Lisboa	-
Jerónimo Martins - Serviços, S.A.	Gestão de recursos humanos de topo do Grupo	Lisboa	100,00
Beleggingsmaatschappij Tand B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
New World Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Origins - Agro Business Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Warta - Retail & Services Investments B.V.	Gestão de participações sociais e serviços financeiros	Amesterdão (Holanda)	100,00
Desimo - Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	Gestão e administração de bens imóveis e marcas comerciais	Lisboa	100,00
Friedman - Sociedade Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços de natureza contabilística e económica	Funchal	100,00
Funchalgest - Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.	Gestão de participações sociais	Funchal	75,50
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	Restauração	Lisboa	100,00
Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A.	Venda a retalho de chocolates, confeitaria e afins	Lisboa	51,00
Jerónimo Martins Colombia S.A.S.	Comercialização e distribuição de bens de consumo	Bogotá (Colômbia)	100,00
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	Outras actividades de serviços de apoio prestados às empresas, não especificadas	Lisboa	100,00
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	Agricultura e produção animal combinadas	Lisboa	100,00
Jerónimo Martins - Lacticínios de Portugal, S.A.	Indústrias do leite e derivados	Portalegre	100,00
Seaculture - Aquicultura, S.A.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Lisboa	100,00
JMR - Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.	Gestão de participações sociais na área da distribuição retalhista	Lisboa	51,00
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	Gestão, consultoria e logística de actividades retalhistas	Lisboa	51,00
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Lisboa	51,00
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	51,00
Escola de Formação Jerónimo Martins, S.A.	Formação profissional	Lisboa	51,00
EVA - Sociedade de Investimentos Mobiliários e Imobiliários, Lda.	Prestação de serviços nas áreas económica e financeira e gestão de investimentos	Funchal	51,00
Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A.	Comércio a retalho em supermercados	Funchal	51,00
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	Gestão e administração de imóveis	Funchal	51,00
Jerónimo Martins Retail Services, S.A.	Exploração de marcas comerciais	Klosters (Suíça)	51,00
Jerónimo Martins Finance Company (2), Designated Activity Company	Sociedade de serviços financeiros	Dublin (Irlanda)	51,00
Recheio, SGPS, S.A.	Gestão de participações financeiras na área da distribuição por grosso e a retalho	Lisboa	100,00
Recheio - Cash & Carry, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo. Incluindo actividades marítimo-turísticas.	Lisboa	100,00
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	Gestão e administração de bens imóveis	Lisboa	100,00
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	Compra e venda de bens imóveis	Lisboa	100,00
Masterchef, S.A.	Comércio a retalho e/ou por grosso de produtos alimentares ou não alimentares	Lisboa	100,00
Caterplus - Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.	Comércio por grosso de outros produtos alimentares	Lisboa	100,00
João Gomes Camacho, S.A.	Comércio por grosso de produtos alimentares e de consumo	Funchal	100,00
Jerónimo Martins Polska S.A.	Comércio a retalho de produtos alimentares e de consumo	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Optimum Mark Sp. z o.o.	Exploração de marcas comerciais	Varsóvia (Polónia)	100,00
JM Nieruchomosci - Sp. z o.o.	Prestação de serviços na área da distribuição por grosso e a retalho	Kostrzyn (Polónia)	100,00
JM Nieruchomosci - Sp. Komandytowo-akcyjna	Gestão e administração de imóveis	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Jerónimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.	Prestação de serviços na área da distribuição por grosso e a retalho	Kostrzyn (Polónia)	100,00
Bliska Sp. z o.o.	Venda a retalho de produtos farmacêuticos, ortopédicos e de saúde	Varsóvia (Polónia)	100,00

No dia 30 de Setembro de 2016 o Grupo vendeu 100% do capital social da subsidiária Monterroio – Industry & Services Investments B.V. (“Monterroio”) à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., o que representou um encaixe financeiro de m EUR 310.000.

A sociedade Monterroio constituía a sub-holding para os negócios da indústria e serviços, que incluía as subsidiárias Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda. e Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A., detidas a 100%, e participações nas sociedades Unilever Jerónimo Martins, Lda. (45%), Gallo Worldwide, Lda. (45%), Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A. (51%) e Perfumes e Cosméticos Puig Portugal – Distribuidora, S.A. (27,545%).

Considerando a adequação estratégica no portefólio de negócios de Jerónimo Martins, as partes acima referidas, acordaram na recompra, com efeitos a 31 de Dezembro de 2016, da totalidade do capital de Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. e da participação de 51% no capital da Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A..

Os impactos destas transacções encontram-se detalhados na nota 7 deste capítulo.

Em Dezembro de 2016 o Grupo procedeu à reorganização da estrutura societária das empresas sediadas no arquipélago da Madeira. Com esta reorganização o Grupo passou a deter 100% da sociedade João Gomes Camacho, S.A., que opera lojas inseridas na unidade de negócio de Recheio, e reduziu de 75,5% para 51% a sua participação nas sociedades Lidosol II - Distribuição de Produtos Alimentares, S.A. e Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A., inseridas na unidade de negócio JMR (supermercados Pingo Doce).

Estas operações originaram um aumento dos resultados retidos em m EUR 2.605 e uma diminuição dos interesses que não controlam no mesmo montante.

29 Informação financeira sobre subsidiárias com interesses que não controlam

Os interesses que não controlam em 31 de Dezembro de 2016 eram de m EUR 252.500 (2015: m EUR 251.526), dos quais m EUR 251.842 (2015: m EUR 250.833) relativos ao Grupo JMR (Retalho Portugal), onde o Grupo Ahold Delhaize detém uma participação de 49%.

As Demonstrações Financeiras relativas a esta área de negócio, integradas no consolidado pelo método integral, incluem os seguintes montantes relativos aos activos, passivos e resultados:

	2016	2015
Activos não correntes	1.394.194	1.371.117
Activos correntes	339.339	328.493
Passivos não correntes	(35.157)	(241.853)
Passivos correntes	(1.190.944)	(944.632)
Activos líquidos	507.432	513.125
Vendas e prestações de serviços	3.914.632	3.729.140
Resultados líquidos	40.691	48.369
Outros rendimentos integrais	(2)	1.216
Total de rendimentos integrais	40.689	49.585

30 Interesses em *joint ventures* e associadas

No quadro apresentado de seguida, incluem-se as Empresas controladas conjuntamente (*joint ventures*) e Empresas associadas, consolidadas pelo método da equivalência patrimonial:

Companhia	Actividade	Sede	% Capital detido
Marismar - Aquicultura Marinha, Lda.	Aquicultura em águas salgadas e salobras	Funchal	50,00

Conforme descrito na nota 28, o Grupo vendeu 100% do capital social da sua subsidiária Monterroio, sub-holding para os negócios da indústria e serviços, que incluía as participações nas *joint ventures* Unilever Jerónimo Martins, Lda. (45%) e Gallo Worldwide, Lda. (45%), e na empresa associada Perfumes e Cosméticos Puig Portugal – Distribuidora, S.A. (27,545%).

Os impactos desta alienação encontram-se detalhados na nota 7.

31 Riscos financeiros

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial, risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez, e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro do Grupo.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras sob supervisão do *Chief Financial Officer* sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de *compliance* com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

31.1 Risco de preço

31.1.1 Risco cambial

A principal fonte de exposição a risco cambial advém das operações que Jerónimo Martins desenvolve na Polónia e também da Colômbia, ainda que esta última, por enquanto, de menor relevância.

Em 31 de Dezembro de 2016, uma depreciação do zloty face ao euro na ordem dos 10% teria um impacto negativo sobre o investimento líquido de m EUR 98.267 (2015: m EUR 86.989). A sensibilidade de Jerónimo Martins a este risco manteve-se, sendo mitigada através da cobertura natural da sua exposição, por via de financiamentos em zlotys.

Além dessas exposições, o Grupo adquire, no âmbito das actividades comerciais das suas subsidiárias, mercadorias designadas em moeda estrangeira, primordialmente zloty e dólares americanos, no caso das operações portuguesas e euros e dólares americanos no caso das operações polacas e colombianas. Regra geral, são transacções de montante reduzido e com exposição temporal muito curta. Sendo que, quando o montante do fluxo financeiro é superior a m EUR 1.000, é política do Grupo realizar a cobertura de 100% do valor.

A gestão de risco cambial das Companhias operacionais está centralizada na Direcção de Operações Financeiras do Grupo. Sempre que possível, as exposições são geridas através de operações de cobertura natural, nomeadamente através da contratação de dívida financeira em moeda local. Quando tal não se revela possível, são contratadas operações, mais ou menos estruturadas tais como: *swaps*, *forwards* ou opções.

A exposição do Grupo ao risco de taxa de câmbio em instrumentos financeiros reconhecidos dentro e fora de balanço, em 31 de Dezembro de 2016, era a seguinte:

Em 31 de Dezembro de 2016	Euro	Zloty	Peso colombiano	Total
Activos				
Caixa e equivalentes de caixa	200.908	432.641	9.963	643.512
Investimentos financeiros disponíveis para venda	1.000	-	-	1.000
Devedores, acréscimos e diferimentos	102.496	218.026	1.503	322.025
Instrumentos financeiros derivados	-	1.277	-	1.277
Total de activos financeiros	304.404	651.944	11.466	967.814
Passivos				
Empréstimos obtidos	150.392	94.418	94.600	339.410
Instrumentos financeiros derivados	-	610	-	610
Credores, acréscimos e diferimentos	970.696	1.897.734	76.897	2.945.327
Total de passivos financeiros	1.121.088	1.992.762	171.497	3.285.347
Posição financeira líquida em balanço	(816.684)	(1.340.818)	(160.031)	(2.317.533)
Em 31 de Dezembro de 2015				
Total de activos financeiros	239.194	487.041	5.673	731.908
Total de passivos financeiros	1.245.874	1.974.260	120.556	3.340.690
Posição financeira líquida em balanço	(1.006.680)	(1.487.219)	(114.883)	(2.608.782)

31.1.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe Jerónimo Martins a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma contínua. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro. O Grupo está exposto, fundamentalmente, à curva de taxa de juro do euro, do zloty e do peso colombiano.

A análise de sensibilidade é baseada nos seguintes pressupostos:

- Alterações nas taxas de juro do mercado afectam proveitos ou custos de juros de instrumentos financeiros negociados a taxas de juro variáveis;
- Alterações nas taxas de juro de mercado apenas afectam os proveitos ou custos de juros em relação a instrumentos financeiros com taxas de juro fixas se estes estiverem reconhecidos ao justo valor;
- Alterações nas taxas de juro de mercado afectam o justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros;
- Alterações no justo valor de instrumentos financeiros derivados e outros activos e passivos financeiros são estimados descontando os fluxos de caixa futuros de valores actuais líquidos, utilizando taxas de mercado no momento da avaliação.

Para cada análise, qualquer que seja a moeda, são utilizadas as mesmas alterações às curvas de taxa de juro. As análises são efectuadas para a dívida líquida, ou seja, são deduzidos os depósitos e aplicações em

instituições financeiras e instrumentos financeiros derivados. As simulações são efectuadas tendo por base os valores líquidos de dívida e o justo valor dos instrumentos financeiros derivados às datas de referência e a respectiva alteração nas curvas de taxa de juro.

Baseado nas simulações realizadas em 31 de Dezembro de 2016, ignorando o efeito dos derivados de taxa de juro, e tendo presente que o Grupo se encontra numa posição de excedente de caixa, uma subida de 50 pontos base nas taxas de juro teria um impacto positivo, mantendo tudo o resto constante, de m EUR 1.669 (2015: negativo em m EUR 936). Estas simulações são realizadas no mínimo uma vez por trimestre, mas são revistas sempre que ocorrem alterações relevantes, tais como: emissão, resgate ou reestruturação de dívida, variações significativas nas taxas directoras e na inclinação das curvas de taxa de juro.

O risco de taxa de juro é gerido com recurso a operações envolvendo derivados financeiros contratados a custo zero no momento da contratação.

31.2 Risco transaccional

31.2.1 Risco de crédito

O Grupo gere de forma centralizada a sua exposição a riscos de crédito sobre os seus depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras, competindo às Direcções Financeiras das Unidades de Negócio a gestão do risco de crédito sobre os seus clientes e outros devedores.

Relativamente às instituições financeiras, Jerónimo Martins selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de *ratings* atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de *rating* aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

Permite-se que o banco onde cada Companhia deposita as suas receitas de lojas possa ter uma notação de *rating* inferior ao definido na política geral, na condição porém de o valor máximo de exposição não poder ultrapassar dois dias de vendas dessa Empresa operacional.

A seguinte tabela apresenta um resumo, em 31 de Dezembro de 2016 e 2015, da qualidade de crédito dos depósitos bancários, aplicações e instrumentos financeiros derivados de curto prazo com justo valor positivo:

Instituições financeiras	Rating	Saldo	
		2016	2015
Standard & Poor's	[A+ : AA]	-	224
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	174.582	121.914
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	186.859	149.305
Standard & Poor's	[B+ : BB]	72.328	35.454
Standard & Poor's	[B]	-	-
Moody's	Caa1	752	1.251
Moody's	P -1	70.802	-
Fitch's	[A- : A+]	70.050	59.375
Fitch's	[BBB- : BBB+]	64.616	69.251
Fitch's	[B- : B+]	597	117
	Não disponível	313	237
Total		640.899	437.128

Os *ratings* apresentados correspondem às notações atribuídas pela *Standard & Poor's*. Nos casos em que as mesmas não estão disponíveis recorre-se às notações da *Moody's* e da *Fitch's*.

Em relação a clientes, o risco está essencialmente circunscrito aos negócios de *Cash & Carry* e Serviços (até Julho de 2016), já que os demais negócios operam numa base de venda a dinheiro ou com recurso a cartões bancários (débito e crédito). Este risco é gerido com base na experiência e conhecimento individual do cliente, bem como através de seguros de crédito e imposição de limites de crédito, cuja monitorização é feita mensalmente e revista anualmente pela Auditoria Interna.

A seguinte tabela apresenta uma análise da qualidade de crédito dos saldos a receber de clientes e outros devedores sem incumprimento, nem imparidade:

Qualidade de crédito dos activos financeiros		
	2016	2015
Saldos de novos clientes (menos de seis meses)	170	1.262
Saldos de clientes sem histórico de incumprimento	49.708	50.357
Saldos de clientes com histórico de incumprimento	6.071	14.262
Saldos de outros devedores com garantias prestadas	5.502	3.921
Saldos de outros devedores sem garantias prestadas	98.025	91.650
	159.476	161.452

A seguinte tabela apresenta uma análise da concentração de risco de crédito de valores a receber de clientes e outros devedores, tendo em conta a sua exposição para com o Grupo:

Concentração de risco de crédito dos activos financeiros				
	2016		2015	
	N.º	Saldo	N.º	Saldo
Clientes com saldo superior a 1.000.000 euros	4	8.886	7	16.252
Clientes com saldo entre 250.000 e 1.000.000 euros	19	7.191	22	8.611
Clientes com saldo inferior a 250.000 euros	7.617	39.481	8.678	40.797
Outros devedores com saldo superior a 250.000 euros	46	49.968	45	50.184
Outros devedores com saldo inferior a 250.000 euros	4.439	53.950	4.056	45.608
	12.125	159.476	12.808	161.452

A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

31.2.2 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam não apenas garantir o desenvolvimento normal das actividades de Jerónimo Martins, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques exógenos à actividade.

A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos anuais, que são revistos de forma regular durante o ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de Jerónimo Martins por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados. Adicionalmente, é de realçar que todos os instrumentos financeiros derivados que o Grupo contrata são liquidados pelo seu valor líquido.

Exposição ao risco de liquidez				
	2016	Menos de		
		1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos				
Locações financeiras		959	2.360	646
Empréstimos obrigacionistas		150.670	-	-
Outros empréstimos		80.807	119.572	1.041
Instrumentos financeiros derivados		205	376	-
Credores		2.789.553	-	-
Responsabilidades com locações operacionais		97.093	506.387	2.009.126
Total		3.119.287	628.695	2.010.813
	2015	Menos de		
		1 ano	Entre 1 e 5 anos	Mais de 5 anos
Empréstimos obtidos				
Locações financeiras		193	137	-
Empréstimos obrigacionistas		650	155.644	-
Papel comercial		55.658	100.000	-
Outros empréstimos		81.130	292.734	-
Credores		2.541.996	-	-
Responsabilidades com locações operacionais		321.101	1.161.894	1.879.775
Total		3.000.728	1.710.409	1.879.775

Jerónimo Martins, no âmbito da emissão de dívida de médio e longo prazo, contratou alguns *covenants* usuais neste tipo de financiamentos.

Estes *covenants* incluem:

- Limitações em vendas e no penhor de activos, acima de determinados limites;
- Limitações nas fusões e/ou cisões quando as mesmas impliquem a saída de activos do perímetro de consolidação;
- Limitação no pagamento de dividendos das subsidiárias que emitiram a dívida;
- Cláusula de manutenção do controlo da sociedade emitente pelo actual accionista;
- Manutenção de rácios de Dívida Líquida/EBITDA e de EBITDA/Resultados Financeiros.

Em alguns casos, o não cumprimento destes rácios pode implicar o vencimento antecipado da dívida associada. Em Dezembro de 2016 o Grupo cumpria com todos os *covenants* assumidos na dívida que tinha emitida.

31.3 Gestão de risco de capital

Jerónimo Martins procura manter um nível de capitais próprios adequado que lhe permita não só assegurar a continuidade e desenvolvimento da sua actividade, como também proporcionar uma adequada remuneração para os seus accionistas e a optimização do custo de capital.

O equilíbrio da estrutura de capital é monitorizado com base no rácio de alavancagem financeira (*Gearing*), calculado de acordo com a seguinte fórmula: Dívida Líquida / Fundos de accionistas e pelo rácio Net Debt/EBITDA. O Conselho de Administração estabeleceu como alvo um nível de *Gearing* inferior a 100%, consistente com uma notação de *rating* de investimento (*investment grade*) e um rácio Net Debt/EBITDA inferior a 3.

Os rácios de *Gearing*, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015 eram os seguintes:

	2016	2015
Capital investido	1.656.008	1.780.222
Dívida líquida	(334.504)	187.003
Fundos de accionistas	1.990.511	1.593.219
Gearing	(16,8%)	11,7%

32 Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto nos termos do artigo 508.º-F do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas no seu anexo;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2016 foi de m EUR 847, dos quais m EUR 756 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 91, salientam-se os relativos ao acesso a uma base de dados fiscais, a serviços de garantia de fiabilidade no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de apoio em matéria de recursos humanos e à certificação do cálculo da pegada de carbono;
- A nota 27 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

33 Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



JERÓNIMO MARTINS

Declaração do Conselho de Administração

Nos termos previstos na alínea c), número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração da Jerónimo Martins, SGPS, S.A., abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do relatório de gestão, das contas anuais, da certificação legal de contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação; e
- ii) o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2017

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos
(Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado)

Andrzej Szlezak
(Membro do Conselho de Administração)

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista
(Membro do Conselho de Administração)

Arthur Stefan Kirsten
(Membro do Conselho de Administração)

Clara Christina Streit
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Francisco Seixas da Costa
(Membro do Conselho de Administração)

Hans Eggerstein
(Membro do Conselho de Administração e da Comissão de Auditoria)

Henrique Soares dos Santos
(Membro do Conselho de Administração)

Sérgio Tavares Rebelo
(Membro do Conselho de Administração e Presidente da Comissão de Auditoria)

Jerónimo Martins, SGPS, SA

Sede Social
Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 753 20 49
www.jeronimomartins.pt



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitido nos termos requeridos pelo artigo 245.º, n.º 1, al. b) do Código dos Valores Mobiliários

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (o Grupo), que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 5.685.642 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.990.511 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 593.218 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por funções, a demonstração consolidada dos rendimentos integrais, a demonstração de alterações no capital próprio consolidado e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras consolidadas que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas” abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

*PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485*

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Descontos comerciais

Divulgações relacionadas com os descontos comerciais associados aos contratos de fornecimento, incluídos no custo das vendas, apresentadas nas notas 4, 14 e 15 das demonstrações financeiras consolidadas.

Os descontos comerciais associados aos contratos de fornecimento apresentam várias formas de créditos e descontos de fornecedores. De acordo com a IAS 2 - Inventários, os descontos comerciais obtidos nos contratos de fornecimento são uma componente do custo do inventário e são reconhecidos em resultados no momento da venda dos produtos. Em 31 de dezembro de 2016, o custo das vendas apresenta um valor de 11.509 milhões euros líquido destes descontos comerciais.

O cálculo do montante dos descontos comerciais a deduzir ao custo das vendas depende, em parte, do apuramento das compras dos produtos a que se referem e das quantidades que à data do balanço ainda se encontram em inventário e das que já foram vendidas.

Adicionalmente, o cálculo e contabilização dos descontos comerciais, que assumem valores materiais, envolve processos manuais que são mais suscetíveis à ocorrência de erro nas demonstrações financeiras consolidadas, pelo que consideramos uma matéria relevante de auditoria.

Compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo dos descontos comerciais.

Compreensão e teste à integração entre o sistema informático que gere os descontos comerciais e a contabilidade.

Teste à exatidão de uma amostra de descontos de acordo com os contratos de fornecimento e recálculo dos valores contabilizados.

Confirmação externa de uma amostra de proveitos suplementares com os respetivos fornecedores.

Identificação de transações significativas registadas como ajustes manuais e obtenção de evidência que suporte esses valores assim como a sua contabilização no período correto.

Realização de diversos procedimentos analíticos, nomeadamente comparação dos descontos comerciais mensais com os anos anteriores, rácios de descontos versus vendas e compras detalhadas e a sua comparação com o ano anterior e outras variáveis relevantes.

Procedimentos sobre a especialização dos exercícios para determinar se os valores foram registados no período correto.

Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Processos fiscais em curso

Divulgações relacionadas com provisões e contingências, nomeadamente de natureza fiscal, apresentadas nas notas 21 e 26 das demonstrações financeiras consolidadas.

A Gestão monitoriza de forma permanente o risco inerente a matérias fiscais e as disputas correntes com a Administração tributária. Tendo por base o parecer expresso pelos seus

Compreensão e avaliação do processo de monitorização dos litígios fiscais.

Revisão das atas das reuniões dos órgãos sociais e inquéritos à Gestão, ao Departamento fiscal e ao Departamento legal.

Confirmação junto dos advogados que prestam

Matérias relevantes de auditoria

assessores jurídicos e fiscais e o julgamento efetuado pela Gestão, eventuais divergências com a Administração tributária, são reconhecidas como passivos ou divulgados passivos contingentes nas demonstrações financeiras consolidadas, nos termos do enunciado no IAS 37 – Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes.

Em 31 de dezembro de 2016, o Grupo apresenta um montante em aberto de contingências fiscais de cerca de 20 milhões euros, líquido de provisões e pagamentos ao abrigo de regimes especiais. Adicionalmente, existe um litígio quanto à tributação dos ganhos de anos anteriores derivados de transações internas, introduzida pelas leis dos Orçamentos do Estado de 2016 e 2017, que ascende a 50 milhões de euros em cada um dos anos.

A complexidade e o grau de julgamento inerente às matérias fiscais em questão, bem como do nível de incerteza associado ao respetivo desfecho, justificam que esta tenha constituído uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Ativos Fixos - Lojas

Divulgações relacionadas com Ativos fixos apresentadas na nota 9 das demonstrações financeiras consolidadas.

Conforme preconizado pela IAS 16 – Ativos fixos tangíveis, os ativos fixos tangíveis afetos à operação são apresentados ao custo de aquisição deduzido de depreciações e eventuais perdas por imparidade.

O grupo detém um considerável número de lojas em três geografias distintas: Portugal, Polónia e Colômbia. Os ativos associados a estas lojas são relevantes para nossa auditoria, quer devido ao seu valor, superior a 2.000 milhões de euros, quer ao julgamento envolvido nas avaliações para a recuperabilidade dos montantes investidos. A Gestão avalia, anualmente, a existência de indícios de imparidade.

Síntese da abordagem de auditoria

serviços ao Grupo dos processos que patrocinam e do seu desenvolvimento.

Análise independente dos principais processos fiscais em curso.

Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo de bens de investimento.

Análise independente sobre indícios de imparidade de ativos do Grupo.

Obtenção dos testes de imparidade efetuados pela Gestão, avaliando se o valor recuperável das lojas se mostra superior ao seu valor contabilístico.

Análise dos pressupostos e metodologia seguida pela Gestão para a avaliação do seu parque de lojas, nomeadamente relativamente a projeções de cash-flows, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade, para uma amostra de lojas.

Verificação da adequacidade das divulgações

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

De acordo com o preconizado na IAS 36 – Imparidade de ativos, a imparidade dos investimentos é analisada à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado. Os testes de imparidade focam predominantemente o desempenho futuro da loja.

apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;

i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percebidas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 245.º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de abril de 2004 para um mandato compreendido entre 2005 e 2006, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de abril de 2016 para exercício de 2016.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 6 de março de 2017.

d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

6 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.

Relatório e Parecer da Comissão de Auditoria

Senhores Accionistas,

Nos termos previstos na alínea g) do número 1 do artigo 423.º-F do Código das Sociedades Comerciais, apresentamos o nosso relatório sobre as actividades de fiscalização, o nosso parecer sobre o relatório de gestão e documentos de prestação de contas consolidadas e individuais de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. relativo ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2016 e ainda sobre as propostas apresentadas pelo Conselho de Administração.

Actividade de fiscalização

Ao longo do exercício, esta Comissão efectuou o acompanhamento da gestão e da evolução dos negócios da Sociedade, tendo para tal realizado reuniões regulares com os Administradores e Directores das áreas funcionais do centro corporativo, com os membros da Direcção Executiva, com o Secretário da Sociedade e com o Revisor Oficial de Contas, dos quais contou com a total colaboração.

Esta Comissão obteve acesso a toda a documentação societária que considerou relevante, nomeadamente as actas da Direcção Executiva e da Comissão de Controlo Interno, assim como de toda a documentação conexas que julgou relevante, no sentido de avaliar o cumprimento dos seus regulamentos e dos normativos legais aplicáveis.

Reuniu regularmente com o Auditor Externo e com os responsáveis pela preparação da informação financeira consolidada e individual da Sociedade, de quem obteve a informação necessária e suficiente que permitiu aferir a exactidão dos documentos de prestação de contas, das políticas contabilísticas e critérios valorimétricos adoptados pela Sociedade, assegurando dessa forma que os mesmos correspondem a uma correcta avaliação dos resultados e da situação patrimonial da Sociedade.

A Comissão acompanhou, em particular, o desenvolvimento dos processos de contencioso fiscal e legal que envolvem as companhias do grupo, tendo obtido dos serviços da Sociedade todos os esclarecimentos necessários para a cabal aferição das provisões existentes e das contingências a que o Grupo se encontra exposto.

Obteve dos diversos serviços da Sociedade, nomeadamente dos responsáveis pela área financeira, pela gestão de risco, pela segurança de informação, pela auditoria interna e dos representantes do Auditor Externo, todas as informações e esclarecimentos solicitados, que lhe permitiram verificar a adequação e eficácia dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

Acompanhou de perto os trabalhos desenvolvidos pelo Departamento de Auditoria Interna, seguindo o seu plano anual de actividades, as conclusões dos relatórios dos trabalhos realizados assim como as acções implementadas pela Sociedade em resultado das recomendações emitidas quer por este departamento, quer das constantes dos relatórios emitidos pelo Auditor Externo. Esta Comissão aprovou o plano de actividades para o ano de 2017, bem como a alocação dos recursos necessários à sua prossecução.

Ao longo do ano, acompanhou a metodologia de trabalho adoptada pelo Auditor Externo, a evolução das questões por este suscitadas, assim como das conclusões do trabalho de auditoria efectuado pelo Revisor Oficial de Contas e que originaram a emissão da certificação legal de contas sem qualquer reserva.

No âmbito das suas competências a Comissão de Auditoria verificou a independência e competência com que foram desempenhadas as funções do Auditor Externo e Revisor Oficial de Contas da Sociedade.

Procedeu à verificação e aprovação de todos os serviços distintos dos de auditoria prestados pela firma de Auditoria Externa às subsidiárias do Grupo, assegurando que os mesmos, para além de terem sido prestados por funcionários que não participaram nos trabalhos de auditoria, corresponderam a serviços não proibidos nos termos da lei, bem como os montantes envolvidos, em nada prejudicam a independência do trabalho desenvolvido pelo Auditor Externo nem condicionam a opinião do Revisor Oficial de Contas.

Ainda durante o exercício de 2016, avaliou todas as transacções materialmente relevantes, realizadas com partes relacionadas, tendo emitido parecer prévio favorável, nos termos do disposto no nº 2 do artigo 397º do Código das Sociedades Comerciais, à venda da subsidiária da Sociedade, Monterroio – Industry & Investments B.V., à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., bem como à recompra pelo Grupo de Jerónimo Martins Restauração e Serviços, S.A. e de 51% do capital de Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitarias, S.A., por entender que tais transacções iriam ser realizadas em condições normais de mercado, correspondendo ao melhor interesse da Sociedade.

Tendo em vista a rotação do Revisor Oficial de Contas, dando sequência a entendimento da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários de que o actual não poderá ser mantido para além de 2016, conduziu, ao longo do ano, um processo de selecção, nos termos previstos no artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, do parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de Abril de 2014, que dará lugar a proposta de eleição de um novo Revisor Oficial de Contas, que irá apresentar aos Accionistas na Assembleia Geral Anual de 2017.

Por fim, verificou ainda, nos termos do disposto no n.º 5 do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, que o Relatório de Governo da Sociedade inclui todos os elementos referidos no artigo 245.º -A do Código dos Valores Mobiliários.

Parecer

Nestes termos, tendo em consideração as informações recebidas do Conselho de Administração, dos serviços da Sociedade e as conclusões constantes da Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria sobre a Informação Financeira Consolidada e Individual, somos do parecer que:

- i) Seja aprovado o Relatório de Gestão;
- ii) Sejam aprovadas as Demonstrações Financeiras Consolidadas e Individuais;
e
- iii) Seja aprovada a proposta de aplicação de resultados apresentada pelo Conselho de Administração.

Declaração de Responsabilidade

De acordo com o disposto na alínea c) do número 1 do artigo 245.º do Código dos Valores Mobiliários, os membros da Comissão de Auditoria, abaixo identificados declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento:

- i) a informação constante do Relatório de Gestão, das Contas Anuais, da Certificação Legal de Contas e demais documentos de prestação de contas exigidos por lei ou regulamento, foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do activo e do passivo, da situação financeira e dos resultados de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação.
- ii) o Relatório de Gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho e da posição de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. e das empresas incluídas no perímetro da consolidação, contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Lisboa, 6 de Março de 2017



Sérgio Tavares Rebelo
(Presidente da Comissão de Auditoria)



Clara Christina Streit
(Vogal)



Hans Eggerstedt
(Vogal)

IV.

Governo da Sociedade

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE	121
Secção A - ESTRUTURA ACCIONISTA	121
Subsecção I - Estrutura de Capital	121
Subsecção II - Participações Sociais e Obrigações Detidas	123
Secção B - ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES	126
Subsecção I - Assembleia Geral	126
A. Composição da Mesa da Assembleia Geral	126
B. Exercício do Direito de Voto	126
Subsecção II - Administração e Supervisão (Conselho de Administração)	128
A. Composição	128
B. Funcionamento	145
C. Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado	148
Subsecção III - Fiscalização (Comissão de Auditoria)	151
A. Composição	151
B. Funcionamento	153
C. Competências e Funções	154
Subsecção IV - Revisor Oficial de Contas	154
Subsecção V - Auditor Externo	155
Secção C - ORGANIZAÇÃO INTERNA	158
Subsecção I - Estatutos	158
Subsecção II - Comunicação de Irregularidades	158
Subsecção III - Controlo Interno e Gestão de Riscos	159
Subsecção IV - Apoio ao Investidor	165
Subsecção V - Sítio de Internet	167
Secção D – REMUNERAÇÕES	170
Subsecção I - Competência para a Determinação	170
Subsecção II - Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos	170
Subsecção III - Estrutura das Remunerações	171
Subsecção IV - Divulgação das Remunerações	175
Subsecção V - Acordos com Implicações Remuneratórias	177
Subsecção VI - Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções ("Stock Options")	178
Secção E - TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS	179
Subsecção I - Mecanismos e Procedimentos de Controlo	179
Subsecção II - Elementos Relativos aos Negócios	180
PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO	181
1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado	181
2. Análise de Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado	181
3. Outras Informações	187

PARTE I – INFORMAÇÃO SOBRE ESTRUTURA ACCIONISTA, ORGANIZAÇÃO E GOVERNO DA SOCIEDADE

Secção A ESTRUTURA ACCIONISTA

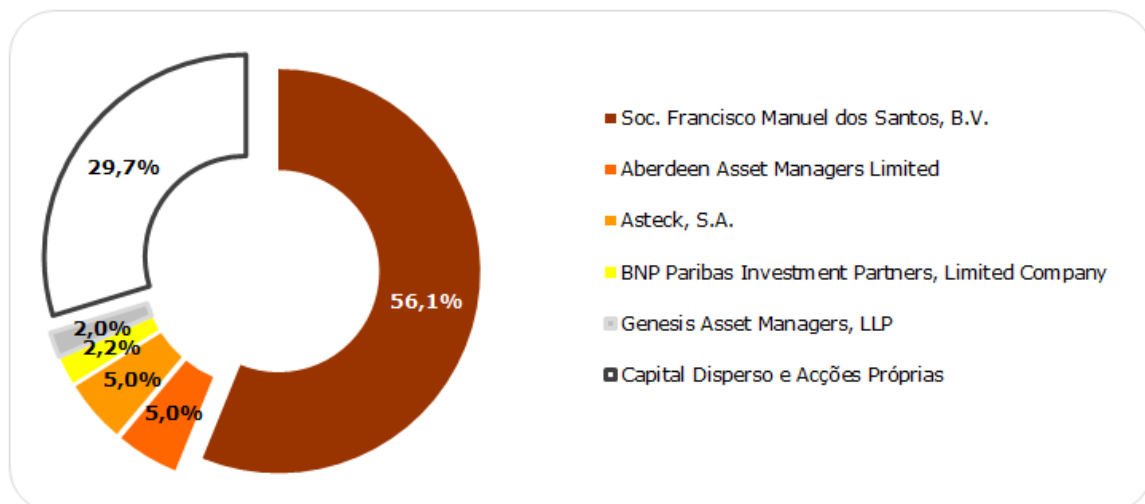
Subsecção I Estrutura de Capital

1. Estrutura de Capital (Capital Social, Número de Acções, Distribuição do Capital Pelos Accionistas, etc), Incluindo Indicação das Acções Não Admitidas à Negociação, Diferentes Categorias de Acções, Direitos e Deveres Inerentes às Mesmas e Percentagem de Capital que Cada Categoria Representa (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) do Código dos Valores Mobiliários - CVM)

O capital social da Sociedade é de 629.293.220 euros, está integralmente subscrito e realizado e é dividido em seiscentos e vinte e nove milhões duzentos e noventa e três mil duzentas e vinte acções no valor nominal de um euro cada uma.

Todas as acções são ordinárias, não existem diferentes categorias de acções, estando todas as acções admitidas à negociação no mercado de cotações oficiais da Euronext Lisboa.

A distribuição do capital da Sociedade é a seguinte, com referência a 31 de Dezembro de 2016*:



* De acordo com as últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

2. Restrições à Transmissibilidade das Acções, Tais Como Cláusulas de Consentimento Para a Alienação, ou Limitações à Titularidade de Acções (Art. 245.º-A, n.º 1, al. b) CVM)

As acções de Jerónimo Martins são livremente transmissíveis, não existindo restrições à respectiva transmissibilidade.

3. Número de Acções Próprias, Percentagem de Capital Social Correspondente e Percentagem de Direitos de Voto a Que Corresponderiam as Acções Próprias (Art. 245.º-A, n.º 1, al. a) CVM)

A Sociedade mantém em carteira 859 mil acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção (preço ajustado pela renominalização do capital social) e representativas de 0,14% deste, que corresponderia a igual percentagem dos direitos de voto.

4. Acordos Significativos de Que a Sociedade Seja Parte e Que Entrem Em Vigor, Sejam Alterados ou Cessem em Caso de Mudança de Controlo da Sociedade Na Sequência de uma Oferta Pública de Aquisição, Bem Como os Efeitos Respectivos, Salvo se, Pela Sua Natureza, a Divulgação dos Mesmos For Seriamente Prejudicial Para a Sociedade, Excepto se a Sociedade for Especificamente Obrigada a Divulgar Essas Informações Por Força de Outros Imperativos Legais (Art. 245.º-A, n.º 1, al. j) CVM)

Não existem acordos significativos (incluindo contratos de financiamento) de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição.

5. Regime a Que se Encontre Sujeita a Renovação ou Revogação de Medidas Defensivas, em Particular Aquelas que Prevejam a Limitação do Número de Votos Susceptíveis de Detenção ou de Exercício Por um Único Accionista de Forma Individual ou em Concertação com Outros Accionistas

Não foram adoptadas quaisquer medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela Sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança de composição do Órgão de Administração e que sejam susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração, ou que prevejam a limitação do número de votos susceptíveis de detenção ou de exercício por um único accionista de forma individual ou em concertação com outros accionistas.

6. Acordos Parassociais Que Sejam do Conhecimento da Sociedade e Possam Conduzir a Restrições em Matéria de Transmissão de Valores Mobiliários ou de Direitos de Voto (Art. 245.º-A, n.º 1, al. g) CVM)

No seguimento da comunicação relativa a participação qualificada efectuada à Sociedade, em 2 de Janeiro de 2012, foi a mesma informada da existência de acordo parassocial relativo ao exercício do direito de voto, nos seguintes termos:

“Mais se informa que, em conformidade com o disposto no Artigo 21.º, n.º 2, alíneas b) e c), do Código dos Valores Mobiliários, a Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*] domina a Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., por poder exercer os correspondentes direitos de voto nos termos de acordo parassocial.

De harmonia com o estabelecido no Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, mormente na alínea b) do seu n.º 1, por força do sobredito acordo parassocial, os direitos de voto inerentes às acções de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. objecto da compra e venda anteriormente mencionada permanecem imputados à Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.A.[*]”

A Sociedade desconhece, contudo, a existência de eventuais restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

* Denominação social alterada em 2015 para “Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E.”.

Subsecção II

Participações Sociais e Obrigações Detidas

7. Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas que, Directa ou Indirectamente, São Titulares de Participações Qualificadas (Art. 245.º-A, nº 1, als. c) e d) CVM e art. 16.º CVM), com Indicação Detalhada da Percentagem de Capital e de Votos Imputável e da Fonte e Causas de Imputação

Os titulares de participações qualificadas, calculadas nos termos do n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários, com base na totalidade das acções de acordo com a alínea b) do n.º 3 do Artigo 16.º do Código dos Valores Mobiliários, a 31 de Dezembro de 2016, são identificados na tabela abaixo.

Lista dos Titulares de Participações Qualificadas a 31 de Dezembro de 2016*

(De acordo com o disposto no número 4 do Artigo 448.º do Código das Sociedades Comerciais e na alínea b) do número 1 do Artigo 8 do Regulamento da CMVM n.º 5/2008)

Accionista	N.º de Acções detidas	% Capital	N.º Direitos de Voto	% dos Direitos de Voto
Sociedade Francisco Manuel dos Santos, SGPS, S.E. Através da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.	353.260.814	56,136%	353.260.814	56,136%
Aberdeen Asset Managers Limited	31.482.477	5,003%	31.482.477	5,003%
Heerema Holding Company Inc. Através da Sociedade Asteck, S.A.	31.464.750	5,000%	31.464.750	5,000%
BNP Paribas Investment Partners, Limited Company Através de Fundos de Investimento por si geridos	13.536.757	2,151%	12.604.860	2,006%
Genesis Asset Managers LLP	12.659.067	2,012%	12.659.067	2,012%

* Fonte: Últimas comunicações efectuadas pelos titulares de participações qualificadas à Jerónimo Martins, SGPS, S.A. até à referida data.

8. Indicação Sobre o Número de Acções e Obrigações Detidas por Membros dos Órgãos de Administração e De Fiscalização

(De acordo com o disposto no n.º 5 do Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais)

Conselho de Administração

Membros do Conselho de Administração	Posição em 31.12.15		Acréscimos no exercício		Diminuições no exercício		Posição em 31.12.16	
	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações	Acções	Obrigações
Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos	274.805	-	-	-	-	-	274.805	-
Alan Johnson ¹	30.075	-	-	-	-	-	n.a.	-
Andrzej Szlezak	-	-	-	-	-	-	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	-	-	-	-	-	-	-	-
Artur Stefan Kirsten	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ²	353.260.814	-	-	-	-	-	353.260.814	-
Clara Christina Streit	800	-	-	-	-	-	800	-
Francisco Manuel Seixas da Costa	-	-	-	-	-	-	-	-
Hans Eggerstedt	19.700	-	-	-	-	-	19.700	-
Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos	26.455 ³	-	-	-	-	-	26.455 ³	-
Nicolaas Pronk ¹	-	-	-	-	-	-	-	-
Pertencente a sociedade de que é Administrador (al. d) do n.º 2 do Artigo 447.º C.S.C.) ⁴	31.464.750	-	-	-	-	-	n.a.	-
Sérgio Tavares Rebelo	-	-	-	-	-	-	-	-

¹ Cessou funções enquanto Administrador a 14 de Abril de 2016.

² Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.; Ver Ponto 20.

³ Das quais 1.500 acções são detidas pelo cônjuge.

⁴ Asteck, S.A.; Ver Ponto 20.

Revisor Oficial de Contas

O Revisor Oficial de Contas, PricewaterhouseCoopers & Associados, SROC, Lda., não detinha quaisquer acções ou obrigações, em 31 de Dezembro de 2016, não tendo realizado, durante 2016, transacções com quaisquer títulos de Jerónimo Martins, SGPS, S.A.

9. Poderes Especiais do Órgão de Administração, nomeadamente no que Respeita a Deliberações de Aumento de Capital (Art. 245.º-A, nº 1, al. i) CVM), com Indicação, Quanto a Estas, da Data em Que Lhe Foram Atribuídos, Prazo Até ao Qual Aquela Competência Pode Ser Exercida, Limite Quantitativo Máximo do Aumento do Capital Social, Montante Já Emitido ao Abrigo da Atribuição de Poderes e Modo de Concretização dos Poderes Atribuídos

Qualquer aumento de capital carece de deliberação prévia da Assembleia Geral.

10. Informação Sobre a Existência de Relações Significativas de Natureza Comercial entre os Titulares de Participações Qualificadas e a Sociedade

Face à política que tem vindo a ser seguida pela Sociedade sobre este tema, não se realizaram quaisquer negócios entre a Sociedade e os Titulares de Participação Qualificada ou entidades que com estes estejam em qualquer relação, fora das condições normais de mercado.

Conforme informação prestada ao mercado no dia 30 de Setembro de 2016, a Sociedade vendeu 100% do capital social da sua subsidiária Monterroio – Industry & Investments B.V. (“Monterroio”) à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. (SFMS), representando um recebimento imediato de 310 milhões de euros, sendo que os seus impactos em Jerónimo Martins se encontram melhor espelhados no Capítulo III, nas Notas às Demonstrações Financeiras Consolidadas.

A sociedade alienada – Monterroio – constituía a *sub-holding* para os negócios da indústria e serviços, que incluía as subsidiárias Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda., e Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A., detidas a 100%, e participações nas sociedades Unilever Jerónimo Martins, Lda. (45%), Gallo Worldwide, Lda. (45%), Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A. (51%) e Perfumes e Cosméticos Puig Portugal – Distribuidora, S.A. (27,545%).

Considerando a adequação estratégica no portefólio de negócios de Jerónimo Martins, a Sociedade readquiriu, através da sociedade Tagus – Retail & Services Investments B.V., por compra a uma sociedade subsidiária de SFMS, com efeitos a 31 de Dezembro de 2016, o controlo da totalidade do capital de Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. e da participação de 51% no capital da Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A..

Para além das transacções acima referidas, não existem relações significativas de natureza comercial entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada.

Secção B ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

Subsecção I Assembleia Geral

A. Composição da Mesa da Assembleia Geral

11. Identificação e Cargo dos Membros da Mesa da Assembleia Geral e Respectivo Mandato (Início e Fim)

Até ao dia 14 de Abril de 2016, mantiveram-se em funções Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Tiago Ferreira de Lemos, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respectivamente.

No dia 14 de Abril de 2016 foram eleitos, para o triénio 2016-2018, Abel Bernardino Teixeira Mesquita e Nuno de Deus Pinheiro, como Presidente da Mesa da Assembleia Geral e Secretário, respectivamente.

B. Exercício do Direito de Voto

12. Eventuais Restrições em Matéria de Direito de Voto, Tais Como Limitações ao Exercício do Voto Dependente da Titularidade de um Número ou Percentagem de Acções, Prazos Impostos Para o Exercício do Direito de Voto ou Sistemas de Destaque de Direitos de Conteúdo Patrimonial (Art. 245.º-A, n.º 1, al. f) CVM)

A Sociedade e o seu Conselho de Administração valorizam particularmente os princípios da livre transmissibilidade das acções e da livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do Órgão de Administração.

Assim, o Artigo Vigésimo Quarto dos Estatutos da Sociedade estabelece a regra de que a cada acção corresponde um voto.

Nesta linha, a Sociedade não estabeleceu mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, designadamente não estão estatutariamente atribuídos direitos especiais a accionistas ou previstos limites ao exercício do direito de voto, nem existe nenhuma regra estatutária especial sobre sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial.

De igual forma, a presença na Assembleia Geral não se encontra condicionada à detenção de um número mínimo de acções.

De acordo com o Artigo Vigésimo Sexto dos Estatutos da Sociedade, a Assembleia Geral poderá funcionar em primeira convocatória, desde que se ache presente ou representado mais de 50% do capital social.

Participação em Assembleia Geral

Nos termos do disposto no Código dos Valores Mobiliários e no Artigo Vigésimo Terceiro dos Estatutos da Sociedade puderam participar e votar, nas reuniões da Assembleia Geral, os Accionistas que reuniram as seguintes condições:

- i. Na Data de Registo, correspondente às 00:00 horas (GMT) do quinto dia de negociação anterior ao da realização da Assembleia, eram titulares de acções da Sociedade que lhes conferiam pelo menos um voto;
- ii. Até ao final do dia anterior ao da Data de Registo, declararam, por escrito, ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral e ao respectivo intermediário financeiro a sua intenção de participar na reunião;
- iii. Até ao final do dia da Data de Registo, o respectivo intermediário financeiro enviou ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral informação sobre o número de acções registadas em nome do referido accionista na Data de Registo.

Voto por Correspondência

De acordo com o número três do Artigo Vigésimo Quinto dos Estatutos, é ainda admitido o voto por correspondência. Estatutariamente, os votos por correspondência contam para a formação do quórum constitutivo da Assembleia Geral e cabe ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, ou ao seu substituto, verificar a sua autenticidade e regularidade, bem como assegurar a sua confidencialidade até ao momento da votação. Em caso de presença do accionista ou do seu representante na Assembleia Geral, considera-se revogado o voto por correspondência emitido.

Os votos exercidos por correspondência valem como votos negativos relativamente a propostas de deliberação apresentadas depois da data em que esses mesmos votos tenham sido emitidos.

A Sociedade disponibiliza no seu sítio institucional um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência.

Como os seus estatutos são omissos nesta matéria, a Sociedade fixou em 48 horas antes da realização da Assembleia Geral o prazo para a recepção do voto por correspondência, acolhendo e, de certa forma, indo mais longe do que o disposto na recomendação da CMVM sobre esta matéria.

Voto por Meios Electrónicos

A Sociedade reconhece também que a utilização das novas tecnologias potencia o exercício dos direitos dos accionistas e, nesse sentido, adopta, desde 2006, os mecanismos adequados para que estes possam votar por meios electrónicos nas Assembleias Gerais. Assim, os accionistas deverão manifestar a intenção de exercer o seu direito por esta via ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral, junto da sede social ou através do sítio institucional de Jerónimo Martins, em www.jeronimomartins.pt. Na referida manifestação de interesse, os accionistas deverão indicar a morada do intermediário financeiro de registo dos valores mobiliários para a qual, subsequentemente, será enviada uma carta registada, que contém o endereço electrónico a usar para exercício do direito de voto e um código identificador, a referir na mensagem de correio electrónico, com que o accionista poderá exercer o mesmo.

13. Indicação da Percentagem Máxima dos Direitos de Voto Que Podem Ser Exercidos Por Um Único Accionista ou Por Accionistas Que Com Aquele Se Encontram em Alguma das Relações do n.º 1 do Art. 20.º CVM

A Sociedade não definiu regras que estabeleçam que não sejam contados direitos de voto acima de certo número, quando emitidos por um só accionista ou por accionistas com ele relacionados.

14. Identificação das Deliberações Accionistas Que, Por Imposição Estatutária, Só Podem Ser Tomadas Com Maioria Qualificada, Para Além Das Legalmente Previstas e Indicação Dessas Maiorias

Não existe nenhuma regra estatutária especial sobre quóruns deliberativos.

Subsecção II Administração e Supervisão (Conselho de Administração)

A. Composição

15. Identificação do Modelo de Governo Adoptado

A Sociedade adoptou o modelo de governo anglo-saxónico correspondente à modalidade prevista na alínea b) do Artigo 278.º do Código das Sociedades Comerciais em que a administração e fiscalização da Sociedade se encontram estruturadas através de um Conselho de Administração, que compreende a Comissão de Auditoria, e um Revisor Oficial de Contas.

16. Regras Estatutárias Sobre Requisitos Procedimentais e Materiais Aplicáveis à Nomeação e Substituição dos Membros do Conselho de Administração (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM)

O Artigo primeiro do Regulamento do Conselho de Administração da Sociedade prevê que este órgão tenha a composição que venha a ser deliberada em Assembleia Geral nos termos previstos no número um do Artigo Décimo Segundo do Pacto Social, sendo presidido pelo respectivo Presidente, escolhido em Assembleia Geral.

O número três do Artigo nono do referido Regulamento do Conselho de Administração prevê que em caso de morte, renúncia ou impedimento, temporário ou definitivo, de qualquer dos seus membros, o Conselho de Administração procederá à cooptação, cabendo à Comissão de Auditoria, se tal não ocorrer no prazo de 60 dias a contar da falta, designar o substituto.

De acordo com o Artigo primeiro do respectivo Regulamento e Décimo Nono do Pacto Social, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, um dos quais será o seu Presidente. Os membros da Comissão de Auditoria são designados em simultâneo com os membros do Conselho de Administração, devendo as listas propostas para este último Órgão discriminar os

membros que se destinam a integrar a Comissão de Auditoria, os quais não podem exercer funções executivas na Sociedade.

No que diz respeito à designação e à substituição dos membros da Comissão de Auditoria, não existe previsão regulamentar específica, aplicando-se o disposto na lei.

17. Composição do Conselho de Administração, com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, o Conselho de Administração é composto por um mínimo de sete e um máximo de onze membros, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos. Ao longo do ano de 2016, o Conselho teve a composição indicada abaixo, contando actualmente com nove membros efectivos, eleitos em Assembleia Geral realizada em 14 de Abril de 2016 para o triénio 2016-2018:

Pedro Manuel de Castro Soares dos Santos

- Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013
- Administrador-Delegado
- Primeira designação em 31 de Março de 1995
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Andrzej Szlezak

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

António Pedro de Carvalho Viana-Baptista

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Artur Stefan Kirsten

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em Abril de 2010 (cessação de mandato em Fevereiro de 2011)
- Nova designação em 9 de Abril de 2015. Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Clara Christina Streit

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Francisco Manuel Seixas da Costa

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Hans Eggerstedt

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 29 de Junho de 2001
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Henrique Manuel da Silveira e Castro Soares dos Santos

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 9 de Abril de 2015
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Sérgio Tavares Rebelo

- Administrador Não-Executivo Independente
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Alan Johnson

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 30 de Março de 2012
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2015. Manteve-se em funções até 14 de Abril de 2016

Nicolaas Pronk

- Administrador Não-Executivo
- Primeira designação em 30 de Março de 2007
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2015. Manteve-se em funções até 14 de Abril de 2016

18. Distinção dos Membros Executivos e Não Executivos do Conselho de Administração e, Relativamente aos Membros Não Executivos, Identificação dos Membros Que Podem Ser Considerados Independentes

A Sociedade procura um equilíbrio na composição do Conselho de Administração através da integração de Administradores Não-Executivos e de Administradores Independentes a par do Administrador Executivo, no âmbito de delegação de competências, encontrando-se efectuada supra no n.º 17, para onde se remete, a respectiva discriminação. O critério de distinção utilizado pela Sociedade coincide com o da Recomendação 2005/162/CE, da Comissão da União Europeia, de 15 de Fevereiro de 2005, considerando-se Administradores Executivos aqueles que sejam encarregados da gestão corrente e, *a contrario sensu*, Administradores Não-Executivos aqueles que o não sejam.

O Conselho de Administração integra, assim, Administradores Não-Executivos, em particular Administradores Independentes dotados de um conjunto de competências técnicas diversificadas, redes de contactos e ligações com entidades nacionais e internacionais que permitem enriquecer e otimizar a gestão da Sociedade numa óptica de criação de valor e de adequada defesa dos interesses de todos os seus accionistas, o que assegura uma efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do Conselho de Administração.

De acordo com os princípios pelos quais a Sociedade se rege, embora os Administradores respondam perante todos os accionistas por igual, a independência da actuação do Conselho de Administração face a estes é ainda reforçada pela existência de Administradores Independentes.

De acordo com as Recomendações da CMVM sobre o Governo das Sociedades (2013), doravante referidas como "Recomendações CMVM 2013", e atendendo ao disposto na recomendação II.1.7, que estabelece os critérios da avaliação da independência feita

pelo órgão de administração, são considerados Administradores Independentes os Administradores Francisco Seixas da Costa, António Viana Baptista, Clara Christina Streit, Sérgio Rebelo e Hans Eggerstedt. Os três últimos sendo também membros da Comissão de Auditoria, ficam contudo sujeitos aos critérios de independência previstos no n.º 5 do Artigo 414.º do Código das Sociedades Comerciais, sendo que por referência a estes últimos o Administrador Hans Eggerstedt não poderá ser considerado independente. Qualquer dos membros da Comissão de Auditoria cumpre também as regras de incompatibilidade previstas no Artigo 414.º-A, n.º 1 do Código das Sociedades Comerciais com excepção da prevista na alínea b).

Sendo o número de independentes de acordo com os critérios supra explanados de quatro, de entre um total de nove Administradores, afigura-se cumprida a recomendação II.1.7 (Recomendações CMVM 2013), também na parte em que estabelece que entre os Administradores Não-Executivos se deve contar uma proporção adequada de independentes (*in casu*, metade).

19. Qualificações Profissionais e Outros Elementos Curriculares Relevantes de Cada Um dos Membros do Conselho de Administração

Pedro Soares dos Santos ingressou, em 1983, na Direcção de Operações do Pingo Doce. Em 1985, integrou o Departamento de Vendas e *Marketing* da Iglo/Unilever e, cinco anos mais tarde, assume funções como Director Adjunto das Operações Recheio. Em 1995, é nomeado Director-Geral desta Companhia. Entre 1999 e 2000, assume a responsabilidade pelas operações na Polónia e no Brasil. Em 2001, passa também a ser responsável pelas operações da área de Distribuição em Portugal. É Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. desde 31 de Março de 1995, sendo Administrador-Delegado desde 9 de Abril de 2010 e Presidente do Conselho de Administração desde 18 de Dezembro de 2013.

Andrzej Szlezak tem nacionalidade polaca e é licenciado em Filologia Inglesa e em Direito pela Adam Mickiewicz University em Poznan, Polónia, tendo sido aprovado no exame judicial em 1981 e admitido na *Chamber of Legal Advisors (Poznan Chapter)* em 1994. Em 1979, iniciou o seu percurso académico na referida universidade, no qual obteve os graus de doutoramento e pós-doutoramento ("*Habilitated Doctor*") em Direito, em 1985 e 1992, respectivamente. Em 1994, foi-lhe atribuído o cargo de Professor da Adam Mickiewicz University (Law School) que exerceu até 1996. Actualmente é Professor na Warsaw School of Social Sciences and Humanities. Em 1991, juntou-se à sociedade de advogados Soltysinski, Kawecki & Szlezak ("SK&S"), da qual se tornou sócio em 1993 e sócio senior em 1996. Durante a sua prática na SK&S prestou aconselhamento jurídico em numerosas transacções de privatização e reestruturação em diversos sectores da economia polaca (principalmente em projectos de M&A, societário e *greenfield*). Desde 1999, tem sido árbitro no Tribunal Arbitral na Câmara do Comércio Polaca (KIG) em Varsóvia, exercendo actualmente funções de *Deputy Chairman* do *Board* de Arbitragem deste Tribunal. Tem igualmente sido nomeado como árbitro em diversos processos (nacionais e internacionais) perante a ICC *International Court of Arbitration* em Paris e em processos *ad hoc* conduzidos de acordo com as regras de arbitragem UNCITRAL. É ainda autor de várias publicações, incluindo em língua estrangeira, nas áreas de direito civil, comercial e arbitragem. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

António Viana-Baptista é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa (1980), possui Pós-Graduação em Economia Europeia pela Universidade Católica Portuguesa (1981) e MBA pelo INSEAD (Fontainebleau, 1983). Entre 1985 e 1991, foi Sócio (*Principal Partner*) da McKinsey & Co. nos escritórios de Madrid e Lisboa. Entre 1991 e 1998, exerceu o cargo de Administrador no Banco Português de

Investimento. Entre 1998 e 2002, foi *Chairman* e CEO da Telefónica International. Entre 2002 e 2006, foi Presidente Executivo (*Chairman* & CEO) da Telefónica Móviles S.A. Entre 2006 e 2008, foi Presidente Executivo (*Chairman* & CEO) da Telefónica España. Entre 2000 e 2008, foi membro Não-Executivo do Conselho de Administração da Portugal Telecom. Entre 2011 e 2016 foi CEO do Crédit Suisse AG para Espanha e Portugal, mantendo-se actualmente como consultor desta instituição. É Administrador Não-Executivo da Sociedade desde, 9 de Abril de 2010.

Artur Stefan Kirsten tem nacionalidade alemã e obteve o seu mestrado em Economia e Informática, entre 1981 e 1986, na FernUniversität Hagen e na Georg-August-Universität Göttingen. Em 1991, obteve o seu Doutoramento (Dr. rer. pol.), ao que se seguiu o Stanford Executive Program na Graduate School of Business da Universidade de Stanford, na Califórnia. Desde 1995, lecciona em diferentes universidades alemãs e no estrangeiro. Em 2001, foi nomeado Professor Catedrático na Westfaelische University em Gelsenkirchen. É Director Financeiro (CFO) da Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE") onde é membro do Conselho de Gestão desde 1 de Janeiro de 2011. Foi membro do Conselho de Administração da Sociedade no período compreendido entre Abril de 2010 e Fevereiro de 2011 e é actualmente membro do Conselho de Administração da Sociedade Francisco Manuel dos Santos BV. Os seus cargos anteriores foram como Administrador-Delegado (CEO) da Majid Al Futtaiim Group LLC, uma sociedade de promoção imobiliária com negócios focados no imobiliário, retalho e empreendimentos nos Emirados, e como Director Financeiro (CFO) da Metro AG e da ThyssenKrupp AG na Alemanha. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Clara Christina Streit tem dupla nacionalidade, norte-americana e alemã, e tem um Mestrado em Administração de Empresas pela Universidade de St. Gallen, na Suíça. É professora assistente nas Universidades Nova e Católica de Lisboa e Administradora Não-Executiva independente em várias empresas europeias. Começou a sua carreira como Consultora na McKinsey & Company de onde saiu em 2012 como Senior Partner, após mais de 20 anos de experiência como conselheira de instituições financeiras. É Administradora do Bank Vontobel AG, desde 2011, onde também é membro da Comissão de Nomeações e Remunerações. É, desde 2013, membro do Conselho de Supervisão e Presidente da Comissão de Nomeações da companhia de seguros holandesa Delta Lloyd N.V. e membro do Conselho de Supervisão da empresa imobiliária alemã Vonovia SE (anteriormente denominada "Deutsche Annington SE"). Em Maio de 2015 foi nomeada membro do Conselho de Administração, da Comissão de Controlo Interno, Risco e Governo da Sociedade e da Comissão de Recursos Humanos e de Nomeações da empresa Unicredit S.p.A, sediada em Milão. É Administradora Não-Executiva da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Francisco Seixas da Costa é licenciado em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade Técnica de Lisboa. Inicia a sua carreira diplomática em 1975 como diplomata do Ministério dos Negócios Estrangeiros. Entre 1995 e 2001, foi Secretário de Estado dos Assuntos Europeus, tendo tido várias funções oficiais, entre outras, negociador português do Tratado de Amesterdão, de 1995 a 1997, Coordenador português da negociação do quadro financeiro plurianual da UE, de 1997 a 1999, e Presidente do Conselho de Ministros do Mercado Interno da União Europeia, em 2000. De 2001 a 2002 foi Embaixador, Representante permanente junto das Nações Unidas, em Nova Iorque, e de 2002 a 2004 foi Embaixador, Representante permanente de Portugal junto da Organização para a Segurança e Cooperação na Europa, em Viena. Entre 2004 e 2008, foi Embaixador no Brasil, em Brasília e, entre 2009 e 2013, foi Embaixador em França e Representante Permanente junto da UNESCO (desde 2012), em Paris. Desde 2013, é membro do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian e membro do Conselho Estratégico da Mota-Engil, SGPS, S.A. Desde 2014,

é docente da Universidade Autónoma de Lisboa. Em Abril de 2016, foi eleito Administrador e membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis. É colunista e colaborador de diversas publicações e autor de várias obras sobre questões internacionais e de segurança. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

Hans Eggerstedt tem nacionalidade alemã, é licenciado em Economia pela Universidade de Hamburgo e ingressou, em 1964, na Unilever, onde desenvolveu toda a sua carreira. Entre outros cargos, foi Director de Operações de Retalho e de Gelados e Congelados na Alemanha, Presidente e CEO da Unilever Turquia, Director Regional para a Europa Central e de Leste e Director Financeiro e de Informação e Tecnologia da Unilever. É nomeado para o Conselho de Administração da Unilever N.V. e Unilever PLC em 1985, cargo que manteve até 1999. Entre 2003 e 2012 foi Administrador Não-Executivo da COLT Telekom Group S.A., Luxemburgo. É Administrador Não-Executivo de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., desde 29 de Junho de 2001.

Henrique Soares dos Santos é licenciado em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão e Alumni do INSEAD. Começou a sua carreira em 1993 como Trainee em Contabilidade de Gestão na Fima - Produtos Alimentares S.A. e, um ano depois, era Assistente do Director de Contabilidade de Gestão. Foi Controlador de Orçamento de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., entre 1996 e 1997, ano em que se tornou Gestor de Tesouraria da Eurocash Sp z.o.o na Polónia até 1998. No ano seguinte, passou a desempenhar as funções de Controlador Financeiro de Jerónimo Martins Retail Activity Polska Sp z.o.o. Em 2001, foi Vice-Controlador do Grupo e, no mesmo ano, foi nomeado Chefe de Gabinete do Presidente do Conselho de Administração, cargo que ocupou até 2002. Foi Secretário da Sociedade e Director de Segurança de Informação de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. É membro do Conselho de Administração de Jerónimo Martins - Serviços, S.A., da Arica Holding BV, da Sindcom - Investimentos, Participações e Gestão, S.A. assim como da Nesfia - Sociedade Imobiliária, S.A. e da Waterventures - Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 9 de Abril de 2015.

Sérgio Tavares Rebelo é licenciado em Economia pela Universidade Católica Portuguesa. Tem um *M.Sc.* em Investigação Operacional pelo Instituto Superior Técnico, bem com um *M.A.* e um *Ph.D.* em Economia pela University of Rochester. Iniciou a sua carreira académica como assistente na Universidade Católica Portuguesa, em 1981. Em 1988, ingressa como *Assistant Professor of Finance* na Northwestern University, passando a *Associate Professor of Finance*, em 1991. Entre 1992 e 1997, é *Associate Professor* do *Department of Economics* da University of Rochester e, desde Julho de 1997, é *Tokai Bank Distinguished Professor of International Finance*, *Kellogg School of Management*, da *Northwestern University*. Publica, desde 1982, inúmeros artigos e livros na área da economia e finanças. Desde Abril de 2012, é Membro do *Advisory Council to the Global Markets Institute* na *Goldman Sachs* e, em Setembro de 2015, torna-se Administrador Não-Executivo da *Integrated DNA Technologies*. É Administrador Não-Executivo da Sociedade, desde 10 de Abril de 2013.

Alan Johnson tem nacionalidade britânica, licenciou-se em Finanças e Contabilidade, no Reino Unido, e ingressou na Unilever em 1976, onde desenvolveu o seu percurso profissional em várias funções da área financeira e em diversos países, como o Reino Unido, Brasil, Nigéria, França, Bélgica, Holanda e Itália. Entre outros cargos, foi *Senior Vice President Strategy & Finance* para a Europa, *Senior Vice President Finance & IT* e CFO da Divisão Alimentar da Unilever a nível global. Até Março de 2011, foi *Chief Audit*

Executive, sediado em Roterdão. Foi membro do *Market Oversight Committee* da *Chartered Association of Certified Accountants*, entre 2007 e 2013, e, desde 2011, é membro da *Professional Accountants no Business Committee* da *International Federation of Accountants* (sedeado em Nova Iorque). Em Janeiro de 2012, integrou o Grupo Jerónimo Martins como *Chief Financial Officer*, tendo sido Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A., de 30 de Março de 2012 a 14 de Abril de 2016.

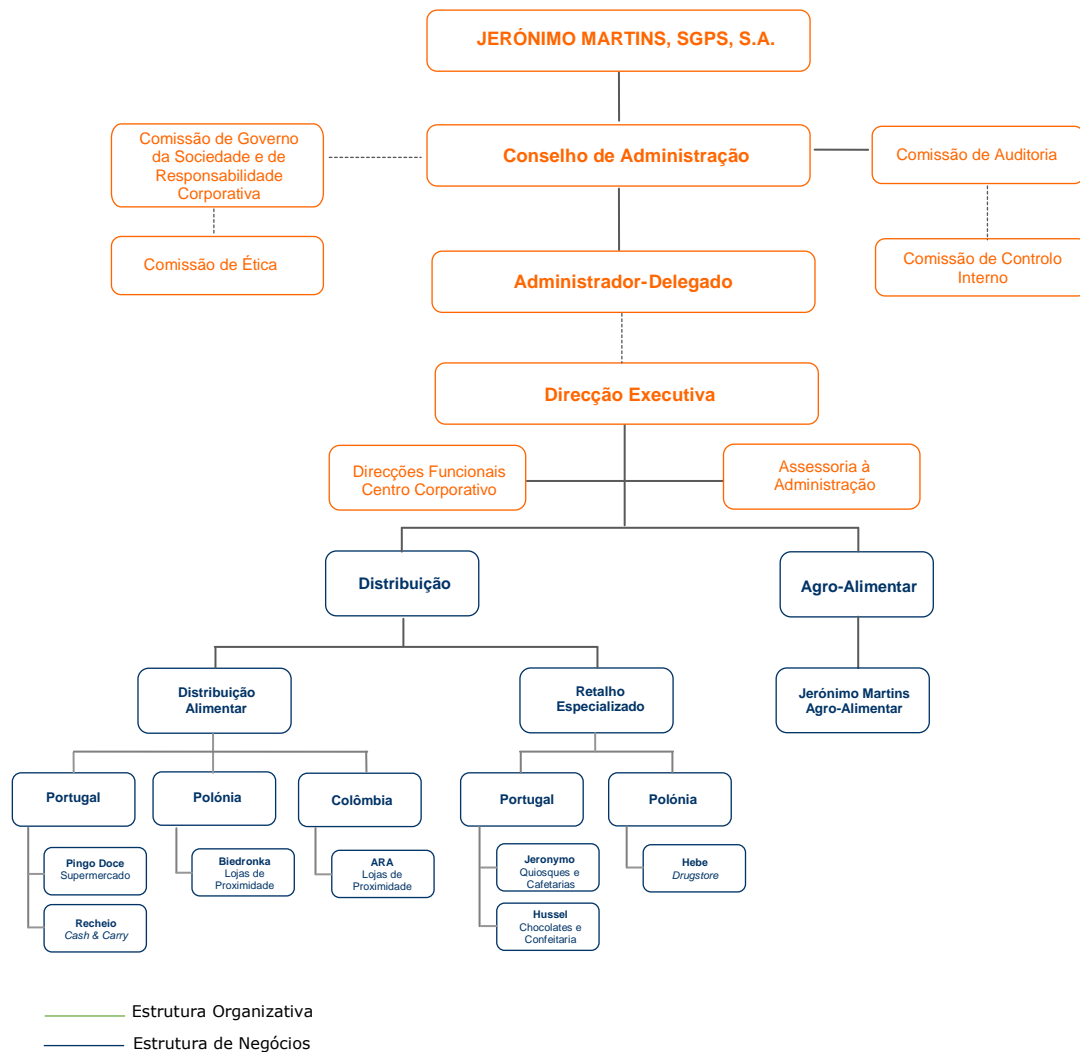
Nicolaas Pronk é de nacionalidade holandesa e tem formação superior em Finanças, Auditoria e Tecnologias de Informação. Entre 1981 e 1989, trabalhou para a KPMG na área de Auditoria Financeira em sociedades holandesas e estrangeiras. Em 1989, integra o grupo Heerema, fundando o Departamento de Auditoria Interna e, desde então, tem desempenhado diversas funções no Grupo, tendo sido responsável por várias aquisições e desinvestimentos e definido o Governo da Sociedade. Desde 1999 que é o Administrador Financeiro do grupo Heerema, com os pelouros Financeiro, Tesouraria, Governo da Sociedade, Seguros e Fiscal, reportando ao respectivo Presidente. Foi Administrador Não-Executivo da Sociedade, de 30 de Março de 2007 até 14 de Abril de 2016.

20. Relações Familiares, Profissionais ou Comerciais, Habituais e Significativas, dos Membros do Conselho de Administração com Accionistas a Quem Seja Imputável Participação Qualificada Superior a 2% dos Direitos de Voto

Membro do Órgão de Administração	Tipo de Relação	Titular de Participação Qualificada
Artur Stefan Kirsten	Administrador	Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.
Nicolaas Pronk ¹	Administrador	Asteck, S.A.

¹ Termo do mandato em 14 de Abril de 2016.

21. Organogramas Relativos à Repartição de Competências Entre os Vários Órgãos Sociais, Comissões e/ou Departamentos da Sociedade, Incluindo Informação Sobre Delegações de Competências, em Particular no Que se Refere à Delegação da Administração Quotidiana da Sociedade



Presidente do Conselho de Administração

O Presidente do Conselho de Administração, de acordo com o Regulamento do Conselho de Administração, para além da representação institucional da Sociedade, desempenha funções de especial responsabilidade na direcção das respectivas reuniões, no acompanhamento da execução das deliberações tomadas por este Órgão, na participação nas reuniões das restantes comissões emanadas do Conselho de Administração e na definição da estratégia global da Sociedade.

Delegação de Poderes e Coordenação de Administradores Não Executivos

O Conselho de Administração, mediante deliberação, delegou em um Administrador-Delegado diversas competências no âmbito da gestão corrente da Sociedade, o qual, nesses termos, pode:

- a. gerir os negócios sociais e efectivar as operações relativas ao objecto social, compreendidas no âmbito da sua gestão corrente, enquanto sociedade gestora de participações sociais;
- b. representar a Sociedade, em juízo e fora dele, propor e contestar quaisquer acções, e comprometer-se em arbitragens, podendo, para o efeito, designar mandatários, assim como transigir, confessar e desistir das mesmas;
- c. contrair empréstimos e outras operações financeiras, no mercado financeiro nacional ou estrangeiro, emitir valores mobiliários representativos de dívida no âmbito da competência do Conselho de Administração e aceitar a fiscalização das entidades mutuantes, sempre até ao montante de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) e com integral respeito pelo disposto nos Estatutos da Sociedade;
- d. decidir sobre a prestação, pela Sociedade, de apoio técnico e financeiro, incluindo através da concessão de empréstimos às sociedades de cujas acções, quotas ou partes sociais seja, no todo ou em parte, titular;
- e. decidir sobre a alienação ou locação de bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer desinvestimentos, até ao montante de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros) ou, independentemente de tal limite, quando tal alienação ou locação se encontre prevista nos Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovados pelo Conselho de Administração;
- f. decidir sobre a aquisição ou tomada em locação de quaisquer bens móveis ou imóveis, incluindo acções, quinhões, quotas e obrigações, e em geral sobre a realização de quaisquer investimentos, até ao montante de € 50.000.000,00 (cinquenta milhões de euros), ou, independentemente de tal limite, quando tal aquisição ou tomada em locação se encontre prevista em Planos de Médio e Longo Prazo, conforme definido *infra*, aprovado pelo Conselho de Administração;
- g. designar as pessoas a propor às Assembleias Gerais das sociedades referidas na alínea d) supra, para preenchimento de cargos nos respectivos órgãos sociais, indicando aquelas a quem caberá exercer funções executivas;
- h. aprovar políticas e normas transversais às sociedades do Grupo Jerónimo Martins, tais como manuais de procedimentos, regulamentos e ordens de serviço, *maxime* no que diz respeito a (i) Recursos Humanos, (ii) Controlo Operacional, (iii) Segurança Alimentar e Controlo de Qualidade e (iv) Reporte e Investimentos;
- i. aprovar os planos de expansão respeitantes às actividades de cada uma das áreas de negócio, bem como das sociedades do Grupo não abrangidas em áreas de negócios;
- j. aprovar a estrutura orgânica das sociedades do Grupo;
- k. decidir as instruções ou orientações a dar pela Sociedade às administrações das sociedades suas subsidiárias, quanto às matérias referidas nesta delegação de poderes, nos termos e com observância do disposto na lei aplicável.

Para efeitos do disposto na delegação de poderes, consideram-se como previstos nos Planos de Médio e Longo Prazo, (entendidos estes como planos de actividades, de investimentos e projecções financeiras a três anos), as aquisições, alienações, investimentos ou desinvestimentos cujo montante não exceda em mais de 10% a respectiva rubrica constante desses Planos.

Em 2016, manteve-se em funções a Direcção Executiva, órgão consultivo que, conforme referido no ponto 29, tem como objectivo fundamental coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe forem delegadas pelo Conselho, no âmbito da gestão corrente dos negócios que constituem o objecto social da Sociedade.

Contudo, o Conselho de Administração retém, nos termos do respectivo Regulamento Interno, poderes sobre as matérias estratégicas de gestão do Grupo, em particular as que se prendem com a definição de políticas gerais da Sociedade e da estrutura empresarial do Grupo e as que, devido à sua importância e natureza especiais, podem impactar substancialmente a actividade deste último.

Ao Administrador-Delegado estão também vedadas as matérias a que se refere o n.º 4 do Artigo 407.º do Código das Sociedades Comerciais.

Para além dos poderes sobre matérias estratégicas para a gestão do Grupo, o Conselho de Administração exerce um controlo efectivo na orientação da vida societária ao procurar sempre informar-se devidamente e ao assegurar a supervisão da gestão da Sociedade, encontrando-se implementados mecanismos nesse sentido.

Neste contexto, em cada reunião do Conselho de Administração, o Administrador-Delegado apresenta informação relativa à actividade desenvolvida pela Sociedade desde a última reunião, disponibilizando-se para prestar os esclarecimentos complementares que os Administradores Não-Executivos entendam necessários. Em 2016, toda a informação solicitada pelos Administradores Não-Executivos foi completa e tempestivamente fornecida pelo Administrador-Delegado.

Adicionalmente, e considerando que o Administrador-Delegado é, simultaneamente, Presidente do Conselho de Administração, foi aprovado por deliberação do dito Conselho um Mecanismo de Coordenação dos Trabalhos dos Administradores Não-Executivos da Sociedade, dando cumprimento à recomendação II.1.10 das Recomendações CMVM 2013.

Tal Mecanismo explicita que os membros do Conselho de Administração que não integrem uma Comissão Executiva ou que não sejam Administradores-Delegados mantêm responsabilidade, nos termos fixados pelo Artigo 407.º, n.º 8 do Código das Sociedades Comerciais, pela vigilância sobre a actuação da Comissão Executiva ou dos Administradores-Delegados e, bem assim, pelos prejuízos causados por actos ou omissões destes, quando, tendo conhecimento de tais actos ou do propósito de os praticar, não provoquem a intervenção do Conselho de Administração para tomar as medidas adequadas.

A actividade de supervisão e fiscalização dos Administradores Não-Executivos é também exercida no seio das Comissões Especializadas, e grupos de trabalho da Sociedade em que aqueles participem e nos órgãos societários das sociedades subsidiárias de que façam parte.

Ainda nos termos de tal Mecanismo, os Administradores-Delegados ou o Presidente da Comissão Executiva, consoante aplicável, bem como os Administradores a quem tenha sido atribuído um encargo especial ao abrigo do Artigo 407.º, n.ºs 1 e 2 do Código das Sociedades Comerciais, deverão:

- a) sempre que tal se mostre necessário, prestar aos Administradores com funções não executivas informação relevante relativamente à execução dos poderes que lhes tenham sido delegados ou do encargo especial que lhes tenha sido atribuído;

- b) satisfazer, em prazo razoável, qualquer pedido de informação que lhes seja submetido por qualquer dos Administradores com funções não executivas, para efeitos do desempenho das respectivas funções, devendo a referida informação ser igualmente disponibilizada aos demais membros do Conselho de Administração.

Prevê-se no dito Mecanismo que os Administradores com funções não executivas possam realizar reuniões *ad hoc*, por iniciativa de quaisquer dois deles, cabendo a respectiva convocatória ao Secretário da Sociedade (que da mesma dará conhecimento ao Presidente do Conselho de Administração), nos termos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Com vista a permitir uma participação independente e informada dos Administradores com funções não executivas nas reuniões do Conselho de Administração ou nas reuniões das Comissões Especializadas, de grupos de trabalho ou de Órgãos Societários de sociedades de que façam parte, atrás referidos, prevê o Mecanismo competir ao Secretário da Sociedade disponibilizar-lhes a agenda definitiva dos trabalhos e a respectiva documentação preparatória nos termos e com observação dos prazos previstos no Regulamento do Conselho de Administração.

Compete ainda ao Secretário da Sociedade, de acordo com o Mecanismo implementado, diligenciar pela remessa aos Administradores que o solicitem de cópia das actas da Direcção Executiva, bem como de quaisquer actas dos Órgãos Sociais ou das Comissões Especializadas criadas pelo Conselho de Administração, e prestar-lhes, no âmbito das suas competências, quaisquer informações respeitantes a deliberações do Conselho de Administração e da Comissão Executiva ou a quaisquer decisões dos Administradores-Delegados.

Estrutura Organizativa e Repartição de Competências

Jerónimo Martins, SGPS, S.A. é a *Holding* do Grupo e, como tal, é responsável pelas grandes linhas orientadoras das várias áreas de negócio, bem como por assegurar a coerência entre os objectivos definidos e os recursos disponíveis. Os serviços da *Holding* integram um conjunto de Direcções Funcionais que constituem, simultaneamente, áreas de apoio ao Centro Corporativo e de prestação de serviços às Áreas Operacionais das sociedades do Grupo, nas diferentes geografias em que estas operam.

Em termos operacionais, Jerónimo Martins encontra-se organizada em três segmentos de negócio: i. Distribuição Alimentar, ii. Retalho Especializado e iii. Agro-Alimentar, estando o seu foco maior no primeiro. A Distribuição - Alimentar e Retalho Especializado - está, por sua vez, organizada por Áreas Geográficas e Áreas Operacionais (estas com diferentes insígnias). Já o segmento Agro-Alimentar serve, essencialmente, de suporte à Distribuição Alimentar, para já, apenas em Portugal, garantindo o abastecimento e diferenciação em categorias relevantes.

Direcções Funcionais da Holding

À *Holding* cabe: i. a definição e a implementação da estratégia de desenvolvimento do portefólio do Grupo; ii. o planeamento e controlo estratégico dos vários negócios e a manutenção da sua consistência com os objectivos globais; iii. a definição de políticas financeiras e o respectivo controlo; e iv. a definição de políticas de Recursos Humanos, assumindo directamente a implementação da Política de Desenvolvimento de Quadros (*Management Development Policy*).

As Direcções Funcionais da *Holding* estão organizadas da seguinte forma:



Ambiente e Segurança Alimentar – Responsável pela definição da estratégia, das políticas e dos procedimentos transversais a implementar em todas as geografias onde o Grupo Jerónimo Martins está presente nas áreas de sua responsabilidade.

Na vertente ambiental, Jerónimo Martins definiu como princípio estabelecer estratégias, processos, projectos, objectivos e metas, integrados na cadeia de valor de forma a minimizar os impactos, directos e indirectos, decorrentes das suas operações com especial incidência nas que se interligam com os consumos de energia e água, assegurar a adequada utilização de materiais, implementar a correcta gestão de resíduos e a protecção da biodiversidade. Os principais compromissos e as principais acções implementadas em 2016 bem como os resultados obtidos podem ser encontrados no Capítulo V do Relatório e Contas.

Em termos de Segurança Alimentar, actividade crucial em Jerónimo Martins, a Direcção continuou a reforçar a componente de informação aos clientes, contribuindo assim para que a qualidade e frescura dos produtos se mantenha até ao momento do consumo.

Uma forte aposta foi feita na área de formação em posto de trabalho e no acompanhamento da introdução de legislação relativa a informação e segurança alimentar do consumidor.

Assuntos Jurídicos – Assegura assistência jurídica permanente à Sociedade, elaborando contratos, pareceres e estudos, assessorando o Conselho de Administração na tomada de decisão, implementando políticas de planeamento de risco e dando apoio às restantes Direcções Funcionais. Assegura ainda a necessária coordenação entre os departamentos jurídicos das sociedades subsidiárias nas diversas jurisdições em que operam.

Em 2016, a Direcção em causa continuou a centrar a sua actividade no acompanhamento da evolução das regras e recomendações societárias, nas diversas operações de reorganização do Grupo e no apoio ao Conselho de Administração e às diversas Direcções Funcionais, entre outras matérias, no projecto de internacionalização do Grupo.

Desempenhou ainda um papel activo em matéria de prevenção de litígios, através do aconselhamento jurídico e da formação interna.

Auditoria Interna – Avalia a qualidade e eficácia dos sistemas (operacionais e não operacionais) de controlo interno e de gestão de risco estabelecidos pelo Conselho de Administração, assegurando a sua conformidade com os procedimentos do Grupo, bem como os de cada unidade de negócio, zelando pelo cumprimento da legislação e da regulamentação aplicáveis às respectivas operações.

Esta Direcção reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e funcionalmente à Comissão de Auditoria. As actividades desenvolvidas encontram-se referidas no ponto 50.

Comunicação e Responsabilidade Corporativas – É responsável pela gestão estratégica da marca Jerónimo Martins, pela dinamização de relações com os vários *stakeholders* externos não-financeiros e pela promoção e reforço da integração de preocupações ambientais, sociais e éticas na cadeia de valor, preservando e desenvolvendo o capital reputacional do Grupo. Funciona como agente de integração inter-departamental, promovendo o alinhamento das mensagens e práticas com os valores e objectivos do Grupo.

Em 2016, foi responsável pela liderança do projecto de concepção, desenvolvimento e implementação de uma nova Intranet corporativa com a marca OUR JM.

Também na área digital, concebeu, definiu, desenvolveu e implementou a estratégia e os conteúdos para o lançamento do canal corporativo de Jerónimo Martins no YouTube que se encontra acessível em

www.youtube.com/channel/UCvNmrfc3d5IBPVQs-6Ij2Rw.

Enquanto gestora da página corporativa no LinkedIn, em parceria com os Recursos Humanos, esta Direcção dinamizou este canal. Encontra-se acessível em

www.linkedin.com/company/jeronimo-martins.

Organizou ainda a 5.ª edição da Conferência de Sustentabilidade dirigida à sua gestão de topo e a fornecedores estratégicos, que contou com a participação de Organizações Governamentais e Não-Governamentais e de outros agentes do sector da Distribuição Alimentar.

Finalmente, lançou a revista corporativa externa *multi-stakeholder* do Grupo – “Feed” – com o objectivo de partilhar novas perspectivas sobre os grandes temas que influenciam as sociedades onde Jerónimo Martins desenvolve os seus negócios. A

“Feed” é uma publicação semestral de tiragem limitada e tem uma versão *online* acessível em <http://feed.jeronimomartins.com>.

Controlo Financeiro – É responsável pela prestação de informação financeira de suporte à tomada de decisão pelos Órgãos de Governo da Sociedade. Agrega as áreas de Consolidação e Contabilidade, Planeamento e Controlo Financeiro.

A área da Consolidação e Contabilidade prepara a informação financeira consolidada que serve de base ao cumprimento das obrigações legais e estatutárias, e apoia o Conselho de Administração, através da implementação e monitorização das políticas e dos princípios contabilísticos adoptados pelo Grupo.

Procede ainda à supervisão da conformidade do reporte financeiro das diversas sociedades do Grupo com estes normativos, apoiando as Companhias na avaliação contabilística de transacções não usuais, assim como nas operações de reestruturação e expansão.

A área de Planeamento e Controlo coordena e suporta o processo de criação dos Planos Estratégicos de Jerónimo Martins que servem de base à tomada de decisão estratégica pelos Órgãos de Governo da Sociedade.

Desenvolve uma função de controlo, monitorizando o desempenho das diferentes unidades de negócio do Grupo e apurando eventuais desvios face aos planos. Deste modo, disponibiliza à Direcção Executiva de Jerónimo Martins informações e propostas para assegurar medidas correctivas que permitam alcançar os objectivos estratégicos definidos.

Elabora ainda avaliação financeira de todos os projectos de investimento relevantes para o Grupo, suportando a Direcção Executiva na sua aprovação e acompanhamento posterior.

Em 2016, centrou a sua actividade em diversos projectos de reorganização societária, operações de M&A e Desinvestimentos. Proceceu ainda ao acompanhamento e monitorização da *performance* das unidades de negócio, com foco particular nos novos negócios, bem como no apoio ao desenvolvimento de planos estratégicos de médio e longo prazo do Grupo.

Estratégia e Expansão Internacional – Responsável pela prospecção e avaliação de oportunidades de desenvolvimento do portefólio de negócios do Grupo Jerónimo Martins e pela condução de projectos de natureza estratégica.

No âmbito do desenvolvimento do portefólio de negócios, tem como responsabilidade a pesquisa, análise e avaliação de oportunidades de expansão e valorização do Grupo, através de novos mercados e negócios que potenciem o desenvolvimento de unidades de negócio com materialidade para integrarem o portefólio Jerónimo Martins.

No âmbito de projectos de natureza estratégica, tem como responsabilidade a condução ou suporte de projectos estratégicos, quer numa vertente de projectos corporativos de carácter transversal, quer numa vertente de projectos desenvolvidos no perímetro de Companhias do Grupo.

Durante 2016, liderou e apoiou diversos projectos estratégicos em todas as geografias do Grupo e continuou a desenvolver a actividade de prospecção de novos mercados e negócios.

Fiscalidade – Presta assessoria em matéria tributária a todas as Sociedades do Grupo, assegurando o cumprimento da legislação em vigor e a optimização, do ponto de vista fiscal, das acções de gestão das unidades de negócio. Procede, igualmente, à gestão do contencioso fiscal e do relacionamento do Grupo com consultores e advogados externos, bem como com as Autoridades Fiscais.

Em 2016, prestou suporte técnico necessário em todas as operações de reestruturação societária, M&A e Desinvestimentos. Acompanhou a implementação no Grupo da legislação europeia relativa ao *Base Erosion and Profit Shifting* (BEPS). Através das associações representativas do sector assegurou a defesa dos interesses do Grupo, quer pela colaboração prestada na clarificação e implementação de nova legislação, quer no debate público de novas normas legislativas.

Gestão de Risco – Responsável pela implementação das políticas e procedimentos de gestão de risco do Grupo, bem como pela prestação do necessário suporte aos Órgãos de Governo da Sociedade na identificação dos riscos que possam comprometer a estratégia definida pelo Grupo, assim como os seus objectivos de negócio.

As actividades desenvolvidas na área de Gestão de Risco encontram-se detalhadas nos números 52 a 55 deste Relatório.

Marketing & Consumer Office - Departamento responsável pela visão estratégica da área de Marketing assente numa perspectiva *consumer centric*, com especial foco na área Digital.

É prioridade desta área desenvolver o conhecimento aprofundado dos clientes, de forma a melhorar a experiência que os mesmos têm com cada uma das insígnias do Grupo, recorrendo, para tal, a metodologias e ferramentas na área de *Data e Insights* de Consumidor que permitam estabelecer uma interacção relevante e uma melhor experiência em pontos de contacto.

Em 2016, esta Direcção desenvolveu uma visão estratégica para a área Digital no Grupo, priorizando actividades-chave. Apoiou adicionalmente as Companhias em actividades de Marketing, Comunicação e Digital.

Operações Financeiras – Integra as áreas de Gestão de Risco Financeiro e Gestão de Tesouraria, sendo actividade da primeira objecto de uma descrição detalhada nos pontos 52 a 55.

A Gestão de Tesouraria tem como responsabilidade gerir a relação com as instituições financeiras que se relacionam ou pretendem vir a relacionar, em termos financeiros, com Jerónimo Martins, garantindo que cumprem os critérios estabelecidos para tal, e garantindo igualmente a negociação das melhores condições possíveis para o Grupo. Efectua ainda o planeamento de tesouraria com o objectivo de negociar e implementar, para todas as Companhias do Grupo, as fontes de financiamento mais adequadas à respectiva geração de *cash flow*, ou aplicar os excedentes de modo a maximizar o retorno minimizando o risco.

Grande parte das actividades de tesouraria de Jerónimo Martins está centralizada na *Holding*, sendo esta a estrutura que presta serviços às restantes sociedades do Grupo. Dando cumprimento às actividades atrás descritas, e durante o ano 2016, foi emitida nova dívida, para financiamento dos investimentos na Colômbia.

Qualidade e Desenvolvimento Marca Própria – Responsável pela definição, planeamento, implementação e controlo das políticas, procedimentos, metodologias e

regras nas diversas geografias onde Jerónimo Martins opera, garantindo desta forma a aplicação e transversalidade das melhores práticas nesta área.

Em 2016, as principais actividades desenvolvidas centraram-se:

- i. na concretização das actividades de controlo dos produtos e fornecedores;
- ii. na melhoria contínua dos produtos das Marcas Próprias através da reformulação de produtos existentes;
- iii. no incremento de controlos anti-fraude;
- iv. na manutenção das certificações em Qualidade e Segurança Alimentar;
- v. no início do *roll-out* da ferramenta informática QMS (*Quality Management System*) para todas as geografias;
- vi. na conclusão dos *Guidelines* Corporativos para Produtos Marca Própria – Não Alimentar.

Recursos Humanos – Alicerçada na cultura e valores de Jerónimo Martins, esta área de abrangência corporativa tem por missão definir e implementar a estratégia e as políticas globais de Recursos Humanos ao nível dos seus principais pilares – Recrutamento, Formação, Desenvolvimento, Compensação e Benefícios – zelando pelo respectivo cumprimento, salvaguardando as particularidades das diferentes geografias onde o Grupo opera e as singularidades das suas Companhias.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional, em 2016, encontram-se detalhadas no Capítulo V, ponto 8 – Ser um Empregador de Referência – do Relatório e Contas.

Relações com Investidores – Responsável pela comunicação com os investidores – accionistas ou não, institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título Jerónimo Martins. É igualmente da responsabilidade desta Direcção a coordenação de todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

As actividades desenvolvidas por esta Direcção Funcional encontram-se detalhadas nos pontos 56 e 58.

Segurança – Define e controla os procedimentos em termos de prevenção da segurança de pessoas e património do Grupo e intervém sempre que estão em causa furtos e roubos, assim como fraudes e outras actividades ilícitas e/ou violentas perpetradas nas instalações ou contra trabalhadores do Grupo.

Segurança da Informação – Responsável pelo planeamento, implementação e manutenção de um sistema de gestão de segurança da informação e de cibersegurança para garantir a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação em todas as Companhias do Grupo, bem como apoiar a recuperação dos sistemas em caso de interrupção das operações. Esta Direcção reporta ao Presidente do Conselho de Administração.

Reportam a esta Direcção Corporativa os *Information Security Officers* (ISO) de cada país, que asseguram a conformidade com as Políticas e Normas de Segurança da Informação em vigor e prestam apoio às respectivas áreas de negócio e de suporte.

Em 2016, destacam-se várias iniciativas de avaliação e mitigação de riscos em aplicações, websites e em programas de fidelização. Foi lançado um programa de

sensibilização para a segurança da informação e a Política de *Passwords* do Grupo foi revista, de forma a incrementar a segurança nos sistemas tecnológicos.

Sistemas de Informação – A missão da Direcção de Sistemas de Informação consiste em apoiar o crescimento do negócio de forma sustentável, conduzindo à mudança através da introdução de inovação em tecnologias de informação relevantes em todas as Companhias do Grupo.

Esta Direcção é responsável por definir e implementar a Estratégia Global de Sistemas de Informação do Grupo, por promover a inovação com recurso à tecnologia e por harmonizar sistemas, políticas e processos de gestão de IT.

As principais prioridades de 2016 foram no sentido de:

- 1) crescimento eficiente: apoiar a expansão orgânica e geográfica do Grupo através da implementação de um sistema que potencie a sua escala, com redução de custos unitários;
- 2) digital: criação de novas capacidades para redução do uso de papel, vendas *online* no negócio grossista, e nova plataforma de comunicação para o Grupo;
- 3) relevância para o consumidor: colocação de foco na melhoria do sortido e de uma mais simples experiência do consumidor.

Adicionalmente, foram realizados importantes progressos no sentido da implementação de processos internos mais consolidados, nomeadamente, Arquitectura Corporativa, Gestão de Portefólio e Gestão de Projecto.

Áreas Operacionais

O modelo de organização de Jerónimo Martins tem como principal objectivo assegurar a especialização nos vários negócios do Grupo, através da criação de áreas geográficas e áreas operacionais que garantam a proximidade necessária aos diversos mercados.

O negócio de Distribuição Alimentar está dividido por áreas geográficas – Portugal, Polónia e Colômbia – e, dentro destas, por áreas operacionais. Em Portugal, existem duas áreas operacionais: Pingo Doce (Supermercados e Hipermercados) e Recheio (*Cash & Carry*) que integra também a divisão de *Food Service* através da Caterplus. Na Polónia conta com a unidade operacional Biedronka (lojas alimentares) e na Colômbia com a Ara (lojas alimentares).

No portefólio do Grupo encontra-se ainda um segmento de negócio dedicado ao Retalho Especializado, contando em Portugal com as áreas operacionais Jeronymo (cafetarias) e Hussel (lojas de chocolates e confeitaria) e na Polónia com a área operacional Hebe (*drugstores*) que inclui a Apteka Na Zdrowie (farmácias).

Nos dois últimos anos, o Grupo concretizou os primeiros investimentos na área Agro-Alimentar, iniciando actividade nas áreas dos lacticínios, carne bovina e aquacultura, com o principal foco na protecção e diferenciação da cadeia de abastecimento das operações de Distribuição Alimentar.

B. Funcionamento

22. Existência e Local Onde Pode ser Consultado o Regulamento de Funcionamento do Conselho de Administração

O Regulamento do Conselho de Administração encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

23. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade de Cada Membro do Conselho de Administração às Reuniões Realizadas

O Conselho de Administração, cujas competências se encontram descritas no Artigo Décimo Terceiro do Pacto Social, reúne, pelo menos, quatro vezes por ano, com qualquer um dos seus Administradores a poder fazer-se representar nas reuniões do Conselho por outro Administrador, mediante carta dirigida ao Presidente.

Durante o ano 2016, o Conselho de Administração reuniu sete vezes e em todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas.

Os Administradores que não compareceram pessoalmente nas reuniões do Conselho de Administração fizeram-se, em regra, representar nos termos estatutários, tendo o grau de assiduidade de cada Administrador às referidas reuniões, durante o exercício das respectivas funções, sido o seguinte:

Pedro Soares dos Santos	100%
Alan Johnson ¹	100%
Andrzej Szlezak	100%
António Viana-Baptista	100%
Francisco Seixas da Costa	100%
Hans Eggerstedt	100%
Nicolaas Pronk ^{1 2}	0%
Sérgio Rebelo	100%
Henrique Soares dos Santos ³	86%
Clara Streit	100%
Artur Stefan Kirsten ³	86%

¹ Apenas se tiveram em conta as reuniões do Conselho de Administração realizadas até 14 de Abril de 2016, data em que cessou funções como Administrador.

² Sempre que não compareceu pessoalmente fez-se representar nos termos estatutários.

³ A ausência a reunião do Conselho de Administração teve por fundamento declaração de conflito de interesses por si apresentada, nos termos do n.º 6 do Art. 410.º do Código das Sociedades Comerciais.

24. Indicação dos Órgãos da Sociedade Competentes Para Realizar a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

A avaliação do desempenho dos Administradores Executivos encontra-se cometida à Comissão de Vencimentos, nomeada pela Assembleia Geral (ver infra pontos 66 e seguintes).

Efectivamente, cabe à Comissão de Vencimentos, no âmbito da Política de Remunerações definida, apreciar o desempenho individual e colectivo dos Administradores Executivos, ponderar a sua influência e impacto nos negócios de Jerónimo Martins e aferir o respectivo alinhamento com os interesses de médio e longo prazo da Sociedade.

Conforme referido infra (ver ponto 27), não existem actualmente na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores. Não obstante, o desempenho dos Administradores Executivos que integram comissões de composição mista (i.e., composta também por não Administradores) é avaliado, nos mesmos termos já referidos, pela Comissão de Vencimentos.

25. Critérios Pré-Determinados Para a Avaliação de Desempenho dos Administradores Executivos

Os critérios pré-determinados para a avaliação dos Administradores Executivos resultam do estabelecido na Política de Remunerações descrita infra no ponto 69.

26. Disponibilidade de Cada um dos Membros do Conselho de Administração, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

No decurso do exercício, os membros do Órgão de Administração desempenharam também funções em outras sociedades, a saber:

Pedro Soares dos Santos

Administrador da Jerónimo Martins Serviços, S.A.*
Administrador da Jeronimo Martins Polska, S.A.*
Administrador da Jeronimo Martins Drogerie i Farmacja Sp. z o.o.*
Administrador da Jeronimo Martins Colômbia, SAS*
Administrador da Recheio, SGPS, S.A.*
Administrador da Funchalgest – Sociedade Gestora de Participações Sociais, S.A.*
Administrador da JMR – Gestão de Empresas de Retalho, SGPS, S.A.*
Administrador da Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.*
Administrador da Arica Holding B.V.
Presidente do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Presidente do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Andrzej Szlezak

Presidente do Conselho de Supervisão da Agora, S.A.
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*

António Viana-Baptista

Administrador da Semapa, SGPS, S.A.
Administrador da Arica Holding B.V.

Artur Stefan Kirsten

Membro da Comissão Executiva e Administrador Financeiro da Vonovia SE
Presidente do Conselho de Supervisão da Vonovia Finance B.V.
Membro do Conselho de Supervisão da AVW Versicherungsmakler GmbH
Administrador da Sociedade Francisco Manuel dos Santos, B.V.

Clara Christina Streit

Administrador (Não Executivo) da Vontobel Holding AG, Vontobel Bank AG (Zurique)
Membro do Conselho de Supervisão da Delta Lloyd N.V.
Membro do Conselho de Supervisão da Vonovia SE
Administrador (Não Executivo) da Unicredit SpA

Francisco Seixas da Costa

Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Economia da Universidade de Coimbra
Membro do Conselho Consultivo da Faculdade de Ciências Sociais e Humanas da Universidade Nova de Lisboa
Presidente do Conselho Consultivo da Fundação Calouste Gulbenkian
Membro do Conselho Estratégico da Mota-Engil, S.A.
Administrador (Não Executivo) da EDP Renováveis, S.A.
Membro da Comissão de Nomeações e Retribuições da EDP Renováveis, S.A.
Administrador (Não Executivo) da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.
Membro da Comissão de Auditoria da Mota-Engil Engenharia e Construções África, S.A.

Hans Eggerstedt

Administrador da Arica Holding B.V.
Membro do Conselho Consultivo do Amsterdam Institute of Finance (Holanda)

Henrique Soares dos Santos

Administrador da Nesfia – Sociedade Imobiliária, S.A.
Administrador da Jerónimo Martins - Serviços, S.A.*
Administrador da Arica Holding B.V.
Administrador da Sindcom – Investimentos, Participações e Gestão, S.A.
Administrador da Waterventures – Consultoria, Projectos e Investimentos, S.A.

Sérgio Tavares Rebelo

Membro do Conselho Consultivo do *Global Markets Institute* da Goldman Sachs
Administrador (Não Executivo) da Integrated DNA Technologies, Inc.
Membro do Conselho de Supervisão da Warta – Retail & Services Investments B.V.*
Membro do Conselho de Supervisão da New World Investments B.V.*

Alan Johnson (até 14 de Abril de 2016)

Não exerce qualquer cargo noutras sociedades

Nicolaas Pronk (até 14 de Abril de 2016)

Administrador da Antillian Holding Company N.V.
Administrador da Aquamondo Insurance N.V.
Administrador da Asteck S.A.
Administrador da Celloteck Finance Luxembourg S.à.r.l.
Administrador da Celloteck Holding (Luxembourg) S.A.
Administrador da Epcote S.A.
Administrador da Heavy Transport Group, Inc.
Administrador da Heavy Transport Holding Denmark ApS
Administrador da Heerema Engineering & Project Services, Inc.
Administrador da Heerema Engineering and Project Services (Luxembourg) S.à.r.l.
Administrador da Heerema Engineering Holding (Luxembourg) S.A.
Administrador da Heerema Fabrication Finance (Luxembourg) S.A.
Administrador da Heerema Fabrication Holding S.E.
Administrador da Heerema Group Services S.A.
Administrador da Heerema Holding Services (Antilles) N.V.
Administrador da Heerema International Group Services Holding S.A.
Administrador da Heerema International Group Services S.A.
Administrador da Heerema Marine Contractors Finance (Luxembourg) S.A.
Administrador da Heerema Marine Contractors Holding, S.E.
Administrador da Heerema Transport Finance (Luxembourg) S.à.r.l.
Administrador da Heerema Transport Finance II (Luxembourg) S.A.

As funções exercidas noutras sociedades não afectaram a disponibilidade dos Administradores para acompanhar os assuntos da Sociedade, como aliás decorre do grau de assiduidade constante do ponto 23.

C. Comissões no Seio do Conselho de Administração e Administrador-Delegado**27. Identificação das Comissões Criadas no Seio do Conselho de Administração, e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento de Funcionamento**

Não existem, actualmente, na Sociedade comissões compostas exclusivamente por Administradores, sem prejuízo da Comissão de Auditoria referida nos pontos 30 a 33, cujo regulamento se encontra disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 ("Endereços Relevantes").

Foram, contudo, criadas comissões na Sociedade, integradas por membros do Conselho de Administração e também por outras pessoas que não são Administradores, analisadas no ponto 29.

28. Identificação de Administrador-Delegado

O Conselho de Administração designou um Administrador-Delegado, responsável pela execução das decisões estratégicas tomadas pelo Conselho, de acordo com a respectiva delegação de competências, e uma Direcção Executiva, responsável por coadjuvar o Administrador-Delegado nas funções que lhe foram delegadas pelo Conselho de Administração.

O cargo de Administrador-Delegado é desempenhado por Pedro Soares dos Santos.

29. Indicação das Competências de Cada Uma das Comissões Criadas e Síntese das Actividades Desenvolvidas no Exercício Dessas Competências

Direcção Executiva

A Direcção Executiva da Sociedade, cujo mandato coincide com o mandato do Conselho de Administração que a designar, é constituída pelo Administrador-Delegado, Pedro Soares dos Santos, que a preside, por Javier van Engelen (*Chief Financial Officer* do Grupo), Marta Lopes Maia, Nuno Abrantes, Sara Miranda e Carlos Martins Ferreira. De acordo com o respectivo regulamento, à Direcção Executiva cabe aconselhar o Administrador-Delegado, no âmbito da respectiva delegação de poderes, no exercício das seguintes funções:

- controlo da implementação, pelas Sociedades do Grupo, da orientação estratégica e das políticas definidas pelo Conselho de Administração;
- controlo financeiro e contabilístico do Grupo e das Sociedades que o integram;
- coordenação superior das actividades operacionais a cargo das diversas sociedades do Grupo, integradas ou não em áreas de negócio;
- lançamento de novos negócios e acompanhamento dos mesmos até à sua implementação e integração nas respectivas áreas de negócio;
- implementação da política de gestão de Recursos Humanos definida para os quadros superiores de todo o Grupo.

Em 2016, a Direcção Executiva reuniu para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido elaboradas actas das respectivas reuniões, as quais foram entregues ao Presidente do Conselho de Administração e ao Secretário da Sociedade.

Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa (CGSRC)

A CGSRC é constituída por um mínimo de três e um máximo de nove membros, não obrigatoriamente Administradores, designados pelo Conselho de Administração, sendo um deles o Presidente.

O Conselho de Administração designou para Presidente da CGSRC o actual Presidente do Conselho de Administração, Pedro Soares dos Santos, integrando de igual forma esta Comissão Andrzej Szlezak, Francisco Sá Carneiro, Francisco Seixas da Costa, Henrique Soares dos Santos, José Joaquim Gomes Canotilho, José Soares dos Santos, Ludo van der Heyden e Sara Miranda.

No desempenho da sua missão, a CGSRC colabora com o Conselho de Administração, avaliando e submetendo-lhe as propostas de orientação estratégica no domínio da Responsabilidade Corporativa, assim como acompanhando e supervisionando de modo permanente as matérias relativas: i. ao governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética; ii. à sustentabilidade dos negócios do Grupo; iii. aos códigos internos de ética e de conduta; e iv. aos sistemas de avaliação e resolução de conflitos de interesses, nomeadamente no que respeita a relações entre a Sociedade e os seus accionistas ou outros *stakeholders*.

Em particular, no que tange ao governo societário, cabe-lhe acompanhar, rever e avaliar a adequação do modelo de governo da Sociedade e a sua consistência com as recomendações, padrões e melhores práticas nacionais e internacionais de governo societário, dirigindo ao Conselho de Administração as recomendações e propondo as alterações tidas por adequadas.

Comissão de Ética

A Comissão de Ética de Jerónimo Martins é composta por três a cinco membros nomeados pelo Conselho de Administração, sob proposta da Comissão de Governo da Sociedade e Responsabilidade Corporativa. Actualmente, é constituída por Susana Correia de Campos, Agata Wojcik-Ryszawa, Patrícia Farinha e Adriana Olarte. A Comissão de Ética tem como missão acompanhar, com isenção e independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo em todas as sociedades que o integram.

No desempenho das suas atribuições, compete à Comissão de Ética: i. estabelecer os canais de comunicação com os destinatários do Código de Conduta de Jerónimo Martins e recolher as informações que lhe sejam dirigidas a este propósito; ii. zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno do cumprimento deste Código, ao proceder, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes destas acções de controlo; iii. apreciar as questões que, igualmente no âmbito do cumprimento deste Código de Conduta, lhe sejam submetidas pelo Conselho de Administração, pela Comissão de Auditoria e pela CGSRC, e, ainda, analisar, em abstracto, aquelas que sejam levantadas por qualquer colaborador, cliente ou parceiro de negócio; iv. submeter à CGSRC a adopção de quaisquer medidas que considere convenientes, onde se incluem a revisão de procedimentos internos e propostas de alteração do próprio Código de Conduta; e, por fim; v. elaborar um relatório anual, a apresentar à CGSRC, sobre as actividades desenvolvidas.

A Comissão de Ética reporta funcionalmente à CGSRC, que tem atribuições em matéria de governo societário, responsabilidade social, ambiente e ética, incluindo as relativas aos códigos internos de ética e de conduta, tendo reunido em 2016 para cumprimento das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas as respectivas actas.

Comissão de Controlo Interno

A Comissão de Controlo Interno (CCI), nomeada pelo Conselho de Administração e reportando à Comissão de Auditoria, tem como competências específicas a avaliação da qualidade e fiabilidade do sistema de controlo interno e do processo de preparação das demonstrações financeiras, assim como a avaliação da qualidade do processo de monitorização em vigor nas sociedades do Grupo, com vista a assegurar o cumprimento das leis e regulamentos a que estas estão sujeitas. No desempenho desta última atribuição, compete à CCI obter informações regulares sobre as contingências, de natureza legal ou fiscal, que afectam as Companhias do Grupo.

A CCI reúne mensalmente, em regra, para exercício das atribuições que se lhe encontram cometidas, tendo sido lavradas actas de tais reuniões. É composta por um Presidente (Alan Johnson) e quatro Vogais (David Duarte, Francisco Martins, Madalena Mena e Henrique Soares dos Santos). Nenhum dos elementos é Administrador Executivo da Sociedade.

Em 2016, a CCI prosseguiu as suas actividades de supervisão e avaliação dos riscos e processos críticos, tendo apreciado os relatórios preparados pelo Departamento de Auditoria Interna. Uma vez que nestas reuniões é convidado a participar um representante da equipa de Auditoria Externa, são também dadas a conhecer a esta Comissão as conclusões dos trabalhos de auditoria externa que têm lugar ao longo do ano.

Subsecção III

Fiscalização

(Comissão de Auditoria)

A. Composição

30. Identificação do Órgão de Fiscalização (Comissão de Auditoria) Correspondente ao Modelo Adoptado

O órgão de fiscalização da Sociedade consiste na Comissão de Auditoria, em consequência do modelo de governo anglo-saxónico adoptado.

Para além das competências que lhe são atribuídas por lei, compete à Comissão de Auditoria, no desempenho das suas atribuições:

- fiscalizar o processo de preparação e de divulgação de informação financeira;
- fiscalizar a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos, podendo, para este efeito, recorrer à colaboração da CCI, que lhe reportará regularmente os resultados do seu trabalho, evidenciando as situações que deverão ser analisadas pela Comissão de Auditoria;
- avaliar regularmente a auditoria externa;
- aprovar os planos de actividade no âmbito da gestão de risco e acompanhar a sua execução, procedendo, designadamente, à avaliação das recomendações resultantes das acções de auditoria e das revisões de procedimentos efectuadas;
- zelar pela existência de um sistema adequado de controlo interno de gestão de risco nas sociedades de que Jerónimo Martins seja titular de acções, quotas ou partes sociais, controlando o efectivo cumprimento dos seus objectivos;
- aprovar os programas de actividades de auditoria interna, cujo respectivo Departamento lhe reportará funcionalmente, e externa;
- seleccionar, sob proposta da Direcção Executiva, o prestador de serviços de auditoria externa;
- fiscalizar a revisão legal de contas;
- apreciar e fiscalizar a independência do Revisor Oficial de Contas, nomeadamente quando este preste serviços adicionais à Sociedade;
- emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

Para o cabal desempenho das suas funções, a Comissão de Auditoria solicita e aprecia toda a informação de gestão que considere necessária, bem como tem acesso irrestrito à documentação produzida pelos auditores da Sociedade, podendo-lhes solicitar qualquer informação que entenda necessária e sendo a primeira destinatária dos relatórios finais elaborados pelos auditores externos.

Durante o ano que passou, a Comissão de Auditoria prestou particular atenção à gestão do risco financeiro e à análise dos relatórios e controlo das medidas de correcção propostas pela Auditoria Interna.

31. Composição da Comissão de Auditoria, Com Indicação do Número Estatutário Mínimo e Máximo de Membros, Duração Estatutária do Mandato, Número de Membros Efectivos, Data da Primeira Designação, e Data do Termo de Mandato de Cada Membro

Nos termos dos Estatutos, a Comissão de Auditoria é composta por três membros do Conselho de Administração, eleitos pela Assembleia Geral para mandatos de três anos.

No que respeita a alterações da composição da Comissão de Auditoria em 2016, há que assinalar que, na Assembleia Geral realizada em 14 de Abril de 2016, foi deliberado proceder à eleição do novo elenco de membros deste órgão para o triénio 2016-2018.

Assim, os titulares eleitos para o triénio 2013-2015 mantiveram-se em funções, por força da lei, até 14 de Abril de 2016.

A composição da Comissão de Auditoria ao longo do período em análise, foi a seguinte:

Sérgio Tavares Rebelo

- Presidente da Comissão de Auditoria
- Primeira designação em 10 de Abril de 2013
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Clara Streit

- Primeira designação em 14 de Abril de 2016
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

Hans Eggerstedt

- Primeira designação em 30 de Março de 2007
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2018

António Viana-Baptista

- Primeira designação em 9 de Abril de 2010
- Termo do mandato em 31 de Dezembro de 2015. Manteve-se em funções até 14 de Abril de 2016

32. Identificação dos Membros da Comissão de Auditoria Que se Considerem Independentes, nos Termos do Art. 414.º, n.º 5 CSC

Todos os membros da Comissão de Auditoria cumprem o regime das incompatibilidades previsto no n.º 1 do Artigo 414.º-A do Código das Sociedades Comerciais, com excepção da alínea b). Sérgio Tavares Rebelo e Clara Streit cumprem ainda os critérios legais de independência estabelecidos no Artigo 414.º, n.º 5 do mesmo Código, remetendo-se para o referido no n.º 18 quanto ao vogal Hans Eggerstedt.

33. Qualificações Profissionais de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria e Outros Elementos Curriculares Relevantes

As qualificações profissionais dos membros da Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 19 (“Qualificações Profissionais dos Membros do Conselho de Administração”).

Refira-se apenas em termos adicionais que a larga experiência dos elementos que integram a Comissão em cargos estatutários, bem como a sua competência técnica nesta matéria, têm constituído uma especial mais-valia para a Sociedade.

O Presidente da Comissão de Auditoria, Sérgio Tavares Rebelo, é reconhecido internacionalmente como um dos melhores economistas da actualidade, distinguindo-se enquanto professor de Finanças Internacionais na Kellogg School of Management. Tendo sido consultor de inúmeras instituições financeiras, que incluem, entre outros, o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional e o Banco de Portugal, ocupou também vários cargos em organizações sem fins lucrativos. A sua ímpar formação académica e os seus conhecimentos em matérias de gestão de risco, nomeadamente, financeiro, para além da sua assertividade e discernimento no levantamento de questões sobre os negócios e os países onde operam, garantem uma especial competência para assegurar a presidência do órgão de fiscalização da Sociedade.

B. Funcionamento

34. Existência e Local Onde Pode Ser Consultado o Regulamento da Comissão de Auditoria

O Regulamento da Comissão de Auditoria encontra-se disponível no sítio da Sociedade na Internet, no *link* mencionado no ponto 61 (“Endereços Relevantes”).

35. Número de Reuniões Realizadas e Grau de Assiduidade às Reuniões Realizadas de Cada Membro da Comissão de Auditoria

A Comissão de Auditoria reúne, pelo menos, uma vez a cada três meses e tem como competências a fiscalização da administração da Sociedade, exercendo as competências que lhe são atribuídas por lei e pelo Artigo Vigésimo dos Estatutos.

Durante o ano 2016, a Comissão de Auditoria reuniu sete vezes e de todas as reuniões foram elaboradas as respectivas actas.

O grau de assiduidade de cada membro da Comissão de Auditoria às reuniões, aferido em termos da sua presença física, durante o exercício das respectivas funções, foi o seguinte:

Hans Eggerstedt	100%
António Viana-Baptista ¹	100%
Sérgio Rebelo	100%
Clara Streit ²	100%

¹ Apenas foram tidas em consideração as reuniões realizadas até 14 de Abril de 2016.

² Apenas foram tidas em consideração as reuniões realizadas a partir de 14 de Abril de 2016.

36. Disponibilidade de Cada Um dos Membros da Comissão de Auditoria, Com Indicação dos Cargos Exercidos em Simultâneo em Outras Empresas, Dentro e Fora do Grupo, e Outras Actividades Relevantes Exercidas Pelos Membros Daquele Órgão no Decurso do Exercício

Os membros da Comissão de Auditoria mostraram-se sempre disponíveis para o exercício das suas funções ao longo de 2016, participando na vida societária sempre que tal se revelou necessário ou em que consideraram adequada a sua intervenção.

As funções que os membros da Comissão de Auditoria exercem em outras sociedades encontram-se descritas no ponto 26 ("Funções que os Membros do Conselho de Administração Exercem em Outras Sociedades").

C. Competências e Funções

37. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis À Intervenção do Órgão de Fiscalização Para Efeitos de Contratação de Serviços Adicionais ao Auditor Externo

De acordo com o disposto na Lei n.º 148/2015 de 9 de Setembro, a prestação de outros serviços, para além dos serviços de auditoria, fica sujeita à verificação de adequação (sob o ponto de vista das ameaças à independência e das medidas de salvaguarda eventualmente necessárias) e aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

38. Outras Funções dos Órgãos de Fiscalização

As competências atribuídas à Comissão de Auditoria encontram-se descritas no ponto 30.

Subsecção IV

Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do Revisor Oficial de Contas e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa

O Revisor Oficial de Contas da Sociedade é a PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., ROC n.º 183, registado na CMVM com o n.º 20161485, representada por João Rui Fernandes Ramos, ROC n.º 1333 ou por António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076.

40. Indicação do Número de Anos Em Que o Revisor Oficial de Contas Exerce Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

O Revisor Oficial de Contas exerce funções junto da Sociedade há 28 anos.

O Revisor Oficial de Contas foi designado pela primeira vez durante o exercício de 2005, no entanto, para cômputo do citado número de anos teve-se em conta o período de tempo que outras sociedades de revisores oficiais de contas, correspondentes da PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., desempenharam essas funções em Jerónimo Martins.

41. Descrição de Outros Serviços Prestados Pelo Revisor Oficial de Contas à Sociedade

O Revisor Oficial de Contas exerce também as funções de Auditor Externo da Sociedade, conforme referido no ponto 42, sendo feita referência no ponto 46 a outros trabalhos efectuados pelo Revisor Oficial de Contas para a Sociedade.

Subsecção V Auditor Externo

42. Identificação do Auditor Externo Designado Para os Efeitos do Art. 8.º CVM e do Sócio Revisor Oficial de Contas Que o Representa no Cumprimento Dessas Funções, Bem Como o Respectivo Número de Registo na CMVM

O Auditor Externo da Sociedade é a PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., ROC n.º 183, registado na CMVM com o n.º 20161485, representada por João Rui Fernandes Ramos, ROC n.º 1333 ou por António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076.

No âmbito das suas funções, durante o ano 2016, o Auditor Externo acompanhou a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno, participando nas reuniões da Comissão de Controlo Interno, reportando quaisquer deficiências detectadas no exercício da sua actividade, bem como apresentando as recomendações necessárias relativamente aos processos e mecanismos analisados.

O Auditor Externo pôde verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, através da análise das actas das reuniões da Comissão de Vencimentos, da política de remuneração em vigor e da demais informação contabilístico-financeira necessária para o efeito.

43. Indicação do Número de Anos em que o Auditor Externo e o Respectivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções Exercem Funções Consecutivamente Junto da Sociedade e/ou Grupo

A PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. exerce funções de Auditor Externo junto da Sociedade há 28 anos, sendo que, para cômputo do citado número de anos, teve-se em conta o período de tempo que outras sociedades de revisores oficiais de contas, correspondentes da PricewaterhouseCoopers & Associados, Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda., desempenharam essas funções em Jerónimo Martins.

O sócio que representa o Auditor Externo exerce tais funções junto da Sociedade desde 14 de Abril de 2016.

44. Política e Periodicidade da Rotação do Auditor Externo e do Respectivo Sócio Revisor Oficial de Contas que o Representa no Cumprimento Dessas Funções

No que respeita à rotação do Auditor Externo, a Sociedade não tinha estabelecida, até à data de entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de

Contas, aprovado pela Lei n.º 140/2015, de 7 de Setembro, uma política de rotação do auditor com base num número pré-determinado de anos, tendo em conta as desvantagens que têm sido identificadas para o exercício da função de auditoria ao aproximar-se o final do período pré-determinado de desempenho das respectivas funções.

Porém, e em alternativa, tendo em conta que a Comissão de Auditoria é o órgão competente para aferir as condições que permitem a manutenção do Auditor Externo ou que, ao invés, determinam a necessidade da sua rotação ou substituição, este órgão anualmente procedia à avaliação da *performance* do Auditor Externo, verificando, designadamente, se existiam condições de independência que permitissem a sua manutenção no cargo e procedia à análise custo/benefício da rotação do Auditor Externo, aconselhando ou não a respectiva manutenção.

A entrada em vigor do novo Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, em 1 de Janeiro de 2016, veio consagrar um novo regime aplicável à rotação dos revisores oficiais de contas nas entidades de interesse público, tendo a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM) manifestado o entendimento de que, à luz da referida Lei n.º 140/2015, o actual Revisor Oficial de Contas (ROC) da Sociedade havia já atingido o limite máximo para o exercício de funções na Sociedade.

Em consequência de o direito interno não prever um período de transição com duração suficiente para permitir a necessária adaptação das empresas sem eventuais interrupções, nomeadamente no que respeita à eliminação de incompatibilidades que permitam alargar o número de Revisores Oficiais de Contas passíveis de selecção, a Sociedade solicitou à CMVM autorização para a recondução do actual ROC pelo período máximo de um exercício, a fim de, durante o ano 2016, ser realizado um processo de selecção para escolha de um novo ROC a ser proposto pela Comissão de Auditoria para votação em Assembleia Geral.

Nos termos do n.º 6 do Artigo 17.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014, foi deliberado pela CMVM conceder prorrogação do período máximo de exercício de funções do ROC referido no n.º 42 *supra*, tendo sido autorizada a sua designação para um novo mandato, com a duração do ano 2016, sem prejuízo de se manter em funções até à designação de novo titular para o referido órgão e de cumprimento dos deveres de certificação de contas de 2016.

Na sequência do deliberado pela CMVM, a Comissão de Auditoria, tendo avaliado a respectiva *performance* e independência, julgou verificadas as condições que permitiam reconduzir o ROC e Auditor Externo para o exercício de 2016 tendo, não obstante, levado a efeito, durante o referido ano, o processo de selecção com vista à eleição de um novo ROC na Assembleia Geral Anual de 2017.

45. Indicação do Órgão Responsável Pela Avaliação do Auditor Externo e Periodicidade com que Essa Avaliação é Feita

A Comissão de Auditoria é o órgão responsável pela avaliação do Auditor Externo, o que faz anualmente. Aquela Comissão discutiu e ponderou os custos e as vantagens da manutenção do Auditor Externo, bem como as condições de independência evidenciadas no desempenho das suas funções, tendo decidido dar parecer favorável à sua manutenção para o ano 2016.

46. Identificação de Trabalhos, Distintos dos de Auditoria, Realizados pelo Auditor Externo Para a Sociedade e/ou Para Sociedades que com ela se Encontrem em Relação de Domínio, Bem Como Indicação dos Procedimentos Internos Para Efeitos de Aprovação da Contratação de Tais Serviços e Indicação das Razões para a sua Contratação

Dos serviços, que não são de revisão legal de contas e auditoria externa, solicitados por Sociedades do Grupo ao Auditor Externo e a outras entidades pertencentes à mesma rede, no montante total de 91.450 euros, salientam-se os relativos ao acesso a uma base de dados fiscais, a serviços de garantia de fiabilidade no âmbito de legislação aplicável nos países em que o Grupo opera, serviços de apoio em matéria de recursos humanos e à certificação do cálculo da pegada de carbono.

Todos estes serviços foram necessários à regular actividade das Sociedades do Grupo, sendo que, após devida ponderação, o Auditor Externo e/ou as entidades pertencentes à mesma rede foram considerados como aqueles que melhor poderiam prestá-los. Para além de terem sido prestados por funcionários que não participam em qualquer trabalho de auditoria no Grupo, estes serviços são laterais aos trabalhos dos auditores, não afectando, quer pela sua natureza, quer pelo seu valor, a independência do Auditor Externo no exercício da sua função.

Conforme resulta do procedimento referido no ponto 37, todos os serviços acima mencionados foram sujeitos a aprovação prévia, devidamente fundamentada, pela Comissão de Auditoria.

47. Indicação do Montante da Remuneração Anual Paga Pela Sociedade e/ou por Pessoas Colectivas em Relação de Domínio ou de Grupo ao Auditor e a Outras Pessoas Singulares ou Colectivas Pertencentes à Mesma Rede e Discriminação da Percentagem Respeitante aos Seguintes Serviços

Relativamente a 2016, o total de remunerações pagas ao Auditor Externo e a outras pessoas singulares ou colectivas pertencentes à mesma rede, foi de 847.037 euros.

Em termos percentuais, o valor referido divide-se da seguinte forma:

	Valor	%
Pela Sociedade		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	95.390	11,3%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	-	-
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	33.350	3,9%
Por entidades que integrem o Grupo		
Valor dos serviços de revisão de contas (€)	660.197	78,0%
Valor dos serviços de garantia de fiabilidade (€)	21.300	2,5%
Valor dos serviços de consultoria fiscal (€)	-	-
Valor de outros serviços que não revisão de contas (€)	36.800	4,3%

Secção C ORGANIZAÇÃO INTERNA

Subsecção I Estatutos

48. Regras Aplicáveis à Alteração dos Estatutos da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. h) CVM)

Não estão estatutariamente definidas quaisquer regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade, pelo que a esta matéria se aplicam os termos definidos por Lei.

Subsecção II Comunicação de Irregularidades

49. Meios e Política de Comunicação de Irregularidades Ocorridas na Sociedade

Desde 2004, a Comissão de Ética de Jerónimo Martins implementou um sistema de comunicação *bottom-up* que garante a possibilidade de todos os colaboradores, a todos os níveis, acederem aos canais que permitem fazer chegar, aos destinatários reconhecidos pelo Grupo, informação sobre eventuais irregularidades ocorridas no interior do mesmo, bem como quaisquer outros comentários ou sugestões que entendam fazer, em particular no que diz respeito ao cumprimento dos manuais de procedimento instituídos, especialmente do Código de Conduta.

Com este instrumento ficaram clarificadas as linhas de orientação sobre temáticas tão diversas como o cumprimento da legislação vigente, o respeito pelos princípios da não-discriminação e da igualdade de oportunidades, as preocupações ambientais, a transparência nas negociações e a integridade nas relações com fornecedores, clientes e entidades oficiais, entre outras.

A Comissão de Ética fez divulgar, junto de todos os colaboradores do Grupo, os meios ao dispor destes para que, se necessário, comuniquem com este órgão. Tal é facilitado através do envio de carta de remessa livre ou da utilização de correio electrónico interno ou externo com endereço dedicado. Os interessados poderão ainda solicitar, ao respectivo Director-Geral ou ao Director Funcional, os esclarecimentos necessários sobre as normas em vigor e a sua aplicação ou darem-lhes conhecimento de qualquer situação que as possa pôr em causa.

Independentemente do canal de comunicação escolhido, será assegurado o anonimato de todos os que o pretendam.

Subsecção III Controlo Interno e Gestão de Riscos

50. Pessoas, Órgãos ou Comissões Responsáveis pela Auditoria Interna e/ou Pela Implementação de Sistemas de Controlo Interno

Cabe ao Departamento de Auditoria Interna avaliar a qualidade e eficácia dos sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco estabelecidos pelo Conselho de Administração.

Os objectivos do Controlo Interno passam por assegurar a eficiência das operações, a fiabilidade dos relatórios financeiros e operacionais e o respeito pelas leis e regulamentos. Para a sua validação e com base na avaliação dos riscos operacionais e dos processos críticos de cada Companhia, é definido o plano de actividades do Departamento de Auditoria Interna.

Os resultados das auditorias efectuadas são mensalmente avaliados na Comissão de Controlo Interno e reportados à Direcção Executiva do Grupo. Trimestralmente, os mesmos são disponibilizados à Comissão de Auditoria. Com a mesma regularidade, é efectuado um ponto de situação das recomendações acordadas com os responsáveis das áreas auditadas.

Durante o exercício de 2016, realizaram-se, entre outras, auditorias a processos de gestão de *stocks*, recolha de fundos, gestão de contas a pagar e a receber, proveitos suplementares, qualidade e segurança alimentar, investimentos e sistemas de informação, entre outras.

51. Explicitação das Relações de Dependência Hierárquica e/ou Funcional Face a Outros Órgãos ou Comissões da Sociedade

O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna reporta hierarquicamente ao Presidente do Conselho de Administração e Administrador-Delegado e, funcionalmente, à Comissão de Auditoria. O responsável pelo Departamento de Auditoria Interna é também vogal da Comissão de Controlo Interno que, por sua vez, reporta à Comissão de Auditoria.

Ver organograma constante do ponto 21.

52. Existência de Outras Áreas Funcionais com Competências no Controlo de Riscos

a) Sistema Corporativo de Gestão de Risco

O Grupo, e em particular o seu Conselho de Administração, presta grande atenção aos riscos que afectam o negócio e seus objectivos e está dedicado a assegurar que a Gestão do Risco é uma componente efectiva e fundamental da estratégia, cultura e do processo de criação de valor do Grupo.

O enquadramento da Gestão de Risco encontra-se detalhado na Política de Gestão de Risco do Grupo, na qual se define o Sistema Corporativo de Gestão de Risco e se estabelecem as funções e responsabilidades pela sua execução.

a.1) Objectivos da Gestão de Risco

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco não pretende eliminar completamente o risco das actividades do Grupo, mas sim assegurar que são desenvolvidos todos os esforços para que o risco seja gerido de forma adequada, maximizando as oportunidades potenciais e minimizando os efeitos adversos do risco.

O Sistema Corporativo de Gestão de Risco do Grupo tem por objectivo estruturar e organizar consistentemente a forma como o Grupo identifica os riscos, assegurando que estes são avaliados de forma abrangente, considerando as dependências e correlações entre as várias áreas de risco. Neste estabelece-se, também, os procedimentos para *reporting*, com vista a assegurar a adequada monitorização e o acompanhamento das medidas de mitigação e de controlo dos riscos.

Devido à dimensão e dispersão geográfica das actividades de Jerónimo Martins, uma Gestão de Risco bem-sucedida depende da participação de todos os colaboradores, os quais devem assumir essa preocupação como parte integrante das suas funções, em particular através da identificação e reporte dos riscos associados à sua área de responsabilidade. Todas as actividades têm assim de ser desenvolvidas com a compreensão da natureza do risco e a consciência do potencial impacto de eventos inesperados sobre a Companhia e a sua reputação.

O Grupo está empenhado em assegurar que todos os colaboradores recebem orientações e formação adequada sobre os princípios de Gestão de Risco, sobre os critérios e processos definidos na Política de Gestão de Risco e sobre as suas responsabilidades individuais na gestão efectiva dos riscos.

a.2) Organização da Gestão de Risco

O modelo de Governo da Gestão de Risco encontra-se definido de forma a assegurar a eficácia da Estrutura da Gestão de Risco (*Risk Management Framework*), encontrando-se alinhado com o Modelo das Três Linhas de Defesa, que distingue entre três grupos (ou linhas) que envolvem uma Gestão de Risco efectiva, e que são:

- Primeira Linha de Defesa (Operações de Negócio: Responsáveis pelo Risco) – responsável pelas actividades quotidianas de Gestão do Risco, alinhadas com a estratégia de negócio, os procedimentos internos existentes e a política de Gestão de Risco;
- Segunda Linha de Defesa (Funções de Supervisão: Gestores de Risco Corporativo e de Unidade de Negócio) – responsável pela análise e *reporting* da Gestão de Risco, bem como pelas futuras evoluções ou desenvolvimento de políticas com vista a aumentar ou melhorar a eficiência dos processos de Gestão de Risco. Esta segunda linha também inclui funções como o Controlo Financeiro, Segurança, Qualidade e Segurança Alimentar, entre outras áreas corporativas;
- Terceira Linha de Defesa (Supervisão Independente: Auditoria Interna e Auditoria Externa) – responsável por garantir a eficiência dos mecanismos de governo, Gestão de Risco e de controlo interno, incluindo a forma como as primeiras e segundas linhas de defesa asseguram os objectivos de controlo e Gestão de Risco.

A estrutura organizacional da Gestão de Risco considera as seguintes funções e responsabilidades:

- o Conselho de Administração é responsável pela definição da estratégia e da Política de Gestão de Risco e pela definição dos objectivos em matéria de assunção de riscos, cabendo-lhe ainda providenciar para que sejam criados os sistemas de controlo necessários, com vista a garantir que os riscos incorridos estão em conformidade com os objectivos fixados;
- a Comissão de Auditoria aprova os planos de actividade da área de Gestão de Risco, acompanhando a sua execução e fiscalizando a eficácia dos sistemas de controlo interno, de auditoria interna e de gestão de riscos;
- o Administrador-Delegado, coadjuvado pela Direcção Executiva, assegura a implementação da estratégia e da Política de Gestão de Risco definida pelo Conselho de Administração, bem como promove uma cultura atenta ao risco na organização, assegurando que a Gestão de Risco se encontra embutida em todos os processos e actividades;
- o Comité de Risco assiste e aconselha a Direcção Executiva, enquanto órgão coadjuvante do Administrador-Delegado, na avaliação e definição de medidas de mitigação dos diferentes tipos de risco e para garantir a existência de uma estrutura de Gestão de Risco eficaz;
- a Direcção de Gestão de Risco Corporativa (GRC) é responsável pela implementação da estrutura de Gestão de Risco e pela coordenação de todas as actividades de Gestão de Risco, oferecendo suporte à Direcção Executiva e ao Comité de Risco na identificação de exposição a riscos que possam comprometer a estratégia e os objectivos do Grupo. A GRC é também responsável pela coordenação e alinhamento das práticas seguidas pelas Companhias nos Planos de Continuidade de Negócio (PCN);
- o Gestor de Risco da Unidade de Negócio é responsável pela implementação das iniciativas de Gestão de Risco ao nível das Companhias e pelo suporte das actividades dos respectivos Responsáveis pelo Risco;
- os Responsáveis pelo Risco compreendem todos os colaboradores que tenham a seu cargo a execução e/ou controlo de um determinado processo ou actividade, dentro de uma unidade de negócio ou da estrutura corporativa, sendo responsáveis pela gestão dos riscos envolvidos nessas actividades;
- o Departamento de Auditoria Interna baseia o seu trabalho no conjunto de riscos significativos, conforme identificados pela gestão, auditando os processos de Gestão de Risco em toda a Organização, de forma a garantir a eficácia e eficiência na Gestão de Risco e a prestar suporte activo no processo de Gestão de Risco.

53. Identificação e Descrição dos Principais Tipos de Riscos (Económicos, Financeiros e Jurídicos) a que a Sociedade se Expõe no Exercício da Actividade

Riscos Estratégicos

A gestão de riscos estratégicos envolve a monitorização de factores como as tendências sociais, políticas e macroeconómicas: a evolução das preferências dos consumidores, o ciclo de vida dos negócios, a dinâmica dos mercados (financeiros, de

trabalho, de recursos naturais e energéticos), a actividade da concorrência, a inovação tecnológica, a disponibilidade de recursos e as alterações ao nível legal e regulatório.

Esta informação é utilizada pela equipa de gestão para compreender as necessidades de mercado e, assim, identificar ameaças e oportunidades nas indústrias e sectores em que desenvolve actividade, nomeadamente em termos de potencial de rentabilidade e crescimento, mas também em termos de alinhamento estratégico e adequação do seu modelo de negócio às condições de mercado actuais e futuras.

Riscos Operacionais

Resulta da condução das normais funções do negócio constantes da cadeia de valor do Grupo, focando-se nos riscos que resultam dos processos operacionais das suas unidades.

A classe de riscos operacionais considera os riscos relacionados com a gestão de categorias e *sourcing*, gestão de *stocks*, gestão de fundos, logística e *supply chain* e na eficiência e segurança na utilização de recursos e activos.

Os riscos de fraude e corrupção são igualmente considerados na avaliação das actividades operacionais mais relevantes e a adequabilidade e alcance dos controlos e das medidas de mitigação são, também, revistas e reconsideradas sempre que necessário.

Riscos de Segurança Alimentar

O Grupo procura disponibilizar produtos e soluções alimentares mais saudáveis, assegurando e impondo medidas de segurança alimentar em estrita observância com os *standards* de segurança alimentar.

As Direcções de Qualidade e Segurança Alimentar das diferentes Companhias do Grupo têm sob sua responsabilidade a: i. prevenção, através de auditorias de selecção, avaliação e acompanhamento de fornecedores; ii. monitorização, através do acompanhamento do produto ao longo de todo o circuito logístico para análise do cumprimento de requisitos de boas práticas e de certificação; e iii. formação, através da realização periódica de simulacros e acções de sensibilização.

As Companhias são continuamente monitorizadas por técnicos de controlo de qualidade, para assegurar a implementação de procedimentos e avaliar a eficiência dos processos de formação e a adequabilidade das instalações e equipamento.

Riscos Ambientais

A gestão eficiente de recursos, aliada à preservação ambiental, é essencial para o crescimento sustentado dos negócios do Grupo Jerónimo Martins. Dada a natureza e dimensão das suas Companhias, têm sido realizados estudos sobre os impactos dessas actividades nos ecossistemas e recursos que estes proporcionam: i. Gestão da Biodiversidade; ii. Agricultura Sustentável; iii. Análise de Risco sobre o Pescado; e iv. Mapeamento de *commodities* de desflorestação nos produtos de Marcas Próprias e Perecíveis.

Os riscos decorrentes das alterações climáticas também são equacionados pelo Grupo e podem ser de natureza:

- Regulamentar, podendo representar um aumento de custos resultantes do cumprimento de legislação ambiental;

- Física, podendo resultar na escassez de alguns recursos naturais, como os produtos agrícolas, ou na interrupção da cadeia de abastecimento associada a fenómenos climáticos;
- Reputacional, associados às expectativas dos *stakeholders* para que o Grupo reduza as suas emissões de carbono.

A probabilidade de ocorrência destas situações e o seu nível de impacto são analisadas pelo Grupo como parte dos processos de avaliação de risco. Considerando os riscos decorrentes das alterações climáticas, em particular, o Grupo divulga a sua avaliação na resposta anual ao CDP (Carbon Disclosure Project), nos programas *Climate* e *Forest*, ambos disponíveis para consulta em <https://www.cdp.net>.

Riscos de Segurança Física e de Pessoas

A Direcção de Segurança tem a responsabilidade de assegurar a existência de condições que garantam a integridade física das pessoas e das instalações.

A gestão do risco de segurança física e de pessoas envolve a definição e divulgação de normas e instruções de trabalho, a realização de acções de sensibilização e formação de colaboradores, de auditorias realizadas às lojas, a elaboração da avaliação de riscos de todos os estabelecimentos e a execução de simulacros de emergência.

Riscos de Sistemas de Informação

Os riscos associados a Sistemas de Informação são analisados considerando as suas diferentes componentes: planeamento e organização, desenvolvimento, gestão de operações, segurança de informação e continuidade. A componente de Segurança de Informação no Grupo está a cargo de uma Direcção dedicada em exclusivo a essa matéria e consiste na implementação e manutenção de um Sistema de Gestão de Segurança da Informação que garanta a confidencialidade, integridade e disponibilidade da informação crítica para o negócio e, ao mesmo tempo, assegure a recuperação dos sistemas em caso de interrupção das operações.

Riscos de Regulamentação

O cumprimento da legislação é assegurado pelos Departamentos Jurídicos das Companhias do Grupo. Ao nível da *Holding*, a Direcção de Assuntos Jurídicos garante, igualmente, a coordenação e a implementação de estratégias para a protecção dos interesses de Jerónimo Martins em caso de litígio, gerindo ainda o aconselhamento externo.

No sentido de assegurar o cumprimento das obrigações de natureza fiscal, a Direcção de Fiscalidade da *Holding* presta assessoria às sociedades do Grupo, para além de supervisionar também o contencioso fiscal destas.

Riscos Financeiros

Factores de Risco

Jerónimo Martins encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente: risco de preço, que inclui risco de taxa de juro e cambial; risco transaccional, que inclui risco de crédito e de liquidez; e risco decorrente do portefólio de investimentos do Grupo, que abrange diversos riscos tais como, taxa de juro, crédito, cambial, inflação, político e fiscal.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Sociedade.

A este nível, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras sob supervisão do *Chief Financial Officer*, sendo responsável, com a cooperação das áreas financeiras das Companhias do Grupo, pela identificação e avaliação dos riscos e pela execução da cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração.

Trimestralmente, são apresentados à Comissão de Auditoria relatórios de *compliance* com a Política de Gestão de Riscos Financeiros.

A informação sobre os riscos financeiros aos quais o Grupo se encontra exposto encontra-se detalhada na nota 31 – Riscos Financeiros, do Capítulo III do Relatório e Contas.

54. Descrição do Processo de Identificação, Avaliação, Acompanhamento, Controlo e Gestão de Riscos

A Estrutura de Gestão de Risco assume um processo contínuo de avaliação de riscos, sendo parte integral do processo normal de decisão e dos processos de gestão.

O processo de Gestão de Risco do Grupo encontra-se alinhado com as recomendações do *standard* internacional ISO 31000 e visa principalmente distinguir o que é irrelevante do que é material, requerendo uma gestão activa, que envolve para tal a consideração das fontes de risco, da probabilidade de ocorrência de determinado evento e das consequências da sua manifestação no contexto do ambiente de controlo.

O Grupo prepara e mantém um perfil de risco agregado, listando todos os riscos operacionais e estratégicos com relevo e os respectivos mecanismos de mitigação e de controlo implementados, o qual é actualizado regularmente com informação resultante dos processos correntes de avaliação de risco.

Como parte dos processos de planeamento Estratégico e Operacional é realizada uma revisão global, com a coordenação da Direcção de Gestão de Risco Corporativa, para que a informação relativa aos principais riscos seja devidamente actualizada e considerada durante o planeamento. Desta forma, despoleta o desenvolvimento das opções em análise, bem como a identificação de novas acções que reforcem a defesa dos objectivos a desenvolver.

55. Principais Elementos dos Sistemas de Controlo Interno e de Gestão de Risco Implementados na Sociedade Relativamente ao Processo de Divulgação de Informação Financeira (Art. 245.º-A, n.º 1, al. m) CVM)

O Conselho de Administração está altamente empenhado em assegurar a fiabilidade do reporte financeiro do Grupo, nomeadamente, garantindo que o Grupo tem

implementadas políticas adequadas, que garantem de forma razoável que as transacções são registadas e reportadas com respeito pelos princípios contabilísticos geralmente aceites (GAAP - Generally Accepted Accounting Principles), e que as despesas são só realizadas quando devidamente autorizadas.

Os riscos que envolvem o reporte financeiro encontram-se mitigados, através da segregação de responsabilidades e pela implementação de controlos de prevenção e detecção, os quais envolvem a limitação de acesso a sistemas de IT, e um sistema abrangente de monitorização da *performance*.

Controlos adicionais resultam da supervisão desenvolvida pela Comissão de Auditoria e das avaliações de fiabilidade asseguradas pela Comissão de Controlo Interno a respeito da preparação e divulgação de informação financeira e ainda das actividades de monitorização desenvolvidas pelo Departamento de Planeamento e Controlo do Grupo, relativamente ao desempenho das diferentes unidades de negócio e da análise dos desvios face aos planos aprovados.

Subsecção IV

Apoio ao Investidor

56. Serviço Responsável pelo Apoio ao Investidor, Composição, Funções, Informação Disponibilizada Por Esses Serviços e Elementos Para Contacto

Composição

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins tem a seguinte composição:

Responsável: Cláudia Falcão

Equipa: Ana Maria Marcão, Hugo Fernandes e Raquel Freitas

Principais Funções

O Gabinete de Relações com Investidores de Jerónimo Martins é responsável pela comunicação com todos os investidores – institucionais e privados, nacionais e estrangeiros – bem como com os analistas que elaboram pareceres e formulam recomendações relativas ao título da Sociedade. São igualmente da responsabilidade do Gabinete todos os assuntos relativos ao relacionamento com a Comissão do Mercado de Valores Mobiliários.

Política de Comunicação de Jerónimo Martins com o Mercado de Capitais

A política de comunicação de Jerónimo Martins com o mercado de capitais visa assegurar um fluxo regular de informação relevante que, com respeito pelos princípios da simetria e da simultaneidade, crie uma imagem fiel do desempenho dos negócios e da estratégia da Companhia junto dos investidores, accionistas, analistas e do público em geral.

A política de comunicação de Jerónimo Martins para com o mercado financeiro visa garantir a disponibilização a todos os seus *stakeholders* da informação relevante – descrição histórica, desempenho actual e perspectivas futuras – para o conhecimento claro e completo do Grupo.

A estratégia de comunicação financeira delineada para cada ano pauta-se pelos princípios de transparência, rigor e consistência que asseguram que toda a informação relevante é transmitida de forma não discriminatória, clara e completa aos seus *stakeholders*.

Informação Disponibilizada

O Gabinete elabora anualmente um Plano de Comunicação para o Mercado Financeiro, que, devidamente enquadrado na estratégia global de comunicação de Jerónimo Martins, se pauta pelos princípios acima enunciados.

Neste sentido, com o objectivo de transmitir ao mercado uma visão actualizada e clara das estratégias das diferentes áreas de negócio do Grupo em termos de desempenho operacional e de perspectivas, o Gabinete organiza um conjunto de eventos, com o objectivo de dar a conhecer os vários negócios de Jerónimo Martins, as suas estratégias e perspectivas de futuro e, em simultâneo, acompanhar o desenvolvimento das actividades do ano, mediante o esclarecimento de eventuais questões.

Ao longo de 2016, foram desenvolvidas acções que permitiram ao mercado financeiro um diálogo não apenas com o próprio Gabinete, mas também com a equipa de gestão do Grupo. Destacam-se as seguintes:

- reuniões com analistas financeiros e investidores;
- respostas às questões dirigidas ao Gabinete, colocadas via correio electrónico para endereço próprio;
- atendimento telefónico;
- divulgação de comunicados ao mercado através da *extranet* da CMVM, do sítio institucional de Jerónimo Martins, da Euronext Lisboa e de *mailing* dirigido a todos os investidores e analistas financeiros que constam da base de dados criada e actualizada pelo Gabinete;
- apresentações realizadas à comunidade financeira: apresentação de resultados, *roadshows*, conferências e Assembleia Geral Anual de Accionistas;
- organização de visitas às operações da Polónia e da Colômbia (*Colombia Field Trip*), com o *management* das respectivas Companhias;
- desenvolvimento e actualização da página de relação com investidores no sítio institucional da Sociedade.

Com o objectivo de tornar a informação facilmente acessível a todos os interessados, as comunicações regularmente efectuadas pelo Gabinete são integralmente disponibilizadas no sítio institucional de Jerónimo Martins em www.jeronimomartins.pt.

O sítio disponibiliza não só a informação obrigatória, como também informação de carácter geral sobre o Grupo e as Sociedades que o integram, e ainda outros dados considerados relevantes, designadamente:

- comunicados ao mercado sobre factos relevantes;
- contas anuais, incluindo o Relatório Anual sobre a actividade desenvolvida pela Comissão de Auditoria, contas semestrais e trimestrais do Grupo;
- indicadores económico-financeiros e dados estatísticos, actualizados semestral ou anualmente, consoante a Companhia ou área de negócio;
- a mais recente apresentação do Grupo realizada à comunidade financeira e acervo histórico;
- informações sobre o desempenho do título em bolsa;

- calendário anual de eventos societários, divulgado no início de cada ano, incluindo, entre outros, as reuniões da Assembleia Geral de Accionistas e a divulgação de contas anuais, semestrais e trimestrais;
- informações relativas às Assembleias Gerais de Accionistas;
- informação sobre o Governo da Sociedade;
- Código de Conduta de Jerónimo Martins;
- Estatutos da Sociedade;
- regulamentos internos em vigor;
- actas das reuniões da Assembleia Geral de Accionistas, ou respectivos extractos;
- acervo histórico das ordens de trabalhos e das deliberações tomadas relativas às Assembleias Gerais de accionistas realizadas nos sete anos antecedentes.

O sítio disponibiliza igualmente toda a informação, sem excepção, em língua inglesa e foi pioneiro na acessibilidade que a ele é proporcionada a pessoas com incapacidade visual, através de uma ferramenta especialmente concebida para o efeito.

Contactos

O contacto com o Gabinete é possível através da Representante para as Relações com o Mercado e Responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores – Cláudia Falcão – e do endereço de *e-mail*: investor.relations@jeronimo-martins.pt.

As principais coordenadas de acesso ao Gabinete são as seguintes:

Morada: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033, Lisboa
Telefone: +351 21 752 61 05

57. Representante Para as Relações com o Mercado

A representante de Jerónimo Martins para as relações com o mercado é a responsável pelo Gabinete de Relações com Investidores, Cláudia Falcão.

58. Informação Sobre a Proporção e o Prazo de Resposta aos Pedidos de Informação Entrados no Ano ou Pendentes de Anos Anteriores

No âmbito das questões dirigidas ao Gabinete de Relações com Investidores, ao longo de 2016, foram registados 403 contactos presenciais com investidores e analistas financeiros e 330 pedidos de informação colocados via correio electrónico ou através de contacto telefónico, tendo dado aos mesmos resposta imediata ou dentro de um prazo adequado à natureza do pedido.

Subsecção V Sítio de Internet

59. Endereço (s)

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português e em inglês e pode ser acedido através dos seguintes endereços:

www.jeronimomartins.pt ou www.jeronimomartins.com

60. Local Onde se Encontra Informação Sobre a Firma, a Qualidade de Sociedade Aberta, a Sede, e Demais Elementos Mencionados no Art. 171.º do Código das Sociedades Comerciais

As informações relativas ao Artigo 171.º do Código das Sociedades Comerciais encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte *link*:

<http://www.jeronimomartins.pt/o-grupo/contactos-corporativos.aspx>

61. Local Onde se Encontram os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões

Os Estatutos e os regulamentos de funcionamento dos Órgãos e/ou Comissões encontram-se disponíveis no sítio institucional de Jerónimo Martins através do seguinte *link*:

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/governo-da-sociedade/estatutos-regulamentos.aspx>

62. Local Onde se Disponibiliza Informação Sobre a Identidade dos Titulares dos Órgãos Sociais, do Representante Para as Relações com o Mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou Estrutura Equivalente, Respectivas Funções e Meios de Acesso

A informação em causa encontra-se disponível no sítio institucional de Jerónimo Martins e pode ser acedida através dos seguintes links:

- Identidade dos titulares dos Órgãos Sociais:

Conselho de Administração:

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/governo-da-sociedade/orgao-social/conselho-de-administracao.aspx>

Comissão de Auditoria

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/governo-da-sociedade/orgao-social/comissao-de-auditoria.aspx>

Assembleia Geral

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/governo-da-sociedade/orgao-social/assembleia-geral.aspx>

Revisor Oficial de Contas

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/governo-da-sociedade/orgao-social/revisor-oficial-de-contas.aspx>

- Identidade do representante para as Relações com o Mercado:

http://www.jeronimomartins.pt/investidor/contactos_investidor.aspx

- Informação atinente ao Gabinete de Apoio ao Investidor, respectivas funções e meios de acesso:

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/gabinete-relacoes-com-investidor.aspx>

63. Local Onde se Disponibilizam os Documentos de Prestação de Contas, Que Devem Estar Acessíveis Pelo Menos Durante Cinco Anos, Bem Como o Calendário Semestral de Eventos Societários, Divulgado no Início de Cada Semestre, Incluindo, Entre Outros, Reuniões da Assembleia Geral, Divulgação de Contas Anuais, Semestrais e, Caso Aplicável, Trimestrais

O local onde se disponibiliza a informação em causa é o *sítio* institucional de Jerónimo Martins, através dos seguintes *links*:

- Documentos de prestação de contas:
<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/relatorios.aspx>
- Calendário semestral de eventos societários:
<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/calendario-financeiro.aspx>

64. Local Onde são Divulgados a Convocatória Para a Reunião da Assembleia Geral e Toda a Informação Preparatória e Subsequente Com Ela Relacionada

O local onde são divulgadas a convocatória para a reunião da Assembleia Geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada, é o *sítio* institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte *link*:

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/assembleia-geral.aspx>

65. Local Onde se Disponibiliza o Acervo Histórico com as Deliberações Tomadas nas Reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o Capital Social Representado e os Resultados das Votações, com Referência aos Três Anos Antecedentes

O local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das Assembleias Gerais da Sociedade, o capital social representado, os resultados das votações, com referência aos anos antecedentes, incluindo os últimos três, é o *sítio* institucional de Jerónimo Martins, acessível através do seguinte *link*:

<http://www.jeronimomartins.pt/investidor/assembleia-geral/arquivo-assembleias-gerais.aspx>

Secção D REMUNERAÇÕES

Subsecção I Competência para a Determinação

66. Indicação Quanto À Competência para a Determinação da Remuneração dos Órgãos Sociais, do Administrador-Delegado e dos Dirigentes da Sociedade

Nos termos do Artigo Vigésimo Nono dos Estatutos, a remuneração dos Órgãos Sociais é fixada pela Assembleia Geral ou por uma Comissão por esta nomeada. Ao abrigo desta última possibilidade, entenderam os accionistas de Jerónimo Martins designar uma Comissão de Vencimentos para fixar a remuneração dos titulares de Órgãos Sociais.

A Comissão de Vencimentos é eleita por um período de três anos, estando em curso o mandato para o triénio 2016-2018.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pela respectiva Administração.

Subsecção II Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos

67. Composição da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos, Incluindo Identificação das Pessoas Singulares ou Colectivas Contratadas Para Lhe Prestar Apoio e Declaração Sobre a Independência de Cada Um dos Membros e Assessores

Em Assembleia Geral, realizada em 14 de Abril de 2016, foram eleitos para integrar a Comissão de Vencimentos, para o triénio em curso, Elizabeth Bastoni (cooptada Presidente), Erik Geilenkirchen e Jorge Ponce de Leão.

Nenhum dos referidos elementos da Comissão de Vencimentos é Membro do Órgão de Administração da Sociedade ou tem cônjuge, parentes ou afins nessas circunstâncias, nem tem relações com os Membros do Conselho de Administração que possam afectar a sua imparcialidade no exercício das suas funções.

No ano em análise, não foi contratada para apoiar a Comissão de Vencimentos no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva.

68. Conhecimentos e Experiência dos Membros da Comissão de Remunerações / Comissão de Vencimentos em Matéria de Política de Remunerações

Os Membros da Comissão de Vencimentos têm vastos conhecimentos e experiência em matérias de gestão e de política de remuneração, o que lhes confere as competências necessárias para um exercício efectivo e adequado das respectivas funções.

Elizabeth Bastoni detém um bacharelato, com especialização em contabilidade, tendo desempenhado durante nove anos funções de *senior manager* numa consultora fiscal, com especialização em impostos de expatriados. Desempenhou posteriormente funções na Thales, como Directora de Desenvolvimento Profissional, Compensação e Benefícios, e como Directora de Recursos Humanos. Foi responsável Global de Compensações e Benefícios da The Coca-Cola Company, Directora Executiva e Responsável de Recursos Humanos e Comunicação da Carlson, Chief HR Officer da BMGI, Membro do Conselho de Administração e Presidente das Comissões de Compensações da Carlson Wagonlit Travel e do Grupo Rezidor Hotel, e também Membro da Direcção da Associação de Recursos Humanos WorldatWork. É actualmente Membro Não Executivo do Conselho de Administração, integrando a Comissão de Compensações e Nomeações, da Société BIC.

Erik Geilenkirchen é engenheiro mecânico, mas desde 1989 que a sua actividade profissional tem dado especial enfoque à área dos recursos humanos, tendo desempenhado funções durante nove anos no Grupo Hay e, posteriormente, as funções de Vice-Presidente de Recursos Humanos do Grupo Ahold (Ásia/Pacífico), Vice-Presidente Senior (Ásia/Pacífico) no Grupo Philips com responsabilidades na área de recursos humanos e Chief Human Resources Officer do Grupo Cofra Holding.

Jorge Ponce de Leão é licenciado em Direito, estando ligado à área do Direito do Trabalho desde o início da década de 1970, nas qualidades de consultor jurídico externo e no seio de algumas empresas nacionais. Foi chefe dos Serviços Jurídicos e Fiscais (Grupo Jerónimo Martins – área industrial), e Administrador de Jerónimo Martins, SGPS, S.A. durante a década de 1990. Desempenhou funções de gestão na área de Recursos Humanos da Radiotelevisão Portuguesa, foi CEO da SAIP SGPS, e é actualmente Presidente do Conselho de Administração da ANA – Aeroportos de Portugal.

Subsecção III

Estrutura das Remunerações

69. Descrição da Política de Remuneração dos Órgãos de Administração e de Fiscalização a Que se Refere o Art. 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho

A Comissão de Vencimentos entendeu não se justificar uma alteração profunda dos princípios básicos que têm constituído o cerne da Política de Remuneração dos Órgãos Sociais, que continuou a ter em atenção o actual quadro legislativo e recomendatório, bem como a estrutura organizativa adoptada pelo Conselho de Administração.

No que respeita à organização do Conselho de Administração, continuaram a ser especialmente ponderadas pela Comissão de Vencimentos as seguintes características, designadamente:

- a existência de um Administrador-Delegado, responsável pela gestão corrente da Sociedade, bem como de Administrador ou Administradores a quem tenham sido atribuídos ou possam vir a ser atribuídos encargos especiais;
- a participação de Administradores Não-Executivos em Comissões Especializadas, que assim são chamados a devotar tempo acrescido aos assuntos da Sociedade.

Em face deste modelo organizativo, não considerou a Comissão de Vencimentos existirem razões para se proceder a uma modificação substancial dos princípios que têm vindo a ser adoptados na Política de Remuneração dos Órgãos Sociais.

Relativamente à remuneração de Administradores com funções executivas a Comissão de Vencimentos manteve a existência de duas componentes, uma variável e outra fixa que, em conjunto assegurem uma remuneração competitiva no mercado, e que constituam elemento motivador de um elevado desempenho individual e colectivo, de forma a permitir estabelecer e atingir metas ambiciosas de acelerado crescimento e adequada remuneração do accionista.

Anualmente, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, a componente variável é fixada pela Comissão de Vencimentos, tendo em conta o contributo que se espera dos Administradores com funções executivas para os resultados, a rentabilidade dos negócios na perspectiva do accionista (EVA), a evolução da cotação das acções, o trabalho desenvolvido durante o exercício, o grau de realização dos projectos integrados no *Strategic Scorecard* do Grupo e os critérios aplicados na atribuição de remuneração variável aos restantes Quadros.

A Política de Remuneração continua a procurar recompensar os Administradores com funções executivas pelo desempenho sustentado da Sociedade no longo prazo, e a satisfação dos interesses societários e accionistas dentro deste enquadramento temporal. Por isso, a componente variável tem em conta a contribuição dos Administradores com funções executivas para a condução dos negócios através: 1) da concretização dos objectivos de EVA incluídos no Plano de Médio e Longo Prazo aprovado pelo Conselho de Administração; 2) da evolução da cotação das acções; 3) da implementação de um conjunto de projectos transversais às Companhias do Grupo, que tendo sido identificados pelo Conselho de Administração como essenciais para assegurar a competitividade futura dos negócios, têm uma calendarização que pode ultrapassar um ano de calendário, sendo os Administradores com funções executivas responsabilizados por cada fase de cumprimento, no âmbito das respectivas funções.

A remuneração variável encontra-se, como se refere, dependente de critérios pré-determinados a fixar no início de cada ano pela Comissão de Vencimentos, sob proposta do Presidente do Conselho de Administração, os quais têm em consideração o crescimento real da empresa, a riqueza criada para os accionistas e a sustentabilidade a longo prazo.

Atento o contributo das diversas geografias e áreas de negócio onde o Grupo opera para o volume de negócios e para os resultados consolidados, a Comissão de Vencimentos entende adequado que o pagamento da remuneração dos Administradores com funções executivas, quer na componente fixa, quer na componente variável, possa ser repartido entre a Sociedade e as respectivas sociedades subsidiárias, cujos órgãos de administração por aqueles sejam integrados, em proporção a fixar pela Comissão de Vencimentos.

No que respeita ao diferimento de parte da remuneração variável, a Comissão de Vencimentos, após estudo efectuado em 2011, não chegou a uma conclusão sobre as vantagens ou inconvenientes da sua adopção, considerando que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos Administradores com funções executivas é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos Membros dos Órgãos Sociais, mais considerando que a Política de Remunerações adoptada está em linha com as práticas remuneratórias da

generalidade das empresas congéneres do PSI20, ponderadas as características da Sociedade.

A Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade, nem tem conhecimento de que os mesmos o hajam feito com terceiros.

A ausência de um período de diferimento da remuneração variável torna desnecessária a existência de mecanismos destinados a impedir a celebração por Administradores Executivos de contratos que subvertam a razão de ser dessa componente da remuneração.

Relativamente à Comissão de Auditoria, a remuneração dos seus Membros continua a ser composta, exclusivamente, por uma componente fixa. Tal como a remuneração dos Administradores que não desempenham funções executivas na Sociedade.

No que concerne aos Administradores que integrem Comissões Especializadas (compostas ou não exclusivamente por Administradores) e que não exercem funções executivas na Sociedade, a Comissão de Vencimentos entendeu adequado manter a atribuição de senhas de presença, tendo em atenção que as funções exercidas nas referidas Comissões implicam uma maior exigência em termos de disponibilidade.

De igual forma, no que diz respeito aos Administradores com funções não executivas que integrem órgãos de fiscalização das sociedades subsidiárias da Sociedade, uma vez que tal encargo decorrerá do exercício das suas funções enquanto Administradores, a Comissão de Vencimentos entendeu adequado atribuir-lhes senhas de presença.

Tal como estabelecido pela Comissão de Vencimentos em 2010, mantiveram-se os *fringe benefits* seguro de vida e de saúde para Administradores com funções executivas.

O Revisor Oficial de Contas é remunerado de acordo com contrato de prestação de serviços de revisão das contas com o Grupo Jerónimo Martins, o qual abrange a quase totalidade das suas subsidiárias. A respectiva remuneração deverá estar em linha com o que se pratica no mercado.

Na Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos, melhor descrito no ponto 76.

A Política de Remunerações foi sujeita à apreciação da Assembleia Geral Anual realizada no ano transacto.

70. Informação Sobre o Modo Como a Remuneração É Estruturada de Forma a Permitir o Alinhamento dos Interesses dos Membros do Órgão de Administração com os Interesses de Longo Prazo da Sociedade, bem como Sobre o Modo Como é Baseada na Avaliação do Desempenho e Desincentiva a Assunção Excessiva de Riscos

Como resulta da Política de Remunerações descrita no ponto 69, a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos Membros do Conselho de Administração com os interesses de longo prazo da Sociedade.

A fixação de componentes de remuneração fixa e variável, a dependência da definição da remuneração variável da verificação de vários factores objectivos, nomeadamente

o crescimento real da empresa, a riqueza criada para os accionistas, a implementação de projectos transversais às Companhias do Grupo que assegurem a competitividade futura dos negócios e a sustentabilidade a longo prazo, determinam que o desempenho da gestão da Sociedade seja efectuado tendo em atenção os interesses da Sociedade e dos accionistas, não só no curto prazo, mas também no médio e no longo prazo.

Como referido no ponto 69, a Sociedade não celebrou com os Administradores quaisquer contratos que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração fixada pela Sociedade.

71. Referência à Existência de Uma Componente Variável da Remuneração e Informação Sobre Eventual Impacto da Avaliação de Desempenho Nesta Componente

A remuneração de Administradores com funções executivas compreende uma componente variável dependente, para além do mais, de avaliação de desempenho. Ver ponto 69.

72. Diferimento do Pagamento da Componente Variável da Remuneração, com Menção do Período de Diferimento

Não existe um período de diferimento de pagamento da remuneração variável. Ver ponto 69.

73. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Acções Bem Como Sobre a Manutenção, Pelos Administradores Executivos, Dessas Acções, Sobre Eventual Celebração de Contratos Relativos a Essas Acções, Designadamente Contratos de Cobertura (*Hedging*) ou de Transferência de Risco, Respectivo Limite, e Sua Relação Face ao Valor da Remuneração Total Anual

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B do CVM.

74. Critérios em Que se Baseia a Atribuição de Remuneração Variável em Opções e Indicação de Período de Diferimento e do Preço de Exercício

A Sociedade não tem qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções aos Administradores e dirigentes na acepção do n.º 3 do Artigo 248.º-B do CVM.

75. Principais Parâmetros e Fundamentos de Qualquer Sistema de Prémios Anuais e de Quaisquer Outros Benefícios Não Pecuniários

Ver pontos 69 a 71. Os Administradores com funções executivas beneficiam ainda dos *fringe benefits* seguro de vida e de saúde.

76. Principais Características dos Regimes Complementares de Pensões ou de Reforma Antecipada Para os Administradores e Data em Que Foram Aprovados em Assembleia Geral, em Termos Individuais

Em Assembleia Geral Anual de 2005, foi aprovado um Plano de Pensão de Reforma para os Administradores Executivos.

Trata-se de um Plano de Pensões de Contribuição Definida, em que é fixado previamente o valor da contribuição - sendo actualmente a percentagem de desconto mensal para o Fundo de 17,5% - variando o valor dos benefícios em função dos rendimentos obtidos. Cabe à Comissão de Vencimentos a definição da taxa de contribuição da empresa e da contribuição inicial.

São considerados Participantes do Plano, tal como definidos no respectivo regulamento, os Administradores Executivos da Sociedade, sendo que, no caso específico dos Administradores Executivos que se encontrassem em funções à data da Assembleia Geral de 2005, aqueles que optassem pelo presente Plano de Pensões deixariam de estar em condições de elegibilidade relativamente ao Plano de Complemento de Reforma, ao renunciarem expressa e irrevogavelmente a este.

A data da reforma coincide com o próprio dia ou o dia um do mês seguinte àquele em que o Participante complete a idade normal de reforma, conforme estabelecido no Regime Geral da Segurança Social. Um Participante será considerado em estado de invalidez total e permanente, se for reconhecido como tal pela Segurança Social Portuguesa.

O salário pensionável é o salário base líquido mensal pago pela Sociedade e por quaisquer sociedades suas subsidiárias directas ou indirectas, multiplicado por 14 e dividido por 12. A este valor mensal fixo acresce, no final de cada ano civil, um valor variável constituído por todos os valores auferidos a título de remuneração variável da referida Sociedade e sociedades subsidiárias.

Adicionalmente, para Administradores que se encontrassem em exercício de funções à data da referida Assembleia Geral de 2005, aplica-se o regime complementar de pensões ou de reforma, nos termos de cujo Regulamento têm direito a Complemento de Reforma os Administradores que, cumulativamente, tenham: i. mais de 60 anos; ii. exercido funções executivas; e iii. desempenhado cargos de Administrador há mais de 10 anos. Este complemento foi estabelecido na Assembleia Geral Anual de 1996 e apenas podem beneficiar do mesmo Administradores que não tenham optado pelo Plano de Pensão de Reforma anteriormente referido.

Subsecção IV Divulgação das Remunerações

77. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, pelos Membros dos Órgãos de Administração da Sociedade, Proveniente da Sociedade, Incluindo Remuneração Fixa e Variável e, Relativamente a Esta, Menção às Diferentes Componentes que lhe Deram Origem

A remuneração líquida auferida pelos Membros do Órgão de Administração, paga pela Sociedade, durante o exercício de 2016, totalizou 1.404.212,33 euros, correspondendo 1.033.212,33 euros a remuneração fixa, 157.500,00 euros a

remuneração variável e 213.500,00 euros de contribuições para o plano de pensão de reforma.

Na tabela abaixo encontram-se discriminados os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente aos Membros do Conselho de Administração:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)		
	Componente Fixa	Componente Variável	Plano de Pensões de Reforma
Pedro Soares dos Santos	220.500,00	157.500,00	189.000,00
Alan Johnson	172.712,33	-	24.500,00
Andrzej Szlezak	80.000,00	-	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	80.000,00	-	-
Artur Stefan Kirsten	70.000,00	-	-
Clara Christina Streit	80.000,00	-	-
Francisco Seixas da Costa	80.000,00	-	-
Hans Eggerstedt	80.000,00	-	-
Henrique Soares dos Santos	70.000,00	-	-
Nicolaas Pronk	-	-	-
Sérgio Tavares Rebelo	100.000,00	-	-

78. Montantes a Qualquer Título Pagos Por Outras Sociedades em Relação de Domínio ou de Grupo ou Que Se Encontrem Sujeitas a um Domínio Comum

Adicionalmente em relação aos valores referidos no ponto 77, foi pago a Administradores por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo com a Sociedade durante o exercício de 2016 um valor total ilíquido de 778.500,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios ilíquidos pagos individualmente:

Administrador	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável
Pedro Soares dos Santos ¹	409.500,00	292.500,00
Andrzej Szlezak ²	25.500,00	-
Francisco Seixas da Costa ²	5.500,00	-
Hans Eggerstedt ²	5.500,00	-
Sérgio Tavares Rebelo ²	40.000,00	-

¹ Por exercício de funções em órgão de administração

² Por exercício de funções em órgão de fiscalização

79. Remuneração Paga Sob a Forma de Participação nos Lucros e/ou de Pagamento de Prémios e os Motivos Por Que Tais Prémios e/ou Participação nos Lucros Foram Concedidos

A Sociedade não pagou a Administradores quaisquer remunerações sob a forma de participação nos lucros ou prémios (para além da remuneração variável referida nos pontos 77 e 78, definida nos termos da Política de Remunerações descrita no ponto 69).

80. Indemnizações Pagas ou Devidas a Ex-Administradores Executivos Relativamente à Cessação Das Suas Funções Durante o Exercício

Não foi paga durante o exercício, nem existe qualquer obrigação de pagamento de indemnização, em caso de cessação das funções durante o mandato do Órgão de Administração.

81. Indicação do Montante Anual da Remuneração Auferida, de Forma Agregada e Individual, Pelos Membros dos Órgãos de Fiscalização da Sociedade, Para Efeitos da Lei N.º 28/2009, de 19 de Junho

A remuneração auferida pelos Membros da Comissão de Auditoria, nessa qualidade, de forma agregada foi no montante líquido de 48.000,00 euros, encontrando-se discriminados na tabela infra os valores remuneratórios líquidos pagos individualmente:

Comissão de Auditoria	Remunerações Pagas (euros)	
	Componente Fixa	Componente Variável
Sérgio Tavares Rebelo (Presidente)	16.000,00	-
Hans Eggerstedt	16.000,00	-
Clara Christina Streit	12.000,00	-
António Pedro de Carvalho Viana-Baptista	4.000,00	-

82. Indicação da Remuneração No Ano de Referência do Presidente da Mesa da Assembleia Geral

A remuneração paga pela Sociedade ao Presidente da Mesa da Assembleia Geral no ano em referência foi no montante de 5.000,00 euros.

Subsecção V

Acordos com Implicações Remuneratórias

83. Limitações Contratuais Previstas Para a Compensação a Pagar por Destituição Sem Justa Causa de Administrador e Sua Relação Com a Componente Variável da Remuneração

Não existem limitações contratuais previstas para a compensação a pagar a Administradores em caso de destituição sem justa causa, sendo esta matéria regulada pela legislação aplicável.

84. Referência à Existência e Descrição, Com Indicação dos Montantes Envolvidos, de Acordos Entre a Sociedade e os Titulares do Órgão de Administração e Dirigentes, na Aceção do n.º 3 do Art. 248.º-B do Código dos Valores Mobiliários, que Prevejam Indemnizações em caso de Demissão, Despedimento Sem Justa Causa ou Cessação da Relação de Trabalho na Sequência de Uma Mudança de Controlo da Sociedade (Art. 245.º-A, n.º 1, al. I) CVM)

Não existem acordos entre a Sociedade e os titulares dos Órgãos de Administração, dirigentes ou trabalhadores que prevejam indemnizações em caso de demissão,

despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho em sequência de mudança de controlo da Sociedade.

Subsecção VI

Planos de Atribuição de Acções ou Opções sobre Acções ("Stock Options")

85. Identificação do Plano e dos Respective Destinatários

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

86. Caracterização do Plano (Condições de Atribuição, Cláusulas de Inalienabilidade de Acções, Critérios Relativos ao Preço das Acções e o Preço de Exercício das Opções, Período Durante o Qual as Opções Podem Ser Exercidas, Características das Acções ou Opções a Atribuir, Existência de Incentivos Para a Aquisição de Acções e ou o Exercício de Opções)

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de acções ou de opções de aquisição de acções.

87. Direitos de Opção Atribuídos Para a Aquisição de Acções ("Stock Options") De Que sejam Beneficiários os Trabalhadores e Colaboradores da Empresa

A Sociedade não tem em vigor qualquer tipo de plano de atribuição de opções de aquisição de acções.

88. Mecanismos de Controlo Previstos Num Eventual Sistema de Participação dos Trabalhadores no Capital na Medida em que os Direitos de Voto Não Sejam Exercidos Directamente Por Estes (Art. 245.º-A, n.º 1, al. e) CVM)

Na Sociedade não existe qualquer sistema de participação de trabalhadores no capital.

Secção E TRANSACÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

Subsecção I Mecanismos e Procedimentos de Controlo

89. Mecanismos Implementados Pela Sociedade Para Efeitos de Controlo de Transacções Com Partes Relacionadas

Negócios com Membros do Órgão de Administração

Os negócios entre a Sociedade e os seus Administradores, quando existam, ficam sujeitos ao disposto no Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que só podem ser celebrados mediante deliberação do Conselho de Administração que os autorize, na qual o Administrador interessado não pode votar, e que deverá ser precedida de parecer favorável da Comissão de Auditoria.

Tendo em conta a eleição de Andrzej Szlezak (sócio da sociedade de advogados Sołtysiński Kawecki & Szlezak (SK&S), um dos *External Legal Counsel* do Grupo Jerónimo Martins) para o cargo de Administrador de Jerónimo Martins, para o mandato 2013-2015, o Conselho de Administração autorizou, desde 2013, nos termos do n.º 2 do Artigo 397.º do Código das Sociedades Comerciais e com o parecer favorável da Comissão de Auditoria, a manutenção de contratos de prestação de serviços jurídicos entre a Sociedade e as suas subsidiárias e a referida firma.

Durante o exercício de 2016, a Comissão de Auditoria emitiu parecer prévio favorável, nos termos do disposto no n.º 2 do artigo 297.º do Código das Sociedades Comerciais, à venda da subsidiária da Sociedade, Monterroio – Industry & Investments B.V., à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. (com quem a Sociedade partilha Administrador comum), bem como à recompra pelo Grupo, através da sociedade Tagus – Retail & Services Investments B.V., de Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A. e de 51% do capital de Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A., tudo conforme melhor referido no ponto 10.

Negócios com Outras Partes Relacionadas

O Conselho de Administração adoptou os procedimentos e critérios deliberados pela Comissão de Auditoria no âmbito de negócios com outras partes relacionadas. Ver ponto 91.

90. Indicação das Transacções Que Foram Sujeitas a Controlo no Ano de Referência

Em 2016, foram sujeitas a controlo as transacções mencionadas no ponto 10., relativas à venda da subsidiária Monterroio – Industry & Investments B.V. à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V., bem como a recompra pelo Grupo da totalidade do capital da Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A. e a participação de 51% no capital da Hussel Ibéria - Chocolates e Confeitaria, S.A., através da sociedade Tagus – Retail & Services Investments B.V.

91. Descrição dos Procedimentos e Critérios Aplicáveis à Intervenção do Órgão de Fiscalização para Efeitos da Avaliação prévia dos Negócios a Realizar Entre a Sociedade e Titulares de Participação Qualificada ou Entidades Que Com Eles Estejam em Qualquer Relação, nos Termos do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários

Neste ponto, cumpre referir que em termos de procedimento a Comissão de Auditoria tem como competência, de acordo com o respectivo Regulamento, emitir parecer prévio sobre negócios de relevância significativa entre a Sociedade e os seus accionistas titulares de participação qualificada – ou entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, estabelecendo os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância.

A Comissão de Auditoria aprovou o procedimento e os critérios a aplicar nestas situações.

Assim, ficam sujeitos a avaliação e parecer prévio da Comissão de Auditoria, os negócios ou operações entre, por um lado, a Sociedade ou as sociedades integrantes do Grupo Jerónimo Martins e, por outro, os titulares de Participações Qualificadas ou entidades que com eles se encontrem em qualquer relação, que preencham um dos seguintes critérios:

- a) tenham um valor igual ou superior a 3 (três) milhões de euros ou a 20% das vendas do accionista em causa;
- b) embora tenham um valor inferior ao resultante da aplicação dos critérios referidos na alínea anterior, quando somados com o valor dos demais negócios celebrados com o mesmo accionista titular de Participação Qualificada durante o mesmo exercício, perfaçam um valor acumulado igual ou superior a cinco milhões de euros;
- c) independentemente do valor, possam causar um impacto material na reputação da Sociedade, no que respeita à sua independência nas relações com titulares de Participações Qualificadas.

Nesta medida, as transacções referidas no ponto 90 foram sujeitas a parecer prévio da Comissão de Auditoria, o qual, para além de toda a informação disponibilizada pelos órgãos executivos da Sociedade, baseou-se em informação independente realizada por entidade externa ao Grupo Jerónimo Martins.

Subsecção II

Elementos Relativos aos Negócios

92. Indicação do Local dos Documentos de Prestação de Contas Onde Está Disponível Informação Sobre os Negócios Com Partes Relacionadas, de Acordo Com a IAS 24

A informação sobre negócios com partes relacionadas encontra-se na nota 27 – Partes Relacionadas do Capítulo III do Relatório e Contas.

PARTE II – AVALIAÇÃO DO GOVERNO SOCIETÁRIO

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades Adoptado

A Sociedade adoptou o Código de Governo das Sociedades da CMVM (que se encontra publicado no sítio desta instituição em <http://www.cmvm.pt/cmvm/recomendacao/recomendacoes/Pages/default.aspx>), por entender que o mesmo assegura um nível adequado de protecção dos interesses dos accionistas e de transparência do Governo Societário.

A Sociedade rege-se ainda pelo seu Código de Conduta, cujo conteúdo coteja com aspectos ligados ao governo da mesma, e que pode ser consultado no seu sítio institucional. Todos os seus Órgãos Sociais se regem por regulamentos, documentação que igualmente se encontra disponibilizada no sítio institucional da Sociedade em www.jeronimomartins.pt.

2. Análise do Cumprimento do Código do Governo das Sociedades Adoptado

2.1. Declaração de Cumprimento

A Sociedade cumpre na sua essência as recomendações da CMVM ínsitas no Código de Governo das Sociedades de 2013. Admite-se, porém, que existem algumas recomendações que não foram adoptadas na íntegra conforme melhor se refere infra.

De seguida, apresenta-se a indicação discriminada das recomendações contidas no Código de Governo das Sociedades da CMVM, as adoptadas, as adoptadas parcialmente, as não adoptadas e as não aplicáveis, bem como remissão para o texto do Relatório onde se pode aferir o cumprimento ou a justificação para a não adopção ou adopção parcial destas recomendações.

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I. VOTAÇÃO E CONTROLO DA SOCIEDADE		
I.1. As sociedades devem incentivar os seus accionistas a participar e a votar nas assembleias gerais, designadamente não fixando um número excessivamente elevado de acções necessárias para ter direito a um voto e implementando os meios indispensáveis ao exercício do direito de voto por correspondência e por via electrónica.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
I.2. As sociedades não devem adoptar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus accionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12
I.3. As sociedades não devem estabelecer mecanismos que tenham por efeito provocar o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada acção ordinária, salvo se devidamente fundamentados em função dos interesses de longo prazo dos accionistas.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 12

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
I.4. Os estatutos das sociedades que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único accionista, de forma individual ou em concertação com outros accionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, será sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária – sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal – e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção I, ponto 13
I.5. Não devem ser adoptadas medidas que tenham por efeito exigir pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem susceptíveis de prejudicar a livre transmissibilidade das acções e a livre apreciação pelos accionistas do desempenho dos titulares do órgão de administração.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção I, pontos 4 e 5, e Secção B, Subsecção I, ponto 12

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II. SUPERVISÃO, ADMINISTRAÇÃO E FISCALIZAÇÃO		
II.1. Supervisão e Administração		
II.1.1. Dentro dos limites estabelecidos por lei, e salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o conselho de administração deve delegar a administração quotidiana da sociedade, devendo as competências delegadas ser identificadas no relatório anual sobre o Governo da Sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, Pontos 21 e 28
II.1.2. O Conselho de Administração deve assegurar que a sociedade actua de forma consentânea com os seus objectivos, não devendo delegar a sua competência, designadamente, no que respeita a: <i>i)</i> definir a estratégia e as políticas gerais da sociedade; <i>ii)</i> definir a estrutura empresarial do grupo; <i>iii)</i> decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante, risco ou às suas características especiais.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
II.1.3. O Conselho Geral e de Supervisão, além do exercício das competências de fiscalização que lhes estão cometidas, deve assumir plenas responsabilidades ao nível do governo da sociedade, pelo que, através de previsão estatutária ou mediante via equivalente, deve ser consagrada a obrigatoriedade de este órgão se pronunciar sobre a estratégia e as principais políticas da sociedade, a definição da estrutura empresarial do grupo e as decisões que devam ser consideradas estratégicas devido ao seu montante ou risco. Este órgão deverá ainda avaliar o cumprimento do plano estratégico e a execução das principais políticas da sociedade.	Não aplicável	
II.1.4. Salvo por força da reduzida dimensão da sociedade, o Conselho de Administração e o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo adoptado, devem criar as comissões que se mostrem necessárias para: a) assegurar uma competente e independente avaliação do desempenho dos administradores executivos e do seu próprio desempenho global, bem assim como das diversas comissões existentes; b) reflectir sobre sistema estrutura e as práticas de governo adoptado, verificar a sua eficácia e propor aos órgãos competentes as medidas a executar tendo em vista a sua melhoria.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 24, 25 e 29, e Secção D, Subsecção III, ponto 69

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
<p>II.1.5. O Conselho de Administração ou o Conselho Geral e de Supervisão, consoante o modelo aplicável, devem fixar objectivos em matéria de assunção de riscos e criar sistemas para o seu controlo, com vista a garantir que os riscos efectivamente incorridos são consistentes com aqueles objectivos.</p>	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção III, pontos 50, 52 e 54
<p>II.1.6. O Conselho de Administração deve incluir um número de membros não executivos que garanta efectiva capacidade de acompanhamento, supervisão e avaliação da actividade dos restantes membros do órgão de administração.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 18
<p>II.1.7. Entre os administradores não executivos deve contar-se uma proporção adequada de independentes, tendo em conta o modelo de governação adoptado, a dimensão da sociedade e a sua estrutura accionista e o respectivo <i>free float</i>.</p> <p>A independência dos membros do Conselho Geral e de Supervisão e dos membros da Comissão de Auditoria afere-se nos termos da legislação vigente, e quanto aos demais membros do Conselho de Administração considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade nem se encontre em alguma circunstância susceptível de afectar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:</p> <p>a. ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;</p> <p>b. ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma directa ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa colectiva;</p> <p>c. ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;</p> <p>d. viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha recta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores ou de pessoas singulares titulares directa ou indirectamente de participação qualificada;</p> <p>e. ser titular de participação qualificada ou representante de um accionista titular de participações qualificadas.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 18
<p>II.1.8. Os administradores que exerçam funções executivas, quando solicitados por outros membros dos órgãos sociais, devem prestar, em tempo útil e de forma adequada ao pedido, as informações por aqueles requeridas.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 21
<p>II.1.9. O presidente do órgão de administração executivo ou da comissão executiva deve remeter, conforme aplicável, ao Presidente do Conselho de Administração, ao Presidente do Conselho Fiscal, ao Presidente da Comissão de Auditoria, ao Presidente do Conselho Geral e de Supervisão e ao Presidente da Comissão para as Matérias Financeiras, as convocatórias e as actas das respectivas reuniões.</p>	Não aplicável	
<p>II.1.10. Caso o presidente do órgão de administração exerça funções executivas, este órgão deverá indicar, de entre os seus membros, um administrador independente que assegure a coordenação dos trabalhos dos demais membros não executivos e as condições para que estes possam decidir de forma independente e informada ou encontrar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.</p>	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, Ponto 21

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II.2. Fiscalização		
II.2.1. Consoante o modelo aplicável, o presidente do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria ou da Comissão para as Matérias Financeiras deve ser independente, de acordo com o critério legal aplicável, e possuir as competências adequadas ao exercício das respectivas funções.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 19 e Subsecção III, pontos 32 e 33
II.2.2. O órgão de fiscalização deve ser o interlocutor principal do auditor externo e o primeiro destinatário dos respectivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respectiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30
II.2.3. O órgão de fiscalização deve avaliar anualmente o auditor externo e propor ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, e Subsecção V, ponto 45
II.2.4. O órgão de fiscalização deve avaliar o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de riscos e propor os ajustamentos que se mostrem necessários.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30 e Secção C, Subsecção III, ponto 52
II.2.5. A Comissão de Auditoria, o Conselho Geral e de Supervisão e o Conselho Fiscal devem pronunciar-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços de auditoria interna e aos serviços que velem pelo cumprimento das normas aplicadas à sociedade (serviços de <i>compliance</i>), e devem ser destinatários dos relatórios realizados por estes serviços pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais ilegalidades.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, ponto 29 e Secção C, Subsecção III, ponto 50
II.3. Fixação de Remunerações		
II.3.1. Todos os membros da Comissão de Remunerações ou equivalente devem ser independentes relativamente aos membros executivos do órgão de administração e incluir pelo menos um membro com conhecimentos e experiência em matérias de política de remuneração.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
II.3.2. Não deve ser contratada para apoiar a Comissão de Remunerações no desempenho das suas funções qualquer pessoa singular ou colectiva que preste ou tenha prestado, nos últimos três anos, serviços a qualquer estrutura na dependência do órgão de administração, ao próprio órgão de administração da sociedade ou que tenha relação actual com a sociedade ou com consultora da sociedade. Esta recomendação é aplicável igualmente a qualquer pessoa singular ou colectiva que com aquelas se encontre relacionada por contrato de trabalho ou prestação de serviços.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção II, ponto 67
II.3.3. A declaração sobre a política de remunerações dos órgãos de administração e fiscalização a que se refere o artigo 2.º da Lei n.º 28/2009, de 19 de Junho, deverá conter, adicionalmente: a) identificação e explicitação dos critérios para a determinação da remuneração a atribuir aos membros dos órgãos sociais; b) informação quanto ao montante máximo potencial, em termos individuais, e ao montante máximo potencial, em termos agregados, a pagar aos membros dos órgãos sociais, e identificação das circunstâncias em que esses montantes máximos podem ser devidos; d) informação quanto à exigibilidade ou inexigibilidade de pagamentos relativos à destituição ou cessação de funções de administradores.	Parcialmente adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Parte II, ponto 2.1, al. a)

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
II.3.4. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de planos de atribuição de acções, e/ou de opções de aquisição de acções ou com base nas variações do preço das acções, a membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do plano.	Não aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 73 e 74
II.3.5. Deve ser submetida à Assembleia Geral a proposta relativa à aprovação de qualquer sistema de benefícios de reforma estabelecidos a favor dos membros dos órgãos sociais. A proposta deve conter todos os elementos necessários para uma avaliação correcta do sistema.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 76
III. REMUNERAÇÕES		
III.1. A remuneração dos membros executivos do órgão de administração deve basear-se no desempenho efectivo e desincentivar a assunção excessiva de riscos.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69
III.2. A remuneração dos membros não executivos do órgão de administração e a remuneração dos membros do órgão de fiscalização não deve incluir nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção II, pontos 17 e 18, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Subsecção IV, pontos 77, 78 e 79
III.3. A componente variável da remuneração deve ser globalmente razoável em relação à componente fixa da remuneração, e devem ser fixados limites máximos para todas as componentes.	Não adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Parte II, ponto 2.1. als. a) e b)
III.4. Uma parte significativa da remuneração variável deve ser diferida por um período não inferior a três anos, e o direito ao seu recebimento deve ficar dependente da continuação do desempenho positivo da sociedade ao longo desse período.	Não adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 72 e Parte II, ponto 2.1. al. c)
III.5. Os membros do órgão de administração não devem celebrar contratos, quer com a sociedade, quer com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes for fixada pela sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69
III.6. Até ao termo do seu mandato devem os administradores executivos manter as acções da sociedade a que tenham acedido por força de esquemas de remuneração variável, até ao limite de duas vezes o valor da remuneração total anual, com excepção daquelas que necessitem ser alienadas com vista ao pagamento de impostos resultantes do benefício dessas mesmas acções.	Não aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69, 73 e 74
III.7. Quando a remuneração variável compreender a atribuição de opções, o início do período de exercício deve ser diferido por um prazo não inferior a três anos.	Não aplicável	Parte I, Secção D, Subsecção III, pontos 69 e 74
III.8. Quando a destituição de administrador não decorra de violação grave dos seus deveres nem da sua inaptidão para o exercício normal das respectivas funções mas, ainda assim, seja reconduzível a um inadequado desempenho, deverá a sociedade encontrar-se dotada dos instrumentos jurídicos adequados e necessários para que qualquer indemnização ou compensação, além da legalmente devida, não seja exigível.	Adoptada	Parte I, Secção D, Subsecção III, ponto 69 e Subsecção V, ponto 84

RECOMENDAÇÃO	STATUS RELATIVO À ADOÇÃO	REMISSÃO PARA O TEXTO DO RGS
IV. AUDITORIA		
IV.1. O auditor externo deve, no âmbito das suas competências, verificar a aplicação das políticas e sistemas de remunerações dos órgãos sociais, a eficácia e o funcionamento dos mecanismos de controlo interno e reportar quaisquer deficiências ao órgão de fiscalização da sociedade.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção V, ponto 42
IV.2. A sociedade ou quaisquer entidades que com ela mantenham uma relação de domínio não devem contratar ao auditor externo, nem a quaisquer entidades que com ele se encontrem em relação de grupo ou que integrem a mesma rede, serviços diversos dos serviços de auditoria. Havendo razões para a contratação de tais serviços – que devem ser aprovados pelo órgão de fiscalização e explicitadas no seu Relatório Anual sobre o Governo da Sociedade – eles não devem assumir um relevo superior a 30% do valor total dos serviços prestados à sociedade.	Parcialmente adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção III, ponto 30, Subsecção III, ponto 37, Subsecção V, ponto 46, e Parte II, ponto 2.1, al. d)
IV.3. As sociedades devem promover a rotação do auditor ao fim de dois ou três mandatos, conforme sejam respectivamente de quatro ou três anos. A sua manutenção além deste período deverá ser fundamentada num parecer específico do órgão de fiscalização que pondere expressamente as condições de independência do auditor e as vantagens e os custos da sua substituição.	Adoptada	Parte I, Secção B, Subsecção V, ponto 44
V. CONFLITOS DE INTERESSES E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS		
V.1. Os negócios da sociedade com acionistas titulares de participação qualificada, ou com entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários, devem ser realizados em condições normais de mercado.	Adoptada	Parte I, Secção A, Subsecção II, ponto 10, Secção E, Subsecção I, pontos 89 e 91
V.2. O órgão de supervisão ou de fiscalização deve estabelecer os procedimentos e critérios necessários para a definição do nível relevante de significância dos negócios com accionistas titulares de participação qualificada – ou com entidades que com eles estejam em qualquer uma das relações previstas no n.º 1 do Art. 20.º do Código dos Valores Mobiliários –, ficando a realização de negócios de relevância significativa dependente de parecer prévio daquele órgão.	Adoptada	Parte I, Secção E, Subsecção I, ponto 91
VI. INFORMAÇÃO		
VI.1. As sociedades devem proporcionar, através do seu sítio na Internet, em português e inglês, acesso a informações que permitam o conhecimento sobre a sua evolução e a sua realidade actual em termos económicos, financeiros e de governo.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção IV, ponto 56 e Subsecção V, ponto 59
VI.2. As sociedades devem assegurar a existência de um gabinete de apoio ao investidor e de contacto permanente com o mercado, que responda às solicitações dos investidores em tempo útil, devendo ser mantido um registo dos pedidos apresentados e do tratamento que lhe foi dado.	Adoptada	Parte I, Secção C, Subsecção IV, pontos 56 e 58

À luz do texto recomendatório em causa, as seguintes recomendações, também referenciadas na tabela supra, não foram cumpridas na íntegra. Seguem-se as correspondentes explicações.

a) Relativamente à **alínea b)** da **recomendação II.3.3.**, cabe explicar que a matéria relativa à remuneração dos Administradores, incluindo a fixação de limites máximos para todas as componentes da remuneração, se encontra na exclusiva disponibilidade da Comissão de Vencimentos, órgão emanado da Assembleia Geral da Sociedade e independente do Conselho de Administração. Desta forma, o cabal cumprimento da recomendação em apreço é da exclusiva competência da Comissão de Vencimentos, tendo esta decidido não dar cumprimento ao recomendado, em virtude de entender que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos Administradores Executivos é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo e está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres, ponderadas as características da Sociedade.

b) Quanto à **recomendação III.3.**: ver a explicação constante da alínea anterior.

c) Relativamente à **recomendação III.4.**, cumpre referir que a Política de Remuneração da Sociedade não prevê o diferimento do pagamento de toda ou de parte da componente variável da remuneração, acreditando a Comissão de Vencimentos ter encontrado, até ao momento, os mecanismos que permitem o alinhamento entre os interesses de Administradores Executivos e os interesses de longo prazo da Sociedade e dos accionistas, ao possibilitar o crescimento sustentado dos negócios desta e a correspondente criação de valor para aqueles.

d) No que respeita à **recomendação IV.2.** cabe explicar que, em 2011, a Comissão de Auditoria estabeleceu as regras relativas à prestação de serviços de consultoria pelo Auditor Externo, tendo determinado: i. a possibilidade da contratação dos mesmos, desde que a independência do auditor seja assegurada; e ii. a obrigatoriedade da aprovação prévia por esta Comissão, logo que o montante global acumulado deste tipo de serviços ultrapasse, em determinado ano, 10% dos honorários globais para os serviços de auditoria. A Comissão de Auditoria entende que a prestação de serviços diferentes dos de auditoria até ao referido montante de 10% não é susceptível de afectar a independência do auditor. Mais entende que esta solução é a mais adequada à plurilocalização geográfica do Grupo e às necessidades específicas das suas subsidiárias sediadas noutras jurisdições.

3. Outras Informações

Não existem outros elementos ou informações adicionais que sejam relevantes para a compreensão do modelo e das práticas de governo adoptadas.

V.

**Responsabilidade Corporativa
na Criação de Valor**

1. A Nossa Abordagem	190
2. Envolvimento com os Stakeholders	193
3. Highlights 2016	196
4. Promover a Saúde pela Alimentação	198
4.1. Introdução	198
4.2. Qualidade e Diversidade	198
4.3. Qualidade e Segurança Alimentar	204
5. Respeitar o Ambiente	208
5.1. Introdução	208
5.2. Biodiversidade	208
5.3. Alterações Climáticas	209
5.4. Gestão de Resíduos	214
5.5. Infra-estruturas Eco-eficientes	217
5.6. Sensibilização de Colaboradores e Consumidores	217
5.7. Parcerias e Apoios	219
6. Comprar com Responsabilidade	220
6.1. Introdução	220
6.2. Compromisso: Fornecedores Locais	220
6.3. Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador	223
6.4. Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção	224
6.5. Auditorias a Fornecedores	226
6.6. Formação a Fornecedores	228
7. Apoiar as Comunidades Envolventes	229
7.1. Introdução	229
7.2. Gestão da Política	229
7.3. Apoios Directos	229
7.4. Voluntariado Interno e Outras Campanhas	232
7.5. Apoios Indirectos	233
7.6. Outros Apoios	234
8. Ser um Empregador de Referência	236
8.1. Introdução	236
8.2. Princípios e Valores	236
8.3. Comunicação com os Colaboradores	237
8.4. Atracção e Retenção de Talento	238
8.5. Desenvolvimento e Remuneração	239
8.6. Formação	240
8.7. Segurança no Trabalho	243
8.8. Responsabilidade Social Interna	245
9. Compromissos para 2015-2017	248
10. Os Princípios Global Compact	253

1. A Nossa Abordagem

Com mais de dois séculos de história, o Grupo Jerónimo Martins trabalha para criar valor de forma sustentada, respeitando a qualidade de vida das gerações presentes e futuras e procurando mitigar, tanto quanto possível, o impacto das suas actividades sobre os ecossistemas. A estratégia de Responsabilidade Corporativa, transversal às Companhias do Grupo, é constituída por cinco eixos:

I - Promover a Saúde pela Alimentação

A promoção da saúde pela alimentação materializa-se em duas estratégias de actuação:

- i. fomentar a qualidade e diversidade dos produtos alimentares que as Companhias comercializam;
- ii. assegurar a segurança alimentar no sentido mais lato, abrangendo a disponibilidade, acessibilidade e sustentabilidade dos produtos comercializados.

II - Respeitar o Ambiente

Consciente dos impactes gerados pelos seus negócios, o Grupo tem por objectivo promover a gestão eficiente de recursos, aliada à preservação ambiental. As suas acções são focadas em três áreas prioritárias: alterações climáticas, biodiversidade e gestão de resíduos.

III - Comprar com Responsabilidade

As Companhias do Grupo estão sensibilizadas para as origens e processos produtivos dos produtos que desenvolvem e adquirem, procurando integrar preocupações éticas, sociais e ambientais nas decisões relativas às suas cadeias de abastecimento. O Grupo está empenhado em desenvolver relacionamentos comerciais duradouros, praticar preços justos e apoiar activamente a produção local nos países onde opera.

IV - Apoiar as Comunidades Envolventes

O Grupo está fortemente comprometido com as comunidades dos países onde opera, promovendo a coesão social e procurando contribuir para quebrar ciclos de pobreza e malnutrição, através de apoios a projectos e causas junto dos grupos mais frágeis da sociedade: crianças e jovens, e idosos carenciados.

V - Ser um Empregador de Referência

Através da criação de emprego, o Grupo pretende estimular o desenvolvimento socioeconómico nos mercados onde actua. Para tal, promove políticas salariais equilibradas e um ambiente de trabalho estimulante e positivo, numa relação de compromisso firme com os seus colaboradores, que são alvo também de políticas de responsabilidade social, extensíveis às suas famílias.

Grupo Jerónimo Martins incluído nos Índices FTSE Russel

A abordagem do Grupo e o seu desempenho no âmbito dos pilares de Responsabilidade Corporativa têm vindo a ser acompanhados por um conjunto alargado de *stakeholders*, entre os quais analistas de Ambiente, Sociedade e *Governance* (ESG).

Em 2016, o Grupo Jerónimo Martins foi incluído – pela primeira vez – nos índices FTSE Russel: FTSE4Good Global Index e FTSE4Good Europe Index. A série FTSE4Good foi criada com o objectivo de auxiliar investidores a integrar critérios de ESG nas suas decisões de investimento. Os índices identificam as empresas que melhor gerem estes riscos e são utilizados, por exemplo, em produtos de investimento estruturados e como *benchmark* de desempenho.

Esta inclusão resulta do reconhecimento dos compromissos, acções e desempenho do Grupo na área da sustentabilidade e no desenvolvimento de longo prazo dos seus negócios.

Combate ao desperdício alimentar

Este tema faz parte da agenda de preocupações do Grupo há vários anos, através da forma como conduz os seus negócios para a eficiência da gestão das matérias-primas, ao longo da cadeia de valor das mesmas. O objectivo é claro: prevenir a produção de resíduos numa abordagem integrada nos cinco pilares da sua estratégia de Responsabilidade Corporativa:

- Promover a Saúde pela Alimentação, fornecendo sopas e salada pronta a comer, incorporando produtos não-padronizados para comercialização;
- Respeitar o Ambiente, procurando reduzir os resíduos gerados;
- Comprar com Responsabilidade, através da aquisição de produtos alimentares não-calibrados, que anteriormente tinham pouco ou nenhum valor económico. Esta prática assegurou o aproveitamento de mais de 13.300 toneladas de produtos no ano;
- Apoiar as Comunidades Envolventes, doando mais de 10 mil toneladas de alimentos a instituições sociais que chegam a centenas de pessoas necessitadas, contribuindo para o combate à fome e malnutrição;
- Ser um Empregador de Referência, formando colaboradores para a identificação, selecção e separação dos alimentos seguros para doação.

Em 2016, o Grupo foi reconhecido pelas suas acções pelos European Business Awards, tendo conquistado os prémios National Champion e Ruban d’Honneur na categoria “The Award for Environmental & Corporate Sustainability”. Neste âmbito, também a Ethical Corporation atribuiu uma menção honrosa na categoria de “Most Effective Domestic Community Investment”.

Modelo de Negócio e Relação com o Desenvolvimento Sustentável



2. Envolvimento com os Stakeholders

O envolvimento com as partes interessadas (*stakeholders*) desempenha, para o Grupo Jerónimo Martins, um papel relevante na definição e gestão dos aspectos materiais ao nível ambiental, social e económico, assim como na formulação da estratégia de comunicação. Numa óptica de melhoria contínua, o Grupo aprofunda o envolvimento com os *stakeholders* que dependem ou influenciam a sua actividade, utilizando diversos canais de comunicação com o objectivo de promover um maior alinhamento com as suas necessidades e expectativas.

<i>Stakeholders</i>	Interlocutores	Canais de Comunicação
Accionistas e Investidores	Direcção de Relações com Investidores.	<i>Website</i> corporativo, <i>e-mail</i> , relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências, <i>roadshows</i> , <i>Investor's Day</i> e assembleias gerais.
Analistas	Direcção de Relações com Investidores, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	<i>Website</i> corporativo, <i>e-mail</i> , relatórios e contas, revista corporativa semestral, comunicados financeiros, reuniões, conferências e <i>Investor's Day</i> .
Organismos Oficiais, Entidades de Supervisão e Autarquias Locais	Direcção de Relações com Investidores, Direcções Fiscais, Direcções Jurídicas, Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	<i>Website</i> corporativo, <i>e-mail</i> e correio físico, revista corporativa semestral e reuniões.
Fornecedores, Parceiros e Prestadores de Serviços	Direcções Comerciais, <i>Marketing</i> , Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Segurança Alimentar, Ambiente, Regionais de Operações, Técnicas, Expansão, TI e Comissão de Ética.	Portal JM Direct, visitas de acompanhamento, auditorias de qualidade e segurança alimentar, reuniões de negócios, contactos directos e revista corporativa semestral.
Colaboradores	Direcções de Recursos Humanos, Escola de Formação, Comissão de Ética e Serviços de Atendimento ao Colaborador.	Serviços de Atendimento ao Colaborador (linha telefónica, correio físico e eletrónico), revistas internas, intranet, reuniões operacionais e de gestão, relações interpessoais, avaliação anual de desempenho, sessões de formação e estudos de clima interno.
Clientes e Consumidores	Serviço de Apoio ao Cliente, Provedoria do Cliente e Comissão de Ética.	Linhas "verdes" de contacto telefónico, <i>e-mail</i> , <i>website</i> corporativo e correio físico.
Comunidades Locais	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Lojas e Centros de Distribuição.	Visitas de acompanhamento, reuniões, protocolos e parcerias/mecenato.
Jornalistas	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	<i>Website</i> corporativo, comunicados de imprensa, conferências de imprensa, reuniões, relatórios e contas e revista corporativa semestral.
ONGs e Associações	Direcção de Comunicação e Responsabilidade Corporativas.	Visitas de acompanhamento, reuniões, parcerias/mecenato e revista corporativa semestral.

Em 2016, e três anos passados sobre a realização do último exercício de auscultação junto dos seus *stakeholders*, o Grupo decidiu reavaliar os temas materiais a ter em consideração, quer ao nível da gestão, quer ao nível de reporte, no âmbito da sua estratégia de Responsabilidade Corporativa.

Este exercício foi realizado directamente – através de entrevistas e questionários – junto de todas as partes interessadas do Grupo, com excepção dos Organismos Oficiais, Entidades de Supervisão e Autarquias Locais, cujo processo de auscultação foi baseado numa análise de documentos legais e programas estratégicos em vigor.

De um total de mais de 4.790 respostas, nas quais se incluem as da gestão de topo do Grupo, foi possível confirmar a validade dos aspectos materiais que incorporam os planos estratégicos, dos quais se destacam, por ordem decrescente:

1. Qualidade e segurança alimentar;
2. Selecção de fornecedores com base em critérios de sustentabilidade;
3. Oferta de produtos de origem sustentável;
4. Condições laborais;
5. Preferência por fornecedores locais;
6. Envolvimento e apoio a colaboradores, às suas famílias e comunidades envolventes;
7. Oferta de produtos saudáveis;
8. Gestão e valorização dos resíduos;
9. Eficiência energética e redução dos consumos de água;
10. Gestão do relacionamento com fornecedores.

O reporte das acções do Grupo em cada um destes temas materiais poderá ser consultado ao longo deste capítulo, na área dedicada a cada um dos pilares de actuação que materializam o compromisso com o desenvolvimento sustentável.

No sentido, ainda, de assegurar o cumprimento, divulgação e reforço dos Princípios de Responsabilidade Corporativa, o Grupo conta com a Comissão de Governo da Sociedade e de Responsabilidade Corporativa, que colabora com o Conselho de Administração, e a Comissão de Ética, que acompanha a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta em todas as Companhias do Grupo.

As competências de cada uma destas Comissões estão desenvolvidas em www.jeronimomartins.pt, na área de “Investidor”.

A rede social profissional LinkedIn, que no final de 2016 contava mais de 87 mil seguidores, tem sido um meio importante para a divulgação sobre as actividades do Grupo, entre as quais se incluem as acções desenvolvidas no âmbito dos cinco pilares da Responsabilidade Corporativa. Neste contexto, ao longo de 2016, divulgaram-se 78 *posts* relacionados com a Responsabilidade Corporativa, tendo-se verificado mais de 2,4 milhões de impressões¹.

¹ Este indicador diz respeito ao número de vezes que cada *post* foi exibido a usuários do LinkedIn.

Organizações Não-Governamentais e Associações

O Grupo Jerónimo Martins integra, ao nível institucional e ao nível das suas Companhias, diversas organizações e iniciativas nacionais e internacionais na área da Responsabilidade Corporativa:

- BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável
- Carbon Disclosure Project (CDP)
- Forum Odpowiedzialnego Biznesu (Responsible Business Forum)
- Global Social Compliance Programme (GSCP)
- Grupo de Reflexão e Apoio à Cidadania Empresarial (GRACE)
- London Benchmarking Group (LBG)
- Retail Forum for Sustainability
- The Consumer Goods Forum (CGF)
- The Supply Chain Initiative (SCI)
- United Nations’ Global Compact
- We Mean Business

Para mais detalhes sobre o relacionamento com *stakeholders* e sobre as organizações que o Grupo integra consulte www.jeronimomartins.pt, na área de “Responsabilidade”.

3. Highlights 2016

Promover a Saúde pela Alimentação

- Reformularam-se nutricionalmente 109 produtos de Marca Própria, prevenindo a entrada no mercado de 152 toneladas de gordura, 142 toneladas de açúcar e 31 toneladas de sal;
- Em Portugal, lançaram-se 10 novos produtos da gama Pura Vida, elevando para 91 o total de referências. Esta gama destina-se a públicos com necessidades e/ou preferências dietéticas específicas, como produtos sem adição de açúcar, sem glúten ou sem lactose;
- Na Polónia, manteve-se a aposta em oferecer novas soluções a consumidores com necessidades alimentares especiais tendo aumentado o sortido de produtos sem glúten e sem lactose. No total, 34 referências chegaram ao mercado;
- Na Polónia, a Biedronka foi a primeira cadeia de distribuição a lançar a gama "Wolno Gotowane" (Cozinhado Lentamente), com o objectivo de oferecer aos consumidores produtos de conveniência saudáveis, utilizando técnicas de confecção de vaporização a vácuo;
- Em Portugal, na área de *Meal Solutions*, lançaram-se cinco novos pratos vegetarianos, entrando na oferta regular semanal das refeições nos restaurantes Pingo Doce.

Respeitar o Ambiente

- O Grupo Jerónimo Martins obteve uma pontuação global de "A-" no CDP Climate Change 2016, posicionando o Grupo no patamar "Liderança", mais perto de atingir a pontuação máxima (A);
- O consumo de energia por mil euros de vendas sofreu uma redução de 1,6%, face a 2015;
- Os 15 Centros de Distribuição da Biedronka obtiveram a certificação ambiental de acordo com a norma ISO 14001:2012;
- O Grupo registou um aumento da taxa de reciclagem de resíduos das operações em cerca de 1,2 p.p. face a 2015, contribuindo para o cumprimento do objectivo do triénio;
- A quantidade de resíduos de clientes recolhidos e encaminhados para valorização registou um aumento de 10% quando comparado com 2015.

Comprar com Responsabilidade

- Manteve-se o cumprimento do compromisso de aquisição de, no mínimo, 80% de produtos alimentares a fornecedores locais em todas as geografias onde o Grupo opera;
- O Grupo atingiu o objectivo de continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (e.g., UTZ, Marine Stewardship Council e Rainforest Alliance, entre outros) nos seus produtos de Marca Própria e Frescos, tendo lançado mais de 30 produtos com estas características em 2016;
- O Grupo Jerónimo Martins obteve, no CDP Forests 2016 uma pontuação global de "A-" para o óleo de palma, posicionando-o no patamar "Liderança", a um passo de atingir a pontuação máxima (A). As *commodities* soja, papel e madeira, e carne bovina obtiveram uma classificação de "B", correspondendo ao nível de "Gestão".

Apoio às Comunidades Envolventes

- O valor de apoios oferecidos pelo Grupo foi de cerca de 18 milhões de euros, um aumento de 3% quando comparado com 2015;
- Manteve-se o apoio à Academia do Johnson, o projecto comunitário que tem como missão o combate à exclusão social e ao abandono escolar de cerca de 140 crianças e jovens provenientes de comunidades vulneráveis de Lisboa;
- 63 lojas da Biedronka e sete Centros de Distribuição doaram, às dioceses locais da Caritas Polska e a outras instituições, cerca de 87 toneladas de excedentes alimentares que, estando aptos para consumo, não podem ser colocados à venda;
- O número de escolas envolvidas no programa *Sniadanie Daje Moc* (O Pequeno-Almoço dá Força) aumentou 5,8% face ao ano lectivo anterior para as 7.826, o que corresponde a mais de 65% das escolas primárias da Polónia. O programa abrangeu 195.650 crianças, um incremento de mais de 13 mil crianças;
- Na Colômbia, a Ara manteve o seu apoio ao programa "Madres Comunitarias" fornecendo regularmente géneros alimentares a 262 creches comunitárias. O número de crianças abrangidas aumentou 8%, para as 3.668, face a 2015.

Ser um Empregador de Referência

- O Grupo criou 7.206 postos de trabalho, representando um crescimento líquido de 8,1% face a 2015;
- O Grupo atribuiu 82 milhões de euros em prémios aos seus colaboradores e promoveu 8.714 colaboradores ao nível das lojas, Centros de Distribuição e estruturas centrais;
- A nível de segurança no trabalho, os índices de gravidade registaram o melhor desempenho desde 2010, atingindo 20,98 pontos, um resultado que se deve aos desempenhos dos colaboradores e ao investimento do Grupo em acções de formação, simulacros, campanhas de sensibilização e auditorias;
- O Grupo investiu mais de 16,6 milhões de euros em iniciativas de apoio social aos seus colaboradores. Foi iniciado o programa "SOS Dentista Júnior" destinado aos filhos dos colaboradores. Em Portugal, 279 crianças com idades compreendidas entre os sete e os 17 anos, iniciaram tratamento neste programa. Na Polónia, deu-se continuidade ao programa "Para a Escola com a Biedronka", através do qual foram apoiadas cerca 2.700 famílias sem condições financeiras para suportar as despesas escolares.

4. Promover a Saúde pela Alimentação

4.1. Introdução

Enquanto especialista alimentar, o Grupo assume como compromisso contribuir para a saúde e qualidade de vida dos seus milhões de clientes diários, por via da alimentação e da promoção do consumo responsável.

Este compromisso advém dos desafios impostos pelas sociedades onde está presente, pretendendo ser um agente activo no combate e na prevenção de doenças relacionadas com a alimentação, como a obesidade, a diabetes, a osteoporose e as doenças cardiovasculares. As Companhias do Grupo trabalham para oferecer produtos nutricionalmente equilibrados, menos processados e destinados à satisfação de necessidades dietéticas específicas, como as intolerâncias a determinados ingredientes como a lactose ou o glúten.

A promoção da saúde pela alimentação materializa-se em duas estratégias de actuação transversais aos países e sectores onde operamos: i. fomentar a qualidade e a diversidade da alimentação; e ii. garantir a segurança alimentar.

4.2. Qualidade e Diversidade

Por forma a garantir os elevados padrões de Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos que comercializamos, as linhas de orientação existentes em Portugal, na Polónia e na Colômbia integram três políticas fundamentais:

- Política de Qualidade e Segurança Alimentar – garante um sistema de melhoria contínua nos processos de desenvolvimento e monitorização de produtos de Marca Própria e de Percíveis;
- Política Nutricional – alinhada com as recomendações da Organização Mundial de Saúde, define seis pilares no desenvolvimento das Marcas Próprias: perfil nutricional, ingredientes, rotulagem, tamanho das porções, melhoria contínua e comunicação;
- Política de Organismos Geneticamente Modificados – assente no princípio de que os produtos de Marca Própria não contêm ingredientes nem aditivos de origem transgénica e que, nos casos em que tal não se verifique, os consumidores serão informados através da respectiva rotulagem.

Adicionalmente, as *Guidelines* de Desenvolvimento de Produtos de Marca Própria reforçam os princípios listados na Política Nutricional, definindo:

- restrições quanto à utilização de corantes, conservantes e outros aditivos sintéticos supérfluos;
- quantidades máximas admitidas de alguns ingredientes como o sal, açúcar ou gordura nos produtos;
- estratégias de reformulação nutricional;
- materiais de embalagem permitidos para contacto com géneros alimentares;
- princípios de rotulagem nutricional, incluindo informações sobre saúde, nutrição e promoção de estilos de vida saudáveis;
- planos de monitorização de produto, onde se incluem testes sensoriais, auditorias e controlos laboratoriais.

4.2.1. Lançamentos

Na Polónia, foram lançados produtos com potenciais benefícios para a saúde e também destinados a pessoas com necessidades alimentares específicas, incluindo:

- produtos de charcutaria Kraina Wedlin, de galinha e peru, contendo apenas 3% de gordura;
- saladas de atum Marinero, inovadoras no mercado polaco devido ao acompanhamento de arroz selvagem e gengibre, quinoa vermelha, lentilhas e batata ou sésamo;
- biscoitos Bonitki, nas variedades de leite e mel, amêndoas e chocolate, contendo pelo menos cinco cereais integrais (trigo, cevada, espelta, aveia e centeio), vitaminas e minerais como o ferro e magnésio;
- margarina *light*, fonte de ácidos polinsaturados como omega-3 que contribuem para o bom funcionamento do sistema circulatório, da marca Solla;
- chás funcionais da gama Herbarium, contendo extractos vegetais que podem auxiliar no controlo de peso, no controlo da pressão sanguínea e no apoio às funções imunitárias.

Na sequência da parceria com a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten) para o acompanhamento no lançamento de produtos sem glúten, que inclui o processo de produção, garantindo a ausência de contaminação cruzada, e a certificação do produto final, foram lançadas 24 referências sem glúten.

A presença de lactose nos produtos também tem sido alvo de cuidado, com o intuito de responder às necessidades específicas de uma parte dos consumidores. Foram lançados 10 produtos sem lactose, destacando-se os iogurtes sem lactose Aktiplus, todos com adição das vitaminas C e D, ácido fólico e cálcio, aptos para consumidores seniores; e a manteiga Bez Laktozy.

Na gama KCalculation, lançada em 2015 de acordo com as recomendações do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto da Nutrição e Alimentação Polaco) para o desenvolvimento de produtos de valor calórico limitado, foram introduzidas nove referências, entre as quais as tortitas de milho ou de arroz Vitarella, os *snacks* de maçã, beterraba, tomate ou cenoura desidratados da mesma marca; e, ainda, as saladas de vegetais com iogurte Vital Fresh. O objectivo destes produtos é adequar as porções alimentares às necessidades físicas dos consumidores e, assim, facilitar a escolha de produtos com índices energéticos limitados.

Assumimos o compromisso junto do Consumer Goods Forum de atingir “Desflorestação Líquida Zero” até 2020. O foco é eliminar a presença de determinados ingredientes associados ao risco de destruição das florestas tropicais, como o óleo de palma, uma gordura saturada (e, por esse facto, pouco saudável) e cujos métodos de produção podem ter impactes em matéria de desflorestação.

Neste contexto, temos lançado produtos alimentares sem óleo de palma na sua composição. 13 novas referências lançadas contêm óleo de girassol, destacando-se de produtos semelhantes no mercado polaco que contêm óleo de palma na sua composição. Desta forma, oferecemos aos consumidores opções alimentares mais saudáveis.

Na Polónia, a Biedronka foi a primeira cadeia de distribuição a lançar a gama Wolno Gotowane (Cozinhado Lentamente), com o objectivo de oferecer aos consumidores produtos de conveniência saudáveis. Os produtos de bovino, aves e de suíno são inicialmente sujeitos a uma vaporização a vácuo, sendo posteriormente cozinhados durante algumas horas a temperaturas até aos 85 graus, mantendo a estrutura da carne e o seu sabor, e evitando o uso de conservantes e de aditivos. São depois arrefecidos e embalados para venda. Este processo de produção permite, ainda, uma validade mais extensa que, em alguns casos, pode atingir os 80 dias. Em 2016, entraram para o mercado 11 referências desta gama.

Em Portugal, a gama Pura Vida destina-se a públicos com necessidades e/ou preferências dietéticas específicas, como produtos sem adição de açúcar, sem glúten ou sem lactose. Colocámos no mercado 10 novos produtos desta gama, elevando para 91 o total de referências.

Na extensão 0% Lactose foram lançadas cinco novas referências. As Natas para Bater e para Culinária, Bolacha Maria, Bolacha de Água e Sal, e os iogurtes gregos Natural e Stracciatella. Para os consumidores intolerantes ao glúten, foram lançadas as Tortitas de Milho com Chocolate Preto.

Outra nova referência lançada em 2016 foram as Sementes de Chia contendo um alto teor de ácidos gordos (omega-3) e sendo fonte de vitaminas B1 (tiamina) e B3 (niacina) – importantes para a função do sistema nervoso –, de fibra e de vários minerais como o magnésio, zinco, ferro, fósforo, cálcio e manganês.

Outros lançamentos Pura Vida incluem os Croquetes de Legumes, para preparação no forno, e o Hambúrguer de Soja que contém um alto teor em proteína exclusivamente vegetal, ambos especialmente indicados para consumidores *vegans*. Chegaram também ao mercado as bebidas à base de soja Baunilha e Sem Adição de Açúcares, sendo fontes de cálcio e de vitaminas B2, B12 e D2, promotoras das defesas naturais do organismo, do bom funcionamento do sistema nervoso e do desenvolvimento ósseo.

Produtos destinados a públicos infantis

No Pingo Doce, as Bolsas 100% Fruta foram especialmente criadas para crianças, equivalendo cada bolsa a uma porção de fruta. Em nove variedades, estes produtos são fontes de vitamina C e de fibra, e não contêm corantes nem conservantes. Além disso, não contêm açúcares adicionados – apenas os naturalmente presentes na fruta.

Na gama Pura Vida, foi lançada a Bebida de Soja Kids, sendo um produto fonte de ferro, cálcio, iodo e vitaminas B1, B2, B12, C, D2 e E.

Procurando oferecer produtos para recém-nascidos, lançou-se a Farinha Láctea Pêra Pingo Doce, destinando-se a bebés a partir dos 4 meses de idade, não tendo glúten na sua composição e contendo leite de transição. O seu teor de açúcar é 9 p.p. inferior ao *benchmark*.

Também os produtos Pingo Doce Farinha de Trigo e Farinha Bolacha Maria foram lançados tendo como públicos-alvo a família e crianças a partir dos seis meses, respectivamente. Estes produtos são ricos em cálcio, ferro e diversas vitaminas essenciais para o crescimento: A, B1, B3, B9, B13, C e D.

Na Polónia, 22 referências chegaram ao mercado entre as quais se assinalam os suplementos alimentares Vitalsss contendo pelo menos 10 vitaminas, os queijos Miami, fontes de cálcio e proteína, e ainda os sumos feitos apenas de fruta Vital Fresh, fontes de vitamina C.

Também a especialidade láctea “Dada” foi lançada. Sendo apta para bebés a partir dos seis meses de idade, contém leite de transição, não tem glúten nem açúcares adicionados e é uma fonte de vitaminas A, B1, B12 e de minerais como cálcio, ferro, zinco, selénio e iodo.

Foram ainda lançados outros produtos Pingo Doce com benefícios para a saúde ou pouco processados, tais como:

- Atum dos Açores enlatado em azeite;
- Calamares Receita Tradicional, que não contém glúten na sua composição e que, por ser pré-frito em óleo de girassol, permite ser preparado no forno;
- Gelatina Light, de saqueta, nas referências de Melancia, Morango, Frutos Vermelhos e Mirtilo, cuja composição não tem adição de açúcar, é fonte de vitamina C e contém apenas 10 calorias por porção;
- Gelatina Light, de copos individuais, nas referências de Limão e Morango, também sem adição de açúcar e com apenas 10 calorias por porção;
- Iogurte Líquido Magro, nas referências Maçãs Verdes e Frutos Vermelhos, que são fontes naturais de cálcio e não têm qualquer açúcar adicionado nem gordura.

4.2.2. Reformulações

A estratégia de reformulações foca-se em diminuir, substituir ou retirar da composição de produtos ingredientes como o sal, o açúcar e a gordura por forma a contribuir positivamente para uma melhor saúde pública. Com vista à maximização dos resultados pretendidos, a execução da estratégia dá prioridade à reformulação de produtos de grande consumo e/ou aos preferidos pelas crianças.

Na Polónia, reformularam-se 78 produtos alimentares, tendo sido eliminados aditivos de origem sintética, intensificadores de sabor e conservantes, sal, açúcar e gordura. No total, retiraram-se 147 toneladas de gordura, 106 toneladas de açúcar e 27 de sal.

Os teores de gordura e de gordura saturada foram reduzidos em 18 referências das marcas exclusivas da Biedronka, destacando-se as salsichas de porco Kraina Wedlin, que registaram uma diminuição do teor de gordura na ordem dos 4%, assim como as quatro referências de batatas fritas congeladas Mr. Potato, cujos teores de gordura saturada oscilaram entre os 80 e 83% de redução, equivalendo a cerca de 26 toneladas de gordura que não entraram no mercado polaco.

Considerando ainda o compromisso assumido pelo Grupo junto do Consumer Goods Forum, reformulamos progressivamente os produtos alimentares contendo óleo de palma na sua composição, substituindo-o por outros óleos vegetais, como o de colza ou o de girassol, que possuem um perfil nutricional mais saudável, ou removendo-o. Em 2016, reformularam-se 13 referências dos sortidos de Marcas Próprias do Grupo na Polónia, o que representa um total de mais de 1,8 mil toneladas desta gordura removidas.

Para conhecer mais sobre o posicionamento do Grupo e as suas acções quanto à origem de óleo de palma em produtos de Marca Própria, consulte o subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".

Entre as sete referências reformuladas para a redução de sal, destaca-se o pão de centeio e de trigo *Złoty Łan*, cuja proporção de sal foi diminuída em 23%, e os cubos de sabores de vegetais para confecção *Culineo*, que registou uma redução de 17% no teor de sal. Com a intervenção nestas duas referências foi possível evitar a colocação no mercado de cerca de três toneladas de sal.

Reformulações Totais

Em 2016, o Grupo evitou a entrada no mercado de:

- 152 toneladas de gorduras;
- 142 toneladas de açúcar;
- 31 toneladas de sal.

Relativamente ao açúcar, assinala-se a reformulação das referências de pizzas familiares com fiambre Donatello, cujo teor foi reduzido em 67%, equivalente a cerca de 45 toneladas.

Várias referências de produtos viram as suas composições serem reformuladas quanto a ingredientes supérfluos, como conservantes, corantes, espessantes ou outros aditivos. Em 14 referências, o intensificador de sabor glutamato monossódico foi removido.

Em Portugal, reformularam-se nutricionalmente 29 produtos, tendo-se evitado a entrada no mercado de cerca de 29 toneladas de açúcar, mais de três toneladas de gordura e três toneladas de sal.

Entre estes, contam-se os cereais para públicos infantis e juvenis Choco Rice, cujo teor de açúcar foi reduzido em 32% ou cerca de 15 toneladas.

No âmbito da unidade de negócio *Meal Solutions*, em 2016, procurou-se eliminar ou substituir ingredientes fritos por outros mais saudáveis, assim como reduzir as quantidades de óleos presentes. O teor de sal também foi alvo de preocupação, tendo sido lançadas sopas sem sal.

Foi possível evitar a colocação no mercado de mais de uma tonelada de gordura, mais de 685 quilogramas de sal e mais de quatro toneladas de açúcar neste segmento de negócio do Grupo.

Na Colômbia, foram reformuladas duas referências de preparados para bebidas Aveia, nos quais foi reduzido o teor de açúcar em mais de quatro p.p., traduzindo-se em cerca de três toneladas removidas do mercado, assim como aumentada a quantidade de aveia em mais de quatro p.p., o equivalente a mais de 30 toneladas.

4.2.3. Promoção de Escolhas Mais Saudáveis

Os Manuais de *Packaging* prevêm a divulgação das características e benefícios dos produtos de Marca Própria, cumprindo os requisitos técnicos e legais. Um dos exemplos é o compromisso de informar os consumidores, de forma clara e concisa, sobre a composição nutricional dos produtos, apresentando tabelas nutricionais completas com valores por 100 gramas e por dose.

No âmbito da adaptação dos regulamentos nacionais e comunitários sobre perfis nutricionais e comunicação dos alergénios, o Pingo Doce rotulou os seus produtos de Padaria e Pastelaria pré-embalados e embalados a pedido dos clientes, com a informação necessária. Também as refeições das *Meal Solutions* foram rotuladas com a referida informação, estando disponíveis para consulta a pedido do cliente, e foram ainda desenvolvidas peças de comunicação nas zonas de atendimento, no sentido de divulgar os aspectos legalmente exigíveis ao nível dos alergénios.

Adicionalmente, o Pingo Doce tem vindo a seguir, desde há 10 anos, os princípios da Dieta Mediterrânica como referência para o desenvolvimento de produtos de Marca Própria e para as refeições da unidade de negócio *Meal Solutions*, como elemento diferenciador na comunicação com os seus públicos. Um dos exemplos é a revista bimestral "Sabe Bem", dirigida aos clientes. Com uma tiragem média de 150 mil exemplares, manteve-se como um dos meios de comunicação preferenciais sobre esta dieta, sugerindo mais de 50 receitas.

O *website* do Pingo Doce desempenhou também um papel incentivador da adopção desta dieta, assim como informativo acerca de uma lista de produtos sem lactose ou glúten, auxiliando os consumidores na sua escolha. A actualização desta lista é feita todos os meses pela equipa de nutrição do Pingo Doce, de acordo com o controlo analítico efectuado aos produtos de Marca Própria.

A Biedronka manteve a parceria com o Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco), instituição que desenvolve estudos sobre as necessidades alimentares dos consumidores e promove acções sobre a relevância da alimentação na saúde.

Colaborando com este instituto, o Grupo desenvolveu a campanha “Wiesz Co Jesz” (Saiba o Que Come), através da qual disponibilizou uma linha especial de atendimento telefónico para aconselhar os consumidores a fazerem as escolhas nutricionais mais saudáveis. Durante duas semanas, 160 clientes contactaram com um nutricionista que fez aconselhamento sobre dietas, necessidades específicas alimentares, ingredientes menos utilizados na Polónia, como a quinoa, sementes de chia ou trigoilho (*bulgur*), assim como sobre os produtos da Biedronka.

No âmbito desta colaboração, a Biedronka foi um dos patrocinadores do primeiro Congresso Nutricional da Polónia alusivo ao tema “Os Alimentos e a Nutrição na Prevenção e Tratamento de Doenças”, no qual participaram cerca de 400 pessoas.

Orientada para colaboradores da estrutura central da Biedronka e de oito Centros de Distribuição, foi desenvolvida uma campanha educacional para informar e promover hábitos alimentares saudáveis.

4.2.4. Parcerias e Apoios

O Grupo promove continuamente um diálogo activo com instituições que possam contribuir para um conhecimento mais aprofundado sobre alimentação, nutrição e saúde, assim como para a divulgação de produtos destinados a pessoas com necessidades alimentares específicas.

Em Portugal, no âmbito da parceria com a Direcção-Geral da Saúde para a partilha de receitas saudáveis, o Pingo Doce contribuiu com seis receitas especificamente desenvolvidas pela sua equipa de nutrição para o Programa Nacional para a Promoção da Alimentação Saudável, num total de 23 propostas, que podem ser consultadas em www.alimentacaosaudavel.dgs.pt.

O Grupo manteve as parcerias com instituições que visam contribuir para uma alimentação saudável, tais como:

- a Partnerstwo dla Zdrowia (Parceria para a Saúde), para os projectos Milk Start e Snidanje Daje Moc (O Pequeno Almoço Dá Força), na Polónia¹;
- a Polskie Stowarzyszenie Osób z Celiakią i na Diecie Bezglutenowej (Associação Polaca de Celíacos e da Dieta Sem Glúten), para a realização da Conferência sobre a Doença Celíaca e a Dieta Sem Glúten;
- o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar, no âmbito do apoio ao programa governamental Madres Comunitarias, na Colômbia¹.

¹ Para mais informação sobre este programa, consulte o subcapítulo 7. “Apoiar as Comunidades Envolventes”.

4.3. Qualidade e Segurança Alimentar

Investimos continuamente na certificação e monitorização dos nossos processos, instalações e equipamentos por forma a garantir produtos de qualidade e seguros. Para isso, contamos não só com os nossos técnicos de Qualidade e de Segurança Alimentar como também com auditores externos para a implementação de procedimentos adequados e avaliação dos respectivos indicadores de desempenho.

Tendo em conta a análise de riscos efectuada nos três países onde o Grupo está presente, foram actualizados os processos de controlo com vista a ajustá-los às mudanças introduzidas no sortido de produtos.

4.3.1. Certificações

Durante o ano 2016 foram renovadas/mantidas as seguintes certificações:

- Certificação ISO 22000:2005, relativa ao processo de armazenagem e distribuição em todos os 15 Centros de Distribuição, e ao processo de desenvolvimento de produtos na sede da Biedronka;
- Certificação ISO 9001:2008 quanto ao Desenvolvimento de Marcas Próprias, em Portugal, e Acompanhamento do Produto/Fornecedor após Lançamento;
- Certificação HACCP segundo o *Codex Alimentarius* das cozinhas centrais do Pingo Doce de Gaia, Aveiro e Odivelas;
- Certificação HACCP segundo o *Codex Alimentarius* das lojas Recheio Cash & Carry (incluindo a loja na Madeira);
- Certificação HACCP segundo o *Codex Alimentarius* de uma loja franchisada do Recheio nos Açores;
- Certificação HACCP segundo o *Codex Alimentarius* das plataformas *Food Service* da Caterplus (à excepção da plataforma de Lisboa);
- Certificação HACCP, na vertente da Segurança Alimentar com base no *Codex Alimentarius* dos Centros de Distribuição de Azambuja, Modivas, Guardieiras e Algoz.

Em 2016, todos os Centros de Distribuição da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento CE 834/2007.

4.3.2. Auditorias

Para garantir os elevados padrões de Qualidade e Segurança Alimentar dos produtos comercializados pelo Grupo, realizam-se auditorias de controlo de processos, instalações e equipamentos.

Distribuição Polónia

As lojas na Polónia foram alvo de auditorias internas e os Centros de Distribuição foram auditados tanto interna como externamente para verificação da adequação das instalações, equipamentos e procedimentos.

Lojas e Centros de Distribuição	Biedronka			Centros de Distribuição		
	2016	2015	Δ2016/2015	2016	2015	Δ2016/2015
Auditorias Internas	4.411	4.814	-8%	30	30	-
Auditorias de Acompanhamento	25	83	-70%	-	-	-
Auditorias Externas	-	-	-	30	32	- 6%
Desempenho HACCP*	81%	80%	+1 p.p.	96%**	95%**	+ 1p.p.

*Na Biedronka, a implementação HACCP é avaliada com base em referenciais próprios, que, por sua vez, se baseiam no *Codex Alimentarius*.

**Nos Centros de Distribuição, a taxa de conformidade diz respeito à certificação ISO 22000 – Sistema de Gestão da Segurança Alimentar, que se baseia nos princípios do HACCP do *Codex Alimentarius*.

O número de auditorias de acompanhamento diminuíram face ao ano transacto, devido à pontuação de algumas lojas que não justificaram acções correctivas e auditorias adicionais.

Mantendo a linha de actuação de 2015, durante 2016 realizaram-se análises a superfícies de trabalho, equipamentos e a manipuladores de produtos, com o objectivo de controlar os riscos microbiológicos.

Em 2015, realizou-se pela primeira vez este tipo de controlo, por forma a acompanhar a introdução do serviço de corte e embalagem de carne em 25 lojas. Contudo, no fim de 2016 apenas quatro lojas se mantiveram no projecto, resultando numa redução do número de análises. Ainda durante 2016, iniciou-se o controlo dos riscos microbiológicos em máquinas de espremer laranja para sumo, assim como ao próprio sumo, projecto iniciado em 19 lojas.

Globalmente, diminuiu-se em 72% o número de análises microbiológicas realizadas em loja, totalizando-se 172.

Distribuição Portugal

Auditorias realizadas ao Pingo Doce e ao Recheio:

Lojas e Centros de Distribuição	Pingo Doce			Recheio			Centros de Distribuição		
	2016	2015	Δ2016/2015	2016	2015	Δ2016/2015	2016	2015	Δ2016/2015
Auditorias Internas	1.004	1.176	-15%	106	106	-	25	16	+56%
Auditorias de Acompanhamento	785	842	-7%	107	102	+5%	19	15	+27%
Auditorias Externas	16	19	-16%	32	36	-11%	3	3	-
Desempenho HACCP*	86%	86%	-	82%	81%	+1 p.p.	91%	85%	+6 p.p.

*No Pingo Doce, tal como no Recheio, a implementação HACCP é avaliada em referenciais próprios, baseados no *Codex Alimentarius* e adequados às realidades em que as Companhias operam.

A diminuição do número de auditorias internas no Pingo Doce deveu-se a um novo critério de avaliação que teve como base o desempenho obtido em 2015: as lojas com média de desempenho superiores a 85% viram o número de auditorias ser reduzido.

Recorrendo a laboratórios externos acreditados, o Pingo Doce, o Recheio e os respectivos Centros de Distribuição efectuaram ainda 120.126 análises de Qualidade e Segurança Alimentar que visaram superfícies de trabalho, manipuladores de produtos

Percíveis e produtos manipulados nas lojas, água e ar. Este valor representa um aumento de 6% face ao ano anterior, reflectindo o compromisso do Grupo com os mais elevados padrões de exigência em Qualidade e Segurança Alimentar.

Distribuição Colômbia

Na Colômbia, foram realizadas auditorias internas às lojas Ara e aos Centros de Distribuição.

Lojas e Centros de Distribuição	Ara			Centros de Distribuição		
	2016	2015	Δ2016/2015	2016	2015	Δ2016/2015
Auditorias Internas	182	100	+82%	2	2	-
Boas Práticas de Higiene e Qualidade*	72%	85%	-13 p.p.	95%	76%	+19 p.p.

* A taxa de conformidade apresentada refere-se à pontuação obtida face às boas práticas, nos quais os critérios visam garantir a qualidade e segurança dos produtos de acordo com a lei, avaliando a própria operação e o sistema de controle e procedimentos. Os critérios incluem, entre outros, aspectos de higiene e controlo de qualidade das instalações para o manuseamento do produto, tais como temperatura, das embalagens, e para os procedimentos de gestão de resíduos orgânicos.

Também se realizaram análises a superfícies de trabalho, manipuladores de produtos perecíveis, produtos manipulados nas lojas e água, num total de 625 amostras recolhidas. Este dado representa um decréscimo de 33% face ao ano 2015, algo que se explica pelo facto de, nesse ano, ter sido executado um diagnóstico suplementar de análise a todas as superfícies de loja, um processo, por isso, desnecessário em 2016.

4.3.3. Análises

Em matéria de Segurança Alimentar, o Grupo realiza, para além das auditorias referidas no ponto anterior e a fornecedores, análises laboratoriais aos produtos Perecíveis e de Marca Própria que comercializa nas suas insígnias.

Distribuição Polónia

Número de Análises/Amostras recolhidas	2016	2015	Δ2016/2015
Marca Própria – Alimentar	12.218	7.724	+58%
Marca Própria – Não Alimentar*	1.332	1.295	+3%
Fruta e Vegetais	759	755	+1%
Carne e Pescado	1.621	1.233	+31%
Padaria	39	43	-9%

* Foram realizadas, ainda, 716 inspeções a produtos não-alimentares de Marca Própria.

O aumento verificado nas análises de produtos alimentares de Marca Própria deveu-se à inclusão de mais parâmetros nutricionais e de rotulagem, e ao aumento dos controlos de contaminação (que incluem glúten ou lactose, entre outros) e de adulteração (como por exemplo para a identificação de organismos geneticamente modificados), em complementaridade aos testes químicos e microbiológicos realizados regularmente.

No caso das análises de Carne e Pescado, o crescimento dos indicadores deve-se ao incremento do número de produtos e de fornecedores.

Distribuição Portugal

Número de Análises/Amostras recolhidas	2016	2015	Δ2016/2015
Marca Própria – Alimentar	12.566*	11.968*	+5%
Marca Própria – Não Alimentar	3.971	3.051	+30%
Fruta e Vegetais	2.529	2.228	+14%
Carne	1.391	1.326	+5%
Pescado	1.050	1.281	-18%
Padaria	642	599	+7%
<i>Meal Solutions</i>	1.456	591	+146%

*Incluindo análises de rotina à presença de glúten, organismos geneticamente modificados, lactose, e à denominação de espécies.

O aumento no número de análises realizadas a produtos das *Meal Solutions* deve-se, entre outros, à necessidade de se realizarem validações a produtos no seguimento da alteração de processos tais como o de arrefecimento das sopas e revisão de validades por alteração desse mesmo procedimento.

Distribuição Colômbia

Na Colômbia, realizaram-se 563 análises laboratoriais a produtos comercializados, um valor que representa um aumento de 44% face a 2015, acompanhando o crescimento do número de lojas, de fornecedores e de produtos comercializados em 2016.

Número de Análises/Amostras recolhidas	2016	2015	Δ2016/2015
Marca Própria – Alimentar	332	256*	+30%
Marca Própria – Não Alimentar	144	94*	+53%
Fruta e Vegetais	26	34	-24%
Carne	44	8	+450 %
Pescado	7	0	-
Padaria	10	0	-

*Valor corrigido face ao reportado em 2015.

4.3.4. Formação

Na Polónia, a formação em Higiene e Segurança Alimentar abrangeu 15.507 colaboradores e 28.705 horas de formação.

Em Portugal, 8.677 colaboradores receberam formação, num total de mais de 38.511 horas.

Na Colômbia, ministrou-se formação a 4.617 formandos, num total de 25.846 horas.

5. Respeitar o Ambiente

5.1. Introdução

A gestão eficiente de recursos, aliada à preservação ambiental, passa pela minimização dos impactes ambientais ao longo das cadeias de abastecimento e pela promoção de práticas de produção e consumo sustentáveis. Por considerá-la crítica para o crescimento sustentado das suas actividades, o Grupo definiu a sua Política Ambiental (disponível para consulta na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.pt), onde estabelece três áreas prioritárias de gestão: i) a preservação da biodiversidade; ii) o combate às alterações climáticas; e iii) a gestão responsável de resíduos.

Auditorias Ambientais

Em 2016, foi realizado, em Portugal e na Polónia, um total de 326 auditorias internas a lojas, armazéns e Centros de Distribuição (CD) para garantir a conformidade com os requisitos legais e com os procedimentos internos de Gestão Ambiental. Com base nos resultados positivos de 2015, e para os locais cujo grau de cumprimento foi superior a 90%, foi decidido reduzir o número de auditorias de acompanhamento a realizar, justificando a diminuição de 12%. Realizaram-se 301 auditorias ambientais internas em Portugal e 25 na Polónia. Sempre que a pontuação obtida nas auditorias foi inferior a 100%, foram definidas acções correctivas.

Certificação Ambiental

Os Sistemas de Gestão Ambiental implementados baseiam-se na norma internacional ISO 14001:2012. Em Portugal, o número de CD com esta certificação manteve-se em quatro (Azambuja, Vila do Conde, Guardedeiras e Algoz) de um total de nove. Na Polónia, os 15 CD existentes têm a mesma certificação. Também em 2016, todos os CD da Polónia renovaram a certificação para manipulação de produtos biológicos, de acordo com o Regulamento CE 834/2007.

5.2. Biodiversidade

Com uma forte especialização em Frescos, o volume de vendas anuais de Carne, Fruta e Vegetais e Peixe, entre outros produtos Perecíveis, resulta em impactes nos ecossistemas, que o Grupo assume como sua responsabilidade conhecer, mitigar e fazer reflectir na definição de políticas, estratégias e processos operacionais.

Nos últimos anos, avaliámos os riscos relacionados com os diferentes serviços dos ecossistemas tendo por base a metodologia Ecosystem Services Review, proposta pelo World Research Institute, e definimos 11 eixos prioritários de actuação que conduzem os projectos e práticas de gestão das Companhias e que incluem:

- gestão da informação;
- formação;
- parcerias com fornecedores; e
- investigação e desenvolvimento.

Entre os projectos de investigação que desenvolvemos e apoiamos, destacamos a caracterização dos potenciais riscos das espécies de pescado mais vendidas pelas Companhias em Portugal e na Polónia. Esta análise, efectuada por uma entidade especializada independente, em conjunto com as equipas de Ambiente e de Sustentabilidade, identificou aspectos como o nível de exploração dos *stocks*, os impactes sobre os ecossistemas e as comunidades envolventes, a rastreabilidade e as condições laborais, concluindo-se que nenhuma das espécies comercializadas apresentava risco elevado.

Em 2016, foi avaliado o grau de vulnerabilidade de todas as espécies de pescado comercializadas em Portugal e na Polónia³, para saber mais sobre as acções desenvolvidas pelo Grupo neste âmbito, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade". Esta análise foi baseada na Lista Vermelha da União Internacional para a Conservação da Natureza e dos Recursos Naturais (IUCN Red List of Threatened Species). Do total de espécies adquiridas em 2015, menos de 8%, em número, apresentam algum nível de risco:

- 14 espécies, 18% do total adquirido (kg), estão classificadas com o nível "Vulnerável", o mais baixo para espécies ameaçadas;
- cinco espécies, menos de 0,8% do total adquirido (kg), estão classificadas como "Em Perigo", nível intermédio de risco, sendo que para um dos casos foi possível assegurar a sua produção total em regime de aquacultura;
- uma espécie, menos de 0,0004% do total adquirido (kg), está classificada como "Criticamente em Perigo", o nível máximo de risco. A sua comercialização foi descontinuada em Junho de 2016 uma vez que não foi possível assegurar a sua produção, ao longo de todo o ciclo de vida, em regime de aquacultura.

Na agricultura, e depois da realização de um estudo sobre as práticas de fornecedores portugueses do Grupo, foi desenvolvido, em conjunto com os nossos parceiros produtores de fruta e vegetais, um manual para promover a utilização de métodos de produção que potenciem, entre outros aspectos, a protecção da biodiversidade.

5.3. Alterações Climáticas

O IPCC⁴ alerta que os impactes das alterações climáticas se farão sentir num aumento da temperatura média global, na subida do nível médio do mar e numa acentuação da frequência e intensidade dos fenómenos climáticos extremos. Para além dos efeitos sobre a redução da produtividade agrícola, também são esperados impactes ao nível das Operações como resultado de secas, inundações e nevões. O Acordo de Paris, já em vigor e ratificado por dois dos três países onde o Grupo opera, compromete os países signatários a reduzir os gases com efeito de estufa (GEE) por forma a assegurar que o aumento da temperatura média global não excede os 2°C.

Por este motivo, o Grupo está focado na implementação de medidas que promovam a redução de consumos energéticos e a minimização de GEE provenientes, por exemplo, de processos logísticos e de gases de refrigeração, bem como na promoção de medidas relacionadas com as *commodities* associadas ao risco de desflorestação⁵.

³ Para saber mais sobre as acções desenvolvidas pelo Grupo neste âmbito, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".

⁴ IPCC é o acrónimo, na sigla da língua inglesa, para Painel Intergovernamental para as Alterações Climáticas (Intergovernmental Panel on Climate Change).

⁵ Para conhecer as nossas iniciativas relativas às *commodities* associadas ao risco de desflorestação, consulte, neste capítulo, o subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".

5.3.1. Pegada de Carbono

Em 2016⁶, a pegada de carbono foi de 1.267.496 toneladas equivalentes de dióxido de carbono (CO₂e), um aumento de 17,2% face a 2015⁷, que se justifica, sobretudo pelo incremento significativo dos factores de emissão *market-based* associados ao consumo de electricidade. Pelo mesmo motivo, o valor específico aumentou de 0,079 para 0,087 toneladas equivalentes de carbono, por cada mil euros de vendas, não obstante a redução do consumo específico de electricidade em 1,6%.

Pegada de Carbono – Indicadores	2016	2015	Δ2016/2015
Valor global (âmbitos 1 e 2) – t CO ₂ e ⁸	1.267.496	*1.081.833	+17,2%
Valor específico (âmbitos 1 e 2) – t CO ₂ e/'000 €	0,087	*0,079	+10,1%

Pegada de Carbono – Indicadores	2016 (t CO ₂ e)	2015 (t CO ₂ e)	Δ2016/2015
Pegada de Carbono Global (âmbitos 1 e 2)⁹			
• Distribuição Portugal	339.515	261.921	+29,6%
• Agro-alimentar	2.697	-	-
• Distribuição Polónia	912.312	815.770	+11,8%
• Distribuição Colômbia	12.952	*4.142	+212,7%
Pegada de Carbono (âmbito 1 – impactes directos)			
• Fugas de gases refrigerantes	157.794	158.097	-0,2%
• Utilização de CO ₂	18.007	16.646	-
• Consumo de combustíveis	59.053	48.708	+21,2%
• Frota de ligeiros	15.074	14.490	+4,0%
Pegada de Carbono (âmbito 2 – impactes indirectos)			
• Consumo de electricidade (<i>location-based</i>)	779.842	*710.053	+9,8%
• Consumo de electricidade (<i>market-based</i>)	995.050	*825.043	+20,6%
• Aquecimento (<i>location-based</i>)	22.518	18.849	+19,5%
Pegada de Carbono (âmbito 3 – outros impactes indirectos)			
• Transporte de mercadorias para as lojas (Distribuição)	155.867	141.304	+10,3%
• Deposição de resíduos em aterro	19.980	18.852	+6,0%
• Compostagem de resíduos orgânicos	432	833	-48,1%
• Consumo de energia em lojas <i>franchising</i>	16.697	10.750	+55,3%
• Viagens de avião de colaboradores	1.970	1.631	+20,8%

* Valores corrigidos conforme resultados da auditoria externa de certificação da Pegada de Carbono.

Notas: O cálculo da pegada de carbono das diferentes actividades segue a metodologia proposta no Greenhouse Gases Protocol do World Business Council for Sustainable Development (WBCSD), nos seus três níveis: impactes directos, indirectos e de terceiros. Os valores apresentados tiveram em conta factores de emissão definidos pelo IPCC – Intergovernmental Panel on Climate Change (Painel Intergovernamental para Alterações Climáticas, para gases refrigerantes), pela Direcção-Geral de Energia e Geologia, pela Unidad de Planeación Minero Energética (Unidade de Planeamento Mineiro Energético), pelo Krajowy Ośrodek Bilansowania i Zarządzania Emisjami (Centro Polaco para Balanço e Gestão de Emissões, para combustíveis e aquecimento), pela Agência Internacional de Energia e pelos fornecedores (electricidade) e pelo Greenhouse Gases Protocol (combustíveis utilizados na frota de ligeiros e transporte de mercadorias, viagens aéreas e resíduos).

⁶ A contabilização da Pegada de Carbono referente ao ano de 2016 foi verificada por uma entidade externa e independente. O documento respeitante ao processo de certificação pode ser consultado na área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.pt.

⁷ Os valores de âmbito global e de âmbito específico referentes ao ano de 2015 foram recalculados face ao reportado no Relatório e Contas de 2015 devido à correção das emissões resultantes do consumo de electricidade na Colômbia.

⁸ As emissões de âmbito 2 baseiam-se em factores de emissão do tipo *location-based* (aquecimento) e *market-based* (electricidade), conforme tabela "Pegada de Carbono – Indicadores".

⁹ *Idem*.

Grupo Jerónimo Martins obtém "A-" no CDP Climate Change 2016

Jerónimo Martins atingiu a pontuação global "A-", posicionando o Grupo no patamar "Liderança", mais perto de atingir a pontuação máxima (A).

O programa Climate Change, do CDP, avalia o desempenho do Grupo ao nível da sua estratégia climática, incluindo a sua transparência no reporte de informação e gestão de risco.

O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve programas para empresas e cidades medirem, divulgarem, gerirem e partilharem informações ambientais relevantes.

5.3.2. Consumos de Água e Energia

A racionalização dos consumos de água e de energia constitui um dos importantes eixos de acção no combate às alterações climáticas, motivando iniciativas de redução da sua utilização que contribuam para a sustentabilidade dos recursos e também para a obtenção de poupanças financeiras.

As "Equipas para Gestão dos Consumos de Água e Energia", projecto iniciado em 2011 em Portugal, conseguiram, em seis anos, uma redução destes consumos em 373.393 m³ e 32.347.700 kWh. Dinamizado por desafios mensais e por um *benchmarking* interno, este projecto gerou uma poupança acumulada de mais de 4,1 milhões de euros.

Os aumentos dos consumos de água e de energia na Colômbia devem-se à expansão das operações neste país, que resultou no crescimento de cerca de 56% do número de lojas face a 2015. Também na Polónia, o incremento do número de infra-estruturas e os investimentos na área de Percíveis geraram um aumento do consumo de água. Em Portugal, o incremento registado nos consumos de água deveu-se, sobretudo, ao aumento do número de lojas Pingo Doce.

Consumo de Energia

Consumo total	2016	2015	Δ2016/2015
Consumo de energia			
• Valor absoluto – GJ	6.285.895	*5.996.104	+4,8%
• Valor específico – GJ/'000 €	0,430	*0,437	-1,6%
Consumo de energia por unidade de negócio			
• Distribuição Portugal – GJ	1.857.793	1.859.034	-0,1%
• Distribuição Polónia – GJ	4.215.896	4.053.998	+4,0%
• Distribuição Colômbia – GJ	180.691	67.046	+169,5%
• Agro-Alimentar – GJ	31.515	16.026	+96,6%

* Valores revistos de forma a incluir o consumo de energia do Agro-Alimentar.

Consumo de Água

Consumo total	2016	2015	Δ2016/2015
Consumo de água			
• Valor absoluto – m³	2.513.756	*2.292.812	+9,6%
• Valor específico – m³/'000	0,172	*0,167	+3,0%
Consumo de água por unidade de negócio			
• Distribuição Portugal – m³	1.630.890	1.583.033	+3,0%
• Distribuição Polónia – m³	735.383	622.378	+18,2%
• Distribuição Colômbia – m³	66.454	39.230	+69,4%
• Agro-Alimentar – m³	81.029	48.171	+68,2%

* Valores revistos por forma a incluir o consumo de água do Agro-Alimentar.

Energias Renováveis

Tecnologia	N.º edifícios	Poupança energia/ano	Poupança CO ₂ /ano
Postes de iluminação alimentados a partir de painéis fotovoltaicos	1	72.000 kWh	*26 t
Sistema tubular de transporte da luz solar	21	120.291 kWh	*43 t
Colectores solares para produção de água quente utilizada no aquecimento das águas sanitárias e/ou no sistema de ar condicionado	16	284.505 kWh	*102 t
Bombas de calor geotérmico	12	1.365.778 kWh	465 t

* Estes valores reflectem a actualização ao factor de emissão da electricidade.

O investimento em energias renováveis, que se traduziu no aumento do número de edifícios com sistema tubular de transporte de luz solar e com bombas de calor geotérmico, permitiu uma poupança anual de mais de 1,8 milhões kWh, equivalente a cerca de 63 mil euros.

5.3.3. Redução dos Impactes Ambientais dos Processos Logísticos

No âmbito do compromisso do Grupo de reduzir os impactes ambientais associados aos processos logísticos, destacam-se as seguintes acções:

Emissões na Distribuição

- Em Portugal, no final de 2016, 68% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (192 veículos) e Euro 6 (36 veículos). Na Polónia, 97% das viaturas de transporte de mercadorias cumpriam os requisitos Euro 5 (687 veículos) e Euro 6 (264 veículos);
- na Polónia, manteve-se o teste na frota exclusiva da Biedronka, com o camião híbrido Fuso Canter Eco Hybrids (os primeiros resultados apontam para uma redução no consumo de combustível entre 10% a 15%);
- a operação de *backhauling* na Polónia correspondeu a um volume de 306.916 paletes recolhidas, mais 2% do que em 2015, resultando numa poupança de 982.067 km e evitando a emissão de 814 toneladas de CO₂. Em Portugal, esta operação representou um volume de 187.665 paletes, menos 14% do que em 2015, resultando numa poupança de 6.572.703 km, o equivalente à não emissão de 5.710 toneladas de CO₂ para a atmosfera.

Embalagens Reutilizáveis

Em Portugal, o uso de caixas plásticas reutilizáveis nas áreas de Perecíveis e de Lacticínios cifrou-se em 17% do total de caixas movimentadas, correspondendo a mais 3,2 p.p. face a 2015. Na Polónia, foi dada continuidade ao projecto de utilização de caixas de plástico reutilizáveis para o acondicionamento de pequenos equipamentos electrónicos (cerca de cinco mil unidades) e, na Colômbia, prosseguiu-se a utilização de caixas de transporte reutilizáveis: mais de 45 mil unidades para água engarrafada.

5.3.4. Gestão de Gases de Refrigeração

O Grupo tem vindo a reforçar o controlo de fugas, a utilizar tecnologias mais eficientes e a colaborar com prestadores de serviços na área de frio e climatização, com o objectivo de minimizar o impacte destes gases sobre as alterações climáticas. Em

Portugal e na Polónia, têm sido realizados investimentos em gases refrigerantes naturais:

- na Polónia, nos 15 CD da Biedronka, estão implementados sistemas de arrefecimento de *roll-containers* térmicos com neve de CO₂. Em Portugal, existe o mesmo sistema no CD de Algoz;
- encontram-se instaladas tecnologias de refrigeração que recorrem unicamente a CO₂ (10 lojas em Portugal, duas lojas e dois CD na Polónia);
- cinco CD (quatro em Portugal e um na Polónia) possuem armazéns refrigerados (frio positivo e/ou negativo) com sistemas mantidos a amoníaco combinado com glicol;
- 123 lojas em Portugal possuem sistemas de frio mantidos a R-134a combinado com glicol e duas lojas possuem o sistema de frio em cascata (gás R-134a ou monopropileno glicol combinado com CO₂);
- 183 lojas em Portugal e 399 lojas na Polónia têm arcas congeladoras que recorrem unicamente a propano;
- na Polónia, no sistema de frio centralizado de 700 lojas, recorreu-se ao gás refrigerante R407F, em substituição do R404A, originando uma redução superior a 50% no GWP¹⁰ e, portanto, mitigando o contributo para o aquecimento global;
- na Polónia, três camiões utilizam CO₂ como gás refrigerante, tendo sido também substituído, em 264 camiões, o gás R404A pelo R452A (que possui um GWP quase 50% inferior).

A utilização de gases de refrigeração naturais – como a amónia, o dióxido de carbono ou os hidrocarbonetos – apresenta desafios tecnológicos que são acentuados em regiões com temperatura média mais elevada, como são os casos de Portugal e da Colômbia. Todavia, apresentam como vantagens o facto de não serem depletors da camada do ozono e terem um reduzido GWP.

O Grupo Jerónimo Martins tem vindo a testar soluções nas suas lojas e CD no sentido de cumprir a legislação em vigor, bem como os seus compromissos voluntários de redução de GEE. O Grupo estabelece que, sempre que possível, as novas lojas ou grandes remodelações deverão recorrer à utilização de equipamentos com fluidos de baixo GWP, no caso das instalações de aquecimento, ventilação e ar condicionado, e de gases refrigerantes 100% naturais, no caso de instalações de frio industrial.

Recheio de Sines utiliza gás refrigerante 100% natural

Em Junho de 2016, o Recheio *Cash & Carry* abriu uma nova loja em Sines. Com o objectivo de reduzir o consumo de energia e as emissões de GEE, o Recheio recorreu à utilização de um gás de refrigeração natural nos seus equipamentos de climatização e refrigeração: o CO₂. Este gás apresenta um GWP de 1, um valor substancialmente mais baixo face aos 1.300 a 3.800 dos gases de refrigeração sintéticos habitualmente utilizados.

Este projecto permitiu diminuir as emissões de GEE, integrar sistemas de refrigeração e de ar condicionado e aumentar a eficiência energética, obtendo reduções de cerca de 30% no consumo de energia.

¹⁰ GWP é o acrónimo, na sigla da língua inglesa, para Potencial de Aquecimento Global (Global Warming Potential).

5.3.5. Racionalização do Consumo de Papel

Em 2016, continuaram a ser desenvolvidos projectos que visam a redução do consumo de papel e a promoção da utilização de papel proveniente de florestas geridas de forma sustentável.

Medidas como a gestão electrónica da facturação permitiram uma poupança de mais de 7,7 milhões de folhas. Na Polónia, a desmaterialização de registos de temperatura e a distribuição de *tablets* a responsáveis de área e responsáveis operacionais de Percíveis permitiram uma poupança de 265.300 folhas. No total, estas medidas permitiram poupar o equivalente a um total de 956 árvores.

Na Polónia, o papel utilizado nos escritórios centrais é produzido por empresas que possuem certificação ambiental ou que, pelo menos, possuem um sistema de gestão ambiental certificado e, na Colômbia, o mesmo é fabricado a partir da cana-de-açúcar. Em Portugal, o papel possui certificação Forest Stewardship Council (FSC) e provém de fornecedores com certificação ISO 14001.

Em Portugal, o papel utilizado na impressão das revistas das insígnias tem certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC) ou FSC e/ou as empresas que o produzem possuem certificação ISO 14001. O papel utilizado para os folhetos da insígnia Pingo Doce possui "Rótulo Ecológico Europeu" ou certificação FSC ou PEFC. Na insígnia Recheio, tanto os folhetos como os catálogos têm certificação FSC. Na Polónia, o papel utilizado para os folhetos tem certificação FSC ou PEFC.

5.4. Gestão de Resíduos

A redução dos resíduos gerados e o seu encaminhamento para valorização contribuem para a redução da utilização de recursos naturais e para um modelo de Economia Circular. Para o efeito, importa assegurar as infra-estruturas necessárias e sensibilizar colaboradores, clientes e comunidades envolventes.

Taxa de Valorização de Resíduos

	2016	2015	Δ2016/2015
Distribuição – Global*	83,1%	81,9%	+1,2 p.p.
Distribuição – Portugal	59,9%	59,2%	+0,7 p.p.
Distribuição – Polónia	89,2%	88,5%	+0,7 p.p.
Distribuição – Colômbia	78,2%	85,2%	-7,0 p.p.
Agro-alimentar	91,7%	-	-

* Inclui todas as empresas do sector da Distribuição do Grupo Jerónimo Martins.

A taxa de valorização de resíduos do Grupo (Distribuição) fixou-se em 83,1%, um valor que representa um acréscimo de 1,2 p.p. em comparação com o ano 2015.

5.4.1. Caracterização de Resíduos

O Grupo produziu, em 2016, 419.979 toneladas de resíduos, um aumento de 8% face a 2015. Esta evolução deve-se ao crescimento do parque de lojas e à inclusão dos valores do negócio Agro-alimentar.

Resíduo	Distribuição Portugal (t)		Distribuição Polónia (t)		Distribuição Colômbia (t)		Agro-Alimentar (t)	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Cartão e Papel	34.418	32.732	211.565	187.183	4.950	2.089	5	-
Plástico	2.302	2.262	8.375	8.583	274	126	3	-
Madeira	218	248	1.917	1.804	27	26	-	-
Orgânicos	4.307	3.888	70.787	64.344	0	-	-	-
Indiferenciados	38.981	41.552	33.627	34.406	1.089	214	1	-
Óleos e Gorduras Alimentares	181	221	-	-	1	-	-	-
Resíduos de Tratamento de Efluentes	4.212	4.382	-	-	376	176	-	-
Resíduos Perigosos	10	16	109	13	1	-	5	-
Outros Resíduos	654	1.492	1.537	1.891	1	-	46	-

5.4.2. Valorização de Resíduos de Clientes

Em 2016, destacam-se os seguintes projectos:

- a rede de ecopontos do Pingo Doce abrangeu 372 lojas, perfazendo 90% do parque de lojas;
- a valorização das cápsulas de café e tampas/rolhas/caricas, que resultou em mais de 3.500 euros, reverte integralmente para instituições de solidariedade social;
- 97% do parque de lojas da Biedronka possuem ecopontos para recolha de pequenos electrodomésticos, lâmpadas fluorescentes e pilhas.

No total, e em Portugal e Polónia, verificou-se um aumento do número e tipo de ecopontos disponibilizados a clientes. Para informação mais detalhada, consulte a área de "Responsabilidade" em www.jeronimomartins.pt.

Resíduos Depositados por Clientes nos Ecopontos das Lojas

Resíduo (valores em toneladas)	2016	2015	Δ 2016/2015
PORTUGAL			
Pilhas	12,49	22,47	-44,4%
REEE ¹¹ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	82,04	96,37	-14,1%
Óleos Alimentares Usados	109,26	110,54	-1,2%
Tinteiros	3,17	5,25	-39,6%
Cápsulas	108,99	72,57	+50,2%
Tampas, Rolhas e Caricas	10,24	8,89	+15,2%
POLÓNIA			
Pilhas	145,82	117,24	+24,4%
REEE ⁹ (incluindo lâmpadas fluorescentes)	224,56	199,61	+12,5%
COLÔMBIA			
Pilhas usadas	0	0,08	-100%

¹¹ REEE – Resíduos de Equipamentos Eléctricos e Electrónicos.

Em Portugal e na Polónia, o aumento de 10% das quantidades totais de resíduos de clientes recolhidos deve-se, sobretudo, ao contínuo investimento em ecopontos nas lojas Biedronka e Pingo Doce. O decréscimo da quantidade de resíduos de pilhas recolhidas em Portugal deveu-se principalmente a alterações no processo de recolha destes resíduos, cujo envio para valorização só será concluído em 2017. Os ecopontos para recolha de pilhas de clientes na Colômbia foi temporariamente suspenso devido a novo enquadramento legal sobre esta temática, estando planeada a sua reativação para todas as lojas em 2017.

A energia dos óleos e gorduras alimentares

Em 2009, o Grupo iniciou o projecto dos “Oleões” que disponibiliza aos clientes do Pingo Doce a possibilidade de depositarem os seus óleos alimentares usados em pontos de recolha localizados nas lojas. Estes equipamentos estão disponíveis em mais de 330 lojas, cobrindo cerca de 80% do parque da cadeia.

Anteriormente, o Grupo já recolhia os óleos alimentares utilizados na confecção dos produtos de *Take-Away* e assegurava o seu encaminhamento para valorização. No total, entre 2010 e 2015, foram encaminhados mais de 1.760 toneladas para valorização e transformação, na sua grande maioria, em biocombustível.

Já este ano, foi iniciado um projecto-piloto nas operações em Portugal, Polónia e Colômbia que consiste na recolha da gordura proveniente da confecção de frangos assados nas lojas e o respectivo encaminhamento para valorização: uma parte para transformação em biocombustível e a restante para valorização orgânica e posterior utilização como fertilizante.

5.4.3. Ecodesign de Embalagens

Em colaboração com os seus fornecedores, o Grupo tem trabalhado para melhorar a eco-eficiência das embalagens segundo estratégias de *ecodesign* que visam:

- reduzir o impacte ambiental associado a embalagens de artigos comercializados pelas insígnias, em especial nas Marcas Próprias; e
- otimizar os custos de produção, transporte e gestão de resíduos das embalagens.

Referências abrangidas pela acção	Portugal	Polónia	Unidade
Número de referências	222	8	SKU*
Poupança de materiais de embalagem	2.481	31	t de materiais/ano
Transportes evitados	475	-	t CO ₂ e/ano
Embalagens com certificação FSC	8	-	SKU*

* SKU – *Stock Keeping Unit*.

Na Polónia, todas as caixas de fornecedores polacos para acondicionamento de fruta e vegetais são feitas de cartão reciclado e com certificação FSC.

5.5. Infra-estruturas Eco-eficientes

As Companhias do Grupo Jerónimo Martins integram critérios ambientais nos projectos de construção e de remodelação de infra-estruturas, potenciando os impactes positivos e minimizando os adversos.

A Biedronka, o Pingo Doce, o Recheio e a Ara têm vindo a implementar sistemas de controlo eficiente de centrais de frio, tecnologias mais eficientes em termos de iluminação (LED, clarabóias e células fotoelétricas), móveis refrigerados e arcas congeladoras dotadas de portas e tampas e, ainda, sistemas de gestão automática do consumo de energia, procurando uma gestão mais racional da energia necessária. A Biedronka tem 13 ecojotas, as quais incluem medidas para a redução de consumos de água e de energia e para a gestão de resíduos.

5.6. Sensibilização de Colaboradores e Consumidores

O Grupo reconhece a relevância dos comportamentos individuais e colectivos para uma melhor gestão dos recursos naturais, das emissões e dos resíduos. Como tal, desenvolveu várias iniciativas de sensibilização, dirigidas às diferentes partes interessadas.

Colaboradores

- Em 2016, Jerónimo Martins organizou a 5.^a edição da Conferência de Sustentabilidade, dirigida à sua gestão de topo e a fornecedores estratégicos. Esta edição reuniu cerca de 200 participantes oriundos dos três países em que o Grupo desenvolve as suas operações e focou-se na pesca sustentável, nas artes de pesca, na aquacultura, nas tendências do mercado e nos desafios que se perspectivam para o negócio;
- publicação de artigos sobre temáticas ambientais na revista interna "A Nossa Gente", distribuída a todos os colaboradores em Portugal, como, por exemplo, a divulgação de dicas para melhorar a gestão de resíduos e a divulgação das lojas e CD com melhor desempenho na redução de consumo de água e energia face ao período homólogo. Esta revista teve uma tiragem bimestral de 25 mil exemplares;
- na revista interna "Razem w JM", para distribuição a todos os colaboradores da Polónia, foram também divulgados artigos sobre proteção ambiental na Jerónimo Martins Polska. Esta revista teve uma tiragem de 160 mil exemplares em 2016;
- sensibilização dos gestores do Grupo, em Portugal, Polónia e Colômbia, sobre vários temas relacionados com a estratégia ambiental, através da *newsletter* digital de Responsabilidade Corporativa – "Seeds". Esta *newsletter* bimestral tem uma audiência superior a mil colaboradores;
- sensibilização de todos os colaboradores dos escritórios, na Polónia, através da divulgação de comunicação interna no Dia Mundial da Terra (22.04.2016) e dos colaboradores da sede e dos CD através da plantação de 1.500 novas árvores na floresta próxima de Baniocha em colaboração com a Forestry Sierzchow. Foi também realizado um concurso, que contou com a participação de 190 colaboradores, com o objectivo de promover a criação de algo útil a partir de resíduos (promoção da reciclagem). Foram atribuídos dois primeiros prémios – projecto "Casa de brincar para crianças" e "Organizador de materiais de jardinagem" – e ainda distinguidos 10 outros projectos;

- realização de acções de formação sobre boas práticas de gestão ambiental para colaboradores em Portugal, na Polónia e na Colômbia, correspondendo a um volume de mais de 4.400 horas de formação;
- reforço e divulgação periódica de boas práticas ambientais para colaboradores, nomeadamente, nas lojas Pingo Doce e Recheio, através dos documentos "Informação de Negócio" e "Alerta Recheio" e, nos CD da Biedronka, através de 11 apresentações nas áreas de convívio, envolvendo 4.200 colaboradores;
- nos CD e nos escritórios, na Polónia, foi colocada, em locais estratégicos, sinalética a apelar à poupança de energia, água e gestão de resíduos. Em Portugal, foi realizado o *roll-out* do projecto "Let's Go Green", iniciado em 2015 na sede do Grupo, para duas novas localizações em Portugal com o objetivo de fomentar a adopção de práticas mais responsáveis na utilização de energia, água e papel.

Cientes e consumidores

- Em Maio de 2016, a Hebe, na Polónia, eliminou a distribuição gratuita dos sacos de plástico de caixa para promover a redução da sua utilização pelos clientes, juntando-se, nesta prática, à Biedronka, na Polónia, e ao Pingo Doce e ao Recheio, em Portugal;
- realização de campanhas na Biedronka promovendo boas práticas ambientais:
 - jogos ao ar livre dirigidos a públicos infantis durante 10 piqueniques organizados pela Caritas no Dia da Criança;
 - filmes sobre separação de resíduos de embalagem projectados durante o evento "Cinema with Biedronka" que decorreu em 35 cidades, com mais de 10 mil espectadores;
 - 8.ª edição do eco-evento "Ecologic by nature", que permitiu a recolha de cerca de 17 mil kg de resíduos de vidro e 49,4 mil kg de baterias usadas;
 - posters 3D afixados em 100 lojas a demonstrar o ciclo de vida dos resíduos de embalagens quando encaminhadas para valorização pelos consumidores;
 - apoio à campanha "Make a gift to yourself and the environment" organizado pela UNEP/GRID Warszawa, dedicada ao tema da eficiência energética;
- publicação periódica de artigos contra o desperdício alimentar e promoção de boas práticas ambientais e sociais nas revistas "Sabe Bem" (tiragem bimestral entre 100-150 mil exemplares), "Notícias Recheio" (tiragem bimestral de 50 mil exemplares) e "Kropka TV" (tiragem semanal de cerca de 210 mil exemplares), dirigidas aos clientes Pingo Doce, Recheio e Biedronka, respectivamente;
- em Portugal, destacam-se as campanhas de sensibilização sobre óleos alimentares usados no Pingo Doce e Recheio e sobre reutilização dos sacos de caixa no Pingo Doce.

5.7. Parcerias e Apoios

Focadas na promoção de projectos de recuperação de *habitats* naturais e de protecção da diversidade biológica, o Grupo apoiou as seguintes iniciativas em Portugal:

Instituição	Projecto	Montante	Apoio iniciado em	Mais informações em
Oceanário de Lisboa	Oceanário de Lisboa	100.000 €	2003	www.oceanario.pt
World Wildlife Fund (WWF)	"Green Heart of Cork"	10.000 €	2013	www.wwf.pt
Liga para a Protecção da Natureza (LPN)	ECOs-Locais	10.000 €	2011	www.lpn.pt
Quercus	Campanha "SOS Polinizadores"	5.000 €	2014	www.yesweb.pt/polinizadores
European Recycling Platform (ERP) – Portugal	Projecto "Geração Depositrão"	5.000 €	2013	www.geracaodepositrao.abae.pt
Jardim Zoológico	Apadrinhamento do Lémure-de-cauda-anelada	4.800 €	2015	www.zoo.pt

Em Janeiro de 2016, o Grupo atribuiu, no âmbito do Green Project Awards Portugal, o "Prémio de Investigação e Desenvolvimento Jerónimo Martins-Green Project Awards", no montante de 20 mil euros, ao projecto "Detergentes Verdes". Este projecto investiga a utilização de resíduos vegetais no desenvolvimento de produtos de limpeza com menor impacto na água e na biodiversidade.

6. Comprar com Responsabilidade

6.1. Introdução

As parcerias são determinantes para a promoção do desenvolvimento social e económico das regiões onde o Grupo está presente, bem como para o reforço do valor das propostas das suas marcas e insígnias. No âmbito destas parcerias – junto dos fornecedores e prestadores de serviços –, o Grupo procura integrar critérios ambientais, sociais e éticos com vista à melhoria gradual e sustentada dos impactos da sua actividade sobre as gerações presentes e futuras.

A Política de Compras Sustentáveis do Grupo e o Código de Conduta para Fornecedores, disponíveis em www.jeronimomartins.pt, na área de “Responsabilidade”, definem as áreas estratégicas de actuação nesta matéria.

6.2. Compromisso: Fornecedores Locais

O Grupo opta, preferencialmente e em circunstâncias de paridade de condições comerciais, por fornecedores locais, com vista a potenciar a sustentabilidade socioeconómica dos países onde opera e a minimizar a pegada de carbono dos produtos comercializados.

O recurso à importação verifica-se essencialmente nos seguintes casos:

- i. escassez de produto por motivo de sazonalidade na produção, comum na área de Fruta e Vegetais;
- ii. quando não existe o produto ao nível local ou a respectiva produção não tem volume suficiente para garantir o abastecimento das lojas das cadeias;
- iii. quando a relação qualidade-preço dos produtos nacionais não permite que seja cumprido o compromisso de qualidade ao melhor preço que o Grupo mantém com os consumidores.

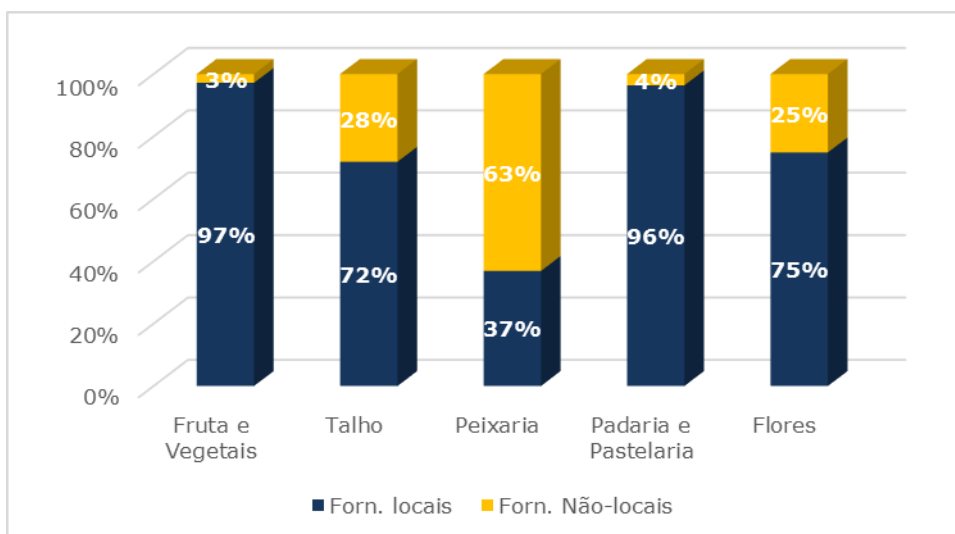
Na Polónia, 92% dos produtos comercializados foram adquiridos a fornecedores locais. Em Portugal, este rácio fixou-se em 84% e na Colômbia em mais de 95%.

Perecíveis e Marca Própria

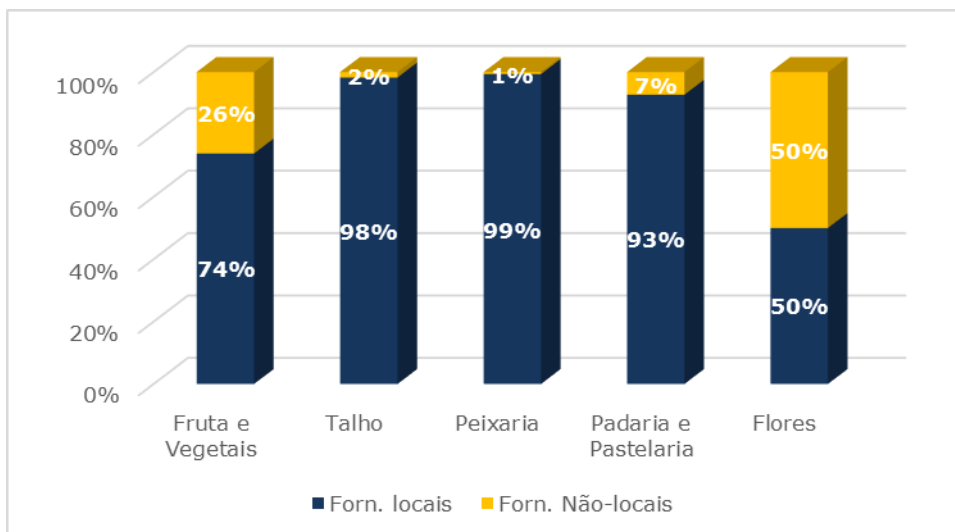
Também no que respeita a Marca Própria, a maioria dos produtos foi adquirida a fornecedores locais dos quais mais de 95% na Colômbia, 93% na Polónia, e entre 59% (Pingo Doce) e 65% (Recheio) em Portugal.

Na área de Perecíveis, verifica-se a mesma tendência, com 69% dos produtos em Portugal a serem adquiridos a fornecedores locais, enquanto na Polónia este valor é cerca de 88%. Na Colômbia, este rácio é superior a 95%.

Portugal



Polónia



As Companhias do Grupo realizam acções de sensibilização junto dos consumidores para a preferência por produtos de origem local.

Em Portugal, os produtos nacionais encontram-se identificados com as etiquetas "O Melhor de Portugal Está Aqui", no caso dos Perecíveis, e "Produzido em Portugal" e "Fruta 100% Portuguesa", quando são produtos de Marca Própria.

Na Polónia, os produtos de origem nacional são identificados com a etiqueta "*Polski Produkt*" (Produto Polaco) ou com a etiqueta "*#jedzcopolskie*" (Coma o que é Polaco). Neste último caso, a Biedronka manteve o *website* www.jedzcopolskie.biedronka.pl para a promoção de fruta e vegetais e também para a partilha de informação sobre os fornecedores locais com quem trabalha e sugestões de receitas.

Na Colômbia, os produtos de origem nacional são marcados com a etiqueta “*Hecho en Colombia*” (Feito na Colômbia) e os produtos de Marca Própria são marcados com a etiqueta “*Una Marca de Ara*” (Uma Marca Ara).

Relacionamento com Fornecedores

O Grupo procura desenvolver relações duradouras e de cooperação com os produtores, que se traduzem frequentemente em acompanhamento técnico em matéria de qualidade, apoio na optimização dos processos, garantia de escoamento do produto e estímulo às economias locais. Neste âmbito, destacam-se as seguintes iniciativas:

Portugal

- Em 2016, o Pingo Doce e o Recheio mantiveram a comercialização, em conjunto com os seus fornecedores, de variedades pouco desenvolvidas em Portugal, proporcionando aos clientes o acesso a um sortido variado de legumes e, ao mesmo tempo, estimulando o desenvolvimento de novas competências junto dos produtores. Os produtos incluídos neste projecto são a *courgette* redonda, a riscada e a amarela, a beringela riscada, o pepino doce e o *bimi*, uma variedade de brócolo;
- foi mantido o apoio técnico aos produtores portugueses de borrego, vitela, porco, frango e peru, promovendo a escolha de rações à base de cereais e aconselhando quanto a modelos eficientes de gestão e de distribuição. As explorações de borrego para comercialização pelo Pingo Doce são geridas em regime de pasto natural, de acordo com os pressupostos de agricultura e pecuária de Elevado Valor Natural. Este conceito prevê que os sistemas de produção, de baixa intensidade e com *inputs* reduzidos, possam contribuir para a protecção da biodiversidade das regiões onde estão implementados;
- continuámos a relação de parceria com uma cooperativa de pescadores da zona de Sesimbra, assegurando-se a qualidade e a competitividade dos preços, assim como a prática de artes de pesca tradicionais, que permitem a regeneração sustentada das espécies;
- em 2016, o Pingo Doce manteve a medida extraordinária de apoio aos produtores portugueses de produtos perecíveis com que trabalha e que são membros da Confederação dos Agricultores de Portugal (CAP). Esta medida consiste na antecipação para uma média de 10 dias (em vez dos 30 dias previstos na lei) do prazo de pagamento praticado pelo Pingo Doce, sem custos financeiros para o produtor. Desde a sua criação em 2012, já beneficiaram desta iniciativa cerca de 500 produtores nas categorias de Fruta, Legumes, Carne, Peixe, Charcutaria e Vinhos.

Polónia

- A Biedronka continuou a investir na categoria de Fruta e Vegetais para responder à procura por variedades autóctones polacas. Esta estratégia implica um conhecimento sobre a cultura e tradições polacas, que resulta também das relações duradouras com os parceiros de negócio que se materializam em visitas regulares aos locais de produção e na partilha de conhecimento técnico. Em 2016, a Biedronka reforçou a presença de variedades tradicionais desenvolvidas em 2015, tendo aumentado os volumes em comercialização. São exemplos as batatas *Irga* e *Bryza*, cuja produção quase quadruplicou, e as maçãs *Antonówka* e as pêras *Klapsa*, cujas vendas – em quantidade – duplicaram face a 2015;

- a Polónia é um dos maiores produtores de morangos da Europa. Contudo, devido ao seu limitado tempo de vida útil para consumo, estes eram vendidos principalmente em mercados tradicionais. A Biedronka estabeleceu uma rede de fornecedores, localizados nas regiões próximas dos CD, no sentido de assegurar a qualidade e quantidades suficientes para venda de morangos nas suas lojas. Esta rede permite reduzir o tempo entre a colheita e a disponibilidade do produto nas lojas. No primeiro ano de projecto – 2014 – foram vendidas 74 toneladas entre Julho e Setembro. Em 2016, e como resultado da consolidação desta iniciativa, foi possível comercializar 650 toneladas no mesmo período. Para 2017, a Biedronka pretende atingir as 1.000 toneladas;
- a Biedronka foi pioneira na comercialização do tomate *Malinowe* (tomate framboesa) nas suas lojas e a única insígnia a operar na Polónia a ter esta variedade disponível durante todo o ano de 2015. Em 2016, a comercialização desta variedade duplicou, tendo atingido as 13.750 toneladas;
- igualmente inovadora na categoria de Carne, a Biedronka duplicou a comercialização de galinha produzida livremente no campo, com respeito pelo crescimento natural dos animais, assegurando a sua venda em todas as lojas da insígnia. Este projecto foi iniciado em 2015 junto de fornecedores polacos e, até à data, é único na Polónia.

Colômbia

- Desde o arranque das suas Operações, a Ara tem vindo a trabalhar com o objectivo de estabelecer relações estáveis e de parceria com fornecedores colombianos. Em 2016, a Ara colaborou com 85 fornecedores locais, que forneceram mais de 500 produtos de Marca Própria;
- realizou-se a 4.^a edição do Congresso da Marca Própria Ara, na cidade de Barranquilla, com o tema “Juntos Construimos Novos Caminhos”, no qual participaram cerca de 140 fornecedores locais.

6.3. Compromisso: Direitos Humanos e do Trabalhador

De acordo com a Política de Compras Sustentáveis, disponível em www.jeronimomartins.pt, o Grupo recorre unicamente a fornecedores que se comprometam com práticas e actividades que cumpram as disposições legais e os acordos nacionais e internacionais aplicáveis em matéria de Direitos Humanos e do Trabalhador.

O Grupo assume o compromisso de cessar relações comerciais com fornecedores sempre que tome conhecimento de que estes e/ou os seus fornecedores desenvolvem práticas de abuso dos Direitos Humanos, da Criança e/ou dos Trabalhadores e/ou no caso de não incorporarem preocupações éticas e ambientais no desenvolvimento da sua actuação nem estarem dispostos a desenhar e a implementar um plano correctivo.

Adicionalmente, e no âmbito da sua participação no The Consumer Goods Forum, o Grupo assumiu o compromisso de contribuir para erradicar o trabalho forçado – como definido pela International Labour Organization – ao longo da sua cadeia de abastecimento e continuar a assegurar a sua inexistência nas próprias operações.

6.4. Compromisso: Promoção de Práticas mais Sustentáveis de Produção

A par dos aspectos éticos e sociais já referidos, também os ambientais são considerados nas relações do Grupo com os seus fornecedores, sendo tendencialmente privilegiados métodos de produção que apresentem um menor consumo de recursos naturais e menores impactos para os ecossistemas.

O sector do Retalho tem vindo a ser desafiado, por vários *stakeholders*, a combater os impactos ambientais e sociais associados às *commodities* de desflorestação (óleo de palma, soja, carne bovina, madeira e papel) no sentido de reduzir as emissões de GEE associadas à destruição de floresta, conservar a biodiversidade nestes ecossistemas e eliminar as violações de Direitos do Homem, da Criança e/ou dos Trabalhadores que têm vindo a ser denunciadas.

Com o intuito de avaliar os impactos que estas *commodities* representam, o Grupo Jerónimo Martins manteve, em 2016, o mapeamento da presença destes ingredientes nos produtos de Marca Própria e Perecíveis comercializados em Portugal, Polónia e Colômbia. Adicionalmente, questionaram-se os fornecedores do Grupo em cujos produtos estes ingredientes foram identificados sobre a respectiva origem e a existência de certificação. Os resultados deste trabalho são publicamente divulgados, desde 2014, na resposta anual do Grupo ao Carbon Disclosure Project (CDP) Forests.

É nosso objectivo assegurar, de modo progressivo, a origem sustentável destas matérias-primas, em linha com o compromisso de Desflorestação Líquida Zero até 2020 assumido no âmbito da participação de Jerónimo Martins no The Consumer Goods Forum. Para mais detalhes sobre as nossas acções nesta matéria, consulte www.cdp.net.

A Jeronimo Martins Polska manteve-se como membro da GreenPalm, uma organização que garante, em conjunto com a entidade certificadora Roundtable on Sustainable Palm Oil (RSPO), que o volume equivalente de óleo de palma utilizado por um produtor no desenvolvimento de uma referência é adquirido junto de fontes geridas de forma sustentável. Em 2016, os sabonetes da gama "Linda" foram relançados, na Polónia, com a menção GreenPalm. No total, cerca de 800 toneladas de óleo de palma obtiveram esta certificação.

Grupo Jerónimo Martins obtém "A-" e "B" no CDP Forests 2016

Jerónimo Martins obteve uma pontuação global de "A-" para o óleo de palma, posicionando o Grupo no patamar "Liderança", a um passo de atingir a pontuação máxima (A). As *commodities* soja, papel e madeira e carne bovina obtiveram uma classificação de "B", correspondendo ao nível de "Gestão".

O programa "Forests", do CDP, avalia o desempenho do Grupo ao nível da sua estratégia para as *commodities* associadas à desflorestação, incluindo a sua transparência no reporte de informação e gestão de risco.

O CDP é uma organização internacional sem fins lucrativos que desenvolve programas para empresas e cidades medirem, divulgarem, gerirem e partilharem informações ambientais relevantes.

No âmbito da estratégia de pescada sustentável do Grupo, e como resultado dos estudos que tem conduzido neste âmbito¹², foram definidas linhas de acção para reduzir a pressão sobre espécies ameaçadas¹³. Estas incluem: i) a proibição de compra e venda de espécies classificadas como “Críticamente em Perigo” e para as quais não existam licenças extraordinárias que o permitam; ii) procurar alternativas provenientes de aquacultura para as espécies classificadas como “Em Perigo”, não realizando acções promocionais envolvendo as que têm origem em populações selvagens e que não sejam provenientes de *stocks* geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade; e iii) limitar as acções promocionais de espécies classificadas no nível “Vulnerável” sempre que não sejam provenientes de aquacultura e/ou que não sejam provenientes de *stocks* geridos de forma sustentável e/ou que não apresentem certificado de sustentabilidade.

O Grupo desenvolve ainda parcerias com os seus fornecedores de Fruta e Vegetais com vista a reduzir os impactes ambientais associados à sua comercialização. É o caso da produção de mangas no Senegal. Esta parceria tem características de produção semelhantes às mangas produzidas no Brasil, mas permite reduzir a distância percorrida em mais de 5.000 km e substituir o meio de transporte aéreo pelo marítimo, conduzindo a uma diminuição significativa das emissões de CO₂. Esta parceria permite ainda assegurar um produto de maior qualidade, uma vez que a redução na distância torna possível colher a manga num estado de maturação mais avançado.

A Biedronka aderiu à iniciativa “Charter for Sustainable Cleaning” (Compromisso para a Limpeza Sustentável), promovida pela AISE - International Association for Soaps, Detergents and Maintenance Products, que promove a melhoria do desempenho de produtos da categoria de Higiene e Limpeza num conjunto de critérios: toxicidade, eco-eficiência e consumo de matérias-primas, entre outros.

Produtos Certificados

Num esforço de melhoria contínua da sustentabilidade dos produtos de pescada, a Biedronka iniciou, em 2016, uma campanha de lançamento de produtos de Marca Própria com certificação Marine Stewardship Council (MSC), que envolveu oito produtos: sete frescos e um congelado.

Em Portugal, mais de 90% do bacalhau (*Gadus morhua*) é oriundo da Noruega e cerca de 50% da pescada congelada comercializada pelo Pingo Doce tem origem nas águas da África do Sul. Em ambos os casos, as pescas são realizadas por embarcações que cumprem os padrões da certificação MSC. O Pingo Doce manteve no seu sortido as seis referências de atum enlatado com o rótulo Dolphin Safe.

¹² Para saber mais sobre as acções desenvolvidas pelo Grupo neste âmbito, consulte o subcapítulo 5. “Respeitar o Ambiente” neste capítulo.

¹³ Baseada na classificação da International Union for Conservation of Nature and Natural Resources (IUCN) e da Convention on International Trade and Endangered Species of Wild Fauna and Flora (CITES).

Cacau, chá e café sustentáveis em produtos de Marca Própria

Em 2016, foram lançadas quatro referências de chá com certificação "Rainforest Alliance", assegurando que o chá preto contido no produto é proveniente de agricultura sustentável e que cumpre os critérios ambientais e sociais definidos por esta entidade. A percentagem de chá certificado varia entre os 40% (duas referências) e os 80% (duas referências) da composição total de chá.

No mesmo período, o Pingo Doce lançou a primeira referência de café com certificação 100% Fairtrade. Esta certificação assegura o cumprimento de critérios sociais, ambientais e económicos, apoiando pequenos fornecedores através do pagamento de um valor mínimo garantido de produção.

O Grupo Jerónimo Martins manteve ainda o investimento na certificação UTZ de produtos de cacau, conseguindo, em 2016, 18 referências: 15 na Biedronka e três no Pingo Doce. Um produto UTZ procura demonstrar, através de um programa de certificação, que a matéria-prima foi obtida recorrendo a um modelo de agricultura sustentável.

Estas certificações promovem a adopção de boas práticas agrícolas, garantindo uma melhoria das condições de trabalho e da qualidade de vida dos agricultores, assim como a protecção dos recursos naturais dos quais dependem.

A gama de produtos biológicos Pingo Doce contou, em 2016, com um total de 52 SKU da categoria de Fruta e Vegetais. Estes produtos são desenvolvidos de acordo com as regras da produção biológica, sendo certificados por uma entidade externa independente (Ecocert), e apresentam o logótipo da União Europeia, que assegura o cumprimento do Regulamento Comunitário para a Agricultura Biológica.

Em 2016, o Pingo Doce lançou uma nova referência de produtos com certificação EU-Ecolabel, que veio juntar-se às seis referências já existentes. No mesmo período, o Pingo Doce elevou o número de referências com certificação Sustainable Forestry Initiative (SFI) para 30 e manteve as sete referências com certificação Programme for the Endorsement of Forest Certification (PEFC). O Recheio terminou o ano com oito referências SFI e cinco PEFC. Em ambos os casos, as certificações estão essencialmente associadas à categoria de artigos de Higiene Pessoal.

6.5. Auditorias a Fornecedores

Qualidade e Segurança Alimentar

Os fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria são regularmente auditados numa perspectiva de avaliação e de acompanhamento a vários níveis: da gestão e controlo de processos, do sistema de qualidade implementado, da formulação de produtos e dos aspectos laborais e ambientais. As auditorias são obrigatórias para os fornecedores que desenvolvam a sua actividade em territórios onde o Grupo opere.

A avaliação dos fornecedores contempla ainda requisitos ambientais, com um peso de 5% na avaliação. Estes requisitos incluem critérios associados à gestão da água, efluentes líquidos, resíduos, emissões para a atmosfera, ruído e substâncias perigosas.

A reavaliação de cada fornecedor ocorre periodicamente, com uma frequência pré-definida e baseada na classificação obtida.

Auditorias a fornecedores de Perecíveis e de Marca Própria*

	2016	2015	Δ 2016/2015
Portugal			
Perecíveis	847	802	+6%
Marca Própria – Alimentar e Não Alimentar	244	239	+2%
Polónia			
Perecíveis	1.454	1.550	-6%
Marca Própria – Alimentar e Não Alimentar***	451	425**	+6%
Colômbia			
Perecíveis	56	48	+17%
Marca Própria – Alimentar e Não Alimentar	165	121	+36%

*As auditorias incluem os seguintes tipos: selecção, controle e acompanhamento.

** Valor corrigido face a 2015.

*** Em 2016 foram ainda realizadas mais 3.074 inspecções a produtos não-alimentares de Marca Própria e em 2015, mais 2.691.

Na Colômbia, o incremento significativo de auditorias deve-se ao aumento do número de fornecedores que fornecem Perecíveis e produtos de Marca Própria à Ara.

Certificações

Em matéria de certificações, o Grupo privilegia e exige, no caso de fornecedores estrangeiros não abrangidos pelo nosso sistema de auditorias internas, uma relação com fornecedores que possuam uma certificação em Segurança Alimentar reconhecida pela Global Food Safety Initiative, nomeadamente British Retail Consortium (BRC), Global Good Agricultural Practices (GlobalG.A.P.), HACCP/Codex Alimentarius ou, ainda, ISO.

Todos os potenciais novos fornecedores de produtos de Marca Própria Biedronka têm de ser auditados de acordo com os critérios internos do Grupo (comuns para as três geografias em que desenvolvemos as nossas operações). No caso de fornecedores que não se encontrem nestas geografias, deverão ser certificados segundo os *standards* alimentares do BRC, da International Featured Standards (IFS) ou da Food Safety System Certification (FSSC) 22000.

Produtos Marca Própria não-alimentares distinguidos

Em 2016, alguns produtos não-alimentares da Biedronka voltaram a ser distinguidos pela sua qualidade e/ou inovação. É o caso das fraldas da Marca Própria Dada, às quais o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança) atribuiu o Golden Logo, sendo o único produto do género com esta distinção. Também os produtos dermocosméticos para crianças da Marca Própria Dada obtiveram uma avaliação positiva do mesmo Instituto.

Também os sacos para lixo Cedo and Plasbel foram distinguidos pelos consumidores polacos como "Produkt Roku. Wybór knosumentów" (Produto do Ano. Escolha do Consumidor) por apresentarem uma banda autocolante em alternativa aos tradicionais de fecho e também por serem perfumados.

Ambiente

O Grupo realizou 33 auditorias ambientais a prestadores de serviços em Portugal, quatro na Polónia e uma na Colômbia. Estas visam assegurar o cumprimento dos requisitos mínimos de desempenho ambiental, a avaliação do nível de desempenho e a definição de um plano de acção para correcção de não conformidades. O nível de desempenho ambiental (para a totalidade dos prestadores de serviços em Portugal auditados desde 2009) é de: 13% com classificação de "Ótimo", 8% "Alto", 78% "Básico" e 1% "Inadequado".

Com os mesmos objectivos, o Grupo iniciou, em Portugal, um projecto-piloto de auditorias exclusivamente dedicadas a questões ambientais e realizadas a fornecedores de mercadorias por uma entidade externa, tendo sido envolvidos 15 fornecedores de Perecíveis.

Para todos os prestadores de serviços e fornecedores auditados e classificados com o nível "Inadequado" foi apresentado um plano de acção correctiva com resposta obrigatória por parte do fornecedor no prazo máximo de seis meses.

O Grupo tem como objectivo realizar anualmente, pelo menos, 35 auditorias ambientais aos seus prestadores de serviços e – a partir de 2017 – pelo menos 50 a fornecedores de Perecíveis. Reservamos o direito de suspender colaboração com os parceiros de negócio que não cumpram o plano de acção correctiva definido.

6.6. Formação a Fornecedores

Em Portugal e na Polónia, realizaram-se mais de 20 acções, envolvendo mais de 220 participantes, focadas em temas de Qualidade e Segurança Alimentar, aprofundando-se o trabalho de cooperação com os parceiros de negócio, especialmente em matéria de discussão de áreas de melhoria e desenvolvimento de produtos inovadores.

Na área de Ambiente, em 2016, foi assegurada a revisão da norma técnica "Gestão Ambiental para Fornecedores de Mercadorias e Serviços", no sentido de a adaptar à actualização da legislação. Em Portugal, foram também realizados um *workshop* sobre a norma referida, com a presença de 18 participantes em representação de prestadores de serviços, e dois *workshops* sobre o Manual de Agricultura Sustentável, onde estiveram presentes 33 participantes, representantes de fornecedores de fruta e legumes.

7. Apoiar as Comunidades Envolventes

7.1. Introdução

Com um número de lojas superior a 3.000, em mais de mil cidades, vilas e aldeias em três países, reconhecemos a importância de contribuir activamente para a superação dos desafios socioeconómicos que as comunidades enfrentam, nomeadamente através do combate à subnutrição e à fome, e do empenhamento na quebra dos ciclos de pobreza e de exclusão social.

Esta é a linha orientadora da Política de Apoio às Comunidades Envolventes, disponível em www.jeronimomartins.pt, que se foca nos grupos mais vulneráveis da sociedade: os idosos e as crianças e jovens carenciados.

7.2. Gestão da Política

As acções apoiadas ou promovidas pelo Grupo são monitorizadas e avaliadas em relação ao impacto que produzem, numa óptica de alocação eficiente de recursos a projectos sociais que abranjam o maior número possível de pessoas e/ou gerem os maiores e melhores resultados.

Os critérios que subjazem à metodologia de avaliação de impacte social London Benchmarking Group (LBG), rede de empresas da qual o Grupo é membro desde 2012, permitem aferir se as mudanças sociais são atingidas. Os resultados da auscultação realizada anualmente estão disponíveis para consulta no *site* corporativo do Grupo.

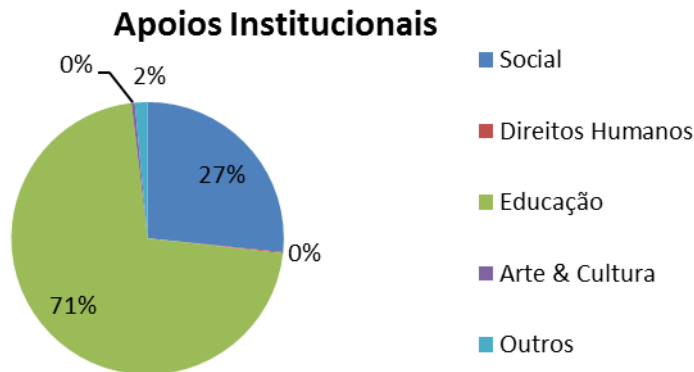
São também realizadas visitas de acompanhamento às instituições que tenham celebrado um acordo de cooperação com o Grupo. Entre o Grupo e estas instituições focadas na disponibilização de lares ou casas de acolhimento temporário para crianças, jovens e idosos em risco, a relação é pautada pela partilha de conhecimento. Num espírito de transparência e parceria, o Grupo verifica a qualidade das infra-estruturas e do serviço prestado.

7.3. Apoios Directos

Em 2016, o Grupo manteve-se comprometido com o apoio a instituições de solidariedade social que realizam um trabalho de combate à exclusão social nas geografias onde está presente. Este compromisso concretizou-se através da oferta directa de produtos alimentares, de apoios monetários a organizações que realizam trabalho pedagógico com crianças e jovens em risco, numa tentativa de travar o abandono escolar e a exclusão social, e/ou que incentivem o empreendedorismo, quer, ainda, através do desenvolvimento de campanhas que impulsionem a contribuição da sociedade para causas sociais.

Os apoios directos em espécie e monetários atribuídos por todas as Companhias do Grupo às comunidades envolventes perfizeram cerca de 18 milhões de euros, o que representa um aumento de 3% face a 2015.

Ao nível corporativo, os apoios dividem-se pelas seguintes dimensões:



O Grupo apoiou mais de 40 instituições, doando cerca de 1,5 milhões de euros, essencialmente na área social, e mantendo como principais beneficiários crianças, jovens e idosos.

Iniciado em 2015, o apoio à Academia do Johnson foi consolidado. Tendo como missão o combate à exclusão social e ao abandono escolar de cerca de 140 crianças e jovens provenientes de comunidades vulneráveis de Lisboa, a Academia disponibiliza ferramentas educacionais, profissionais e culturais, através de técnicos especializados que, recorrendo à prática de desporto e apoiando o estudo como forma de desenvolvimento de competências comportamentais, sociais e técnicas, ajudam a prevenir situações de risco e a potenciar a integração nas escolas e na sociedade.

O apoio do Grupo, no valor de cerca de 60 mil euros anuais, permite suportar o campo de jogos para a prática de desporto das várias equipas, a confecção dos lanches diários das crianças e jovens, ajustada às exigências da sua actividade física, e a aquisição de material escolar para utilização nas actividades da Academia, entre outras aplicações.

Adicionalmente, patrocinaram-se outras iniciativas de carácter cultural ou educativo. Por exemplo, patrocinou-se a 11.ª Semana da Responsabilidade Social, dinamizada pela Associação Portuguesa de Ética Empresarial e pela Rede Portuguesa do *Global Compact*. Sob o tema "Cooperação para o Desenvolvimento Sustentável", foi possível abordar e debater todos os Objectivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) aprovados pelas Nações Unidas até ao ano 2030.

O Pingo Doce apoiou mais de 440 instituições de solidariedade social que cumprem a sua missão nas zonas de influência das lojas da cadeia, com géneros alimentares e valor monetário. No total, doou mais

Greenfest

Em Portugal, apoiou-se a 8.ª edição do maior festival dedicado à sustentabilidade e que reuniu, durante quatro dias, empresas, organizações não-governamentais, universidades e entidades públicas para a demonstração de produtos ou programas sustentáveis.

O Grupo participou em palestras dirigidas a estudantes e ao público em geral sobre o combate ao desperdício alimentar (incluindo *showcooking* sobre reaproveitamento criativo de excedentes nas casas dos consumidores), a importância da sustentabilidade ambiental no sector da Distribuição Moderna e a relevância da missão da Academia do Johnson junto de jovens provenientes de comunidades vulneráveis.

O festival registou cerca de 25 mil visitantes.

de 15,4 milhões de euros, o que representa um crescimento de mais de 5% face ao ano anterior. Mais de 95% deste valor corresponde a donativos em excedentes alimentares, num peso equivalente a 9,8 mil toneladas, a 380 instituições de todo o país que chegam a pessoas em situações de carência.

O Recheio ofereceu donativos em géneros alimentares e monetários a 124 instituições, num valor de mais de 300 mil euros. 86% deste valor foram ofertas de excedentes alimentares equivalentes a 170 toneladas.

As Companhias Jerónimo Martins Distribuição de Produtos de Consumo, a Jerónimo Martins Restauração e Serviços e a Hussel apoiaram, entre outras instituições, o Banco Alimentar Contra a Fome. Os donativos fixaram-se em mais de 151 mil euros¹⁴, o equivalente à oferta de mais de 51 toneladas de géneros alimentares.

Na Polónia, manteve-se a aposta em iniciativas de apoio às instituições que ajudam a combater a fome e a subnutrição e que procuram sensibilizar a sociedade para causas sociais como a importância da alimentação saudável, o bem-estar das crianças institucionalizadas e a centralidade da família. O valor dos apoios fixou-se em mais de 385 mil euros (mais de 1,7 milhões de zlotys).

Tal como em anos anteriores, no âmbito do Dia Mundial da Criança, a Biedronka apoiou a campanha “Vamos Ficar Juntos” desenvolvida em conjunto com a Caritas Polska para fomentar o reforço de laços entre as crianças e as suas famílias. A campanha teve lugar em 21 cidades de várias regiões da Polónia, registando-se mais de 200 mil crianças e pais que tiveram a oportunidade de usufruir de várias acções de entretenimento e de géneros alimentares oferecidos pela Biedronka, um investimento de cerca de 170 mil euros.

A Biedronka apoiou ainda – com suporte à comunicação e doação de produtos alimentares – a organização de eventos solidários realizados pela Caritas Polska, como o Dia Internacional do Doente ou o Dia de São Nicolau.

Outras iniciativas solidárias da Biedronka incluem a continuidade do apoio à associação “Esperança para o Euro”, uma parceria estabelecida em 2011, que pretende promover, através do desporto, o desenvolvimento social de crianças institucionalizadas e provenientes de famílias com dificuldades económicas e/ou desestruturadas. Esta organização dinamizou torneios de futebol envolvendo crianças e jovens da Polónia e de mais de 36 países. Além do apoio financeiro, a Biedronka ofereceu géneros alimentares às 670 crianças que participaram nos campeonatos, assim como prémios especiais, num total de cerca de 70 mil euros investidos.

Combate ao Desperdício Alimentar na Polónia

2016 foi o ano de arranque das doações, pelos Centros de Distribuição e lojas da Biedronka, de excedentes alimentares que, estando aptos para consumo, não podem ser colocados à venda.

Neste primeiro ano, 63 lojas e sete Centros de Distribuição fizeram doações às dioceses locais da Caritas Polska e a outras instituições, que chegam a pessoas em situação de carência alimentar.

Foram doadas cerca de 87 toneladas de alimentos, o equivalente a mais de 52 mil euros.

¹⁴ O montante reportado corresponde ao período compreendido entre Janeiro e 30 de Setembro de 2016, data a partir da qual estas empresas de negócios deixaram de integrar o Grupo Jerónimo Martins.

Na Colômbia, a Ara manteve a parceria com o Instituto Colombiano de Bienestar Familiar (ICBF), oferecendo géneros alimentares às amas comunitárias que cuidam de crianças até aos cinco anos de idade provenientes de famílias e bairros com muito poucos recursos financeiros.

O programa *Madres Comunitarias* tem como propósito colmatar as deficiências nutricionais que as crianças ainda enfrentam em matéria de proteínas, vitaminas e minerais, sendo feita, através do ICBF, uma monitorização do encaminhamento dos alimentos, do bem-estar mental e físico, bem como uma avaliação dos indicadores nutricionais das crianças beneficiadas.

A Ara desenvolveu, ainda, em conjunto com o Departamento para la Prosperidad Social, três *workshops* dirigidos a 80 amas da Costa do Caribe, a segunda região de implantação da sua rede de lojas, focando os métodos de manuseamento de produtos alimentares e a necessidade de as crianças terem uma alimentação equilibrada e controlada.

Em 2016, foram abrangidas pela parceria entre a Ara e o ICBF 3.668 crianças, mais 268 do que no ano anterior, num total de 262 creches. 8.683 cabazes alimentares foram oferecidos, no valor de mais de 82 mil euros, representando 130 toneladas de alimentos doados, mais 55% do que em 2015.

Ainda neste país, foi mantido o apoio à Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia, cuja missão é a de estabelecer alianças estratégicas com parceiros públicos e privados para o combate à fome e ao desperdício alimentar através do encaminhamento de excedentes a pessoas carenciadas. Em 2016, doaram-se, no âmbito deste programa, mais de 30 toneladas de géneros alimentares, equivalentes a mais de 81 mil euros, evitando-se ao mesmo tempo a emissão de 700 toneladas de CO₂ equivalentes que resultariam da deposição em aterro dos excedentes.

Imagina Só

O Pingo Doce estabeleceu uma parceria com a Science4you, que desenvolveu, em Portugal, a colecção de 23 livros *Imagina Só*, que conta com várias personalidades portuguesas na criação de estórias que cobrem vários temas para crianças, entre os quais as diferenças étnicas, *bullying*, estereótipos, a preservação do planeta ou a família.

No âmbito desta parceria, por cada exemplar dos mais de 7.450 vendidos, a Science4you doou 0,50 euros para a Operação Nariz Vermelho.

Esta organização dedica-se a assegurar, de forma semanal, a visita de palhaços profissionais a crianças de 14 hospitais abrangidos pelo programa. Estes artistas têm formação especializada no meio hospitalar e trabalham em estreita colaboração com os profissionais de saúde, realizando actuações adaptadas a cada criança e a cada situação.

7.4. Voluntariado Interno e Outras Campanhas

Os colaboradores do Grupo mantiveram a sua participação nos programas da Associação Junior Achievement Portugal, cujo objectivo é o de promover o empreendedorismo junto das crianças e jovens, através do ensino de temas como a relação com a família e com as comunidades, a economia, a União Europeia, e sobre como criar um negócio.

Durante a época de Natal, organizou-se uma campanha interna de solidariedade, com o objectivo de oferecer presentes pedidos por 124 crianças, provenientes de famílias

desestruturadas, que vivem em lares de acolhimento apoiados numa base contínua por Jerónimo Martins.

Adicionalmente, durante a Festa de Natal que junta mais de 900 *managers* e a gestão de topo do Grupo, foi dinamizada uma campanha de angariação de fundos para a Associação de Paralisia Cerebral de Odemira, uma região onde as carências sociais são elevadas. Seguindo a lógica de *matching donation*, o Grupo igualou a verba recolhida a título de donativos individuais entre os *managers* presentes.

O valor angariado serviu para suportar as necessidades de apoio logístico e para a aquisição de instrumentos pedagógicos de suporte ao trabalho dos técnicos junto de 105 crianças e jovens do ensino especial, de idades até aos 18 anos, que frequentam as escolas do concelho.

7.5. Apoios Indirectos

A sensibilização da sociedade para o envolvimento em campanhas de recolha de alimentos e outros artigos, assim como em iniciativas de angariação de verbas, pode ajudar a criar uma consciência colectiva para o combate à fome e à subnutrição de pessoas com maior vulnerabilidade, através do apoio ao trabalho que todos os dias é desenvolvido por instituições de solidariedade social.

O Grupo, à semelhança dos anos anteriores, disponibilizou as suas redes de lojas para este fim, tendo as insígnias suportado também os custos de comunicação das acções.

Nas campanhas do Banco Alimentar Contra a Fome e outras instituições como o C.A.S.A. – Centro de Apoio ao Sem-Abrigo, foram recolhidas mais de 1.300 toneladas de alimentos pelos voluntários nas lojas Pingo Doce.

Os cartões vendidos a consumidores, convertíveis em géneros alimentares destinados a apoiar estas e outras instituições, totalizaram mais de 184 mil euros.

Na Polónia, em parceria com a Federação dos Bancos Alimentares Polacos e com a Caritas Polska, os clientes da Biedronka mobilizaram-se para a oferta de produtos alimentares ao longo de várias campanhas no ano, permitindo que se recolhessem mais de 1.870 toneladas de géneros alimentares, posteriormente canalizados para pessoas em situação de necessidade.

Na Colômbia, a Ara tem vindo a realizar uma campanha de sensibilização dos consumidores para o auxílio aos mais necessitados, através do arredondamento do valor das suas compras. O valor doado é entregue, mensalmente, à Fundación Aldeas Infantiles SOS Colombia para o programa *Fortalecimiento Familiar*, nos municípios de Ríosucio e Bolívar. Em 2016, e na sequência da expansão da Ara, este apoio foi alargado ao município de Bogotá.

Com as doações efectuadas pelos clientes a superarem os 51 mil euros, um crescimento de 55%, garantiu-se um apoio importante ao trabalho desenvolvido pelas Aldeas SOS, que servem de suporte às 1.654 crianças e jovens provenientes de 2.138 famílias.

7.6. Outros Apoios

A Biedronka, em parceria com o seu fornecedor de vegetais Green Factory, deu início ao programa *Zielona Kraina* (Terra Verde, disponível em zielona-kraina.com), que conta com a participação do Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco), com o objectivo de fomentar hábitos de alimentação mais saudáveis entre as gerações mais jovens.

Contando com nutricionistas e cozinheiros, e alinhado com os programas escolares e padrões alimentares recomendados por especialistas, realizaram-se 200 *workshops* gratuitos em 70 escolas de quatro cidades polacas, envolvendo mais de 4.000 crianças do 4.º ano de escolaridade e 200 professores. Os conteúdos incluem palestras, preparação conjunta de refeições com fruta e vegetais frescos e jogos educativos. Em Varsóvia, realizaram-se *workshops* em 29 escolas primárias, envolvendo mais de 3.000 crianças e cerca de 150 professores.

Ainda na Polónia, assinalou-se o 10.º ano da *Partnerstwo dla Zdrowia* (Parceria para a Saúde) que consiste na colaboração entre a Biedronka, a Danone, a Lubella e o Instytut Matki i Dziecka (Instituto da Mãe e da Criança), para o combate à malnutrição das crianças através, por um lado, da facilitação do acesso a produtos com perfis nutricionais adequados e, por outro lado, da sensibilização para a alimentação saudável.

Esta colaboração tem resultado, desde 2006, na venda da gama de produtos sociais Mleczny Start (Milk Start, disponível em mlecznystart.pl), criada com o propósito de oferecer às famílias com menos recursos financeiros soluções alimentares a preços reduzidos que providenciem até 25% das necessidades diárias recomendadas de vitaminas e minerais para o crescimento das crianças. Cada referência de preparados para papas ou de sanduíches possui cálcio e vitamina D para a formação óssea, zinco e vitamina E para o sistema imunitário, magnésio e vitamina B6 que auxiliam a concentração e, ainda, ferro e vitamina C.

Sem qualquer lucro associado, em 2016 foi vendida uma média mensal de 1,8 milhões de unidades, totalizando, numa década, mais de 200 milhões de unidades.

Ainda no âmbito desta parceria, a sensibilização da sociedade assume-se como um factor complementar de combate à malnutrição.

O programa *Sniadanie Daje Moc* (O Pequeno-Almoço Dá Força, disponível em sniadaniemoc.pl) procura sensibilizar de forma lúdica, através de materiais pedagógicos, as crianças até aos três anos de idade das escolas primárias aderentes, os seus pais e os professores, sobre a importância da primeira refeição do dia para uma nutrição equilibrada e um crescimento saudável.

O número de escolas envolvidas aumentou 5,8% face ao ano lectivo anterior para

Sniadanie Daje Moc

O programa *Sniadanie Daje Moc* (O Pequeno-Almoço Dá Força) iniciou as suas actividades em 2011, centrando-se no Dia Mundial da Alimentação como momento de sensibilização para a alimentação saudável e para a importância do pequeno-almoço na refeição das crianças.

Em 2015, nesse dia, bateu o *Guinness World Records* com a maior aula de confecção de alimentos em múltiplas localidades, tendo registado 6.778 participantes oriundos de 89 escolas aderentes ao programa.

Ao longo dos cinco anos desde que foi criado, evoluiu para actividades ao longo do ano, em que o envolvimento com os pais e professores passou a ser incontornável para combater a malnutrição – são exemplos a disponibilização de materiais educativos para a planificação de aulas e os concursos para turmas, escolas e alunos.

7.826, o que corresponde a mais de 65% das escolas primárias do país. O programa abrangeu 195.650 crianças, um incremento de mais de 13 mil crianças, e a sua visibilidade também aumentou em cerca de 82%, com presença em mais de 2.500 publicações na imprensa escrita, televisão, rádio, internet e *social media*.

Prémios de Literatura Infantil Pingo Doce e Biedronka

Consciente de que a promoção e difusão da literatura infantil funciona como um catalisador do conhecimento, espírito crítico e criatividade junto das gerações mais jovens, o Pingo Doce iniciou, há uma década, o desenvolvimento de livros infanto-juvenis a preços acessíveis a todos os orçamentos familiares.

Esta estratégia de promoção da leitura resultou em mais de 350 títulos exclusivos lançados nestes 10 anos, registando mais de 1.800 cópias vendidas nos últimos três anos.

Neste âmbito, o Pingo Doce iniciou, em 2014, o Prémio de Literatura Infantil (premiodeliteraturainfantil.pt), procurando assumir-se também como promotor de novos talentos nas áreas da escrita e da ilustração. Em 2016, na 3.^a edição deste prémio, foram recebidas mais de 2.500 candidaturas provenientes de todo o país. Para além do valor monetário oferecido, de 50 mil euros repartidos igualmente entre as categorias de texto e ilustração, os vencedores viram concretizada a oportunidade de publicação e venda da sua primeira obra nas lojas Pingo Doce.

Após o sucesso da primeira edição do Prémio de Literatura Infantil na Polónia (piorko2016.biedronka.pl), que se traduziu em vendas superiores a 35 mil cópias da obra vencedora, em 2016, realizou-se nova edição. Mais de 5 mil obras foram submetidas a apreciação, sendo a obra vencedora publicada e vendida exclusivamente nas lojas Biedronka.

8. Ser um Empregador de Referência

8.1. Introdução

Num contexto de expansão das suas actividades nas geografias onde o Grupo opera, em 2016 manteve-se a aposta na criação de oportunidades de emprego através do investimento em programas de atracção e retenção de talento.

Criaram-se 7.206 postos de trabalho, o que representa um aumento líquido de 8,1% face a 2015. Proporcionaram-se, ainda, mais de 1.000 estágios e formação em contexto real de trabalho nas diferentes Companhias do Grupo.

A equipa Jerónimo Martins, em 2016, caracterizou-se pelos seguintes indicadores:

- 96.233 pessoas: 62.413 na Polónia, 30.732 em Portugal e 3.088 na Colômbia;
- 77% mulheres;
- 66% dos cargos de *management* são ocupados por mulheres;
- 14% têm idade inferior a 25 anos; 40% têm idades compreendidas entre os 25 e os 34; 31% entre os 35 e os 44 anos; 12% entre os 45 e 54 anos; 3% com 55 ou mais anos de idade;
- 87% são contratados a tempo inteiro;
- 67% são efectivos.

Em 2016, o Grupo continuou a desenvolver as suas políticas e processos de Recursos Humanos que se encontram em estados distintos de maturidade nas geografias, com vista a aumentar o compromisso dos seus colaboradores.

8.2. Princípios e Valores

O Código de Conduta do Grupo reflecte os princípios e valores éticos orientadores do comportamento e decisões transversais a toda a organização, incluindo os seus colaboradores no desempenho das suas funções e na relação com as demais partes interessadas.

Depois de, em 2015, e por forma a garantir a promoção contínua do respeito por esses princípios, ter sido reforçada a divulgação do Código de Conduta nas Companhias, através de uma brochura explicativa e do reforço de informação veiculada pelos canais de comunicação interna e externa do Grupo, o documento passou a ter destaque no portal de intranet, que tem uma acessibilidade a todos os países onde o Grupo opera.

A Comissão de Ética é o órgão responsável por acompanhar, com imparcialidade e total independência, a divulgação e o cumprimento do Código de Conduta do Grupo Jerónimo Martins. Mais informação sobre o Código de Conduta e a Comissão de Ética em www.jeronimo-martins.pt.

Respeito pelos Direitos Humanos e do Trabalhador

O Grupo pauta-se pelo cumprimento rigoroso da legislação laboral nacional dos países onde opera, designadamente, dos prazos de pré-aviso estabelecidos pela lei no que se refere a mudanças de natureza operacional.

Também em matéria de Direitos Humanos e do Trabalhador, o Grupo respeita a legislação internacional e aplica as orientações da Organização das Nações Unidas e da Organização Mundial do Trabalho.

A sua actuação fundamenta-se nos princípios do respeito e tratamento digno de cada indivíduo, quer nos processos de recrutamento e selecção, quer ao nível do desenvolvimento profissional e avaliação de desempenho, proibindo qualquer prática, directa ou indirecta, de discriminação e fomentando uma cultura de justiça e meritocracia.

O Grupo não emprega colaboradores menores de idade, estando devidamente salvaguardados os riscos decorrentes do trabalho infantil e do trabalho forçado. De igual modo, também os direitos dos povos indígenas não estão, sob qualquer forma, colocados em risco pela actividade das nossas Companhias.

Liberdade de Associação e Contratação Colectiva

O Grupo respeita a liberdade de associação e o direito à contratação colectiva, bem como a actividade sindical, nos termos estabelecidos pela legislação aplicável em cada geografia e conforme estabelecido no Código de Conduta.

A contratação colectiva de trabalho negociada entre as partes, por ora existindo apenas em Portugal, abrange mais de 90% dos colaboradores neste país.

8.3. Comunicação com os Colaboradores

Consciente dos desafios inerentes à internacionalização da sua actividade, nomeadamente à necessidade de alinhar os colaboradores com a cultura organizacional, que inclui os princípios e valores e o contexto de negócio do Grupo, em 2016 manteve-se a aposta no desenvolvimento de uma estratégia de comunicação multi-formato que permita chegar a todos as pessoas, independentemente do local onde trabalhem.

Para além das revistas internas "A Nossa Gente", em Portugal, e da "Razem w JM", relançada na Polónia, ou da "Carta Aberta" que visa a divulgação de mensagens institucionais protagonizadas por gestores do Grupo, destaca-se o lançamento da intranet do Grupo – "Our JM" – para, entre outros aspectos, permitir uma acessibilidade a todas as geografias e a todos os colaboradores que possuem computador como ferramenta de trabalho. A par dos conteúdos corporativos transversais, esta rede interna permite a publicação de conteúdos locais com interesse específico para os colaboradores de cada país.

Na Colômbia, destaque para a "Ara TV", um canal disponível nos locais de trabalho e que garante a difusão de conteúdos formativos e informativos junto dos colaboradores.

Existem, ainda, em Portugal e na Polónia, Serviços de Atendimento que permitem o esclarecimento de questões laborais e a recepção de pedidos de apoio social, assegurando-se que o tratamento de tais contactos é efectuado de acordo com as garantias de confidencialidade, independência e imparcialidade. Ao mesmo tempo, estes serviços pretendem estabelecer uma relação de proximidade e confiança com os

colaboradores e contribuir para a melhoria contínua da sua qualidade de vida e da sua satisfação no trabalho.

Na Colômbia, de acordo com a legislação aplicável, encontra-se estabelecido o Comité de Convivência Laboral, destinado à recepção e resolução de queixas de colaboradores, incluindo situações de alegada ou eventual discriminação.

Serviço de Atendimento aos Colaboradores		
	N.º de Contactos/Procedimentos Iniciados	% de Procedimentos Concluídos
Portugal	16.606	99,4%
Polónia	5.054	96,4%

No seguimento da realização do “Questionário de Clima Organizacional” aos colaboradores de todas as Companhias em Portugal, 2016 foi um ano de partilha dos resultados obtidos através de um plano intensivo de reuniões presenciais com todas as equipas, com o objectivo de celebrar os pontos fortes e trabalhar activamente nos pontos de melhoria identificados.

O mesmo questionário será implementado na Polónia e na Colômbia em 2017, estabelecendo-se, assim, um programa global que visa não apenas escutar os colaboradores, valorizando a sua opinião e fomentando uma cultura de participação, como também, através de um debate alargado e da implementação de planos de acção, incorporar os resultados do questionário no processo de melhoria e evolução da Organização.

8.4. Atracção e Retenção de Talento

No âmbito dos programas de atracção de novos colaboradores, foram identificadas as melhores práticas internas e externas de recrutamento, com o objectivo de proceder ao respectivo alinhamento e garantir a melhoria contínua da eficácia destes processos, bem como diversificados os perfis académicos que incluem, para além das áreas de Economia, Gestão, Engenharias e Ciências, as Artes e Humanidades.

Igualmente, o Grupo acredita na mobilidade interna como factor potenciador do desenvolvimento das pessoas e motor de transferência de conhecimento entre áreas de negócio.

Recrutamento e Mobilidade Interna

A rede profissional LinkedIn continua a constituir uma ferramenta valiosa como meio de atracção de talento e de Employment Branding, tendo-se verificado um aumento substancial de candidatos recrutados através desta rede e de seguidores da página do Grupo que, no fim do ano, eram mais de 87 mil.

O Grupo deu continuidade às suas acções de atracção de talento junto das universidades que, quer pelo prestígio do seu ensino quer pela sua abrangência geográfica, garantem a cobertura e divulgação nacional destas acções, de que são exemplo as feiras de emprego, *workshops*, patrocínio de eventos de liderança e de desenvolvimento pessoal, *open days*, entre outros.

De entre os vários programas, o “Campus Ambassador Jerónimo Martins” consiste numa colaboração com alunos de diversas faculdades e universidades, de Portugal e Polónia, em que estes alunos se comprometem a representar o Grupo no seu *campus* e a realizar diversas acções de divulgação da Organização, tendo como contrapartida o acesso a ferramentas de desenvolvimento pessoal e profissional.

Talent Programmes

O “Management Trainee Programme” é o principal programa estratégico de atracção de talento jovem para o Grupo, oferecendo aos recém-mestrados uma carreira no negócio da Distribuição Alimentar e a aquisição de competências e conhecimentos, através de uma combinação única de experiência *on-the-job* e um programa de formação dedicado.

Contando quase 30 anos de existência, este programa realizou-se pela terceira vez consecutiva e de forma simultânea nas três geografias, em 2016, envolvendo um total de 65 *trainees*.

Também o “Summer Internship Programme”, desenhado para oferecer aos estudantes uma experiência única de aprendizagem que lhes permita ter uma perspectiva privilegiada sobre o Grupo e que tem permitido identificar oportunidades de recrutamento e candidatos ao “Management Trainee Programme”, acolheu nos meses de Julho e Agosto um total de 70 estagiários entre Portugal e a Polónia.

Mobilidade Interna

Reflexo da aposta na mobilidade interna como factor potenciador do desenvolvimento dos colaboradores, no decurso de 2016, 39.731 colaboradores alteraram a sua função, local de trabalho ou integraram uma nova empresa dentro do Grupo.

Foi também consolidada a estratégia de mobilidade internacional, mediante o incremento do número de colaboradores expatriados para um total de 50. Esta mobilidade procura combinar a resposta a necessidades específicas de negócio, através da aplicação de competências críticas, com a criação de oportunidades de desenvolvimento individual para todos os que ambicionam um desafio internacional.

Registaram-se, ainda, 8.714 promoções ao nível das lojas, Centros de Distribuição e Estruturas Centrais.

8.5. Desenvolvimento e Remuneração

Procurando fazer face aos desafios inerentes à progressão dos *managers* do Grupo, investimos no aprofundamento do conhecimento das suas áreas de competência e das suas necessidades de desenvolvimento, com vista à definição de planos individuais de médio-prazo e de sucessão para funções críticas do negócio.

A resposta a estes desafios é fundamental para todas as políticas de Gestão de Recursos Humanos, pelo que também a gestão de desempenho, em 2016, foi ajustada por forma a contribuir mais directamente para os resultados do negócio.

No que se refere à remuneração, o Grupo tem procurado seguir políticas remuneratórias equitativas e alinhadas com o mercado nas diferentes geografias onde opera.

A retribuição variável desempenha um papel importante na política retributiva do Grupo, sendo o instrumento que garante o alinhamento da política com uma cultura de desempenho e meritocracia. Em 2016, o montante total de prémios atribuídos aos colaboradores do Grupo ascendeu aos 82 milhões de euros. O Grupo Jerónimo Martins também disponibiliza um pacote de benefícios competitivo considerando as melhores práticas de mercado nas geografias.

8.6. Formação

Em 2016, o Grupo manteve a aposta no desenvolvimento dos seus colaboradores através de programas de formação e partilha de conhecimento, com enfoque em programas customizados já consolidados, como uma das suas prioridades.

A nível global, realizou-se a 4.^a edição do Strategic Management Programme que contou com participantes das três geografias. Este é um programa desenvolvido na Universidade Católica de Lisboa e na Kellogg School of Management, em Chicago, que pretende reforçar a cultura organizacional, promover a partilha de conhecimento e contribuir para o espírito de equipa e inovação.

Manteve-se a colaboração com entidades formadoras de referência nacional e internacional. Em Portugal, com a Católica Lisbon School of Business & Economics e a Nova School of Business & Economics; na Polónia, com a Warsaw University e Kozminsky Academy; e, a nível internacional, com a Stanford University, a London Business School, a Kellogg School of Management, a Babson College e o Instituto Internacional San Telmo.

Em Portugal, deram-se continuidade aos vários programas de desenvolvimento de competências de gestão e liderança, dos quais se destacam:

- Programa Geral de Gestão no Retalho (PGGR), em parceria com a Universidade Católica de Lisboa, com foco no desenvolvimento de competências transversais de gestão dos colaboradores, bem como, na promoção da inovação enquanto resposta a desafios concretos do negócio;
- Programa Geral de Gestão de Loja (PGGL) direccionado a futuros Adjuntos de Loja Pingo Doce e a futuros Chefes de Perecíveis do Recheio;
- Programa Avançado de Gestão de Loja (PAGL) dirigido a Gerentes e Adjuntos de Loja Pingo Doce;
- Programa Executivo de Gestão (PEG), dirigido aos actuais Gerentes de Loja Recheio;
- Academia de Vendas, dirigida a Vendedores do Recheio e Caterplus;
- Programa Geral de Gestão de Secção (PGGS), para futuros Responsáveis de Secção Pingo Doce;
- Programa Avançado de Gestão de Secção (PAGS), direccionado aos actuais Responsáveis de Secção Pingo Doce. Com o objectivo de qualificar Operadores para as áreas de Perecíveis, foram implementadas pelas diferentes regiões Pingo Doce várias edições dos cursos de operadores de Talho, Padaria, Charcutaria e Take Away, Peixaria, Fruta e Vegetais. Estes cursos abrangeram 1.064 formandos, num total de 252.257,5 de volume de horas de formação;

- Com o intuito de aprofundar competências técnicas, foi ainda desenvolvida uma parceria formativa com uma entidade externa para ministrar cursos de Operador de Panificação, Mestres de Comida e Mestres de Cozinha nas áreas de Padaria e das *Meal Solutions*.

No âmbito dos programas de partilha de conhecimento com vista a estimular a auto-aprendizagem e a aprendizagem informal, destacam-se as "JM Talks", ciclo de conferências onde se fomenta o debate sobre as tendências de mercado mundiais que impactam o sector do retalho, reforçando a cultura da Organização.

Entre outros formatos, salientam-se ainda as "Leadership Talks", que abordam o tema dos princípios universais da liderança. De salientar, ainda, a realização de *workshops* centrados na inovação, no tema do "Customer Centricity" e na metodologia de *Design Thinking* para as equipas de operações e de tecnologias de informação.

Foi lançada a primeira edição do "Jerónimo Martins Academic Thesis Programme" que combina o conhecimento do meio académico com a experiência do ambiente empresarial e que visa o acompanhamento de estudantes universitários no desenvolvimento das suas teses de Mestrado ou Doutoramento em áreas que respondam a desafios de negócio.

A parceria estabelecida entre o Grupo e a Universidade de Aveiro celebrou cinco anos de existência, tendo sido introduzidas novas actividades tais como a dinamização do concurso de ideias "Loja 2020", aulas abertas, programa de tutoria, estágios profissionais, visitas de estudo, e também a entrega do "Prémio Jerónimo Martins" aos dois melhores alunos.

Na Polónia, a Biedronka Management Academy deu continuidade aos programas de formação, abrangendo 1.897 colaboradores em temas relacionados com Liderança, e 137 colaboradores em programas de Desenvolvimento de Talento na Organização.

Ainda neste país, a formação focou-se na área estratégica dos Percíveis, designadamente nas categorias de Fruta, Vegetais, Flores e Talho, contando com o apoio de uma equipa alargada de formadores, abrangendo 37.442 colaboradores. No seguimento das mudanças ocorridas nas operações da Biedronka, foram também desenvolvidas formações na área da Gestão da Mudança que abrangeram 506 colaboradores.

De destacar, ainda, na Polónia, a implementação de uma plataforma de *e-learning*, suporte importante para a estratégia de formação e transmissão de conhecimentos à qual estão associadas várias vantagens do formato digital como, por exemplo, a disponibilização de conteúdos no local de trabalho.

Na Hebe, a introdução do *e-learning* desde Setembro de 2016, permitiu a dinamização de 2.220 horas de formação em áreas diversas de atendimento ao cliente, cosmética, entre outras.

Para as novas admissões, destaca-se a formação em atendimento ao cliente e "cosmetologia" por forma a garantir o melhor aconselhamento dos clientes.

Também a Academia da Hebe desenvolveu um programa de formação dirigido a gerentes e gerentes-delegados de loja, composto por dois módulos distintos: "Como Gerir" e "Como Ensinar", os quais abrangeram 64 colaboradores.

Na Colômbia, os programas de formação em Operações de Loja totalizaram 472.283 volume de horas de formação. A área de Padaria foi considerada prioritária, o que justificou a criação de um centro de competências e o reforço da formação nesta dimensão.

A Ara TV constituiu, para além de canal de comunicação, uma eficaz ferramenta de formação, a par da introdução de outras ferramentas pedagógicas, incluindo a revisão de manuais.

Foi lançada a 1.^a edição do "Programa de Inovação" de que resultaram mais de 360 ideias inovadoras dos colaboradores das lojas, dos Centros de Distribuição e das estruturas administrativas.

No global, em 2016, o esforço de investimento na formação teve como resultado, o incremento de 35% do total de acções de formação realizadas, registando-se um crescimento de 52% do volume de formação face ao ano anterior.

Indicadores de Formação	2016	2015	Δ2016/2015
N.º Total de Acções	67.063	49.752	35%
Volume de Formação *	3.954.810	2.605.285	52%

* Volume de formação = n.º de horas realizadas X n.º de participantes em formação

Programas de Inclusão no Mercado de Trabalho

O Grupo deu continuidade aos seus programas de inclusão no mercado de trabalho de grupos mais vulneráveis da população em Portugal através de parcerias com organizações e instituições de ensino e promotoras da inclusão social.

O objectivo é possibilitar a frequência de formação em contexto de trabalho a determinados grupos de cidadãos com especial vulnerabilidade em termos de acesso ao mercado laboral.

Em 2016, destacam-se os seguintes programas:

- Serviço Jesuíta aos Refugiados (JRS - Serviço de Apoio aos Refugiados) - no final do programa "Capacitação 4 Job" financiado pelo *European Economic Area Grants*, fundo gerido em Portugal pela Fundação Calouste Gulbenkian que abrangueu 36 jovens migrantes;
- Casa Pia de Lisboa - no decurso do

Apoio à Inclusão de Jovens Migrantes

Procurando apoiar a inclusão na sociedade portuguesa de migrantes oriundos de países afectados por pobreza extrema, fome ou por conflitos políticos, Jerónimo Martins integrou, para formação em loja e na Cozinha Central de Odivelas, jovens com idades compreendidas entre os 18 e os 30 anos de idade.

Em colaboração com o JRS - Serviço Jesuíta aos Refugiados, durante 18 meses foi possível oferecer a 36 pessoas a oportunidade de obterem um percurso formativo em contexto real de trabalho e desenvolver competências técnicas e relacionais de socialização.

22 jovens foram contratados pelo Grupo.

- 5.º ano de colaboração, 17 jovens tiveram acesso a formação em contexto de trabalho, em complementaridade aos seus percursos formativos;
- Associação Portuguesa de Síndrome de Asperger (APSA) – através da integração de dois jovens em formação prática em contexto de trabalho para aquisição de competências pessoais, relacionais, técnicas e profissionais, na Cozinha Central de Odivelas, resultando na contratação de um dos jovens;
 - Girl Move – acolhimento de duas jovens moçambicanas licenciadas que tiveram oportunidade de efectuar um estágio no Grupo, integrado num programa de promoção da liderança no feminino;
 - BIPP (Banco de Informação de Pais para Pais) – desenvolveu o “Projecto Semear” que, através da integração em lojas Pingo Doce e Recheio de 12 jovens com dificuldades de desenvolvimento intelectual, tiveram acesso a formação prática em contexto de trabalho complementar aos seus processos formativos;
 - Rumo, Cooperativa de Solidariedade Social – nove jovens com deficiências ligeiras tiveram, em lojas Pingo Doce, acesso a formação prática em contexto de trabalho complementar aos seus percursos formativos.

Na Colômbia, a parceria da Ara com o SENA – Servicio Nacional de Aprendizaje – permitiu a 94 estudantes a frequência de uma formação em contexto de trabalho.

8.7. Segurança no Trabalho

Sob o mote “A Segurança começa em cada um de nós”, foi lançada em Portugal a Campanha de Prevenção e Segurança no Trabalho de 2016, assente em temáticas como a movimentação de cargas, o uso de equipamentos de protecção e a organização dos espaços de trabalho. Na dinamização da campanha destacaram-se, entre outros, programas de prevenção e formação especificamente destinados a todos os chefes de Pécíveis e supervisores de área.

Foi parte integrante da campanha a manutenção do “Prémio de Segurança no Trabalho” que visou reconhecer os colaboradores das lojas com o melhor desempenho na adopção de medidas preventivas de acidentes de trabalho.

O Dia Mundial da Segurança no Trabalho foi comemorado sob o mote “Safety Day” (III Encontro de SHT do Grupo), que contou com oradores convidados da Autoridade para as Condições do Trabalho e da Direcção-Geral da Saúde. O encontro foi marcado pelo enfoque na necessidade de conferir autoridade ao Delegado de Segurança, colaborador responsável no local de trabalho, por garantir a implementação de acções que visem a melhoria das condições de trabalho.

Conforme preceito legal, foram auscultados em Portugal todos os colaboradores no que concerne às condições de Segurança e Saúde no Trabalho com o objectivo de ajudar a contribuir para um ambiente de trabalho mais seguro.

Na Polónia, registou-se uma redução dos acidentes de trabalho que resulta de diversas campanhas de prevenção que incidiram nas causas mais comuns de acidentes, salientando-se ainda, as formações dirigidas às Operações, o desenvolvimento de novas versões dos manuais internos de segurança no trabalho, entre outras iniciativas.

Em 2016, a Biedronka obteve a certificação da norma OHSAS 18001 quanto ao seu sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho, processo conduzido pela Det

Norske Veritas. A aplicação deste *standard* tem como benefícios, entre outros, a melhoria contínua do sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho no sentido de prevenir, minimizar ou eliminar os riscos para a saúde física dos colaboradores.

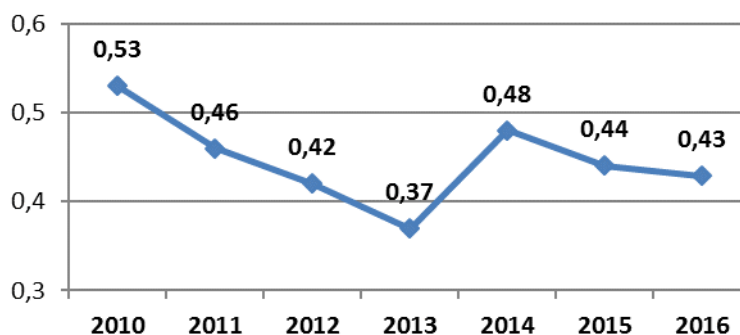
Destaque ainda para a participação da Companhia em diversas acções educativas relacionadas com a segurança no trabalho, como a competição de primeiros socorros da Biedronka e a participação nas consultas públicas do Ministério da Saúde.

Também na Colômbia, a Segurança e Saúde no Trabalho é uma prioridade razão pela qual foram lançadas as seguintes campanhas de prevenção de segurança no trabalho: "Eu Comprometo-me" (Yo Me Comprometo), dirigida aos colaboradores das lojas e Centros de Distribuição, com o objectivo de obter a sua colaboração na definição das boas práticas de Segurança no Trabalho e na adopção dos comportamentos de segurança adequados.

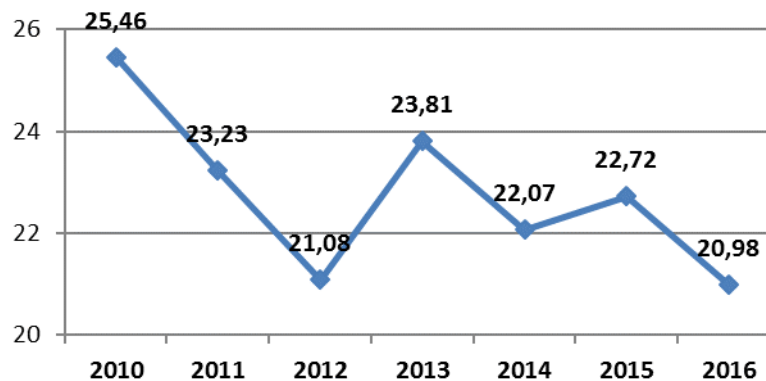
Ainda no que diz respeito às áreas operacionais e administrativas, foi lançada a campanha "Eu decido cuidar-me por mim e pela minha família" (Yo elijo cuidarme por mi y por mi familia) através da qual se promoveram hábitos de vida saudável a adoptar durante a execução das tarefas diárias de trabalho, e reforçou-se a prevenção dos acidentes de trabalho.

Indicadores de Segurança no Trabalho Agregados

Índice de Gravidade



Índice de Frequência



Âmbito	Horas de Formação	Simulacros	Auditorias
Portugal			
Distribuição	19.119	246	648
Restauração e Serviços	40	-*	68
Polónia	29.897	2.148	953
Colômbia	2.500	204	240

* Não obrigatório por lei.

Adicionalmente, em 2016, fizeram-se 24.994 exames de saúde em Portugal, 66.330 na Polónia e 1.626 na Colômbia.

8.8. Responsabilidade Social Interna

A área de Responsabilidade Social Interna do Grupo deu continuidade à estratégia de implementação de programas e iniciativas que visam a melhoria da qualidade de vida dos colaboradores e suas famílias em três dimensões essenciais: Saúde, Educação e Bem-Estar Familiar. O investimento nestes programas totalizou mais de 16,6 milhões de euros.

Saúde

Em 2016, foi lançada em Portugal a 3.^a edição do Programa "SOS Dentista", que visa apoiar os colaboradores com menor rendimento nos encargos com tratamentos dentários e, simultaneamente, promover a saúde oral, permitindo uma melhoria da sua qualidade de vida. Foram registadas 1.500 inscrições e concluíram tratamento 678 colaboradores.

Apesar da melhoria observada nos últimos anos, Portugal é ainda classificado como um país de severidade moderada no que diz respeito à cárie dentária infantil, razão pela qual foi lançado o Programa "SOS Dentista Júnior", destinado aos filhos dos colaboradores com idades compreendidas entre os sete e os 17 anos. Foram integradas 500 crianças e rastreadas 279 crianças.

Estendeu-se também a todo o país o programa "Mais Vida", dedicado ao apoio familiar do doente oncológico. Através deste programa, colaboradores, cônjuges e filhos beneficiam dos serviços de consulta de segunda opinião médica numa instituição de referência a nível internacional (Fundação Champalimaud), apoio psicológico a todo o agregado familiar, transporte para consultas e/ou tratamentos (através da Cruz Vermelha Portuguesa) e, ainda, apoio domiciliário.

Através do programa "Famílias Especiais", destinado a agregados com crianças e jovens com doenças neurológicas, foram dados apoios complementares à oferta do Sistema Nacional de Saúde, designadamente terapias específicas (Hidroterapia e Hipoterapia), terapias no domicílio (Fisioterapia, Terapia da Fala e Terapia Ocupacional) e descanso do cuidador no domicílio.

Salienta-se, ainda, no âmbito da parceria com a Raríssimas (Associação Nacional de Deficiências Mentais e Raras) dirigida a filhos de colaboradores portadores de doenças

raras, o alargamento territorial do apoio que se traduziu em consultas e tratamentos totalmente gratuitos.

O protocolo com o Grupo Lusíadas Saúde continua a ser muito valorizado pelos colaboradores dado que possibilita o acesso a consultas e tratamentos de especialidade a preços competitivos, numa instituição médica de referência em Portugal.

O programa “Psicologia Infantil e Juvenil” visa apoiar as crianças e jovens com algumas dificuldades no crescimento e desenvolvimento, por via do acompanhamento de um profissional especializado. Ao abrigo deste programa, foram acompanhados 158 crianças/jovens.

Na Polónia, o programa “Vamos Cuidar da Saúde Juntos” permitiu que cerca de 3.500 colaboradores realizassem mais de 17.500 rastreios de saúde gratuitos, tendo sido introduzidas novas especialidades de diagnóstico, como nutrição, dermatologia, ginecologia e exames específicos por género.

Através do programa “Apoio a Crianças com Necessidades Especiais”, 200 colaboradores receberam apoio financeiro para cobrir despesas com medicamentos, consultas de reabilitação e terapia, equipamento médico ou cirurgia. Adicionalmente, realizaram-se três campos de férias nos quais participaram 70 crianças com deficiência física, autismo ou doenças respiratórias.

Em 2016, o Grupo investiu mais de 1,3 milhões de euros na promoção da saúde dos colaboradores e suas famílias.

Educação

Foi dada continuidade aos programas de apoio educacional, destacando-se a 6.^a edição do “Bolsas de Estudo”. O objectivo é o de apoiar os colaboradores e seus filhos que, não tendo as condições financeiras necessárias, pretendem ingressar ou reingressar no ensino superior. Foram atribuídas 90 bolsas de estudo para o ano lectivo de 2016/2017. Desde o seu lançamento, já beneficiaram desta medida 332 bolseiros.

No âmbito da campanha “Regresso às Aulas”, ofereceram-se 4.358 *kits* escolares aos filhos dos colaboradores em Portugal e na Polónia que iniciaram o 1.º ano de escolaridade.

Em 2016, participaram cerca de 2.500 crianças nos Campos de Férias de Verão realizados, em Portugal e na Polónia. Também foram organizados os campos de férias “Hello Biedronka” e “English Summer Camp”, destinados à aprendizagem da língua inglesa, nos quais participaram 120 jovens.

Ainda na Polónia, deu-se continuidade ao programa “Para a Escola com a Biedronka”, através do qual foram apoiadas cerca de 2.700 famílias sem condições financeiras para suportar as despesas escolares.

Em 2016, mais de 1,3 milhões de euros foram investidos na promoção da educação junto do universo dos nossos colaboradores.

Bem-Estar Familiar

Em Portugal, o Fundo de Emergência Social do Grupo apoiou 783 colaboradores, correspondendo a um investimento de 560 mil euros, distribuídos pelos apoios em alimentação, saúde, educação, aconselhamento jurídico e financeiro. Este Fundo conta com o acompanhamento profissionalizado de cinco assistentes sociais do Grupo, garantindo, por um lado, uma resposta mais rápida e eficiente e, por outro, uma resposta mais assertiva aos casos mais críticos. Em 2016, as assistentes sociais acompanharam 404 casos de apoio social.

Na Polónia, o programa “Podes Contar com a Biedronka” apoiou mais de 4.300 colaboradores em situação de dificuldade económica.

Também na Polónia, implementou-se um cartão pré-pago para apoio financeiro aos colaboradores e um novo portal externo dirigido em especial a todos os que não têm acesso a computador no seu local de trabalho, podendo, através deste, encontrar toda a informação sobre os programas de responsabilidade social interna.

Celebraram-se o Dia da Criança e o Natal, com cerca de 27 mil presentes distribuídos em Portugal e mais de 90 mil na Polónia. Atribuíram-se também mais de 4.600 *Kits Bebé* nos dois países.

Por forma a dar a conhecer os mais de 180 protocolos existentes em Portugal, foi reforçada a comunicação dos mesmos através da intranet do Grupo.

Em 2016, cerca de 14 milhões de euros foram investidos no pilar Bem-Estar Familiar.

9. Compromissos para 2015-2017

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
Promover a Saúde pela Alimentação	<p>Prosseguir a melhoria do perfil nutricional dos produtos de Marca Própria, através da inovação e reformulação de produtos, e nas refeições de <i>Meal Solutions</i>.</p>	<p>Em progresso. Em 2016, o Grupo evitou a entrada no mercado de 152 toneladas de gorduras, 142 toneladas de açúcar e 31 toneladas de sal, onde se incluem as reformulações no âmbito da unidade de negócio <i>Meal Solutions</i>.</p> <p>Neste último caso, em 2016 procurou eliminar-se ou substituir ingredientes fritos por outros mais saudáveis assim como em reduzir as quantidades de óleos presentes. O teor de sal também foi alvo de preocupação tendo sido lançadas sopas sem sal.</p> <p>Reformulando algumas receitas, foi possível evitar a colocação no mercado de mais de uma tonelada de gordura, mais de 685 quilogramas de sal e mais de quatro toneladas de açúcar neste segmento de negócio.</p> <p>Para informação detalhada sobre a inovação e reformulação de produtos de Marca Própria, consulte o subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação".</p> <p>Em progresso. Em Portugal, o Pingo Doce manteve a sua aposta na revista "Sabe Bem", com 150 mil exemplares de tiragem média, dando destaque à confecção mais saudável dos produtos e à oferta da marca Pingo Doce.</p>
	<p>Continuar a desenvolver programas de promoção da Dieta Mediterrânica e de sensibilização para a leitura de rótulos alimentares junto dos consumidores.</p>	<p>Na Polónia, no âmbito da promoção de informação sobre nutrição, a Biedronka desenvolveu em conjunto com o Instytut Żywności i Żywienia (Instituto de Alimentação e Nutrição Polaco) a campanha "Wiesz Co Jiesz" (Saiba o Que Come), através da qual disponibilizou uma linha especial de atendimento telefónico para aconselhar os consumidores a fazerem as escolhas nutricionais mais saudáveis.</p> <p>Para mais informação sobre campanhas realizadas consulte o subcapítulo 4. "Promover a Saúde pela Alimentação".</p>
	<p>Aumentar o número de referências da gama sem lactose e sem glúten, nos produtos de Marca Própria, em Portugal e na Polónia.</p>	<p>Em progresso. Este ano lançaram-se 24 referências de produtos sem glúten e 10 referências sem lactose na Polónia. Em Portugal, foram lançadas cinco referências da marca Pura Vida "0% Lactose".</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
	Em Portugal, garantir que os produtos destinados a públicos infantis têm um perfil nutricional superior ao <i>benchmark</i> do mercado.	Em progresso. Procurando oferecer produtos para recém-nascidos, lançou-se a "Farinha Láctea Pêra Pingo Doce", destinando-se a bebés a partir dos quatro meses de idade, não tendo glúten na sua composição e contendo leite de transição. O seu teor de açúcar é 9 p.p. inferior ao <i>benchmark</i> . No caso das "Bolsas de Fruta", estes produtos são feitos à base de puré de fruta, diferenciando-se do <i>benchmark</i> que utiliza concentrado. As "Bebidas de Soja Kids", por seu turno, contêm vitaminas B1, E, D ou iodo, diferenciando-se dos <i>benchmarks</i> .
	Em Portugal, na área de <i>Meal Solutions</i> , desenvolver e implementar informação nutricional.	Cumprido. No âmbito da adaptação aos regulamentos nacionais e comunitários, as refeições das <i>Meal Solutions</i> foram rotuladas com informação relativa a perfis nutricionais, estando disponíveis para consulta a pedido do cliente, e foram ainda desenvolvidas peças de comunicação nas zonas de atendimento no sentido de divulgar os aspectos legalmente exigíveis ao nível dos alérgenos.
	Em Portugal, na área de <i>Meal Solutions</i> , testar refeições para consumidores com necessidades alimentares especiais ou que procurem outras opções alimentares.	Em progresso. Durante o ano de 2016, aumentou-se a oferta de refeições dirigidas a consumidores vegetarianos ou que procuram opções mais saudáveis de sete referências para 12. Todas as semanas estiveram disponíveis nos Restaurantes e <i>Take Away</i> do Pingo Doce três pratos desta tipologia.
	Em Portugal, continuar a desenvolver e implementar informação nutricional na Padaria.	Cumprido. No âmbito da adaptação dos regulamentos nacionais e comunitários sobre perfis nutricionais e comunicação dos alérgenos, o Pingo Doce rotulou os seus produtos de Padaria e Pastelaria pré-embalados e embalados a pedido dos clientes, com a informação necessária.
Respeitar o Ambiente	Reduzir a pegada de carbono do Grupo em 2% no triénio 2015-2017 (por 1.000 € de vendas), face a 2014.	Em progresso. 2016: pegada de carbono aumentou em 10,1% 2015: pegada de carbono reduziu em 5,8%
	Reduzir anualmente o consumo de água e electricidade em 2% (face a igual parque de lojas em Portugal e Polónia).	Em progresso. 2016 - Água: -0,6%; Electricidade: +0,8% 2015 - Água: +1,5%; Electricidade: +1,0%
	Reduzir a quantidade de resíduos enviados para aterro em 5 p.p. no triénio 2015-2017, face a 2014 (objectivo medido com o rácio quantidade de resíduos valorizados / quantidade total de resíduos).	Em progresso. 2016: taxa de valorização aumentou em 1,2 p.p. 2015: taxa de valorização reduziu em 0,6 p.p.

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
Comprar com Responsabilidade	Aumentar o número de locais com certificação ambiental (20 no mínimo).	Em progresso. O número de CD em Portugal com certificação ambiental manteve-se em quatro. Na Polónia são 15 os CD com certificação ambiental.
	Em todas as insígnias, garantir a continuidade de compras de, no mínimo, 80% de produtos alimentares a fornecedores locais.	Em progresso. Em 2016, as insígnias de Distribuição Alimentar em Portugal, Polónia e Colômbia cumpriram este compromisso, comprando mais de 80% de produtos alimentares a fornecedores locais.
	Continuar a introduzir certificados de sustentabilidade (certificações UTZ, Fairtrade, MSC, EU-Ecolabel ou outras) para pelo menos: <ul style="list-style-type: none"> • Marca Própria (dois produtos); • Frescos (quatro produtos). 	Cumprido. Em 2016 foram lançadas: <ul style="list-style-type: none"> • 13 referências de Marca Própria com cacau certificado UTZ (12 na Biedronka e uma no Pingo Doce); • oito referências de produtos de pescado Marca Própria com certificação Marine Stewardship Council (Biedronka); • cinco referências de frescos com certificação Agricultura Biológica da União Europeia (Pingo Doce); • quatro referências de chá Marca Própria com certificado Rainforest Alliance (Biedronka); • uma referência de café com certificação Fairtrade (Pingo Doce); • uma referência com certificação ecológica EU-Ecolabel (Pingo Doce).
	Reduzir, em 5%, a presença de óleo de palma no total de vendas de produtos de Marcas Próprias.	Em progresso. O cálculo da presença de óleo de palma e a avaliação das origens dos países de produção destas <i>commodities</i> são feitos durante a preparação da resposta oficial do Grupo ao índice do Carbon Disclosure Project (CDP), no segmento "Forests" (Florestas). Em 2015, o Grupo reduziu (em peso): <ul style="list-style-type: none"> • a presença de óleo de palma em 18% no total de vendas de produtos de Marcas Próprias; • os produtos de Marca Própria contendo soja (-35%), bovino (-90%) e madeira (-90%) provenientes de países em risco de desflorestação. Para mais detalhes sobre as acções do Grupo, nomeadamente o progresso em 2016, serão disponibilizadas informações em www.jeronimomartins.pt e em www.cdp.net ao longo de 2017.
Apoiar as Comunidades Envolvertes	Monitorização e divulgação dos impactos sociais resultantes dos apoios oferecidos, de acordo com o modelo London Benchmarking Group (LBG).	Cumprido. Os resultados foram divulgados pelo Grupo em www.jeronimomartins.pt , referentes ao ano 2015.

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
	<p>Em Portugal, iniciar pelo menos um projecto de investimento comunitário por ano, direccionado para crianças, jovens ou idosos provenientes de meios vulneráveis.</p>	<p>Não cumprido. Em 2016, manteve-se o apoio ao projecto comunitário Academia do Johnson, iniciado no ano transacto. Para mais detalhes sobre a actividade desta instituição, consulte o subcapítulo 7. "Apoiar as Comunidades Envolventes".</p>
	<p>Na Polónia, reforçar o envolvimento em projectos de cariz social, focados nas crianças, jovens e idosos provenientes de meios vulneráveis.</p>	<p>Cumprido. Foram mantidos vários projectos de cariz social, entre os quais o "Esperança para o Euro", que pretende contribuir para o desenvolvimento de crianças institucionalizadas provenientes de famílias com dificuldades económicas. A Biedronka continuou a participar na plataforma Parceria para a Saúde em dois projectos: "Milk Start" e "O Pequeno-Almoço Dá Força".</p>
	<p>Na Polónia, aprofundar o programa de combate à malnutrição infantil, no âmbito do projecto Partnerstwo dla Zdrowia (Parceria para Saúde):</p> <ul style="list-style-type: none"> - aumento do número de escolas em, pelo menos, 5% em cada ano lectivo. 	<p>Cumprido. Nesta plataforma <i>multi-stakeholder</i>, em 2016, o número de escolas envolvidas aumentou 5,8% face ao ano lectivo anterior para as 7.826, o que corresponde a mais de 65% das escolas primárias do país. O programa abrangeu 195.650 crianças, um incremento de mais de 13 mil crianças.</p>
	<p>Na Colômbia manter o apoio ao programa "Madres Comunitarias", apoiando duas creches comunitárias, por cada loja Ara aberta.</p>	<p>Não cumprido. Os apoios regulares de géneros alimentares foram mantidos a 262 creches comunitárias, igual número face a 2015 apesar da expansão das lojas Ara, devido a uma redefinição do programa a nível governamental. O número de crianças abrangidas aumentou de 3.400, em 2015, para 3.668, um aumento de 8%. Também o volume de géneros oferecidos aumentou 55% face a 2015.</p>
	<p>Na Colômbia, alargar o envolvimento em projectos sociais como as Aldeas Infantiles SOS Colombia e com a Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia para a doação de géneros alimentares.</p>	<p>Cumprido. O projecto Aldeas Infantiles SOS Colombia foi alargado à terceira região das operações da Ara, em Bogotá. Sendo um apoio indirecto, através do arredondamento voluntário do valor das compras dos clientes para esta causa que superaram os 51 mil euros, garantiu-se um apoio importante às 1.654 crianças e jovens provenientes de 2.138 famílias de todas as regiões abrangidas. O apoio à Abaco – Asociación de Bancos de Alimentos de Colombia materializou-se na doação de mais de 30 toneladas de excedentes alimentares, equivalentes a mais de 81 mil euros, que chegaram a uma média de 790 pessoas todos os meses.</p>

Pilares de actuação	Compromissos 2015-2017	Progresso
Ser um Empregador de Referência	<p>No seguimento dos compromissos assumidos no triénio anterior e mantendo-se um contexto económico difícil e muito desafiante para as famílias dos colaboradores, particularmente em Portugal e na Polónia, manter-se-á o foco estratégico:</p> <ul style="list-style-type: none">i. na contínua melhoria das condições de trabalho dos colaboradores;ii. no suporte à qualidade de vida das nossas famílias, nas diferentes geografias onde operamos.	<p>Em progresso.</p> <p>A nível de segurança no trabalho, os índices de gravidade registaram o melhor desempenho desde 2010, atingindo 20,98 pontos, um resultado que se deve aos desempenhos dos colaboradores e ao investimento do Grupo em acções de formação, simulacros, campanhas de sensibilização e auditorias.</p> <p>Foi lançado o Programa “SOS Dentista Júnior”, destinado aos filhos dos colaboradores com idades compreendidas entre os 7 e os 17 anos. 279 crianças iniciaram tratamento neste programa. Estendeu-se também a todo o país o programa “Mais Vida”, dedicado ao apoio familiar do doente oncológico.</p> <p>Para saber mais, consulte o subcapítulo 8. “Ser um Empregador de Referência”.</p>

10. Os Princípios *Global Compact*

Os Princípios <i>Global Compact</i> das Nações Unidas		Relatório e Contas Jerónimo Martins
1	As organizações devem respeitar e envolver-se na salvaguarda dos Direitos Humanos, internacionalmente aceites.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".
2	Garantir que a organização não é cúmplice com casos de abuso dos Direitos Humanos.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade" e subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".
3	As organizações devem garantir a liberdade de associação e o reconhecimento efectivo do direito à negociação colectiva.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade" e subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".
4	As organizações devem salvaguardar a eliminação de todas as formas de trabalho forçado e compulsório.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade" e subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".
5	As organizações devem envolver-se na efectiva abolição do trabalho infantil.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade" e subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".
6	As organizações devem salvaguardar a eliminação de formas discriminatórias quanto ao cargo ocupado.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".
7	As organizações devem adoptar uma abordagem preventiva quanto aos desafios ambientais.	Cap. IV. "Governo da Sociedade"; Parte I, secção C; subsecção III. Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente".
8	As organizações devem desenvolver iniciativas que promovam maior responsabilidade ambiental.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".
9	As organizações devem encorajar o desenvolvimento e adopção de tecnologias que respeitem o ambiente.	Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 5. "Respeitar o Ambiente" e subcapítulo 6. "Comprar com Responsabilidade".
10	As organizações devem trabalhar no sentido de combater a corrupção em todas suas formas, incluindo os fenómenos de extorsão e suborno.	Cap. IV. "Governo da Sociedade"; Parte I, secção C; subsecção III. Cap. V. "Responsabilidade Corporativa na Criação de Valor"; subcapítulo 8. "Ser um Empregador de Referência", secção 8.2. "Princípios e Valores".

VI.

Demonstrações Financeiras Individuais

Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
Sociedade Aberta

Número comum de matrícula na Conservatória
do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500 100 144
Capital social 629.293.220 EUR
Rua Actor António Silva, N.º 7
1649 - 033 LISBOA



JERÓNIMO MARTINS

DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR FUNÇÕES
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2016	2015
Prestações de serviços	28	20.797	19.619
Custo das prestações de serviços	3	(13.719)	(12.942)
Resultados brutos		7.078	6.677
Outros proveitos e ganhos operacionais	3	102	769
Custos administrativos	3	(10.737)	(6.102)
Outros custos e perdas operacionais	3	(7.250)	(6.485)
Resultados operacionais não usuais	3	(261)	150
Resultados operacionais		(11.068)	(4.991)
Custos financeiros líquidos	5	(105)	120
Ganhos (perdas) em subsidiárias	8	360.002	266.231
Ganhos (perdas) em outros investimentos	9	(295)	194
Resultados antes de impostos		348.534	261.554
Imposto sobre o rendimento do exercício	7.1	2.111	(1.066)
Resultados líquidos		350.645	260.488
Resultado básico e diluído por acção - euros	20	0,558	0,415

DEMONSTRAÇÃO DOS RENDIMENTOS INTEGRAIS
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2016	2015
Resultados líquidos		350.645	260.488
Outros rendimentos integrais:			
Itens que não serão reclassificados para resultados			
Remensurações de benefícios pós emprego	4.2	(641)	(770)
Imposto relacionado	7.3	144	173
		(497)	(597)
Itens que poderão ser reclassificados para resultados			
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda	15	297	(94)
Imposto relacionado	7.3	(67)	21
		230	(73)
Outros rendimentos integrais, líquidos de impostos		(267)	(670)
Total de rendimentos integrais		350.378	259.818

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

BALANÇO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2016	2015
Activo			
Activos fixos tangíveis	10	725	601
Activos intangíveis	11	1.221	431
Propriedades de investimento	12	2.470	2.470
Partes de capital em subsidiárias	13	665.016	667.946
Empréstimos a subsidiárias	14	500.840	664.050
Activos financeiros disponíveis para venda	15	80	274
Impostos diferidos activos	7.3	5.600	5.496
Outros devedores	16	19.367	19.367
Total de activos não correntes		1.195.319	1.360.635
Imposto sobre o rendimento a recuperar	7.4	73	166
Empréstimos a subsidiárias	14	93.445	27.300
Devedores, acréscimos e diferimentos	16	15.288	13.212
Caixa e equivalentes de caixa	17	120.910	122
Total de activos correntes		229.716	40.800
Total do activo		1.425.035	1.401.435
Capital próprio e passivo			
Capital	19.1	629.293	629.293
Prémios de emissão	19.1	22.452	22.452
Acções próprias	19.2	(6.060)	(6.060)
Outras reservas	19.3	-	(230)
Resultados retidos	19.4	745.814	562.201
Total do capital próprio		1.391.499	1.207.656
Empréstimos obtidos	21	-	100.000
Benefícios concedidos a empregados	4.2	18.745	18.923
Provisões para riscos e encargos	22	5.464	5.016
Impostos diferidos passivos	7.3	584	1.300
Total de passivos não correntes		24.793	125.239
Credores, acréscimos e diferimentos	23	8.743	6.688
Empréstimos obtidos	21	-	61.852
Total de passivos correntes		8.743	68.540
Total do capital próprio e do passivo		1.425.035	1.401.435

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

**DEMONSTRAÇÃO DE ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
 PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015**

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	Capital	Prémios de emissão	Acções próprias	Outras reservas	Resultados retidos	Total do capital próprio
Saldo em 1 de Janeiro de 2015		629.293	22.452	(6.060)	(157)	691.939	1.337.467
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							
- Valor bruto	15				(94)		(94)
- Imposto diferido	7.3				21		21
Remensurações de benefícios pós-emprego						(770)	(770)
- Valor bruto	4.2					173	(770)
- Imposto diferido	7.3						173
Outros rendimentos integrais		-	-	-	(73)	(597)	(670)
Resultados do exercício de 2015						260.488	260.488
Total de rendimentos integrais		-	-	-	(73)	259.891	259.818
Pagamento de dividendos	19.5					(389.629)	(389.629)
Saldo em 31 de Dezembro de 2015		629.293	22.452	(6.060)	(230)	562.201	1.207.656
Variação do justo valor de activos financeiros disponíveis para venda							
- Valor bruto	15				297		297
- Imposto diferido	7.3				(67)		(67)
Remensurações de benefícios pós-emprego						(641)	(641)
- Valor bruto	4.2					144	(641)
- Imposto diferido	7.3						144
Outros rendimentos integrais		-	-	-	230	(497)	(267)
Resultados do exercício de 2016						350.645	350.645
Total de rendimentos integrais		-	-	-	230	350.148	350.378
Pagamento de dividendos	19.5					(166.535)	(166.535)
Saldo em 31 de Dezembro de 2016		629.293	22.452	(6.060)	-	745.814	1.391.499

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS ANOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2016 E 2015

Valores expressos em milhares de euros

	Notas	2016	2015
Actividades operacionais			
Recebimentos de clientes e outros devedores		23.696	24.475
Pagamentos a fornecedores e outros credores		(21.848)	(18.561)
Pagamentos ao pessoal		(12.796)	(10.023)
Caixa gerado pelas operações	18	(10.948)	(4.109)
Juros e custos similares pagos	5	(212)	(133)
Imposto sobre o rendimento		753	2.404
Fluxos de caixa de actividades operacionais		(10.407)	(1.838)
Actividades de investimento			
Alienação de partes de capital em subsidiárias	13	306.460	-
Reembolso de empréstimos e prest. suplem. capital concedidos a subsidiárias	14	53.595	25.550
Alienação de activos fixos tangíveis	10	2	9
Juros recebidos	8	4.636	6.410
Dividendos recebidos	8	280.000	259.900
Empréstimos e prestações suplementares de capital concedidos a subsidiárias	14	(184.530)	(111.400)
Aquisição de activos fixos tangíveis	10	(302)	(218)
Aquisição de activos intangíveis	11	(632)	(265)
Fluxos de caixa de actividades de investimento		459.229	179.986
Actividades de financiamento			
Recebimentos relativos a empréstimos obtidos	21	-	161.852
Recebimentos de juros e proveitos similares	5	353	338
Reembolso de empréstimos obtidos	21	(161.852)	-
Pagamento de dividendos	19.5	(166.535)	(389.629)
Fluxos de caixa de actividades de financiamento		(328.034)	(227.439)
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		120.788	(49.291)
Movimento de caixa e outros equivalentes			
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		122	49.413
Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa		120.788	(49.291)
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	17	120.910	122

Para ser lido em conjunto com as notas às Demonstrações Financeiras Individuais em anexo

Índice das Notas às Demonstrações Financeiras Individuais

	Página
1. Actividade.....	260
2. Políticas contabilísticas	260
3. Custos operacionais.....	269
4. Empregados	269
5. Custos financeiros líquidos	272
6. Locações operacionais	272
7. Impostos	272
8. Ganhos (perdas) em subsidiárias	275
9. Ganhos (perdas) em outros investimentos	275
10. Activos fixos tangíveis	275
11. Activos intangíveis	277
12. Propriedades de investimento	278
13. Partes de capital	279
14. Empréstimos concedidos	279
15. Activos financeiros disponíveis para venda	280
16. Devedores, acréscimos e diferimentos	280
17. Caixa e equivalentes de caixa	281
18. Caixa gerado pelas operações.....	281
19. Capital e reservas	281
20. Resultado por acção	282
21. Empréstimos obtidos	282
22. Provisões e ajustamentos ao valor de realização	284
23. Credores, acréscimos e diferimentos	284
24. Garantias	285
25. Contingências	285
26. Subsidiárias e activos financeiros disponíveis para venda	286
27. Subsidiárias e associadas – participações directas e indirectas.....	286
28. Partes relacionadas	286
29. Informação sobre riscos financeiros	290
30. Informações adicionais exigidas por diplomas legais.....	291
31. Eventos subsequentes à data do balanço	292

1. Actividade

A Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (JM) é a empresa-mãe do Grupo Jerónimo Martins (Grupo). A sua actividade consiste essencialmente na gestão do seu portfólio de investimentos. As actividades do Grupo e o seu desempenho durante o ano de 2016 encontram-se detalhados no Capítulo II deste Relatório Anual.

Sede Social: Rua Actor António Silva, n.º 7, 1649-033 Lisboa

Capital Social: 629.293.220 euros

Número Comum de Matrícula na Conservatória do Registo Comercial e de Pessoa Colectiva: 500100144

JM está cotada na Euronext Lisboa desde 1989.

Estas Demonstrações Financeiras Individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração no dia 21 de Fevereiro de 2017.

2. Políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas mais significativas estão descritas nas notas a estas Demonstrações Financeiras Individuais. As políticas contabilísticas identificadas nesta nota aplicam-se de forma transversal na preparação das Demonstrações Financeiras. Estas políticas foram aplicadas de forma consistente nos períodos comparativos, excepto quando referido em contrário.

2.1 Bases de apresentação

Os valores apresentados, salvo indicação em contrário, são expressos em milhares de euros (m EUR).

As Demonstrações Financeiras Individuais de JM foram preparadas em conformidade com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adoptadas na União Europeia (UE), à data de 31 de Dezembro de 2016.

As Demonstrações Financeiras foram preparadas segundo o princípio do custo histórico excepto no que respeita às propriedades de investimento, activos financeiros ao justo valor através de resultados e aos activos financeiros disponíveis para venda, os quais se encontram registados ao respectivo justo valor.

A preparação de Demonstrações Financeiras em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites requer o uso de estimativas e suposições que afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de reporte. Apesar destas estimativas serem baseadas no melhor conhecimento da Gestão em relação aos eventos e acções correntes, em última análise, os resultados reais podem diferir dessas estimativas. No entanto, é convicção da Gestão que as estimativas e suposições adoptadas não incorporam riscos significativos que possam causar, no decurso do próximo exercício, ajustamentos materiais ao valor dos activos e passivos (nota 2.8).

Alteração de políticas contabilísticas e bases de apresentação
2.1.1 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas por JMH

Em 2015 e 2016 foram emitidos pela UE os seguintes Regulamentos, os quais foram adoptados por JMH desde 1 de Janeiro de 2016:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 28/2015	Ciclo 2010-2012 de melhorias às normas IFRS: IFRS 2 Pagamento com Base em Acções, IFRS 3 Concentração de Actividades Empresariais, IFRS 8 Segmentos Operacionais, IFRS 13 Mensuração pelo Justo Valor, IAS 16 Activos Fixos Tangíveis, IAS 24 Divulgações de Partes Relacionadas e IAS 38 Activos Intangíveis (alterações)	Dezembro 2013	1 Fevereiro 2015
Regulamento n.º 29/2015	IAS 19 – Benefícios dos Empregados: Planos de Benefícios Definidos - Contribuições dos Empregados (alterações)	Novembro 2013	1 Fevereiro 2015
Regulamento n.º 2113/2015	IAS 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 41 Agricultura: Plantas que produzem activos biológicos consumíveis (alterações)	Junho 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2173/2015	IFRS 11 Acordos Conjuntos: Contabilização de aquisição de interesses nas operações conjuntas (alterações)	Maio 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2231/2015	IAS 16 Activos Fixos Tangíveis e IAS 38 Activos Intangíveis: Clarificação sobre métodos aceitáveis de depreciação e amortização (alterações)	Maio 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2343/2015	Ciclo 2012-2014 de melhorias às normas IFRS: IFRS 5 Activos Não Correntes Detidos para Venda e Operações Descontinuadas, IFRS 7 Instrumentos Financeiros: Divulgações, IAS 19 Benefícios dos Empregados e IAS 34 Relato Financeiro Intercalar (alterações)	Setembro 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2406/2015	IAS 1 Apresentação de Demonstrações Financeiras: Iniciativa "Divulgações" (alterações)	Dezembro 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 2441/2015	IAS 27 Demonstrações Financeiras Individuais: Método de equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras individuais (alterações)	Agosto 2014	1 Janeiro 2016
Regulamento n.º 1703/2016	IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas, IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Entidades de investimento - Aplicação da isenção de consolidação (alterações)	Dezembro 2014	1 Janeiro 2016

A JMH adoptou as alterações acima referidas, não havendo qualquer impacto significativo nas suas Demonstrações Financeiras Individuais.

2.1.2 Novas normas, alterações e interpretações adoptadas pela UE, mas sem aplicação efectiva aos exercícios iniciados a 1 de Janeiro de 2016 e não aplicadas antecipadamente

A UE adoptou em 2016 um conjunto de normas emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB), a aplicar em períodos subsequentes:

Regulamento da UE	Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC adoptada pela UE	Emitida em	Aplicação obrigatória nos exercícios iniciados em ou após
Regulamento n.º 1905/2016	IFRS 15 Rédito de Contratos com Clientes (nova)	Maio 2014	1 Janeiro 2018
Regulamento n.º 2067/2016	IFRS 9 Instrumentos Financeiros (nova)	Julho 2014	1 Janeiro 2018

Estas normas são de aplicação efectiva para períodos anuais que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2018, e não foram aplicadas na preparação destas Demonstrações Financeiras Individuais. Não se espera que venham a ter um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais de JMH.

2.1.3 Novas normas, alterações e interpretações emitidas pelo IASB e IFRIC mas ainda não adoptadas pela UE

O IASB emitiu, em 2014 e 2016, as seguintes normas, alterações e interpretações que se encontram ainda em processo de adopção pela UE:

Norma do IASB ou Interpretação do IFRIC	Emitida em	Aplicação prevista nos exercícios iniciados em ou após
IFRS 14 Desvios Tarifários (nova)	Janeiro 2014	Data a determinar ¹
IFRS 10 Demonstrações Financeiras Consolidadas e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente: Venda ou contribuição de activos entre um investidor e a sua associada ou <i>joint venture</i> (alterações)	Setembro 2014	Data a determinar ²
IFRS 16 Locações (nova)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2019
IAS 12 Impostos sobre o Rendimento: Reconhecimento de Impostos Diferidos Sobre Perdas Não Realizadas (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
IAS 7 Demonstração dos Fluxos de Caixa: Iniciativa de Divulgação (alterações)	Janeiro 2016	1 Janeiro 2017
IFRS 15 Rédito dos Contratos com Clientes: Clarificações (alterações)	Abril 2016	1 Janeiro 2018
IFRS 2 Pagamento com Base em Acções: Classificação e mensuração das transacções (alterações)	Junho 2016	1 Janeiro 2018
IFRS 4 Contratos de Seguro: Aplicação da IFRS 9 Instrumentos Financeiros juntamente com a IFRS 4 Contratos de Seguro (alterações)	Setembro 2016	1 Janeiro 2018
Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 12 Divulgações de Interesses em Outras Entidades (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2017
Ciclo 2014-2016 de melhorias às normas IFRS: IFRS 1 Adopção pela Primeira vez das Normas Internacionais de Relato Financeiro e IAS 28 Investimentos em Associadas e Entidades Controladas Conjuntamente (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IFRIC 22 Transacções em moeda estrangeira e pagamentos antecipados (nova)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018
IAS 40 Propriedade de Investimento: Transferências (alterações)	Dezembro 2016	1 Janeiro 2018

¹ A UE decidiu suspender o processo de aprovação desta norma intercalar e esperar pela norma definitiva.

² A UE decidiu suspender indefinidamente a aprovação destas alterações, tal como o IASB.

A Gestão está a avaliar o impacto da adopção futura destas novas normas, alterações e interpretações às normas já em vigor, não sendo expectável a esta data um impacto significativo nas Demonstrações Financeiras Individuais de JMH.

2.1.4 Alteração de políticas contabilísticas

Para além do acima referido, a JMH não alterou as suas políticas contabilísticas durante o exercício de 2016, nem foram apurados erros relativos aos exercícios anteriores, que obrigassem à reexpressão das Demonstrações Financeiras.

2.2 Transacções em moeda estrangeira

As transacções em moeda estrangeira são convertidas para euros à taxa de câmbio em vigor à data da transacção.

À data do balanço, os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio em vigor a essa data e as diferenças de câmbio resultantes dessa conversão são reconhecidas como resultados do exercício, excepto quando se tratam de activos e passivos que sejam classificados como cobertura de fluxos de caixa, para os quais, as diferenças de câmbio resultantes são diferidas nos capitais próprios ou quando estas se relacionam com activos financeiros disponíveis para venda, que sejam instrumentos de capital próprio.

2.3 Partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais JMH tem controlo. JMH controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afectar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital e os empréstimos concedidos a subsidiárias são registadas pelo valor de aquisição. São constituídos ajustamentos para perdas por imparidade nos casos em que se justifique, nomeadamente quando as participações financeiras registem deteriorações significativas ao nível da sua posição financeira, e os testes de imparidade realizados por JMH concluíam que é necessário registar perdas de imparidade em relação às participações e outros activos líquidos (nota 2.5).

2.4 Activos financeiros

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço de JMH na data de negociação ou contratação, que é a data em que JMH se compromete a adquirir o activo. No momento inicial, os activos financeiros são reconhecidos pelo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para os activos ao justo valor através de resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados. Estes activos são desreconhecidos quando: i. expiram os direitos contratuais de JMH ao recebimento dos seus fluxos de caixa; ii. JMH tenha transferido substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção; ou iii. não obstante retenha parte, mas não substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, JMH tenha transferido o controlo sobre os activos.

Os activos e passivos financeiros são compensados e apresentados pelo valor líquido, quando, e só quando, JMH tenha o direito a compensar os montantes reconhecidos e tenha a intenção de liquidar pelo valor líquido.

JMH classifica os seus activos financeiros nas seguintes categorias: activos financeiros ao justo valor através de resultados, empréstimos e contas a receber e activos financeiros disponíveis para venda. A sua classificação depende do propósito que conduziu à sua aquisição.

Activos financeiros ao justo valor através de resultados

Um activo financeiro é reconhecido nesta categoria se foi classificado como devido para negociação ou se foi designado como tal no reconhecimento inicial. Os activos financeiros são devidos para negociação se forem adquiridos com a principal intenção de serem vendidos no curto prazo. Nesta categoria integram-se também os derivados que não qualifiquem para efeitos de contabilidade de cobertura.

Os ganhos e perdas resultantes da alteração de justo valor de activos financeiros mensurados ao justo valor através de resultados são reconhecidos em resultados do período em que ocorrem na rubrica de custos financeiros líquidos, onde se incluem os montantes de rendimentos de juros e dividendos.

Empréstimos e contas a receber

Correspondem a activos financeiros não derivados, com pagamentos fixos ou determinados, para os quais não existe um mercado de cotações activo. São originados pelo decurso normal das actividades operacionais de JMH, no fornecimento de serviços, e sobre os quais JMH não tem intenção de negociar. Os empréstimos e contas a receber são subsequentemente mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

São incluídos no activo corrente, excepto para saldos com maturidades de mais de 12 meses da data de relato, os quais são classificados como activos não correntes.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados que: i. JMH tem intenção de manter por tempo indeterminado; ii. são designados como disponíveis para venda no momento do seu reconhecimento inicial; ou iii. não se enquadram nas categorias acima referidas. São reconhecidos como activos não correntes excepto se houver intenção de os alienar nos 12 meses seguintes à data de balanço.

As partes de capital detidas que não sejam participações em Empresas do Grupo, Empresas controladas conjuntamente ou associadas são classificadas como activos financeiros disponíveis para venda e reconhecidas no balanço como activos não correntes.

Estes activos financeiros são contabilizados inicialmente ao justo valor acrescido dos custos de transacção. As variações de justo valor subsequentes são registadas directamente em Outras reservas até que o activo financeiro seja vendido, recebido ou de qualquer forma alienado, momento em que o ganho ou perda acumulado, anteriormente reconhecido no capital próprio, é incluído no resultado líquido do período. Os dividendos de instrumentos de capital classificados como disponíveis para venda são reconhecidos em resultados do exercício na rubrica de ganhos em outros investimentos, quando o direito de receber o pagamento é estabelecido.

Os activos financeiros disponíveis para venda relativos a investimentos em instrumentos de capital são registados ao custo quando o seu justo valor não possa ser determinado com fiabilidade.

2.5 Imparidade

2.5.1 Imparidade de activos não financeiros

Exceptuando propriedades de investimento (nota 12) e impostos diferidos activos (nota 7.3), os activos de JMH, essencialmente as partes de capital em subsidiárias, são analisados à data de cada balanço por forma a detectar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do activo é avaliado.

Nos testes de imparidade a partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado em que opera cada uma das áreas de negócio. Baseiam-se em projecções de *cash flows* para os próximos cinco anos, tendo em atenção os planos de médio e longo prazo aprovados pelo Conselho de Administração.

Anualmente é determinado o valor recuperável dos activos da JMH para os quais existem indicadores de potenciais perdas por imparidade. Sempre que o valor contabilístico de um activo excede a quantia recuperável, este é reduzido até ao montante recuperável, sendo esta perda por imparidade reconhecida nos resultados do exercício.

Determinação da quantia recuperável dos activos

A quantia recuperável de activos não financeiros corresponde ao valor mais alto entre o seu justo valor menos custos de venda e o seu valor de uso.

Na determinação do valor de uso de um activo, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto antes de impostos que reflecte as avaliações correntes de mercado do valor temporal do dinheiro e os riscos específicos do activo em questão.

A quantia recuperável dos activos, que por si só não geram fluxos de caixa independentes, é determinada em conjunto com a unidade geradora de caixa onde os mesmos se encontram inseridos.

Reversão de perdas por imparidade

As perdas por imparidade são revertidas sempre que existam alterações nas estimativas usadas para a determinação da respectiva quantia recuperável. As perdas por imparidade são revertidas até ao valor, líquido de depreciações ou amortizações, que o activo teria caso a perda por imparidade não tivesse sido reconhecida.

2.5.2 Imparidade de activos financeiros

JMH analisa, a cada data de balanço, se existe evidência objectiva que um activo financeiro ou um grupo de activos financeiros se encontra em imparidade.

A quantia recuperável de contas a receber corresponde ao valor actual dos futuros recebimentos esperados, utilizando como factor de desconto a taxa de juro efectiva implícita na operação original.

Uma perda por imparidade reconhecida num valor a receber de médio e longo prazo só é revertida caso a justificação para o aumento da respectiva quantia recuperável assente num acontecimento com ocorrência após a data do reconhecimento da perda por imparidade.

Empréstimos a subsidiárias

O teste de imparidade aos empréstimos a subsidiárias é realizado em simultâneo com o teste de imparidade às partes de capital em subsidiárias. O investimento considerado para efeitos de comparação com o valor de uso calculado é o montante do custo histórico das partes de capital e dos empréstimos concedidos. Apenas será reconhecida uma perda por imparidade em empréstimos a subsidiárias depois do montante correspondente à parte de capital estar totalmente coberto por um ajustamento para perdas por imparidade.

Activos financeiros disponíveis para venda

No caso de partes de capital classificadas como activos financeiros disponíveis para venda, um declínio prolongado ou significativo no justo valor do instrumento abaixo do seu custo é considerado como um indicador que os activos se encontram em imparidade. Se alguma evidência semelhante existir para activos financeiros disponíveis para venda, a perda acumulada - mensurada como a diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, menos qualquer perda por imparidade do activo financeiro anteriormente reconhecida em resultados - é removida de capitais próprios e reconhecida na demonstração de resultados. Perdas por imparidade de instrumentos de capital reconhecidas em resultados não são revertidas através da demonstração dos resultados.

Clientes, devedores e outros activos financeiros

São registados ajustamentos para perdas por imparidade quando existem indicadores objectivos que JMH não irá receber todos os montantes a que tem direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Na identificação de situações de imparidade são utilizados diversos indicadores, tais como:

- I. Análise de incumprimento;
- II. Incumprimento há mais de três meses;
- III. Dificuldades financeiras do devedor;
- IV. Probabilidade de falência do devedor.

Os ajustamentos para perdas por imparidade são determinados pela diferença entre a quantia recuperável e o valor de balanço do activo financeiro e são registados por contrapartida de resultados do exercício. O valor de balanço destes activos é reduzido para a quantia recuperável através da utilização de uma conta de ajustamentos. Quando um montante a receber de clientes e devedores é considerado irrecuperável, é abatido por utilização da conta de ajustamentos para perdas por imparidade. As recuperações subsequentes de montantes que tenham sido abatidos são registados em resultados.

Quando os valores a receber de clientes ou de outros devedores que se encontram vencidos são objecto de renegociação dos seus termos, deixam de ser considerados como vencidos e passam a ser tratados como novos créditos.

2.6 Reconhecimento de proveitos

Prestações de serviços

Os proveitos associados com as prestações de serviços são reconhecidos em resultados com referência à fase de acabamento da transacção à data de balanço.

2.7 Informação por segmentos

Dada a actividade de gestão de participações financeiras desenvolvidas por JMH, o reporte da informação relativa a segmentos operacionais nas contas individuais de JMH não faz sentido. Esta informação encontra-se pormenorizada nas Demonstrações Financeiras Consolidadas do Grupo.

2.8 Principais estimativas e julgamentos utilizados na elaboração das Demonstrações Financeiras

Activos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento

A determinação do justo valor das propriedades de investimento, assim como as vidas úteis dos activos, é baseada em estimativas da Gestão. A determinação da existência de perdas por imparidade destes activos tangíveis e intangíveis envolve também a utilização de estimativas. O valor recuperável e o justo valor destes activos é normalmente determinado com recurso à utilização de modelos de fluxos de caixa descontados, que incorporam pressupostos de mercado. A identificação de indicadores de imparidade, bem como a estimativa de fluxos de caixa futuros e a determinação do justo valor de activos, requerem julgamento significativo por parte da Gestão no que diz respeito à validação de indicadores de imparidade, fluxos de caixa esperados, taxas de desconto aplicáveis, vidas úteis estimadas e valores residuais.

Justo valor de instrumentos financeiros

O justo valor de instrumentos financeiros não cotados num mercado activo é determinado com base em métodos de avaliação. A utilização de metodologias de valorização requer a utilização de pressupostos, sendo que alguns deles requerem a utilização de estimativas. Desta forma, alterações nos referidos pressupostos poderiam resultar numa alteração do justo valor reportado.

Imparidade em partes de capital e empréstimos a subsidiárias

Em regra, o registo de imparidade num investimento de acordo com as IFRS é efectuado quando o valor de balanço do investimento excede o valor actual dos fluxos de caixa futuros. O cálculo do valor actual dos fluxos de caixa estimados e a decisão de considerar a imparidade envolve julgamento e reside substancialmente na análise da Gestão em relação ao desenvolvimento futuro das suas subsidiárias. Na mensuração da imparidade, são utilizados preços de mercado, se disponíveis, ou outros parâmetros de avaliação, baseados na informação disponível das subsidiárias. No sentido de determinar se a imparidade existe, JMH considera a capacidade e a intenção de deter o investimento por um período razoável de tempo que seja suficiente para uma previsão da recuperação do justo valor até (ou acima) do valor de balanço, incluindo uma análise de factores como os resultados esperados da subsidiária, o enquadramento económico e o estado do sector.

Impostos diferidos

O reconhecimento de impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e matéria colectável futura. Os impostos diferidos activos e passivos foram determinados com base na legislação fiscal actualmente em vigor ou em legislação já publicada para aplicação futura. Alterações na legislação fiscal podem influenciar o valor dos impostos diferidos.

Se as taxas utilizadas para o reconhecimento de impostos diferidos aumentarem em 1 p.p., o impacto nas contas de JMH seria o seguinte:

	Impacto nas contas de JMH	
	Demonstração dos resultados	Outros rendimentos integrais
Aumento da taxa em 1 p.p.	191	50

Um montante positivo significa um ganho nas contas de JMH.

Imparidade de clientes e devedores

A Gestão mantém um ajustamento para perdas por imparidade de clientes e devedores, de forma a reflectir as perdas estimadas resultantes da incapacidade dos clientes de efectuarem os pagamentos nas datas previstas e nos montantes contratados. Ao avaliar a razoabilidade do ajustamento para as referidas perdas por imparidade, a Gestão baseia as suas estimativas numa análise do tempo de incumprimento decorrido dos seus saldos de clientes, a sua experiência histórica de abates, o histórico de crédito do cliente e mudanças nos termos de pagamento do cliente.

Se as condições financeiras do cliente se deteriorarem, os ajustamentos para perdas por imparidade e os abates reais poderão ser superiores aos esperados.

Pensões e outros benefícios de longo prazo concedidos a empregados

A determinação das responsabilidades por pagamento de pensões e outros benefícios de longo prazo requer a utilização de pressupostos e estimativas, incluindo a utilização de projecções actuariais e outros factores que podem ter impacto nos custos e nas responsabilidades dos planos de benefício.

Na determinação da taxa de desconto apropriada, a Gestão considera as taxas de juro de obrigações corporativas com uma notação de crédito de 'AA' ou superior, dadas por reconhecidas agências internacionais de notação de crédito. Estas taxas são extrapoladas sempre que necessário ao longo da curva *yield* para corresponder com o termo expectável das responsabilidades com estes planos de benefício.

A definição dos critérios de escolha das obrigações corporativas a incluir na população de onde vai ser derivada a curva *yield* requer assumir pressupostos, sendo os mais significativos a escolha da dimensão da amostra, a dimensão da emissão do empréstimo obrigacionista, qualidade das obrigações e identificação dos dados atípicos a ser excluídos.

Considerando a informação disponível na Bloomberg e algumas estimativas necessárias à construção de uma curva de taxa de juro, JMH definiu os seguintes intervalos:

- Intervalo restrito [1,2% - 1,6%]
- Intervalo alargado [1,0% - 1,8%]

Face a estes resultados, JMH decidiu reduzir a taxa de desconto de 1,75% para 1,40%.

A tabela abaixo apresenta os impactos nas responsabilidades com os planos de benefício definido de JMH, resultantes de alterações nos seguintes pressupostos:

	Pressuposto utilizado	Impacto nas responsabilidades com benefício definido		
		Alteração do pressuposto	Aumento do pressuposto	Redução do pressuposto
Taxa de desconto	1,40%	0,50%	(726)	777
Taxa de crescimento dos salários	2,50%	0,50%	31	(30)
Taxa de crescimento das pensões	2,50%	0,50%	745	(696)
Esperança média de vida	TV 88/90	1 ano	1.119	(1.070)

Um montante positivo significa um aumento das responsabilidades. Um montante negativo significa uma redução das responsabilidades.

Provisões

JMH exerce julgamento considerável na mensuração e reconhecimento de provisões e a sua exposição a passivos contingentes relacionados com processos em contencioso. Esta avaliação é necessária por forma a aferir a probabilidade de um contencioso ter um desfecho favorável ou obrigar ao registo de um passivo. As

provisões são reconhecidas quando JMH espera que processos em curso originem a saída de fluxos, a perda seja considerada provável e possa ser razoavelmente estimada. Devido às incertezas inerentes ao processo de avaliação, as perdas reais poderão ser diferentes das originalmente estimadas na provisão. Estas estimativas estão sujeitas a alterações à medida que nova informação fica disponível, principalmente com o apoio de especialistas internos, se disponíveis, ou através do apoio de consultores externos, como actuários ou consultores legais. Revisões às estimativas destas perdas de processos em curso podem afectar os resultados futuros.

2.9 Justo valor de instrumentos financeiros

Na determinação do justo valor de um activo ou passivo financeiro, se existir um mercado activo, o preço de mercado é aplicado. Um mercado é considerado activo se existirem preços cotados fácil e regularmente disponíveis através de trocas, corretagem ou agências reguladoras, e que esses preços representam transacções actuais e regulares ocorridas em mercado em livre concorrência. No caso de não existir um mercado activo, o que é o caso para alguns dos activos e passivos financeiros, são utilizadas técnicas de valorização geralmente aceites, baseadas em pressupostos de mercado.

JMH aplica técnicas de valorização para instrumentos financeiros não cotados, tais como, derivados e instrumentos financeiros ao justo valor através de resultados. Os modelos de valorização que são utilizados mais frequentemente são modelos de fluxos de caixa descontados e modelos de opções, que incorporam, por exemplo, curvas de taxa de juro e volatilidades de mercado. No caso dos instrumentos financeiros derivados, JMH utiliza também as avaliações fornecidas pelas contrapartes.

Para alguns tipos de derivados mais complexos, são utilizados modelos de valorização mais avançados contendo pressupostos e dados que não são directamente observáveis em mercado e para os quais JMH utiliza estimativas e pressupostos internos.

Caixa e equivalentes de caixa e devedores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por activos financeiros de curto prazo e por essa razão, o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros cotados encontram-se reflectidos no balanço ao seu justo valor.

Empréstimos obtidos

O justo valor dos empréstimos é obtido através do valor descontado de todos os fluxos de caixa a pagar esperados. Os fluxos de caixa esperados são descontados a taxas de juro actuais de mercado. À data de reporte, o seu valor de balanço é aproximadamente o seu justo valor.

Cretores e acréscimos

Estes instrumentos financeiros são compostos maioritariamente por passivos financeiros de curto prazo e por essa razão o seu valor de balanço à data de reporte é considerado ser aproximado ao justo valor.

2.10 Hierarquia de justo valor

A tabela seguinte apresenta os activos e passivos de JMH mensurados ao justo valor em 31 de Dezembro, de acordo com os seguintes níveis de hierarquia de justo valor:

- Nível 1: o justo valor é baseado em cotações de preços obtidas em mercados activos e líquidos à data de referência do balanço. Neste nível incluem-se os instrumentos de capital cotados na Euronext Lisboa;
- Nível 2: o justo valor não é determinado com base em cotações de preço obtidas em mercados activos incluídos no nível 1, mas sim com recurso a modelos de avaliação, que podem envolver outras cotações comparáveis existentes no mercado activo ou cotações ajustadas. Dessa forma, os principais *inputs* dos modelos utilizados são observáveis no mercado. Neste nível incluem-se os derivados *over-the-counter* contratados por JMH, cujas avaliações são fornecidas pelas respectivas contrapartes;
- Nível 3: o justo valor não é determinado com base em cotações de mercado activo, mas sim com recurso a modelos de avaliação, cujos principais *inputs* não são observáveis no mercado. Neste nível, incluem-se as propriedades de investimento, as quais são avaliadas por peritos externos independentes e que usam nas suas avaliações *inputs* que não são directamente observáveis no mercado.

	2016	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	80	80	-	-
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.550	80	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-
	2015	Nível 1	Nível 2	Nível 3
Activos mensurados ao justo valor				
Activos financeiros disponíveis para venda				
Instrumentos de capital	274	274	-	-
Propriedades de investimento	2.470	-	-	2.470
Total de activos	2.744	274	-	2.470
Passivos mensurados ao justo valor				
Total de passivos	-	-	-	-

2.1.1 Instrumentos financeiros por categoria

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2016						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	120.910	-	-	120.910	-	120.910
Activos financeiros detidos para venda	-	80	-	80	-	80
Empréstimos a subsidiárias	594.285	-	-	594.285	-	594.285
Devedores, acréscimos e diferimentos	32.735	-	-	32.735	1.920	34.655
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	675.105	675.105
Total activos	747.930	80	-	748.010	677.025	1.425.035
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	-	-	-	-
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	3.514	3.514	5.229	8.743
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	24.793	24.793
Total passivos	-	-	3.514	3.514	30.022	33.536

	Empréstimos e contas a receber	Activos fin. disponíveis para venda	Outros passivos financeiros	Total activos e passivos financeiros	Outros activos e passivos não financeiros	Total activos e passivos
2015						
Activos						
Caixa e equivalentes de caixa	122	-	-	122	-	122
Activos financeiros detidos para venda	-	274	-	274	-	274
Empréstimos a participadas	691.350	-	-	691.350	-	691.350
Devedores, acréscimos e diferimentos	31.034	-	-	31.034	1.545	32.579
Outros activos não financeiros	-	-	-	-	677.110	677.110
Total activos	722.506	274	-	722.780	678.655	1.401.435
Passivos						
Empréstimos obtidos	-	-	161.852	161.852	-	161.852
Credores, acréscimos e diferimentos	-	-	2.213	2.213	4.475	6.688
Outros passivos não financeiros	-	-	-	-	25.239	25.239
Total passivos	-	-	164.065	164.065	29.714	193.779

3. Custos operacionais

Custos das prestações de serviços

Os custos das prestações de serviços correspondem aos custos incorridos por JMH na prestação de um conjunto de serviços técnicos e especializados às suas participadas. Desta forma, são imputados às Companhias os custos relativos a cada um dos departamentos de JMH, na percentagem que cada um deles despende nessa prestação de serviços.

Custos administrativos

Os custos administrativos apresentados na demonstração dos resultados incluem, entre outros, os custos incorridos pelos vários departamentos na percentagem que não é imputada às Companhias, bem como o IVA não dedutível que decorre da aplicação do método da afectação real.

Outros custos e perdas operacionais

Os outros custos e perdas operacionais incluem, entre outros, os custos incorridos com estudos sobre outros mercados, bem como donativos e patrocínios atribuídos de acordo com a política de Responsabilidade Social do Grupo.

Resultados operacionais não usuais

Os resultados operacionais não usuais (não recorrentes) que pela sua materialidade ou natureza possam distorcer o desempenho financeiro de JMH, bem como a sua comparabilidade, são apresentados em linha separada da demonstração consolidada dos resultados por funções. Estes resultados são excluídos dos indicadores de desempenho operacional adoptados pela Gestão.

3.1 Custos operacionais por naturezas

	2016	2015
Fornecimentos e serviços externos	14.659	12.465
Rendas e alugueres	1.133	1.065
Custos com pessoal	12.219	10.390
Depreciações e amortizações	416	378
Outros ganhos e perdas operacionais	3.438	312
	31.865	24.610

3.2 Resultados operacionais não usuais

	2016	2015
Impacto da alteração de pressupostos actuariais	(261)	150
	(261)	150

4. Empregados

4.1 Custos com o pessoal

	2016	2015
Ordenados e salários	8.201	7.515
Segurança social	1.551	1.380
Benefícios dos empregados (nota 4.2)	968	544
Outros custos com pessoal	1.499	951
	12.219	10.390

Os outros custos com pessoal englobam seguros de acidentes de trabalho, acção social, formação e indemnizações, entre outros. No final do exercício de 2016, o número de empregados ao serviço ascendia a 122 (em 2015, eram 114). O número médio de empregados ao longo do ano foi de 116 (em 2015, eram 105).

4.2 Benefícios dos empregados

Benefícios pós-emprego (reforma)

Planos de contribuição definida

Os planos de contribuição definida são planos de pensões para os quais JMH efectua contribuições definidas a entidades independentes (fundos) e relativamente aos quais não tem obrigação legal ou construtiva de pagar qualquer contribuição adicional no momento em que os empregados usufruam dos referidos benefícios.

As contribuições consistem numa percentagem da remuneração fixa e variável auferida pelos empregados incluídos no plano, a qual se encontra definida no Regulamento do mesmo e que varia apenas em função da antiguidade dos seus beneficiários.

JMH incentiva os seus empregados a participar na sua própria reforma. Assim sendo, os fundos encontram-se abertos a contribuições particulares dos empregados, não havendo quaisquer garantias dadas por JMH sobre as mesmas.

As contribuições de JMH para planos de contribuição definida são contabilizadas como custo no período em que são devidas.

Planos de benefícios definidos

Os planos de benefício definido são planos de pensões nos quais JMH garante a atribuição de um determinado benefício aos empregados integrados no plano, no momento em que estes se reformarem, sendo as respectivas responsabilidades asseguradas directamente por JMH.

O passivo reconhecido no balanço em relação aos planos de pensões de benefício definido é o valor presente das responsabilidades com benefícios definidos no final do período de referência. A responsabilidade com benefícios definidos é calculada anualmente por actuários independentes, usando o método de rendas vitalícias imediatas, tendo em conta que os planos incluem apenas ex-empregados reformados. O valor presente da responsabilidade com benefícios definidos é determinado descontando as estimativas de saídas de caixa futuras usando taxas de juro de obrigações corporativas de elevada qualidade que são denominadas na moeda em que os benefícios serão pagos e que tenham prazos de vencimento próximos dos prazos do passivo relacionado.

Não existe reconhecimento de custos de serviço corrente uma vez que os planos actuais de benefício definido apenas incluem ex-empregados reformados. O juro líquido é reconhecido na demonstração de resultados numa base anual.

Remensurações (ganhos e perdas actuariais) decorrentes dos ajustamentos de experiência e nas alterações de pressupostos actuariais são debitados ou creditados nos capitais próprios em outros rendimentos integrais no período em que ocorrem.

Quando haja lugar a alterações aos planos de benefícios definidos atribuídos, os custos com serviços passados consideram-se imediatamente vencidos e são reconhecidos imediatamente na demonstração de resultados.

Outros benefícios

Prémios de antiguidade

O programa de prémios de antiguidade existente em JMH engloba uma componente de contribuição definida e outra de benefício definido.

A componente de contribuição definida consiste na atribuição de um seguro de vida aos colaboradores englobados neste programa, a partir de determinado número de anos de serviço. Este benefício é atribuído apenas quando os colaboradores atingem a antiguidade definida no programa, pelo que os custos relacionados com esta componente são reconhecidos no exercício a que dizem respeito.

A componente de benefício definido consiste na atribuição de um prémio no ano em que os colaboradores completam determinado número de anos de serviço. Nestes termos, as responsabilidades com esta componente são determinadas anualmente com base em cálculo actuarial, efectuado por uma entidade especializada e independente.

São reconhecidos como custos do exercício a componente de custos com serviços correntes, o juro líquido assim como as remensurações (ganhos ou perdas actuariais).

Valores reflectidos em balanço na rubrica de benefícios concedidos a empregados:

	2016	2015
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	17.894	18.385
Prémios de antiguidade	851	538
Total	18.745	18.923

Valores reflectidos na demonstração de resultados na rubrica de custos com pessoal e remensurações reflectidas nos capitais próprios em outros rendimentos integrais:

	Demonstração dos resultados		Outros rendimentos integrais	
	2016	2015	2016	2015
Benefícios de reforma - Plano de contribuição definida	323	265	-	-
Benefícios de reforma - Plano de benefício definido a cargo do Grupo	309	360	641	770
Prémios de antiguidade	336	(81)	-	-
Total	968	544	641	770

Apresenta-se de seguida uma breve descrição das alterações ocorridas em cada um deles:

	Planos de contribuição definida para colaboradores no activo		Planos de benefício definido para ex-colaboradores		Outros benefícios de longo prazo concedidos a colaboradores	
	2016	2015	2016	2015	2016	2015
Saldo em 1 de Janeiro	-	-	18.385	18.691	538	634
Custos com juros	-	-	309	360	10	13
Custos dos serviços correntes	323	265	-	-	65	56
(Ganhos)/perdas actuariais						
Alterações em pressupostos demográficos	-	-	-	-	-	-
Alterações em pressupostos financeiros	-	-	492	373	18	9
Alterações de experiência	-	-	149	397	243	(159)
Contribuições ou Reformas pagas	(323)	(265)	(1.441)	(1.436)	(23)	(15)
Saldo em 31 de Dezembro	-	-	17.894	18.385	851	538

Pressupostos actuariais utilizados no cálculo das responsabilidades dos planos de benefício definido e outros benefícios de longo prazo:

	2016	2015
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Taxa de desconto	1,40%	1,75%
Taxa de crescimento das pensões e dos salários	2,5%	2,5%

Os pressupostos de mortalidade utilizados, correspondem aos usualmente adoptados em Portugal, tendo sido baseados em aconselhamento dos actuários e de acordo com estatísticas publicadas. A análise de sensibilidade aos pressupostos está efectuada na nota 2.8.

Pagamentos futuros esperados

A maturidade expectável para os próximos dez anos associada às responsabilidades para com os planos de benefício definido é a que se apresenta:

	Até 1 ano	Entre 1 e 5 anos	Entre 5 e 10 anos
Benefícios de reforma – Plano de benefício definido a cargo do Grupo	1.366	4.788	4.346
Prémios de antiguidade	81	273	484
Total	1.447	5.061	4.830

5. Custos financeiros líquidos

Os custos financeiros líquidos representam juros de empréstimos obtidos, juros de investimentos efectuados, ganhos e perdas cambiais em operações financeiras, ganhos e perdas resultantes da alteração de valor de activos financeiros mensurados pelo seu justo valor através de resultados e, custos e proveitos com operações de financiamento. Os custos financeiros líquidos são reconhecidos em resultados numa base de acréscimo durante o período a que dizem respeito.

	2016	2015
Juros suportados	(133)	(35)
Juros obtidos	154	196
Outros custos e proveitos financeiros	(126)	(41)
Custos financeiros líquidos	(105)	120

Na rubrica de juros suportados estão incluídos os juros relativos aos empréstimos mensurados ao custo amortizado. Os outros custos financeiros incluem, entre outros, imposto de selo por abertura de crédito e encargos com emissão de dívida de médio e longo prazo diferidos pelo prazo do empréstimo.

6. Locações operacionais

Locações em que uma parte significativa dos riscos e benefícios de posse são retidos pelo locador são classificados como locações operacionais. Os pagamentos efectuados ao abrigo destes contratos são reconhecidos na demonstração dos resultados numa base linear ao longo do período de duração dos mesmos.

Os custos registados na demonstração dos resultados relativos a locações operacionais são como se apresentam:

	2016	2015
Imóveis – terceiros	19	6
Imóveis – grupo	517	510
Equipamento transporte – terceiros	536	511
Equipamento informático – terceiros	39	30
	1.111	1.057

Para além dos custos apresentados, existiram alugueres ocasionais ao longo do ano que ascenderam a m EUR 22 (2015: m EUR 8).

Os contratos de aluguer de viaturas e equipamento informático ao serviço de JMH revestem a natureza de locações operacionais. Estes não prevêem renovação, nem opção de compra no final do mesmo, nem qualquer valor referente a rendas contingentes. Todos os contratos são canceláveis mediante um pré-aviso e não impõem restrições de qualquer natureza ao nível de dividendos ou dívida.

Os pagamentos mínimos associados aos alugueres de viaturas e equipamento informático ascendem a:

	2016	2015
Pagamentos até 1 ano	354	343
Pagamentos entre 1 e 5 anos	419	367
Total pagamentos futuros	773	710

Todos estes contratos são canceláveis, mediante o pagamento de uma penalização. As responsabilidades inerentes a estas penalizações ascendiam, no final de 2016, a m EUR 74 (2015: m EUR 78).

7. Impostos

O imposto sobre o rendimento inclui imposto corrente e diferido. O imposto sobre o rendimento é reconhecido na demonstração dos resultados, excepto quando se relaciona com ganhos ou perdas relevantes em outros rendimentos integrais ou directamente nos capitais próprios. Se for este o caso, o imposto é reconhecido nas mesmas rubricas.

O imposto sobre o rendimento corrente é calculado de acordo com os critérios fiscais vigentes à data do balanço.

O imposto diferido é calculado, com base no método da responsabilidade de balanço, sobre as diferenças temporárias entre os valores contabilísticos dos activos e passivos e a respectiva base de tributação.

A base tributável dos activos e passivos é determinada por forma a reflectir as consequências de tributação derivadas da forma pela qual a Companhia estima, à data do balanço, recuperar ou liquidar a quantia escriturada dos seus activos e passivos. Para a determinação do imposto diferido é utilizada a taxa que deverá estar em vigor no exercício em que as diferenças temporárias serão revertidas.

São reconhecidos impostos diferidos activos sempre que existe razoável segurança de que serão gerados lucros tributáveis futuros contra os quais os activos poderão ser utilizados. Os impostos diferidos activos são revistos anualmente e desreconhecidos sempre que deixe de ser provável a sua recuperação.

7.1 Imposto sobre o rendimento do exercício

	2016	2015
Imposto corrente		
Imposto corrente do exercício	1.370	(348)
Excesso/(insuficiência) de exercícios anteriores	(2)	(2)
	1.368	(350)
Imposto diferido		
Diferenças temporárias originadas ou revertidas no período	743	(716)
Redução da taxa de imposto	-	-
	743	(716)
Total de imposto sobre o rendimento do exercício	2.111	(1.066)

7.2 Reconciliação da taxa efectiva de imposto

	2016	2015
Resultado antes de imposto (RAI)	348.534	261.554
Imposto à taxa de 22,5%	(78.420)	(58.850)
Efeito fiscal de:		
Resultado não sujeito a imposto e não recuperável	81.260	58.336
Custos não dedutíveis	(339)	(320)
Alteração da taxa de imposto (derrama)	(117)	-
Excesso/(insuficiência) estimativa do ano anterior	(2)	(2)
Tributações autónomas e derrama estadual	(271)	(230)
Imposto do ano	2.111	(1.066)
Taxa média efectiva de imposto	(0,61%)	0,41%

Em 2016, a taxa de imposto sobre o rendimento (IRC) aplicada às sociedades a operar em Portugal foi de 21% (em 2015, era de 21%). Para as sociedades que apresentam resultados fiscais positivos é aplicada adicionalmente uma taxa de 1,5% a título de derrama municipal e uma taxa de derrama estadual de 3%, 5% e 7% para lucros fiscais superiores a m EUR 1.500, m EUR 7.500 e m EUR 35.000, respectivamente.

A taxa média de imposto de JMH encontra-se significativamente influenciada pelo efeito fiscal dos dividendos recebidos de subsidiárias, bem como pela alienação de partes de capital em subsidiárias. Estes rendimentos não estão sujeitos a tributação ao abrigo da legislação fiscal em vigor.

7.3 Impostos diferidos activos e passivos

Os impostos diferidos são apresentados no balanço da seguinte forma:

	2016	2015
Impostos diferidos activos	5.600	5.496
Impostos diferidos passivos	(584)	(1.300)
	5.016	4.196

	01/01/2016	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2016
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	824	110	(67)	867
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.258	(184)	144	4.218
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	414	101	-	515
	5.496	27	77	5.600
Impostos diferidos passivos				
Reavaliações de activos	(178)	-	-	(178)
Outras diferenças temporárias	(1.122)	716	-	(406)
	(1.300)	716	-	(584)
Variação líquida de imposto diferido	4.196	743	77	5.016

	01/01/2015	Efeito em resultados	Efeito no capital próprio	31/12/2015
Impostos diferidos activos				
Reavaliação de inv. financ. disponíveis para venda	803	-	21	824
Responsabilidades com benefícios concedidos a empregados	4.348	(263)	173	4.258
Provisões e ajustamentos além dos limites fiscais	644	(230)	-	414
	5.795	(493)	194	5.496
Impostos diferidos passivos				
Reavaliações de activos	(178)	-	-	(178)
Outras diferenças temporárias	(899)	(223)	-	(1.122)
	(1.077)	(223)	-	(1.300)
Variação líquida de imposto diferido	4.718	(716)	194	4.196

7.4 Imposto sobre o rendimento a recuperar ou a pagar

O imposto sobre o rendimento apresenta-se no balanço da seguinte forma:

	2016	2015
Imposto sobre o rendimento a recuperar	73	166
Imposto sobre o rendimento a pagar	-	-
	73	166

JMH integra, desde 1 de Janeiro de 2014, um grupo de empresas tributado de acordo com o Regime Especial de tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), sendo a Sociedade dominante desse grupo. Para além de JMH, o grupo é constituído pelas seguintes empresas:

- Recheio, SGPS, S.A.
- Recheio Cash & Carry S.A.
- Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.
- Larantigo – Sociedade de Construções, S.A.
- Masterchef, S.A.
- Caterplus – Comercialização e Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Serviços, S.A.
- Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.
- Jerónimo Martins – Agro-Alimentar, S.A.
- Jerónimo Martins – Lacticínios de Portugal, S.A.
- Best-Farmer - Actividades Agro-pecuárias, S.A.

Em virtude da alienação de uma subsidiária conforme referido na nota 13, saíram do grupo de tributação em 2016, as empresas:

- Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda.
- Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.

8. Ganhos (perdas) em subsidiárias

	2016	2015
Dividendos recebidos	280.000	259.900
Juros de empréstimos concedidos	4.472	6.331
Ganhos na alienação de sociedades	75.530	-
	360.002	266.231

Os ganhos na alienação de sociedades, resultam da alienação de uma subsidiária em Setembro 2016, conforme referido na nota 13.

9. Ganhos (perdas) em outros investimentos

As rendas recebidas do arrendamento de propriedades de investimento são reconhecidas em resultados como ganhos (perdas) em outros investimentos no período a que dizem respeito.

	2016	2015
Rendas de propriedades de investimento	196	194
Ajustamentos em activos financeiros disponíveis para venda	(491)	-
	(295)	194

10. Activos fixos tangíveis

Os activos fixos tangíveis são registados ao custo histórico líquido das respectivas depreciações acumuladas e de perdas por imparidade.

O custo histórico inclui o custo de aquisição e qualquer outra despesa incorrida que seja directamente atribuível à aquisição do activo.

Os ganhos ou perdas na alienação são determinados pela comparação da receita obtida com o valor contabilístico e reconhecida a diferença nos resultados operacionais.

Os custos com a manutenção e reparação que não aumentam a vida útil destes activos fixos são registados como custos do exercício em que ocorrem.

Depreciações

As depreciações são calculadas sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal em função da vida útil estimada para cada tipo de bem. As taxas de depreciação anuais mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Edifícios e outras construções	10
Ferramentas e utensílios	25
Equipamento de transporte	25
Equipamento administrativo	10-25
Outras imobilizações	10

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço. Não são considerados valores residuais, uma vez que é intenção de JMH utilizar os activos até ao final da sua vida económica.

10.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto					
	01/01/2016	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2016
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	256	88	-	-	344
Equipamento de transporte	142	-	-	(54)	88
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.232	214	(2)	143	2.587
Outros activos fixos tangíveis	389	-	-	-	389
Activos fixos tangíveis em curso	143	-	-	(143)	-
	3.164	302	(2)	(54)	3.410
Depreciações e perdas por imparidade acumulada					
	01/01/2016	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2016
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	88	33	-	-	121
Equipamento de transporte	90	22	-	(54)	58
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.057	121	-	-	2.178
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.563	176	-	(54)	2.685
Valor líquido	601				725

10.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior

Activo bruto					
	01/01/2015	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2015
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	215	41	-	-	256
Equipamento de transporte	142	-	-	-	142
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	2.165	79	(12)	-	2.232
Outros activos fixos tangíveis	389	-	-	-	389
Activos fixos tangíveis em curso	-	143	-	-	143
	2.913	263	(12)	-	3.164
Depreciações e perdas por imparidade acumulada					
	01/01/2015	Aumentos	Alienações	Transferências e abates	31/12/2015
	Saldo inicial				Saldo final
Edifícios e outras construções	65	23	-	-	88
Equipamento de transporte	68	22	-	-	90
Ferramentas e utensílios	2	-	-	-	2
Equipamento administrativo	1.976	84	(3)	-	2.057
Outros activos fixos tangíveis	326	-	-	-	326
	2.437	129	(3)	-	2.563
Valor líquido	476				601

10.3 Equipamento em regime de locação financeira

No final de 2016 e 2015, não existiam equipamentos em locação financeira.

10.4 Garantias

Não foram dados quaisquer activos em garantia de cumprimento de obrigações bancárias ou outras.

11. Activos intangíveis

Os activos intangíveis encontram-se registados pelo custo de aquisição deduzido das amortizações acumuladas e de perdas por imparidade.

Despesas de investigação e desenvolvimento

As despesas de investigação, efectuadas na procura de novos conhecimentos técnicos ou científicos ou na busca de soluções alternativas, são reconhecidas em resultados quando incorridas.

As despesas de desenvolvimento são capitalizadas quando é demonstrável a exequibilidade técnica do processo em desenvolvimento e JMH tem a intenção e a capacidade de completar o seu desenvolvimento e iniciar a sua utilização.

As licenças de *software* de computador são capitalizadas com base nos custos incorridos para adquirir e conduzir à utilização do software específico, sendo amortizadas durante a sua vida útil estimada.

Os custos associados ao desenvolvimento ou manutenção de *software* são reconhecidos como despesas quando incorridos, excepto quando esses custos sejam directamente associados a projectos de desenvolvimento em que seja quantificável a geração de benefícios económicos futuros, sendo reconhecidos como activos intangíveis incluídos no montante capitalizado das despesas de desenvolvimento.

Amortizações

As amortizações são reconhecidas na demonstração dos resultados numa base linear durante o período estimado de vida útil dos activos intangíveis, excepto se a sua vida for considerada indefinida.

As amortizações dos activos intangíveis são calculadas, sobre os valores de aquisição, pelo método das quotas constantes, com imputação duodecimal. As taxas de amortização anual mais importantes, em percentagem, são as seguintes:

	%
Despesas de desenvolvimento	20-33,33
Software de computador	33,33

As vidas úteis estimadas são revistas e ajustadas se necessário, à data do balanço.

Os activos intangíveis são constituídos por despesas de desenvolvimento e contêm despesas suportadas com a implementação de plataformas informáticas.

11.1 Movimentos ocorridos no exercício corrente

Activo bruto

	01/01/2016			Transferências	31/12/2016
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	e abates	Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.387	515	-	122	2.024
Activos intangíveis em curso	122	515	-	(122)	515
	1.509	1.030	-	-	2.539

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2016			Transferências	31/12/2016
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	e abates	Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.078	240	-	-	1.318
	1.078	240	-	-	1.318
Valor líquido	431				1.221

11.2 Movimentos ocorridos no exercício anterior
Activo bruto

	01/01/2015			Transferências		31/12/2015
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	e abates		Saldo final
Despesas de desenvolvimento	1.195	143	-	49		1.387
Activos intangíveis em curso	49	122	-	(49)		122
	1.244	265	-	-		1.509

Amortizações e perdas por imparidade acumuladas

	01/01/2015			Transferências		31/12/2015
	Saldo inicial	Aumentos	Alienações	e abates		Saldo final
Despesas de desenvolvimento	829	249	-	-		1.078
	829	249	-	-		1.078
Valor líquido	415					431

12. Propriedades de investimento

As propriedades de investimento referem-se a terrenos e edifícios e são valorizadas ao justo valor determinado por entidades especializadas e independentes, com qualificação profissional reconhecida e com experiência na avaliação de activos desta natureza.

O justo valor é baseado em valores de mercado, sendo este o montante pelo qual duas entidades independentes e interessadas estariam dispostas a transaccionar o activo.

A metodologia adoptada na avaliação e determinação dos justos valores consiste na aplicação do método comparativo de mercado, no qual o activo a avaliar é comparado com outros imóveis semelhantes e que exerçam a mesma função, transaccionados há pouco tempo no local ou zonas equiparáveis. Os valores de transacções conhecidas são ajustados para tornar pertinente a comparação sendo consideradas as variáveis de dimensão, localização, infra-estruturas existentes, estado de conservação e outras que possam ser, de alguma forma, relevantes.

Complementarmente, e em particular em casos em que seja difícil a comparação com transacções ocorridas, é utilizado o método de rentabilidade, em que se assume que o valor do património imobiliário corresponde ao valor actual de todos os direitos e benefícios futuros decorrentes da sua posse.

Para este efeito parte-se de uma estimativa de renda de mercado atendendo a todas as variáveis endógenas e exógenas do imóvel em avaliação, e considera-se uma *yield* que reflecte o risco de mercado em que o activo se insere, assim como as características do próprio activo objecto de avaliação. Assim, os pressupostos utilizados na avaliação de cada activo variam de acordo com a sua localização e características técnicas tendo sido utilizada em média uma *yield* entre 8% e 9%.

Alterações ao justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas na demonstração dos resultados e incluídas em ganhos (perdas) em outros investimentos, na medida em que se trata de activos detidos para valorização.

Se uma propriedade de investimento passar a ser utilizada nas actividades operacionais, a mesma é transferida para activos fixos tangíveis e o justo valor à data da transferência passa a ser o seu custo de aquisição para efeitos contabilísticos.

JMH detém um imóvel, o qual foi parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo gerado proveitos de rendas de m EUR 196 (2015: m EUR 194). Este imóvel encontra-se reconhecido pelo seu valor de mercado, a partir de avaliações realizadas por entidade independente, encontrando-se o mesmo valorizado por m EUR 2.470 (2015: m EUR 2.470).

Em 2016, JMH suportou despesas com este imóvel no montante de m EUR 4 (2015: m EUR 4), reconhecidas em resultados em outros custos e perdas operacionais.

13. Partes de capital

13.1 Em subsidiárias

As partes de capital em subsidiárias, correspondem a investimentos realizados na aquisição de participações financeiras nas sociedades constantes na nota 26.

	2016	2015
Valor líquido em 1 de Janeiro	667.946	667.946
Aumentos	-	-
Diminuições	(123.956)	-
Redução das provisões	121.026	-
Valor líquido em 31 de Dezembro	665.016	667.946

Em Setembro de 2016, a JMH vendeu 100% do capital social da sua subsidiária Monterroio – Industry & Investments B.V. (“Monterroio”) à Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V. (SFMS). Esta transacção incluiu ainda, para além das Partes de Capital (m EUR 2.930, líquido do ajustamento para perdas por imparidade), o montante de prestações suplementares (m EUR 138.000) e suprimentos existentes à data (m EUR 90.000) – conforme referido na nota 14.1. –, representando um encaixe financeiro líquido de m EUR 306.460, do qual resultou uma mais-valia de m EUR 75.530.

A sociedade alienada – Monterroio - constituía a sub-holding para os negócios da indústria e serviços, que incluía indirectamente as subsidiárias Jerónimo Martins – Distribuição de Produtos de Consumo, Lda. e Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A., detidas a 100%, e participações nas sociedades Unilever Jerónimo Martins, Lda. (45%), Gallo Worldwide, Lda. (45%), Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitarias, S.A. (51%) e Perfumes e Cosméticos Puig Portugal – Distribuidora, S.A. (27,545%).

Em Dezembro de 2016, JMH readquire o controlo indirecto da Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A. (100%) e da Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitarias, S.A. (51%), em resultado da recompra das referidas participações pela subsidiária Tagus - Retail & Services Investments B.V..

Em 2015, o valor líquido de partes de capital em subsidiárias, encontrava-se deduzido do montante de m EUR 121.026 relativo a perdas por imparidade (nota 22).

14. Empréstimos concedidos

14.1 Empréstimos a subsidiárias

Empréstimos não correntes	2016	2015
Valor líquido em 1 de Janeiro	664.050	562.400
Aumentos	112.060	104.445
Diminuições	(47.270)	(2.795)
Alienação de negócios (suprimentos)	(90.000)	-
Alienação de negócios (prestações suplementares de capital)	(138.000)	-
Valor líquido em 31 de Dezembro	500.840	664.050

Os empréstimos não correntes revestem a natureza de prestações suplementares de capital (como tal, não vencem juros) e suprimentos de médio/longo prazo (remunerados a taxas normais de mercado).

Empréstimos correntes	2016	2015
Valor líquido em 1 de Janeiro	27.300	43.100
Aumentos	72.470	6.955
Diminuições	(6.325)	(22.755)
Valor líquido em 31 de Dezembro	93.445	27.300

Os empréstimos correntes vencem juros a taxas normais de mercado.

15. Activos financeiros disponíveis para venda

	2016	2015
Acções Millennium BCP	3.936	3.936
Ajustamentos para o justo valor (nota 22)	(3.856)	(3.662)
	80	274

Em 31 de Dezembro de 2016, os títulos do Millennium BCP em carteira eram 74.643 acções (2015: 5,598 milhões de acções) foram valorizados ao valor de mercado (nível 1 da hierarquia do justo valor) conforme a cotação na Euronext de Lisboa em 31 de Dezembro de 2016 de 1,071 euros por acção (2015: 0,0489 euros por acção). A alteração do número de acções, deveu-se meramente a uma operação de reagrupamento de acções, levada a cabo, por esta instituição, em Outubro de 2016.

As variações ao justo valor destes activos foram reconhecidas nos resultados por m EUR 194 negativos (2015: m EUR 94 negativos relevados directamente no capital próprio). A rubrica de resultados em 2016, inclui ainda a transferência de Outras reservas no valor de m EUR 297, relativa a ajustamentos para o justo valor registados em exercícios anteriores.

16. Devedores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de clientes e devedores são valores a receber de serviços prestados pela JMH no curso normal das suas actividades. São inicialmente registados ao justo valor e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo, deduzidos de perdas por imparidade.

	2016	2015
Não correntes		
Outros devedores (depósitos colaterais)	19.367	19.367
	19.367	19.367
Correntes		
Subsidiárias e <i>joint ventures</i>	9.060	7.621
Saldos devedores de fornecedores	91	52
Pessoal	3	-
Outros devedores	76	92
Impostos a recuperar:		
IRC de exercícios anteriores	1.094	1.228
IVA a recuperar	25	19
Acréscimos de proveitos	4.131	3.832
Custos diferidos	808	368
	15.288	13.212

JMH detém depósitos remunerados junto de instituições financeiras, no montante de m EUR 19.367, com disponibilidade limitada sujeita a condições específicas. Estes depósitos estão a ser usados como garantia colateral em empréstimos financeiros contraídos por empresas do Grupo.

Dos valores registados na rubrica de subsidiárias e *joint ventures*, destacam-se essencialmente facturas emitidas a empresas subsidiárias, relativas a prestações de serviços de diversas naturezas, no montante de m EUR 2.489 (2015: m EUR 2.006), bem como os valores relativos a acertos de IRC entre empresas do Grupo JMH, em virtude deste ser tributado pelo Regime Especial de Tributação de Grupos de Sociedades (RETGS), no montante de m EUR 6.505 (2015: m EUR 5.546).

Na rubrica de acréscimos de proveitos destacam-se essencialmente m EUR 3.997 (2015: m EUR 3.472) relativos a prestação de serviços técnicos e administrativos a participadas e m EUR 70 (2015: m EUR 230) de juros a receber.

A rubrica de custos diferidos é composta por m EUR 7 (2015: m EUR 70) de custos com emissão de obrigações e papel comercial e m EUR 801 (2015: m EUR 298) de outros custos imputáveis a exercícios futuros cujo pagamento foi efectuado ainda no exercício de 2016, ou que, não tendo sido pagos, já foram debitados pelas entidades competentes.

17. Caixa e equivalentes de caixa

A rubrica caixa e equivalentes de caixa inclui caixa, depósitos à ordem e aplicações de tesouraria com grande liquidez e com uma maturidade inicial de três meses ou inferior e descobertos bancários. No balanço de JMH, os descobertos bancários são apresentados como empréstimos correntes no passivo.

	2016	2015
Depósitos à ordem	120.901	108
Aplicações de tesouraria	-	-
Caixa e equivalentes de caixa	9	14
	120.910	122

18. Caixa gerado pelas operações

	2016	2015
Resultados líquidos	350.645	260.488
Ajustamentos para:		
Impostos	(2.111)	1.066
Depreciações e amortizações	416	378
Custos financeiros líquidos	105	(120)
(Ganhos) perdas em subsidiárias	(360.002)	(266.231)
(Ganhos) perdas em outros investimentos	295	(194)
(Ganhos) perdas na alienação e abate de activos fixos tangíveis	-	-
	(10.652)	(4.613)
Variações de working capital:		
Devedores e acréscimos e diferimentos	(1.470)	1.126
Credores e acréscimos e diferimentos	1.544	1.572
Provisões e benefícios concedidos a empregados	(370)	(2.194)
Caixa gerado pelas operações	(10.948)	(4.109)

19. Capital e reservas
Capital

A rubrica de capital refere-se ao valor nominal das acções ordinárias emitidas.

Os prémios de emissão são reconhecidos quando o valor de emissão de acções excede o seu valor nominal. Os custos com emissão de novas acções são reconhecidos directamente nesta rubrica, líquidos do respectivo imposto.

As acções próprias adquiridas são valorizadas pelo seu preço de aquisição e registadas como uma redução ao capital próprio. Quando essas acções são alienadas, o montante recebido, deduzido de eventuais custos directos de transacção e respectivo imposto, é reconhecido directamente em capital próprio.

Dividendos a pagar e a receber

Dividendos a pagar são reconhecidos como um passivo nas Demonstrações Financeiras de JMH no período em que são aprovados pelos accionistas para distribuição.

Os dividendos a receber são reconhecidos como proveitos quando é estabelecido o direito ao seu recebimento.

19.1 Capital social e prémio de emissão

O capital social autorizado é composto por 629.293.220 acções ordinárias (2015: 629.293.220), todas com um valor nominal de um euro.

Os detentores de acções ordinárias têm direito a receber dividendos conforme deliberação da Assembleia Geral e têm direito a um voto por cada acção detida. Não existem acções preferenciais. Os direitos relativos às acções detidas em carteira pela Companhia encontram-se suspensos até essas acções serem de novo colocadas no mercado.

No exercício de 2016, não se verificaram movimentos em prémios de emissão de acções, mantendo-se o valor do exercício de 2015, no montante de m EUR 22.452.

19.2 Acções próprias

À data de 31 de Dezembro de 2016 a JM detinha 859.000 acções próprias, adquiridas em 1999 ao preço médio de 7,06 euros por acção, não tendo existido quaisquer transacções no exercício de 2016.

19.3 Outras reservas

	Activos financeiros disponíveis para venda	Total
Balço em 1 de Janeiro de 2015	(157)	(157)
Varição do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		
- Valor bruto	(94)	(94)
- Imposto diferido	21	21
Balço em 1 de Janeiro de 2016	(230)	(230)
Varição do justo valor dos activos financeiros disponíveis para venda		
- Valor bruto	297	297
- Imposto diferido	(67)	(67)
Balço em 31 de Dezembro de 2016	-	-

Estas reservas não são passíveis de ser distribuídas aos accionistas.

19.4 Resultados retidos

Em 31 de Dezembro de 2016, o montante total de resultados retidos ascende a m EUR 745.814 (2015: m EUR 562.201), provenientes de resultados gerados no exercício e em exercícios anteriores.

Deste montante não poderão ser distribuídos m EUR 316.721 (2015: m EUR 312.380), conforme disposto nos Arts.º 32, 218, 295, 296 e 324 do Código das Sociedades Comerciais.

19.5 Dividendos

De acordo com a decisão da Assembleia Geral de 14 de Abril de 2016, foram pagos, em Maio de 2016, dividendos aos accionistas detentores do capital de Jerónimo Martins, no montante de m EUR 166.535.

De acordo com a política de distribuição de dividendos, descrita no ponto 7, incluído no capítulo do Relatório de Gestão, que constitui parte integrante do Relatório e Contas Consolidado, o Conselho de Administração propõe aos accionistas a distribuição de um montante de EUR EUR 380.202.703,10 – correspondendo a um dividendo por acção de EUR 0,605 (excluindo-se as acções próprias em carteira).

20. Resultado por acção

O cálculo do resultado líquido por acção - básico e diluído - corresponde à divisão do lucro líquido atribuível aos Accionistas pelo número médio ponderado de acções ordinárias.

20.1 Resultado básico e diluído por acção

	2016	2015
Acções ordinárias emitidas no início do ano	629.293.220	629.293.220
Acções próprias no início do ano	(859.000)	(859.000)
Acções próprias adquiridas durante o ano	-	-
Acções emitidas durante o ano	-	-
Número médio ponderado de acções ordinárias (igual ao diluído)	628.434.220	628.434.220
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas detentores de acções ordinárias (igual ao diluído)	350.645	260.488
Resultado básico por acção (igual ao diluído) – euros	0,558	0,415

21. Empréstimos obtidos

Os empréstimos são reconhecidos inicialmente ao justo valor deduzidos de custos de transacção incorridos e subsequentemente são mensurados ao custo amortizado. Qualquer diferença entre o valor de emissão (líquido de custos de transacção incorridos) e o valor nominal é reconhecido em resultados durante o prazo dos empréstimos de acordo com o método do juro efectivo.

Os empréstimos são classificados como passivo corrente, a menos que JM tenha o direito incondicional de diferir a liquidação do passivo por mais de 12 meses após a data do balanço.

Esta nota fornece informação sobre os termos dos contratos de empréstimo e outro tipo de formas de financiamento. A nota 29 proporciona informação adicional sobre a exposição da Companhia aos riscos de taxa de juro.

21.1 Empréstimos correntes e não correntes

	2016	2015
Empréstimos não correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	100.000
	-	100.000
Empréstimos correntes		
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	-	55.000
Descobertos bancários	-	6.852
	-	61.852

21.2 Termos e prazos de reembolso dos empréstimos

	Taxa média	2015	Menos de 1 ano	1 a 5 anos
Empréstimos bancários – programas de papel comercial	2,31%	155.000	55.000	100.000
Descobertos bancários	5,26%	6.852	6.852	-
		161.852	61.852	100.000

JMH utiliza linhas de crédito grupadas com outras Companhias do Grupo, o que significa que, até ao limite de uma linha de crédito aprovada junto de uma entidade financeira, a mesma pode ser simultaneamente utilizada por mais do que uma Companhia. Assim sendo, os *plafonds* não utilizados acessíveis a JM ascendem ao montante de m EUR 116.000 (2015: m EUR 24.378).

21.3 Empréstimos bancários: papel comercial

Existem vários empréstimos bancários contratados sob a forma de programa de papel comercial, no montante global de m EUR 155.000 (2015: m EUR 155.000), sendo a taxa de juro variável. No final de 2016, não estava a ser utilizado qualquer montante do total contratado (2015: utilizado m EUR 155.000).

21.4 Dívida financeira

	2016	2015
Empréstimos não correntes	-	100.000
Empréstimos correntes	-	61.852
Acréscimos e diferimentos de juros	(77)	(129)
Depósitos à ordem	(120.901)	(108)
Aplicações de tesouraria	-	-
	(120.978)	161.615

22. Provisões e ajustamentos ao valor de realização

São constituídas provisões no balanço sempre que JMH tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um acontecimento passado e sempre que é provável que uma diminuição de recursos incorporando benefícios económicos, passível de estimativa razoável, seja exigida para liquidar a obrigação.

Provisão para custos de reestruturação

São constituídas provisões para custos de reestruturação sempre que um plano formal tenha sido aprovado por JMH e este tenha sido iniciado ou anunciado publicamente.

Provisões para reestruturação incluem todas as responsabilidades a pagar com a implementação do referido plano, nomeadamente pagamentos de indemnizações a colaboradores. Estas provisões não incluem quaisquer perdas operacionais futuras estimadas ou ganhos estimados a obter na alienação de activos.

Provisão para outros riscos e encargos (processos em contencioso)

Provisões relacionadas com processos em contencioso, opondo a JMH são constituídas de acordo com as avaliações de risco efectuadas por JMH, com o apoio e aconselhamento dos seus consultores legais.

2016	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	121.026	-	(121.026)	-
Activos financeiros disponíveis para venda	3.662	194	-	3.856
Total de ajustamentos para o valor de realização	124.688	194	(121.026)	3.856
Outros riscos e encargos	5.016	448	-	5.464
Total de Provisões	5.016	448	-	5.464

2015	Saldo inicial	Constituição/ Reforço	Utilização/ Redução	Saldo final
Partes de capital em subsidiárias	121.026	-	-	121.026
Activos financeiros disponíveis para venda	3.568	94	-	3.662
Total de ajustamentos para o valor de realização	124.594	94	-	124.688
Outros riscos e encargos	6.038	450	(1.472)	5.016
Total de Provisões	6.038	450	(1.472)	5.016

O ajustamento para partes do capital em subsidiárias foi reduzido em 2016, em resultado da alienação de partes de capital da subsidiária Monterroio (conforme detalhado na nota 13.1).

O ajustamento para activos financeiros disponíveis para venda reflecte a actualização para o justo valor, conforme descrito na nota 15.

A rubrica de outros riscos e encargos é composta por provisões para eventuais compensações a pagar pela JMH no âmbito de garantias prestadas em acordos de venda de negócios celebrados nos últimos anos e por provisões para processos em contencioso para os quais não existem perspectivas de resolução no prazo inferior a um ano.

23. Credores, acréscimos e diferimentos

Os saldos de fornecedores e outros credores são responsabilidades com pagamento de serviços adquiridos por JMH no curso normal das suas actividades. São registados inicialmente ao justo valor e subsequentemente ao custo amortizado de acordo com o método do juro efectivo.

Fornecedores e outros credores são classificados como passivos correntes se o pagamento for devido dentro de um ano ou menos (ou no ciclo operacional normal dos negócios, ainda que mais longo). Não sendo, eles são apresentados como passivo não corrente.

	2016	2015
Montantes a liquidar a subsidiárias e <i>joint ventures</i>	1.254	1.084
Credores comerciais	1.604	658
Credores não comerciais	14	8
Impostos a pagar:		
IVA	-	189
IRS/IRC retido	214	197
Segurança social	175	150
Outros impostos	24	35
Acréscimos de custos	5.442	4.351
Proveitos diferidos	16	16
	8.743	6.688

A rubrica de acréscimos de custos é composta pelo montante de m EUR 4.800 (2015: m EUR 3.888) relativo a remunerações a liquidar ao pessoal e por m EUR 642 (2015: m EUR 463) correspondentes a custos diversos (*utilities*, seguros, consultores, rendas, entre outros), relativos ao exercício de 2016, e que não foram facturados pelas entidades competentes até ao final do exercício.

24. Garantias

As garantias bancárias existentes são as seguintes:

	2016	2015
Garantias a favor da Autoridade Tributária	14.623	12.328
Garantias bancárias sobre financiamentos	18.974	18.371
Outras garantias prestadas	1.426	1.420
	35.023	32.119

25. Contingências

Encontram-se pendentes de resolução as seguintes questões materialmente relevantes, para as quais a Administração, suportada pela opinião dos seus consultores fiscais e conselheiros jurídicos, entende existirem razões suficientes para a sua contestação em tribunal, pelo que procede a uma avaliação da probabilidade de desenlace de cada um dos processos, constituindo provisões para os montantes que estima poderem representar desembolsos futuros (nota 22):

- A Autoridade Tributária informou o JMH, de que deveria proceder à requalificação fiscal de dividendos recebidos, no montante total de m EUR 10.568, de uma sua participada na Zona Franca da Madeira, durante os exercícios de 2004 e de 2005. Na opinião daquela entidade, esses dividendos deveriam ser tratados como juros recebidos, os quais estão sujeitos a tributação em sede de IRC, ao contrário dos dividendos, que estão isentos. Esta correcção deu origem a um valor de imposto em disputa de m EUR 3.065;
- A Autoridade Tributária reclamou de JMH o montante de m EUR 989, referente a IRC, relativo a uma indemnização paga pela Sociedade em virtude de um acordo alcançado em tribunal arbitral e que aquela entidade considerou tratar-se de um pagamento a uma entidade sujeita a regime fiscal mais favorável, e como tal não aceite para efeitos fiscais. A Administração, considera não existir qualquer validade e fundamento no relatório da Autoridade Tributária, pelo que já accionou os meios de defesa de que dispõe para contrariar as decorrências deste;
- A Autoridade Tributária informou a Jerónimo Martins, da não-aceitação da dedutibilidade de menos-valias fiscais, no montante total de m EUR 24.660, apuradas no exercício de 2007, com a liquidação de uma Sociedade e a venda de uma outra, a qual gerou uma correcção aos prejuízos fiscais da Sociedade.

26. Subsidiárias e activos financeiros disponíveis para venda

As participações directas da JMH, a 31 de Dezembro de 2016, são como se apresenta:

Designação Social	Notas	Sede	% Participação	Fracção cap. detido	Activo	Capital próprio	Resultado
Partes de capital em subsidiárias							
Desimo – Desenvolvimento e Gestão Imobiliária, Lda.	a)	Lisboa	100,00%	50	106	94	21
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	a)	Lisboa	100,00%	50	6.088	520	46
Eva – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	5,60%	28	72.231	72.211	1.119
Friedman – Soc. Invest. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	a)	Funchal	100,00%	5	173	156	1
Warta – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	514.526	514.160	271.513
Tagus – Retail & Services Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	1.538.399	1.538.346	74.651
New World Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	218.904	218.790	14.527
Origins - Agro Business Investments B.V.	a)	Amsterdão	100,00%	18	11.540	11.531	(23)
Activos financeiros disponíveis para venda							
BCP – Banco Comercial Português, S.A.	b) c)	Porto	0,008%	75	74.884.879	5.680.571	235.344

a) Para efeitos n.º 3 do artigo 486.º do Código das Sociedades Comerciais, declaramos que as sociedades indicadas são detidas por maioria de capital.

b) Está constituído ajustamento para actualização do justo valor.

c) Os valores de balanço apresentados são relativos ao exercício de 2015.

27. Subsidiárias e associadas – participações directas e indirectas

As Companhias detidas por Jerónimo Martins, SGPS, S.A., directa e indirectamente a 31 de Dezembro de 2016, são as que constam das notas 28 e 30 que consta do Capítulo III do Relatório e Contas Consolidado do Grupo.

28. Partes relacionadas

Uma parte relacionada é uma pessoa ou uma entidade que está relacionada com JMH, incluindo as que possuem, ou estão sujeitas a, influência ou controlo da JMH.

As transacções com partes relacionadas são sempre realizadas a valores de mercado.

28.1 Transacções com partes relacionadas (accionistas)

JMH é participada em 56,136% pela Sociedade Francisco Manuel dos Santos B.V.. Para além da transacção identificada na nota 13, não ocorreram outras transacções entre esta e a JMH no exercício de 2016, nem se encontrando, à data de 31 de Dezembro de 2016, qualquer valor a pagar ou a receber entre elas.

28.2 Transacções com outras partes relacionadas
28.2.1 Serviços técnicos e administrativos

JMH, enquanto *Holding* e Centro Corporativo do Grupo, exerce funções de coordenação e assessoria às suas participadas, sendo que as áreas funcionais de apoio ao Grupo vão desde a Administração, Ambiente e Segurança Alimentar, Assuntos Jurídicos, Auditoria Interna, Comunicação e Responsabilidade Corporativas, Controlo Financeiro, Estratégia e Expansão Internacional, Fiscalidade, Gestão de Risco, Marketing e Consumidor, Operações Financeiras, Qualidade e Desenvolvimento de Marca Própria, Recursos Humanos, Relações com Investidores, Segurança, Segurança de Informação e Sistemas de Informação. O volume de negócios resultante da prestação destes serviços, bem como por serviços de gestão de processos de negociação em nome das Companhias do Grupo, ascendeu durante o exercício de 2016 a m EUR 18.740 (2015: m EUR 17.784).

28.2.2 Serviços financeiros

Uma parte da gestão financeira das Companhias do Grupo Jerónimo Martins é efectuada centralmente na Direcção de Operações Financeiras de JMH.

Parte dessa gestão passa pela contratação e negociação, em nome das Companhias, junto dos bancos e outras entidades financeiras, de condições da dívida financeira ou de aplicação de fundos das Companhias. A negociação centralizada permite obter condições bastante mais favoráveis nos financiamentos e aplicações do que através de uma negociação individual das Companhias. Esta gestão centralizada é remunerada, tendo ascendido em 2016 a m EUR 1.535 (2015: m EUR 1.344).

Outra parte passa pela centralização das tesourarias das operações, que são responsáveis pelo pagamento aos fornecedores, pessoal e outras entidades, bem como o planeamento e controlo diário dos fluxos de caixa. Esta gestão também é remunerada, tendo ascendido em 2016 a m EUR 522 (2015: m EUR 491).

28.2.3 Arrendamento de imóveis

JMH exerce a sua actividade em instalações arrendadas a Companhias do Grupo, tendo suportado custos em 2016 no montante de m EUR 517 (2015: m EUR 510).

Tal como referido na nota 12, JMH possui um imóvel parcialmente arrendado a uma Companhia do Grupo, tendo obtido proveitos em 2016 no montante de m EUR 196 (2015: m EUR 194).

28.2.4 Proveitos suplementares

JMH cobrou até 2015, uma comissão anual de vendas a uma Companhia em *joint venture*. Em 2016 não foi facturada qualquer comissão (2015: m EUR 150).

28.2.5 Suprimentos e operações de tesouraria (empréstimos correntes e não correntes)

Jerónimo Martins concedeu suprimentos e operações de tesouraria a subsidiárias, tendo esses empréstimos gerado juros em 2016 no montante de m EUR 4.472 (2015: m EUR 6.331).

28.2.6 Custos com pessoal

Sendo Jerónimo Martins um Grupo em que é normal o aproveitamento de sinergias entre as várias Companhias que o compõem, é frequente a transferência de pessoal entre elas, conforme as necessidades dos vários negócios. O valor total suportado durante o ano de 2016 com pessoal de outras Companhias foi de m EUR 7.202 (2015: m EUR 6.072).

28.2.7 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2016

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	855	-	1	2	-	113	-
Caterplus - Com. Dist. Produtos de Consumo, Lda.	-	-	-	1	-	56	-
Desimo - Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	-	6	-	-	-	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Imocash - Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	764	14	-	-	-
Imoretalho - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	3	49	-	43	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	38	8	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	2.160	-	56	3	-	124	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	6	-	-	-	-
Jerónimo Martins - Lacticínios de Portugal, S.A.	8.065	-	10	9	-	653	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	500	1.574	-	21	-
Jerónimo Martins - Restauração e Serviços, S.A.	1.420	-	-	-	-	-	-
Jerónimo Martins Retail Services, S.A.	-	-	250	-	-	-	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	-	-	-	131	2.486
JMR - Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	59.405	-	32	213	-	-	-
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	24	56	-	63	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	2	-	-	-	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	3	-	-	-
Lidosol II - Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	63	1	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	13	-
New World Investments B.V.	-	221.450	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	11.570	-	-	-	-	-
Pingo Doce - Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	790	1.665	-	32	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	6.315	386	16	5	-
Recheio, SGPS, S.A.	21.270	-	176	12	-	-	-
Seaculture - Aquicultura, S.A.	270	-	-	1	-	-	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	65.250	-	-	-	-	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	201.900	-	-	-	-	-
Subtotal	93.445	500.840	9.036	3.997	16	1.254	2.486
Outras entidades relacionadas							
Jerónimo Martins - Dist. Prod. Consumo, Lda.	-	-	24	-	-	-	-
Fima - Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	4	-
Subtotal	-	-	24	-	-	4	-
Total	93.445	500.840	9.060	3.997	16	1.258	2.486

28.2.8 Saldos em aberto em 31 de Dezembro de 2015

Designação Social	Empréstimos correntes	Empréstimos não correntes	Contas a receber	Acréscimos de proveitos	Rendimentos a reconhecer	Contas a pagar	Acréscimos de custos
Empresas subsidiárias							
Best-Farmer - Actividades Agro-Pecuárias, S.A.	110	-	-	-	-	-	-
Caterplus – Com. Dist. Produtos de Consumo, Lda.	-	-	-	-	-	213	-
Desimo – Desenv. Gestão Imobiliária, Lda.	-	20	-	-	-	2	-
Friedman - Soc. Inv. Mobiliários e Imobiliários, Lda.	-	170	-	-	-	-	-
Hussel Ibéria – Chocolates e Confeitaria, S.A.	-	-	-	1	-	-	-
Imocash – Imobiliário de Distribuição, S.A.	-	-	254	11	-	-	-
Imoretalho – Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	1	39	-	38	-
João Gomes Camacho, S.A.	-	-	11	8	-	-	-
Jerónimo Martins - Agro-Alimentar, S.A.	3.750	-	50	1	-	224	-
Jeronimo Martins Colombia, S.A.S.	-	-	2	-	-	-	-
Jerónimo Martins - Dist. Prod. Consumo, Lda.	4.735	-	160	22	-	-	-
Jerónimo Martins - Lacticínios de Portugal, S.A.	3.095	-	10	11	-	368	-
Jeronimo Martins Polska S.A.	-	-	131	1.185	-	143	-
Jerónimo Martins – Restauração e Serviços, S.A.	-	-	-	-	-	15	-
Jerónimo Martins Serviços, S.A.	-	500	138	-	-	-	1.988
JMR – Gestão Empresas Retalho, SGPS, S.A.	-	-	4	180	-	-	-
JMR - Prestação de Serviços para a Distribuição, S.A.	-	-	21	43	-	28	-
Larantigo - Sociedade de Construções, S.A.	-	-	1	-	-	-	-
Lidinvest - Gestão de Imóveis, S.A.	-	-	-	3	-	-	-
Lidosol II – Distrib. Produtos Alimentares, S.A.	-	-	97	15	-	-	-
Masterchef, S.A.	-	-	-	-	-	20	-
Monterroio - Industry & Services Investments B.V.	-	228.000	-	160	-	-	-
New World Investments B.V.	-	118.600	-	-	-	-	-
Origins - Agro Business Investments B.V.	-	2.360	-	-	-	-	-
Pingo Doce – Distribuição Alimentar, S.A.	-	-	700	1.568	-	26	-
Recheio - Cash & Carry, S.A.	-	-	5.439	366	16	3	-
Recheio, SGPS, S.A.	15.610	-	418	19	-	-	-
Tagus - Retail & Services Investments B.V.	-	112.500	-	-	-	-	-
Warta - Retail & Services Investments B.V.	-	201.900	-	-	-	-	-
Subtotal	27.300	664.050	7.437	3.632	16	1.080	1.988
Joint ventures							
Fima - Produtos Alimentares, S.A.	-	-	-	-	-	4	-
Unilever Jerónimo Martins, Lda.	-	-	184	-	-	-	-
Subtotal	-	-	184	-	-	4	-
Total	27.300	664.050	7.621	3.632	16	1.084	1.988

28.2.9 Remunerações dos Administradores

	2016	2015
Salários e prémios	1.239	1.542
Plano de pensões	213	188
	1.452	1.730

O Conselho de Administração é composto por 9 elementos. As remunerações apresentadas incluem os montantes pagos aos membros do Conselho de Administração, que exercem funções na Comissão de Auditoria, cujo montante anual ascendeu a m EUR 48 (2015: m EUR 48).

A política de remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização encontra-se detalhada no Governo da Sociedade, no Relatório e Contas Consolidado.

Os custos com planos de pensões correspondem a benefícios pós-emprego atribuídos aos Administradores, fazendo parte dos planos descritos na nota 4.2.

29. Informação sobre riscos financeiros

JMH, e em particular o seu Conselho de Administração, dedicam grande atenção aos riscos subjacentes aos seus negócios. O sucesso nesta área depende da capacidade para identificar, compreender e tratar as exposições a eventos que, estejam ou não sob o controlo directo da equipa de gestão, possam afectar materialmente os activos físicos, financeiros e/ou organizacionais da Companhia. A Política de Gestão de Risco do Grupo formaliza esta preocupação ao procurar estimular ou reforçar o tipo de comportamentos necessários a esse sucesso, providenciando as orientações necessárias aos gestores do Grupo na gestão de riscos e oportunidades.

JMH encontra-se exposta a diversos riscos financeiros, nomeadamente, risco de mercado (que inclui os riscos cambial, de taxa de juro e risco de preço), risco de liquidez e risco de crédito.

A gestão desta categoria de riscos concentra-se na imprevisibilidade dos mercados financeiros e procura minimizar os efeitos adversos dessa imprevisibilidade no desempenho financeiro da Companhia. Para o atingir, certas exposições são geridas com recurso a instrumentos financeiros derivados.

A actividade desta área é conduzida pela Direcção de Operações Financeiras sob supervisão do *Chief Financial Officer*, sendo responsável pela identificação, avaliação e cobertura de riscos financeiros, seguindo para o efeito as linhas de orientação que constam da Política de Gestão de Riscos Financeiros aprovada em 2016 pelo Conselho de Administração.

29.1 Risco de mercado (risco de preço)

JMH, fruto do seu investimento no Banco Comercial Português (BCP), tem exposição ao risco de flutuação do preço de acções. Em 31 de Dezembro de 2016, uma variação negativa de 10% na cotação das acções do BCP teria um impacto negativo de m EUR 8 em Resultados (em 31 de Dezembro de 2015 seria de m EUR 27 negativos).

29.2 Risco de taxa de juro (fluxos de caixa e justo valor)

Todos os passivos financeiros estão, de forma directa ou indirecta, indexados a uma taxa de juro de referência, o que expõe JMh a risco de *cash flow*. Parte desses riscos são geridos com recurso à fixação de taxa de juro, o que expõe Jerónimo Martins a risco de justo valor.

A exposição a risco de taxa de juro é analisada de forma dinâmica. Para além da avaliação dos encargos futuros, com base nas taxas *forward*, realizam-se testes de sensibilidade a variações no nível de taxas de juro.

29.3 Risco de crédito

O risco de crédito é gerido de forma centralizada. As principais fontes de risco de crédito são depósitos bancários, aplicações financeiras e derivados contratados junto de instituições financeiras.

Relativamente às instituições financeiras, a JMh selecciona as contrapartes com que faz negócio com base nas notações de ratings atribuídas por uma das entidades independentes de referência. Para além da existência de um nível mínimo de rating aceitável para as instituições com quem se relaciona existe ainda uma percentagem máxima de exposição a cada uma destas entidades financeiras.

A seguinte tabela apresenta um resumo, a 31 de Dezembro de 2016 e 2015, da qualidade de crédito dos depósitos bancários e aplicações de curto prazo:

		2016	2015
Instituições financeiras	Rating	Saldo	Saldo
Standard & Poor's	[A+ : AA]	-	12
Standard & Poor's	[BBB+ : A]	13.030	39
Standard & Poor's	[BB+ : BBB]	107.058	7
Standard & Poor's	[B+ : BB]	778	35
Moody's	Caa1	24	12
	Não disponível	11	3
	Total	120.901	108

Os *ratings* apresentados correspondem às notações atribuídas pela *Standard & Poor's* e pela *Moody's*. A exposição máxima ao risco de crédito, às datas de 31 de Dezembro de 2016 e 2015, é o respectivo valor de balanço dos activos financeiros.

29.4 Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam, não apenas assegurar o desenvolvimento normal das actividades de JMH, mas também assegurar alguma flexibilidade para absorção de choques externos à actividade.

Na gestão deste risco, JMH recorre, por exemplo, a derivados de crédito, com o intuito de minimizar o impacto do incremento de *spreads* de crédito, resultantes de efeitos exógenos a JMH. A gestão das necessidades de tesouraria é feita com base no planeamento de curto prazo (realizado diariamente), tendo subjacente os planos financeiros anuais, que são revistos pelo menos duas vezes ao ano.

A tabela abaixo apresenta as responsabilidades de JMH por intervalos de maturidade residual contratual. Os montantes apresentados na tabela são os fluxos de caixa contratuais não descontados.

Exposição ao Risco de Liquidez			
2016	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Descobertos bancários	-	-	-
Papel comercial	-	-	-
Credores	2.872	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	354	419	-
Total	3.226	419	-
2015	Menos 1 ano	1 a 5 anos	Mais 5 anos
Empréstimos obtidos			
Descobertos bancários	6.853	-	-
Papel comercial	55.658	100.000	-
Credores	1.750	-	-
Responsabilidades com locações operacionais	343	367	-
Total	64.604	100.367	-

30. Informações adicionais exigidas por diplomas legais

De acordo com o previsto no termos do artigo 66.º-A do Código das Sociedades Comerciais, informa-se o seguinte:

- Para além das operações descritas nas notas acima, assim como no Relatório de Gestão, não existem outras operações consideradas relevantes, que não se encontrem reflectidas no balanço ou descritas nestas notas;
- O total de remunerações pagas ao Auditor Externo e ao Revisor Oficial de Contas no ano de 2016 foi de m EUR 129, dos quais m EUR 95 correspondem aos serviços de revisão legal de contas, sendo que dos restantes, no montante de m EUR 34, salientam-se os relativos ao acesso a uma base de dados fiscais e serviços de apoio em matérias de recursos humanos;
- A nota 28 deste Anexo às Contas inclui todas as divulgações relativas a relações entre as partes relacionadas de acordo com as Normas Internacionais de Contabilidade.

31. Eventos subsequentes à data do balanço

Quando ocorrem eventos subsequentes à data do balanço que demonstram a evidência de condições que já existiam à data do balanço, o impacto desses eventos é ajustado nas Demonstrações Financeiras. Caso contrário, eventos subsequentes à data do balanço com uma natureza e dimensão material são descritos nesta nota.

Até à data de conclusão deste Relatório não ocorreram eventos significativos que não se encontrem reflectidos nas Demonstrações Financeiras.

Lisboa, 21 de Fevereiro de 2017

O Contabilista Certificado

O Conselho de Administração



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria emitido nos termos requeridos pelo artigo 245.º, n.º 1, al. b) do Código dos Valores Mobiliários

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. (a Entidade), que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2016 (que evidencia um total de 1.425.035 milhares de euros e um total de capital próprio de 1.391.499 milhares de euros, incluindo um resultado líquido de 350.645 milhares de euros), a demonstração dos resultados por funções, a demonstração dos rendimentos integrais, a demonstração de alterações no capital próprio e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira da Jerónimo Martins, SGPS, S.A. em 31 de dezembro de 2016 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras” abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.

Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal

Tel +351 213 599 000, Fax +351 213 599 999, www.pwc.pt

Matriculada na CRC sob o NUPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000

Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o n.º 183 e na CMVM sob o n.º 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Partes de Capital em Subsidiárias

Divulgações relacionadas com as participações financeiras apresentadas na nota 13 das demonstrações financeiras.

A Jerónimo Martins, SGPS, S.A. apresenta em partes de capital em subsidiárias o montante de 665.016 milhares de euros. Subsidiárias são todas as entidades sobre as quais a Jerónimo Martins, SGPS, S.A. tem controlo. Considera-se que a Empresa controla uma entidade quando está exposta a, ou tem direitos sobre, retornos variáveis do seu envolvimento com a entidade e tem a capacidade de afetar esses retornos, através do seu poder sobre a entidade.

As partes de capital são registadas pelo valor de aquisição. De acordo com o preconizado na IAS 36 – Imparidade de ativos, as partes de capital em subsidiárias são analisadas à data de cada balanço por forma a detetar indicadores de eventuais perdas por imparidade. Se existirem indicadores, o valor recuperável do ativo é avaliado. Nos testes de imparidade a partes de capital em subsidiárias, os dados das avaliações para cálculo do valor de uso dos investimentos são suportados pelos desempenhos passados e pelas expectativas de desenvolvimento do mercado para cada uma das áreas de negócio, de acordo com modelo de fluxos de caixa, baseados em pressupostos sobre projeções de cash-flows, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.

Pela complexidade e nível de julgamento inerente ao modelo adotado para o cálculo de imparidade, este tema constituiu uma matéria relevante para efeitos da nossa auditoria.

Compreensão, avaliação e testes aos controlos sobre o processo relativo aos investimentos em Partes de capital.

Análise independente sobre indícios de imparidade dos investimentos financeiros.

Obtenção dos testes de imparidade efetuados pela Gestão às participações financeiras, avaliando se o seu valor recuperável se mostra superior ao seu valor contabilístico.

Análise dos pressupostos e metodologia seguida pela Gestão para a avaliação dos seus investimentos em Partes de capital, nomeadamente relativamente a projeções de cash-flows, taxas de desconto e taxas de crescimento na perpetuidade.

Verificação da adequacidade das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório de gestão, incluindo o relatório de governo societário, nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;

- c) avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- g) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública;
- h) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, as respetivas salvaguardas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e apreciação sobre a Entidade, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4 do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis à Entidade nos termos do artigo 245º-A do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e m) do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Entidade pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 15 de abril de 2004 para um mandato compreendido entre 2005 e 2006, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 14 de abril de 2016 para o exercício de 2016.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparamos e entregámos ao órgão de fiscalização da Entidade em 6 de março de 2017.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do artigo 77.º, n.º 8, do Estatuto da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas e que mantivemos a nossa independência face à Entidade durante a realização da auditoria.

6 de março de 2017

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



João Rui Fernandes Ramos, R.O.C.



Jerónimo Martins 2016

Rua Actor António Silva, n.º 7
1649-033 Lisboa
Tel.: +351 21 753 20 00
Fax: +351 21 752 61 74

www.jeronimomartins.pt

